

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS



CONIMBRIGA



VOLUME XXXIX – 2000

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

ISSN 0084-9189

PUBLICAÇÃO ANUAL

DIRECTOR

JORGE DE ALARCÃO

SECRETÁRIO DE REDACÇÃO

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

**Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para
recensão, pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao**

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

R. DE SUB-RIPAS

P — 3000-395 COIMBRA

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir V_ou_s change.
Sollecitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkehrer erwünscht.*

CONIMBRIGA

Esta edição só foi possível graças ao patrocínio concedido pela

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS

CONIMBRIGA

VOLUME XXXIX



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
2000

(Página deixada propositadamente em branco)

JOÃO MANUEL BAIRRÃO OLEIRO

1923-2000

O Professor João Manuel Bairrão Oleiro, cujo falecimento não podemos deixar de recordar nas páginas desta revista que ele fundou, marcou a Arqueologia portuguesa desde a década de 1950, talvez mais pelo que tornou possível que fosse feito do que pelos trabalhos que publicou. Não foram estes em grande número: 31 títulos, excluída a colaboração em jornais, em dicionários e em enciclopédias.

A sua obra *Corpus dos mosaicos romanos de Portugal. 7. Conventus Scallabitanus. Conimbriga.*

Casa dos Repuxos, publicada em 1992 e galardoada com o Prémio

Gulbenkian de Arqueologia (1992-1994), é todavia um trabalho de grande tomo e indiscutível qualidade científica, onde patenteou o seu muito saber no domínio de especialização que elegera como de seu particular interesse: a arte musivária romana. A escultura, a *terra sigillata*, as lucernas romanas foram outros temas sobre que escreveu.

A importância do Prof. João Manuel Bairrão Oleiro na Arqueologia Portuguesa mede-se, todavia, mais pelas estruturas que criou, pelos discípulos que formou e pela actividade administrativa que exerceu.

Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras de Coimbra, em 1947, completou a sua formação em cursos de verão em Espanha, onde se relacionou com alguns grandes especialistas da Arqueologia espanhola e italiana, como Garcia y Bellido, Maluquer de Motes, P. Paiol, A. Balil ou N. Lamboglia.



ARTUR MAGALHÃES

Em 1953 ingressou como assistente na Faculdade de Letras de Coimbra, onde criou o Instituto de Arqueologia e a sua revista *Conimbriga*. Ao mesmo tempo, acompanhava as escavações que a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais realizava em Conimbriga e contribuía decisivamente para a criação do Museu Monográfico que, em 1962, viria a ser inaugurado naquela estação romana. Em 1964 deu início ao grande projecto de escavações em Conimbriga, num trabalho conjunto com a Mission Archéologique Française au Portugal, dirigida pelo Prof. Robert Étienne.

Em 1967, nomeado Inspector Superior das Belas-Artes, transferiu-se de Coimbra para Lisboa, dando início a um período de actividade fundamentalmente administrativa, tendo vindo a exercer, posteriormente, os cargos de Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, Director-Geral dos Assuntos Culturais e Vice-Presidente do Instituto Português do Património Cultural, em cuja criação activamente participou.

Em 1976, porém, e cumulativamente, retomou as funções docentes universitárias, agora como professor catedrático convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, lugar no qual se jubilou em 1993.

Foi exactamente como formador, mais do que como autor, que o Prof. João Manuel Bairrão Oleiro marcou a Arqueologia romana em Portugal. A sua muita ciência, aliada a uma cativante personalidade, sempre disponível para ensinar (mesmo, ou talvez sobretudo fora das suas aulas) e para orientar e estimular, contribuiu para criar um razoável número de discípulos que, beneficiando das estruturas por ele criadas, e relacionados, por sua intermediação, com instituições e investigadores estrangeiros, actualizaram! a Arqueologia romana em Portugal, cujo nível não podia ser considerado brilhante no momento em que o Prof. João Manuel Bairrão Oleiro apareceu como autor de uma renovação profunda.

O Prof. João Manuel Bairrão Oleiro traçou, aos outros, caminhos por onde os deixou seguir sem todavia os abandonar. Foi o semeador da seara que outros, depois, assistiram e ceifaram. A sua morte deixa profunda saudade nos seus discípulos, que não poderão manter seu nome senão afirmando publicamente o muito de que lhe ficaram devedores.

ARMANDO REDENTOR

Arqueólogo. Mestrando de Arqueologia Romana. Universidade de Coimbra

**POVOADOS FORTIFICADOS COM PEDRAS FINCADAS
EM TRÁS-OS-MONTES**

“Conimbriga” XXXIX (2000) p. 5-51

RESUMEN: Estuda-se a integração de barreiras de pedras fincadas nos sistemas defensivos dos povoados fortificados transmontanos, às quais não se atribui mais que um significado funcional, atendendo à sua relação com as restantes defesas dos povoados, à sua distribuição geográfica e cronologia.

Apesar de os dados cronológicos serem escassos, avança-se com a hipótese de, na parte oriental de Trás-os-Montes, o seu aparecimento ter acontecido no século VI a. C., enquanto que, para a parte ocidental, apenas se tem como segura a utilização deste sistema defensivo em povoados datáveis da época romana.

Em complemento, apresenta-se o inventário dos povoados fortificados transmontanos que dispõem (ou dispuseram) de campos de pedras fincadas.

ABSTRACT: The integration of *chevaux-de-frise* belts in the defensive systems of Trás-os-Montes hillforts is analysed. Given their relation with the remaining defensive systems of the fortifications as well as their geographical distribution and chronology, a functional meaning is attributed to *chevaux-de-frise*.

In spite of the scarcity of chronological data, the hypothesis is put forward that *chevaux-de-frise* appeared in the eastern part of Trás-os-Montes in the VI century BC while in the western part their use can only be safely dated in Roman period hillforts.

As a complement, an inventory of the fortified settlements of Trás-os-Montes that include (or included) *cheveaux-de-frise* is presented.

(Página deixada propositadamente em branco)

POVOADOS FORTIFICADOS COM PEDRAS FINCADAS EM TRÁS-OS-MONTES *

1. Nota introdutória

O tema dos sistemas defensivos com pedras fincadas não tem merecido grande atenção por parte dos investigadores nacionais: descrevem-se povoados fortificados providos dessas particulares defesas, fazem-se referências pontuais ao tema, mas não existe qualquer trabalho recente exclusivamente a ele dedicado. O objectivo desta nossa reflexão é, assim, apresentar o estado actual dos conhecimentos relativos aos povoados fortificados com pedras fincadas de Trás-os-Montes.

O trabalho encontra-se organizado em duas partes principais, às quais se associa um inventário dos povoados fortificados que possuem (ou possuíram) este sistema defensivo. Numa primeira parte, reflectimos acerca do conceito de pedras fincadas enquanto engenho defensivo, da sua origem e cronologia e da sua função específica. Em seguida, analisamos o estado da questão relativamente ao território transmontano, nomeadamente no que concerne à sua distribuição geográfica, à sua integração no conjunto dos sistemas defensivos dos povoados e à sua cronologia.

Uma análise desta temática com outro fôlego apenas seria possível se dispuséssemos de mais e melhores dados estratigraficamente

* O presente artigo é, parcialmente, o resultado de um trabalho por nós apresentado no seminário “*O Mundo Pré-romano de Portugal*”, do Mestrado em Arqueologia Romana, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Expressamos o nosso agradecimento à Doutora Raquel Vilaça, pelo apoio e estímulo concedidos durante a sua elaboração.

contextualizados, e que, preferencialmente, também incidissem sobre os próprios campos de pedras fincadas. Restou-nos aproveitar, o melhor possível, a informação disponível.

2. As pedras fincadas como sistema defensivo

2.1. *As pedras fincadas como evidência arqueológica*

As pedras fincadas são simples blocos de pedra, colocados na vertical, próximos uns dos outros, formando um ou mais campos, ou barreiras, estrategicamente posicionados, combinando-se, frequentemente, com fossos e parapeitos ou existindo, tão só, junto ao pano de muralha, habitualmente voltados para os lados menos defensáveis. Morfologicamente, estes blocos, utilizando quer o granito quer o xisto, de acordo com a composição geológica do local, são diversos, mas é comum possuírem uma secção prismática, o topo pontegudo e dimensões bastante irregulares.

A terminologia empregue pelos diversos investigadores que se têm ocupado do tema difere: a expressão *pedras fincadas/piedras hincadas* tem sido a corrente na bibliografia arqueológica peninsular, enquanto que os estudiosos forâneos têm optado pela designação de *chevaux-de-frise*. A origem desta expressão repousa, segundo Harbinson (1968, 116), nos espigões de ferro que os Frisios dispuseram no solo, aquando do cerco de Groningen, para impedir o avanço da cavalaria inimiga; porém, Esparza Arroyo (1980, 74) considera preferível a primeira expressão, dado que julga haver correspondência entre os cavalos de frisa e um sistema defensivo diferente, mais moderno.

2.2. *Origem e cronologia*

A tese, já clássica, apresentada por Harbison (1968 e 1971), de uma origem centro-europeia, tem sido aceite, mais ou menos sem reservas, pela maioria dos investigadores peninsulares, de que destacamos A. Esparza Arroyo (1980, 1987 e 1995), R. Martín Valls (1971) e F. Romero Carnicero (1984 e 1991), e só mais recentemente este modelo difusionista viria a ser criticado por I. Garcés e E. Junyent (1989a) e por R. Moret (1991).

De acordo com os trabalhos de Harbinson, o sistema defensivo das pedras fincadas teria tido a sua origem nas estacadas de madeira dos *hillforts* de Hallstatt C (século VII a.C.) da Europa Central, aparecidas no contexto dos movimentos de tracocimérios, nos quais a cavalaria tinha uma importância crescente.

Teria sido a expansão dos povos dos Campos de Umas, no seio dos quais os ginetes teriam grande protagonismo, a responsável pela chegada desta técnica defensiva ao Ocidente Europeu; porém, durante este avanço para o Sudoeste da Europa e para as Ilhas Britânicas, ter-se-ia dado a substituição da madeira pela pedra, aproveitando-se um recurso natural disponível e abundante, que apresentava, ainda, como vantagem as suas características de incombustibilidade e durabilidade. No território francês - uma escala da rota difusionista - ainda haveria a coexistência dos sistemas defensivos em madeira e em pedra, enquanto que na Península Ibérica os primeiros já estariam ausentes.

Garcés e Junyen (1989a), mais recentemente, chamaram a atenção para o facto de a coerência interna da proposta de Harbinson não ter correspondência no registo arqueológico; de facto, já Harbinson havia reparado nalgumas fraquezas da sua proposta, sobretudo por não existirem exemplos suficientes da utilização de pedras fincadas no território que separa a Meseta espanhola da Europa Central, pelo que o recurso à suposta existência, em parte deste percurso difusionista, de protótipos de madeira, mais facilmente degradáveis, tenha sido um expediente utilizado para fortalecer esta proposta. Mesmo a cronologia dos dois únicos exemplares existentes no Sul de França é problemática: por um lado, o campo de estacas de Fou de Verdun (Lavault-de-Fréloy, Nièvre), provavelmente da época cesariana, apresenta uma cronologia posterior à tradicionalmente aceite para as pedras fincadas da Meseta; por outro, as pedras fincadas de Pech Maho (Sigean, Aude) são por si só problemáticas, porquanto os autores do seu estudo têm mostrado insegurança na sua datação, ao atribuírem-nas aos séculos VI, V-IV e III a.C. (Garcés e Junyent 1989a, 44).

Na década de 50, Hogg (1957) propôs uma filiação hispânica para as pedras fincadas, mas a investigação posterior inviabilizou esta proposta (Garcés e Junyen 1989a, 43).

Como veremos de seguida, também as propostas cronológicas que se têm apresentado para os campos de pedras fincadas peninsulares, à excepção de Eis Vilars (Arbeca, Lleida), não são absolutas por não resultarem da evidência de contextos estratigráficos; antes, encontram-

-se imbuídas de um pressuposto difusionista, aceitando-se que os mais orientais são mais antigos em comparação com os ocidentais e que aqui, baseando-se numa acepção evolutiva, também os sistemas defensivos são mais complexos. Na ausência de conhecimento do contexto estratigráfico das pedras fincadas, considera-se a organicidade das defesas e assentamentos (Esparza Arroyo 1986, 361), isto é, supõe-se que determinado sítio foi escolhido tendo em conta, entre outras coisas, as obras defensivas a realizar, segundo determinados modelos culturais e contando com os recursos humanos disponíveis, não representando as defesas um acrescento.

Na Meseta Norte, as muralhas e os fossos parecem ser as primeiras obras efectuadas por um grupo humano depois de ter eleito o local de assentamento de um novo povoado fortificado (Fernández-Posse e Sánchez Palencia 1997, 93), como bem patenteia La Corona de Borrenes (León); mas ainda que não seja de estranhar que a construção de um campo de pedras fincadas possa fazer parte de um mesmo projecto inicial, nada nos legitima pensar que é esta a norma adoptada em todas as novas fundações de povoados que integrem aquelas defesas, até porque são apenas complementares à própria muralha, cujo papel ultrapassa esse primário aspecto defensivo.

2.3. *Cronologia das pedras fincadas peninsulares*

As cronologias que, ao longo dos anos, têm sido propostas para a datação dos campos de pedras fincadas peninsulares são, necessariamente, aproximadas, pelo facto de não resultarem de dados estratigráficos provenientes da escavação desses espaços defensivos. Só em 1987, com a escavação realizada no povoado de Eis Vilars (Arbeca, Lleida), é que pela primeira vez se obtém uma datação segura para este engenho defensivo, a qual trará novo fôlego à discussão do tema e a necessidade de afinar propostas cronológicas anteriores.

Quando Harbinson realiza o seu já clássico trabalho sobre os castros com pedras fincadas da Península Ibérica (1968), divide-os em três grupos geograficamente distintos - mas, segundo ele, unidos pela Meseta em torno da qual formavam uma cadeia protectora - correspondendo o mais oriental aos castros da serra de Soria, os quais, de acordo com o esquema difusionista de E para W, possuiriam as datações mais antigas, por oposição aos portugueses e espanhóis fron-

teiriços, que seriam os mais ocidentais; de permeio ficariam La Mesa de Miranda e Las Cogotas, ambos na provincia de Ávila. Este esquema difusionista gizado por Harbinson continuou subjacente às propostas cronológicas posteriores.

O recurso ao sistema defensivo das pedras fincadas está, actualmente, também comprovado em latitudes peninsulares mais meridionais, concretamente nos povoados do Passo Alto, Vila Verde de Ficalho (Soares 1986), e do Cerro del Castillo, Peñas de Aroche (Pérez Macías 1994).

Em Soria, Romero Carnicero (1991, 328-335) atribui às pedras fincadas uma cronologia que remonta, muito possivelmente, ao século VI a. C., ou, quiçá, ainda ao anterior, e supõe, contrariamente a outros autores (Lorrio 1997, 92-93), que, de modo geral, estariam em desuso na Segunda Idade do Ferro.

Os trabalhos de prospecção arqueológica desenvolvidos, nos finais dos anos 70, em O Courel (Lugo) permitiram identificar os povoados fortificados com pedras fincadas mais ocidentais, aos quais se atribuiu uma datação já romana (Luzón Nogué *et alii* 1980, 77-85). As pedras fincadas deste conjunto de povoados galegos são consideradas pelos investigadores galegos um eco tardio das da Meseta (Calo Lourido 1993,93), representando um fenómeno próprio da parte oriental da cultura castreja (Acuña 1996, 322).

Entre estes dois extremos, geográficos e cronológicos, ficariam os exemplos de Ávila, Salamanca, Zamora e Trás-os-Montes. As datações para as províncias de Ávila e Salamanca parecem ser, porém, mais modernas do que as admitidas para as outras duas (Álvarez-Sanchís 1999, 164), ainda que nelas haja também a assinalar exemplos igualmente modernos. Na Mesa de Miranda (Chamartín, Ávila) as pedras fincadas parecem estar fora de uso por altura da construção do terceiro recinto do povoado, pelo que se considera que a datação da sua muralha, centrada no século II a.C., pode funcionar como um *terminus ante quem* para a sua contextualização cronológica (Esparza Arroyo 1986, 359). Relativamente a Picón de la Mora e Yecla de Yeltes, ambos na provincia de Salamanca, considera-se terem a sua origem no século V a. C., embora no primeiro possa haver uma fase mais antiga, datável do Soto II, mas que não ilumina a datação precisa da muralha e pedras fincadas (*idem*).

Para a zona ocidental de Zamora, A. Esparza Arroyo (1986, 358-362) vinculou a maioria dos povoados fortificados com pedras fin-

çadas ao grupo Soto/Campos de Urnas Tardios, propondo uma cronologia próxima de 500 a. C., não descartando, no entanto, o surgimento de pedras fincadas em épocas posteriores, fruto do próprio desenvolvimento destas comunidades, como documenta o Castro de Lubián, na bacia do rio Tuela, que parece ter tido uma ocupação única no século III a. C.

Os resultados da campanha de escavação de 1987 no povoado de Els Vilars (Lleida, Arbeca), durante a qual se escavou parcialmente uma barreira de pedras fincadas, trouxeram novos dados para a discussão da origem e da cronologia das pedras fincadas peninsulares. A localização deste povoado no Pirenéu Catalão atribui-lhe por si só grande importância por ser o primeiro testemunho de pedras fincadas no Nordeste peninsular. Mas o impacto desta descoberta sai reforçado porquanto a integração estratigráfica das suas pedras fincadas permitiu datar da fase Vilars I (650/625-550/525 a. C.) a sua construção, bem como o seu abandono, em finais do século VI a. C., altura a partir da qual a terra as irá cobrir por completo (Garcés e Junyen 1989a).

Integrando este novo dado, Esparza Arroyo (1995, 125) reajusta a cronologia que havia proposto para os campos de pedras fincadas do Ocidente de Zamora, considerando uma passagem rápida desta técnica do vale do Ebro para o bordo oriental da Meseta e, pouco depois de 600 a. C., para Zamora, o que estaria mais de acordo com a data de radiocarbono de 253060 BP (GrN - 14794) que marca a fase inicial do Castillo de Manzanal de Abajo (Escribano 1990, 215-216), à qual, com base no pressuposto da organicidade, devem corresponder as suas defesas (muralla, fosso e pedras fincadas).

Parece claro que, à luz dos indicadores cronológicos actuais, há um desfasamento grande entre as pedras fincadas do Pirenéu Catalão e as das serranias lucenses, de, pelo menos, meio milénio. Como temos vindo a repetir, é tendência comum atribuir este desfasamento à difusão lenta e progressiva que se teria efectuado de nascente para poente. Recentemente (Moret 1991, 10-11), apontou-se outra hipótese explicativa assente no conservadorismo da cultura castreja, ou seja, a de considerar a antiguidade das pedras fincadas, aparecidas, em todo o lado, no final da I Idade do Ferro, acontecendo que as do Noroeste teriam sobrevivido às mutações da Segunda Idade do Ferro, mostrando ainda a sua vitalidade na época romana.

2.4. *Funcionalidade*

Tem-lhes sido comumente atribuída uma função defensiva contra os ataques de cavalaria, chegando-se por vezes a invocar esta realidade para defender a existência de uma classe aristocrática ou de uma *elite* equestre. Nalguns lugares, a própria tradição oral parece atribuir às pedras fincadas esta mesma função: no termo de Babe (Bragança) localizam-se dois povoados providos destas defesas (n.ºs 22 e 23), as quais popularmente são interpretadas como obstáculo para travar o avanço de cavalos que aí *partiriam as suas patas*.

Alguns autores, que recentemente têm analisado em pormenor este assunto, concluem que há um desencontro entre a organização das defesas com base em campos de pedras fincadas e o papel da cavalaria (Garcés e Junyen 1989a, 45; Moret 1996, 11-13). Invoca-se que há uma proximidade habitual entre as pedras fincadas e as muralhas, e que muitas delas estão para lá de um fosso, ou entre dois fossos, os quais seriam reais obstáculos para os cavalos. Para P. Moret, a finalidade das pedras fincadas era travar a marcha da peonagem (soldados de infantaria); valoriza para isso o facto de apresentarem frequentemente uma disposição cerrada, com intervalos inferiores à amplitude do passo humano, a inexistência de campos de pedras fincadas com uma área suficientemente grande e bastante longe da muralha, mais de acordo com os objectivos de protecção contra a cavalaria, e a existência de um desfasamento entre a utilização da barreira de pedras fincadas de Eis Vilars e o desenvolvimento da criação do cavalo, que aí só ganhará importância na época ibérica (100 ou 200 anos depois do seu abandono).

Pela nossa parte, consideramos este sistema defensivo viável, quer para fazer a defesa dos povoados contra a cavalaria inimiga, quer contra peões, mas sobretudo contra a primeira, num contexto de conflito interno em que fossem comuns os assaltos por quadrilhas que esperaríamos, emboscadas, a melhor oportunidade para se lançarem a galope violento sobre o povoado (Esparza Arroyo 1995, 123-125).

Nos casos em que as pedras fincadas constituem o primeiro obstáculo à passagem do inimigo, mesmo antes de um fosso, elas teriam a vantagem de desorientar o cavalo e de barrar o seu avanço, já que só muito dificilmente progrediria pelo seu interior.

A existência de pedras fincadas nos espaços que separam fossos, ou entre os fossos e as muralhas, poderia ter para a cavalaria um sentido

essencialmente dissuasor, sobretudo nos casos de fossos mais estreitos que, apesar de dificilmente transponíveis, poderiam ser encarados como tal, o que deixaria de acontecer se cavalo e cavaleiro percepcionassem do outro lado desse obstáculo um ouriçado de pedras fincadas. Teriam, porém, um efeito mais prático contra o avanço de peões, que em todo o caso teriam de rodear o(s) fosso(s).

Reforça estas atribuições funcionais o facto de, pelo menos a partir do século VII a. C., estarem criadas condições para o aproveitamento bélico do cavalo (Lucas e Rubio 1986-1987, 441 e 444). A domesticação do cavalo na Meseta deve-se ter desenvolvido, pelo menos, no decurso do II milénio a. C., permitindo o aproveitamento das qualidades específicas deste animal, nomeadamente a agilidade e a potência, e até o prestígio social que confere; ao longo do I milénio a. C., o cavalo assume alguma preponderância: a introdução de elementos metálicos, em substituição dos orgânicos, documentada, por exemplo, pelo achado de um freio de cavalo de duplo canhão no depósito do Castro de San-sueña (Zamora), datado dos séculos IX-VIII a.C. (Delibes 1980, 221-246), potenciou o desenvolvimento de atrelagens e arreios, aumentando a eficácia da cavalaria e da atrelagem e criando condições para o aparecimento da cavalaria como instrumento de guerra, levando-a a atingir um estatuto privilegiado e poderoso.

3. Povoados fortificados com pedras fincadas em Trás-os-Montes

Desde as primeiras décadas deste século que a bibliografia arqueológica regional dá conta da existência de povoados fortificados com campos de pedras fincadas (Alves 1931, 38-39 e 1934, 71, 105, 107, 149, 180 e 513; Lopo 1987, 19, 62-63, 129-130 e 159), tal como acontecia na arqueologia espanhola (Gómez Moreno 1904, 148; Taracena 1929, 7-14).

O primeiro, e único, trabalho de conjunto sobre esta particularidade do sistema defensivo dos povoados fortificados transmontanos é da autoria de P. Harbinson (1967-1968, 385-389), sendo, na realidade, uma adaptação do seu artigo, do mesmo ano, publicado nos *Madriider Mitteilungen*, o qual temos vindo a citar. Neste artigo dedicado exclusivamente aos castros com pedras fincadas de Trás-os-Montes, publicado nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, considerou que

estes povoados, tal como os da Meseta de León e Castilla, se integrariam na denominada “Cultura de los Verracos” e que a sua origem, por confronto com os exemplos espanhóis, radicaría nos últimos quatro séculos a. C., ainda que alguns, como o de Carvalhelhos, continuassem ocupados até ao período romano.

A investigação da proto-história transmontana não receberá grandes contributos até aos inícios dos anos 90, altura em que Francisco Sande Lemos (1993) apresenta, no âmbito da sua tese de doutoramento, um trabalho, sem precedentes, sobre o povoamento proto-histórico e romano de Trás-os-Montes Oriental. No entanto, este trabalho, que faz a síntese dos conhecimentos acumulados pelos estudiosos locais desde finais do século passado, não dá o realce merecido à discussão da problemática dos campos de pedras fincadas. Ainda assim, conclui pela não existência de um modelo de povoados fortificados com pedras fincadas (Lemos 1993, Ia, 194) e admite como hipótese que este sistema defensivo se tenha generalizado em povoados de cronologia recuada, atribuível à I Idade do Ferro, implantados em contrafortes montanhosos e cumeadas com óptimas condições geo-estratégicas e amplo domínio visual - o seu tipo C (*idem*, 204-206), no qual se integram o *Monte de Santa Comba* de Ousilhão (n.º 13) e o *Castelo de Alimonde* (n.º 14).

Conhecem-se no território transmontano 30 povoados fortificados cujos sistemas defensivos incluem pedras fincadas ¹ (Fig. 1), mas é ¹

¹ O povoado fortificado designado de *Castelo da Cidadelha* que a bibliografia (Alves 1931; Montalvão 1971; Esparza Arroyo 1980, 76, n.º 21; Luzón Nogué *et alii* 1980, 81 e 82, n.º 6; Tranoy 1981, 86; Martins 1984, n.º 36; Silva 1986, 92, n.º 548) localiza no termo de Segirei (S. Vicente da Raia, Chaves) integra-se em território galego, no concelho de Vilardevós (Taboada Chivite 1955, 336; Rodríguez Colmenero 1977, 113), junto à linha de fronteira com Portugal (CMP 1:25.000 n.º 22; Coord. Gauss: M-276,3 / P-546,0; Alt.: 680 m).

Ocupa o topo de um cabeço com razoáveis condições naturais de defesa situado entre os regatos da Cidadelha e do Pontón. É envolvido por um circuito de muralha que se vai adossando aos afloramentos rochosos emergentes e define um recinto pouco extenso, com aproximadamente 100 x 50 m nos eixos maiores. A muralha atinge os 3 m de largura e parece construída com duplo paramento de grandes blocos pétreos. A defesa do sector noroeste do povoado é reforçada por um pequeno torreão associado à muralha e por um campo de pedras fincadas que ocupa cerca de 30 m imediatamente em frente da muralha, entre a bancada rochosa que aí se levanta (orientada no sentido noroeste-sudeste) e a própria vertente do esporão, num espaço de aproximadamente 20 m. As pedras fincadas dispõem-se de forma cerrada, praticamente encostadas umas

provável que este engenho defensivo pudesse ter sido bastante mais comum, a avahar pelo número de novas descobertas que se vão sucedendo, quer no território nacional, quer em Espanha, e pela possibilidade de muitos deles se encontrarem encobertos, pela acção dos fenómenos post-deposicionais, ou desmantelados, sobretudo, devido aos labores agrícolas e ao aproveitamento das pedras para a construção civil; infelizmente, os povoados fortificados proto-históricos continuam a ser “pedreiras do povo”, facto que o Abade de Baçal (Alves 1934, 107) já realçava, a propósito do estado de conservação do *Castelo dos Mouros* de Algosinho (n.º 25), queixando-se de que *as pedras têm sido levadas à formiga para tapagem de propriedades particulares*.

A maioria destes povoados (19) localiza-se no Nordeste transmontano, entre os rios Douro e Tuela, mas a sua distribuição avança mais para poente, alcançando o território entre o Tâmega e Cávado superiores, administrativamente integrado nos concelhos de Chaves e Boticas. Os exemplos mais meridionais surgem, no território mais oriental, em Lagoaça (Freixo de Espada-à-Cinta) e Parada (Alfândega da Fé) e, mais a ocidente, em Vale de Égua (Murça), Sabrosa e Alijó.

Ocupam, sobretudo, relevos em esporão ou arribas sobranceiros a cursos de água mais ou menos imponentes, mas também cabeços destacados na paisagem. Há ainda exemplos singulares de implantação no rebordo de um planalto e num “castelo rochoso”. A presença de pedras fincadas nestes povoados apenas os diferencia por isso mesmo, não parecendo ter qualquer significado especial, para além do reforço da defesa em sectores mais vulneráveis, de maneira geral em locais de fraca pendente por onde seria fácil o acesso de cavalaria ou peonagem.

Em alguns povoados foi criada mais de uma área com este engenho defensivo. O *Castro de Carvalhelhos* (n.º 1) e *Cidadelhe* de Parada de Infanções (n.º 16) são disso bons exemplos: no primeiro, no seu sector ocidental, foi levantado um campo de pedras fincadas antes do fosso externo e foi coroado com estas pedras o topo de pelo menos um talude de separação dos fossos; no segundo, regista-se, no sector sudeste, um conjunto de pedras fincadas exterior ao fosso e um outro, no lado noroeste, entre o fosso e a muralha. Esta combinação de fórmulas diferentes de posicionamento das pedras fincadas num mesmo

às outras, e apresentam morfologias e dimensões muito variadas devido, sobretudo, às características da pedra utilizada (xisto quartzoso), atingindo, acima do solo, alturas médias que oscilam entre os 0,40 e os 0,80 m, embora algumas alcancem 1 m. Rodríguez Colmenero refere a existência de construções circulares e de cerâmica romana que nós não detectámos.

povoado revela seguramente que não há na escolha de diferentes fórmulas de ordenação das defesas de um povoado qualquer significado profundo, para além do seu sentido defensivo.

Habitualmente, as pedras fincadas constituem a defesa mais externa destes povoados. Nesta situação, as áreas de pedras fincadas podem anteceder um fosso ou estar em frente às próprias muralhas.

No *Crasto* de Nogueira (n.º 2), no *Castro da Curalha* (n.º 7), no *Castelo de Alimonde* (n.º 14) e no *Cabeço da Coroa* (n.º 19), todos eles implantados no alto de cabeços, no *Castro da Sapeira* (n.º 22, foto 5) e na *Castragosa* (n.º 23), ambos no termo de Babe e implantados em relevos em esporão, as pedras fincadas antecedem a muralha, tal como no *Castrilhouço* de Vale de Águia (n.º 29) ou na *Cigaduenha* de Picote (n.º 28, foto 6), onde a única zona de acesso aos povoados, sobranceiros ao rio Douro, estava barrada por um campo de pedras fincadas secundado, no primeiro caso, por uma muralha e um torreão e, no segundo, apenas por uma muralha.

O mais frequente, porém, é os estrepes estarem associados a fossos. O valor defensivo destes fossos é indiscutível, mas a sua presença é também, em muitos casos, sinónimo de fonte de matéria-prima utilizável na construção do restante aparato defensivo, e até doméstico, dos povoados; os materiais retirados da sua escavação encontram bastante utilidade na hora de se construírem parapeitos, muralhas e habitações e, evidentemente, se levantarem barreiras de pedras fincadas. Nos povoados implantados em esporões ou arribas que possuem áreas de pedras fincadas a anteceder um ou mais fossos, constituindo a defesa mais avançada do povoado, o mais comum é a sua localização coincidir com o sector de mais fácil acesso ao povoado, como se verifica no *Castro de Carvalhelhos* (n.º 1, foto 1), no *Muro* de Pastoria (n.º 6), na *Murada* de Lama de Ouriço (n.º 10), na *Terronha de Vimioso* (n.º 26), no *Castro* de S. Martinho de Angueira (n.º 27), no *Castelo dos Mouros* de Algosinho (n.º 25) e no de Vilarinho dos Galegos (n.º 24) e no *Castelo Velho* de Bruçó (n.º 21). À excepção dos dois primeiros povoados citados, nos restantes esta formação defensiva era reforçada por um torreão, pegado à estrutura amuralhada, que se levantaria vigilante por trás do fosso. Contudo, encontramos também outras soluções. Na *Casa da Mina* de Vilar de Perdizes (n.º 3), a zona de mais fácil acesso ao povoado é defendida por um torreão unido a duas linhas de muralha e por um duplo fosso, enquanto que as pedras fincadas estão colocadas noutros sectores do povoado também vulneráveis pela mediocridade

das condições naturais de defesa. Nos povoados com outro tipo de implantação (cabeços, cumeadas...) a opção foi também o reforçar das defesas onde o acesso é mais favorável, como se verifica no *Monte de Santa Comba* de Ousilhão (n.º 13, foto 4) ou em *Cidadelhe* de Parada de Infanções (n.º 16).

Pedras fincadas colocadas entre um fosso e a muralha do povoado surgem no *Castelo de Calvelhe* (n.º 20) e em *Cidadelhe* de Parada de Infanções (n.º 16), enquanto que as cristas de pedras fincadas a coroar taludes de separação de fossos apenas têm existência clara no *Castro de Carvalhelhos* (n.º 1).

Referência especial merece o *Castelo dos Mouros* de Vale de Égua (n.º 9, foto 2) pela situação do seu campo de pedras fincadas relativamente às restantes defesas. Neste povoado, utilizaram-se as pedras fincadas associadas, de forma original, ao mais externo de dois terra-plenos que envolvem o seu sector norte; as pedras, com alturas variáveis entre os 0,15 e os 0,40 m, concentram-se encostadas ao limite exterior do terraplino e estrategicamente voltadas para o colo de acesso ao povoado, numa extensão de 20m de comprimento e 6 a 7m de largura, mas que poderia ter sido mais vasta.

Quando na área a dotar de pedras fincadas existem pequenos afloramentos, graníticos ou xistosos, como acontece por exemplo na *Casa da Mina* de Vilar de Perdizes (n.º 3), no *Castro da Curalha* (n.º 7), na *Murada de Lama de Ouriço* (n.º 10), na *Murada* de Fiães (n.º 11, foto 3) ou no *Monte de Santa Comba* de Ousilhão (n.º 13), é comum as pedras fincadas combinarem-se com esses obstáculos naturais, rodeando-os e preenchendo os espaços livres entre eles, mesmo que diminutos. No caso específico do povoado de Fiães, onde esta complementaridade está muito bem conseguida, verifica-se que a eficácia desta associação é ainda reforçada pelo facto de o fosso, cortado na rocha, interposto entre as pedras fincadas e a muralha, aparecer dissimulado por esses mesmos afloramentos.

A nossa posição relativamente à possibilidade de definir cronologicamente o uso de pedras fincadas em Trás-os-Montes reveste-se de algum pessimismo, residente no facto de não dispormos de dados de escavação para qualquer dos campos de pedras fincadas e, agravando o panorama, na escassez de indicadores cronológicos para a ocupação dos próprios *habitats*. Contudo, parece-nos razoável tentar esboçar uma cronologia ampla, à escala de uma fase cultural, como sugeriu R Moret (1996, 8), com base nos sítios que oferecem alguns dados cronológicos,

embora correndo sempre o risco de as pedras fincadas que pretendemos estudar poderem ter correspondência com uma fase da qual não se conhece qualquer vestígio material, por nunca ter sido detectado em prospecções ou mesmo em sondagens.

Os quatro povoados com pedras fincadas que foram objecto de escavação localizam-se todos na franja mais ocidental da área de dispersão deste sistema defensivo, mas nem por isso essa realidade é vantajosa na hora de definir cronologias: os contextos cronológicos do *Castro de Carvalhelhos* (n.º 1) e das suas barreiras de pedras fincadas não estão claramente definidos, apesar de este povoado apresentar uma larga área intervencionada, ao longo de três décadas: se por um lado estão referenciadas cerâmicas de tipologia castreja, por outro há todo um conjunto de espólio cerâmico, metálico e numismático que documenta uma ocupação efectiva do local no período alto-imperial (Santos Júnior 1984c); as sondagens efectuadas no *Muro da Pastoria* (n.º 6), apesar de limitadas, indicaram uma cronologia recente, do século I a.C, para os níveis de ocupação escavados, embora fique em aberto a possibilidade de uma fundação anterior (Soeiro 1986); a análise dos dados referentes ao *Castro da Curalha* (n.º 7) deixa-nos alguma perplexidade pelo facto de os resultados conhecidos apontarem para uma ocupação bastante tardia, mormente do Baixo Império e da Alta Idade Média (Amaral 1993, 39-40), pouco consentânea com o uso do sistema defensivo de pedras fincadas. A integração do outro povoado escavado, o de Sabrosa (n.º 5), neste rol de povoados fortificados com pedras fincadas é duvidosa, pois ainda que seja certa a sua ocupação na Idade do Ferro e no período romano, a existência de pedras fincadas é apenas suspeitada por um escrito jornalístico, não sendo confirmada pela restante bibliografia, nem tão-pouco pela visita que aí efectuámos.

Apesar da exiguidade dos dados cronológicos disponíveis e da imperiosidade de (re)avaliação do espólio arqueológico e das estratigrafias dos povoados fortificados de Carvalhelhos, Curalha e Sabrosa, fica-nos a impressão de que a maioria dos povoados com pedras fincadas mais ocidentais, localizados a poente dos rios Rabaçal e Tuela, estavam em plena ocupação, pelo menos, no câmbio de Era, podendo o seu sistema defensivo ter estado em funcionamento ou mesmo ter sido construído nessa época, como parece acontecer com o *Castelo dos Mouros* de Vale de Égua (n.º 9), classificado como povoado mineiro fortificado de fundação romana (Lemos 1996, 149), tal como os exemplos de O Caurel (Lugo).

Para muitos dos povoados da parte oriental de Trás-os-Montes não dispomos de qualquer indicador cronológico, sendo, mal-grado, os povoados com deficientes condições de conservação que nos facultam um maior número de dados com valor cronológico.

No *Monte de Santa Comba* de Ousilhão (n.º 13), Sande Lemos (1993, lia, 433-434), na sequência de destruições provocadas pela instalação de urna antena retransmissora, recolheu cerâmicas que apontam para uma cronologia que recua à I Idade do Ferro, ao horizonte cultural de Soto de Medinilla, e, com base nessas evidências e na estrutura do próprio povoado, sugere, como hipótese a confirmar, que tenha sido com os povoados correspondentes ao seu tipo C, que se generalizou em Trás-os-Montes Oriental o sistema de pedras fincadas.

Alguns dos materiais cerâmicos recolhidos no *Castrilhouço* de Vale de Águia (n.º 29) (Sanches 1992, 55, 153, est. XXVI e XXVII; Lemos 1993, III, est. LXXVI, 3, 6, 7, 8) encontram paralelos nas cerâmicas de Zamora ocidental, tal como acontece com os fragmentos recolhidos no *Castro* de S. Martinho de Angueira (n.º 27), cujas cerâmicas publicadas por Esparza Arroyo (1986, 143-145) são paralelizáveis com as do *Castro* de Sejas de Aliste (Zamora), e integráveis no horizonte cultural de Soto de Medinilla. Do conjunto cerâmico associado a este último povoado destaca-se um pequeno fragmento cerâmico com pintura avermelhada que, segundo recentes propostas cronológicas para as cerâmicas pintadas da Meseta (Romero Carnicero 1991, 284-292 e 499), deverá ser datado dos séculos VI-V a. C.

A manter-se o cenário, indiciado pelos conjuntos cerâmicos recolhidos no *Monte de Santa Comba* de Ousilhão (n.º 13), no *Castrilhouço* de Vale de Águia (n.º 29) e no *Castro* de S. Martinho de Angueira (n.º 27), de integração do Nordeste transmontano no horizonte cultural do Soto de Medinilla, é possível pensar no aparecimento deste sistema defensivo na Idade do Ferro, provavelmente no século VI a. C., data fundacional atribuída ao *Castillo* de Manzanal de Abajo (Zamora), que para Escribano Velasco (1990, 215-216) representa a projecção para o Ocidente da cultura do Soto e com o qual o *Monte de Santa Comba* tem evidentes paralelos quanto aos sistemas defensivos e aos próprios materiais cerâmicos (Lemos, 1993, Ia, 180).

Da cronologia dos povoados com pedras fincadas mais ocidentais, integrados na parte mais oriental de uma realidade cultural diferente, no seio da nebulosa cultura castreja, onde se enquadram os povos que as fontes epigráficas e clássicas apresentam como organizados em

castella e que seguramente já na Idade do Ferro teriam uma organização social distinta, temos, tão-só, um *terminus ante quem*, o Alto Império romano. Teremos, porém, que pensar que a presença deste sistema defensivo em povoados de fundação romana se deve a uma tradição anterior, que nessa altura se mantinha viva, mas que por ora não sabemos quando, nem de que forma, se implantou nessas paragens.

4. Inventário dos povoados fortificados transmontanos com pedras fincadas

Os povoados apresentam-se ordenados, de acordo com a sua longitude, de Ocidente para Oriente. Para cada povoado pretendeu-se efectuar uma síntese da informação disponível respondendo a um conjunto de itens principais: designação toponímica, integração administrativa, descrição sumária (tipo de assentamento, integração na paisagem, arquitectura defensiva, organização interna, espólio) e bibliografia referentes a cada um deles.

A descrição que efectuámos destes povoados fortificados baseia-se, sobretudo, nos dados disponíveis na bibliografia. Das nossas próprias observações resultou o enriquecimento das descrições apresentadas para os n.ºs 1, 3, 5, 7, 9, 10, 11, 13, 16, 17, 22, 23, 28 e 29. ¹

1. *Couto dos Mouros/Crasto/Castro de Carvalhelhos, Beça, Boticas*

(CMP 1:25.000 n.º 46; Coord. Gauss: M-233.3/P-525.3; Alt.: 860m)

Localiza-se num relevo em esporão limitado pelo curso do ribeiro do Castro, afluente do rio Beça, para o qual se voltam vertentes algo íngremes, enquanto que a topografia do lado sudoeste é mais suave, esboçando apenas uma ligeira depressão que individualiza este esporão na sua união com a ladeira a que se une.

O povoado foi objecto de trabalhos arqueológicos entre 1952 e 1983, orientados por Joaquim dos Santos Júnior, a partir dos quais se produziram numerosos títulos.

Uma primeira linha de muralha, incompleta, forma um recinto de planta semicircular, cujos eixos máximos medem 51 m (N-S) e 42,5 m (E-O), com um entrada a sudoeste, a partir de um recinto externo; esta muralha tem uma largura média de 2,5 a 3 m e, de acordo com Harbinson, tem do lado nascente um traçado curvilíneo, ausente dos lados sudoeste, sudeste e este, onde o seu

traçado é feito por tramos rectos formando pequenos ângulos entre eles. Pelo poente, encosta abaixo, existe uma outra linha de muralha que tem na sua extremidade setentrional uma pequena projecção para o interior, ainda não claramente explicada, que se interrompe em frente de um afloramento rochoso voltado a noroeste, a norte e nordeste, na base do esporão e junto ao curso de água, existe uma terceira linha de muralha, com uma configuração rectilínea e uma espessura inferior aos 2,5 ou 3 m que se documentam, em média, nas restantes, conservada em cerca de 100 m.

A muralha superior é construída com duplo paramento, sendo o externo executado em pedra de granito, de pequenas dimensões, em que apenas a face externa é afeiçãoada, formando um *opus incertum*, e o interno em pedra de xisto. Noutros panos de muralha, como por exemplo no lado poente, apenas é utilizado o xisto. As linhas de muralha do recinto superior e do lado oeste dispõem de rampas de acesso obtidas por um alargamento da sua face interna em cerca de 0,50 m, contabilizando-se 10 ou 11 rampas na primeira e 5 na segunda.

A estrutura defensiva deste povoado é complementada por outras defesas: no lado menos defensável existem três fossos, cujas dimensões oscilam entre os 5 e os 8 m de profundidade e os 6 e os 8 m de largura, que se estendem para os lados este e oeste, à excepção do central, que se limita ao lado sudoeste, reforçados por conjuntos de pedras fincadas. A maior extensão de pedras fincadas ocupa uma área de cerca de 40 a 50 m de comprimento e 8 a 10 m de largura, bordejando parcialmente o fosso externo entre o noroeste e o sudoeste, embora elas tenham também sido encontradas no talude que separa os dois fossos do lado poente e pudessem ter coberto, originalmente, todos os taludes separadores dos fossos, nomeadamente no lado sudoeste. As pedras fincadas conservadas, com uma disposição muito densa, elevam-se acima do solo numa altura média que oscila entre os 0,25 e os 0,30 m, ainda que algumas possam ultrapassar os 0,50 m. Não foram produzidos argumentos suficientemente seguros, baseados em evidências estratigráficas, para esclarecer a existência ou não de duas fases construtivas do povoado e, pese embora as conjecturas de Harbinson, apenas parece mais ou menos evidente, embora não irrefutável, que as pedras fincadas têm uma história paralela à dos dois fossos maiores, para os quais também não se obteve qualquer cronologia.

No interior do recinto superior foram individualizadas quatro casas de planta circular e três de planta rectangular, enquanto que no seu exterior, do lado nascente, se identificaram duas de planta circular, uma com vestíbulo, e outras duas rectangulares, mas em nenhum dos recintos parece possível perceber qualquer lógica de organização interna do espaço.

O espólio recolhido ao longo de três décadas reveste-se de alguma pobreza. Em 1965, foi encontrado um depósito com 200 Kg de cassiterite, associado a alguns fragmentos cerâmicos, cossoiros, pregos em ferro e outros

objectos metálicos, entre os quais estariam, aparentemente, arcos de fibulas; no recinto superior e no recinto externo apareceu grande quantidade de escorias, o que parece documentar a prática da metalurgia do bronze no povoado. Os fragmentos cerâmicos, recolhidos durante os trabalhos de escavação, enquadram-se nas tipologias castrejas; são, de forma geral, lisos e as suas pastas têm frequentemente grande quantidade de micas. Do espólio metálico sobressai uma fibula anular romana (Flower B1) e uma fibula do tipo *Aucissa* (Cam 17c), com cronologias já imperiais, uma fivela em bronze e um pendente no mesmo metal. Foi igualmente exumada uma folha de lança em ferro, bem como outros fragmentos de ferro. Associam-se, ainda, a este povoado um disco em prata a que Santos Júnior atribui valor monetário e vários numismas de que apenas surgem individualizados dois asses de Tibério e um de Augusto e um denário, também augustano. Acrescentam-se a este rol duas singulares contas em pasta vítrea e uma pedra de anel.

BIBLIOGRAFIA: Santos Júnior 1957; 1959-60; 1963; 1964; 1966; 1971; 1973; 1975a; 1977; 1978; 1980; 1981; 1982; 1983a; 1984a e 1984c; Harbinson 1968, 116-120; Esparza Arroyo 1980, 76 (n.º 14); Luzon Nogué *et alii* 1980, 81 e 82 (n.º 8); Tranoy 1981, 86; Martins 1984, n.º 15; Ponte 1984, 173 (n.º 73); Silva 1986, 89 (n.º 483); Centeno 1987, 113 (n.º 37).

2. *Crasto, Nogueira, Bobadela, Boticas*

(CMP 1:25.000 n.º 33; Coord. Gauss: M-241.5/P-530.7; Alt.: 900m)

O povoado implanta-se num cabeço de configuração cónica, situado a noroeste da aldeia de Nogueira.

A sua estrutura defensiva é constituída por uma linha de muralha, mal conservada, que atingiria os 3 m de largura, e por um campo de pedras fincadas que se estenderia, do lado poente, 8 a 10 m em frente da muralha (sentido E-W). Dois troços de derrubes da muralha conservam-se no lado ocidental do povoado: um entre o sudoeste e o oeste, numa extensão de 60 m, a meio do qual restam indícios da existência de uma rampa de acesso à muralha, e outro de W para norte, configurando um S, numa extensão de 45 m. O restante perímetro - nordeste, este e sudoeste - aproveita as condições naturais de defesa proporcionadas pelos afloramentos sucessivos que por aí se perfilam. A bibliografia refere, ainda, a hipotética existência de um segundo recinto amuralhado, do lado sul.

O espólio deste povoado resume-se a fragmentos cerâmicos e a uma fibula do tipo *Aucissa* (Cam. 17 c) com uma cronologia já romana, do século Id. C.

BIBLIOGRAFIA: Kalb 1980, (n.º 30); Ponte 1984, 134 (n.º 51); Martins 1984, (n.º 4); Miranda Júnior *et alii* 1985, 13-19; Silva, 1986, 90 (n.º 488).

3. *Casa da Mina/Castro da Mina*, S. Miguel (Vilar de Perdizes), Montalegre (CMP 1:25.000 n.º 20; Coord. Gauss: M-243.6/P-542.4; Alt.: 730m)

Povoado de grandes dimensões e configuração subcircular, implantado num esporão com mediocres condições naturais de defesa, mas com considerável domínio visual sobre o vale da ribeira da Assureira.

A estrutura defensiva do povoado é composta por três linhas de muralha e um torreão, três fossos e uma extensa barreira de pedras fincadas.

Ao torreão, voltado a noroeste, estão unidas as muralhas superior e intermédia. A superior parte do lado norte do torreão tomando a direcção nascente para em seguida passar a descrever um traçado curvilíneo que a leva a adossar-se novamente ao torreão. A intermédia une à parte exterior do torreão e segue inicialmente na direcção norte, para logo de seguida se orientar para nascente até o seu traçado inflectir abruptamente, em ângulo aberto (100°), para sul, aproximando-se progressivamente da linha de muralha superior, até passar a seguir quase paralela a esta, separada por escasso espaço que se vai reduzindo no lado poente, até quase se juntar, acabando por se ligar também ao torreão (a ponto de por vezes se misturarem e confundirem os respectivos derrubes); esta segunda muralha acaba por envolver por completo a primeira e criar, a uma cota inferior, um segundo recinto, particularmente amplo no lado setentrional do povoado. Uma terceira linha de muralha, acoplada à intermédia, define outro recinto, de configuração esguia, no sector nascente; esta linha de fortificação levanta-se a partir do ângulo descrito pela muralha intermédia quando toma o rumo sul, e toma esta mesma direcção até que imediatamente antes do fosso do sector sudeste encurva para encontrar novamente aquela muralha.

As muralhas são de alvenaria seca de granito, com aproximadamente 2,50 m de largura, apresentando duplo paramento de aparelho regular de blocos rectangulares, dispostos em fiadas, embora em alguns troços, sobretudo na muralha inferior, se utilize um aparelho irregular de lajes sobrepostas a seco. Na muralha intermédia distingue-se uma porta (orientada para nordeste), conseguida pela interrupção da própria muralha e marcada com grandes lajes graníticas, que comunica com o recinto inferior.

Um fosso profundo envolve o povoado na maior parte do seu perímetro: é visível em parte do sector nascente do povoado e acompanha a linha de muralha exterior, sem interrupção, a setentrião e a poente. Na continuação deste fosso é visível um outro que envolve o povoado no seu sector sudeste, a toda a largura do remate do esporão em que se encontra implantado o povoado; os dois fossos estão separados por escassos metros no sector sul do povoado.

No sector noroeste, pela sua maior acessibilidade e vulnerabilidade, a estrutura defensiva é reforçada, em frente ao torreão, com um outro fosso, exterior ao já descrito.

Uma extensíssima barreira de pedras fincadas com cerca de 30 m de largura, exterior ao fosso interno e ao fosso do sector sudeste, completa a defesa do povoado ao longo de aproximadamente duas centenas de metros; cobre, a praticamente toda a largura, o remate do esporão e prolonga-se pelo sul e poente até ao sector noroeste, detendo-se ao aproximar-se da área protegida por duplo fosso. As pedras conservam alturas acima do solo que oscilam entre os 0,10 e os 0,40 m. O empenho defensivo colocado nestes sectores justifica-se pela ausência de boas condições naturais de defesa: apesar de rodeados pela ribeira da Assureira podem, em alguns pontos, ser alcançados, a vau, a partir da outra margem da ribeira e facilmente atravessados devido ao seu pendor suave.

O espólio associado a este povoado cinge-se a um fragmento de cerâmica de fabrico manual, atribuível à Idade do Ferro, recolhido à superfície.

BIBLIOGRAFIA: Costa 1968, 43; Lourenço Fontes 1978, 16; Esparza Arroyo 1980, 76 (n.º 22); Luzon Nogué *et alii* 1980, 81 e 82 (n.º 29); Tranoy 1981, 88; Silva 1986, 89 (n.º 460); Fontes 1992.

4. **Muro/Cunhas, Seara Velha, Calvão, Chaves**

(CMP 1:25.000 n.º 33; Coord. Gauss: M-245.9/P-533.3; Alt.: 709m)

O povoado implanta-se no topo de um remate de esporão, no tramo superior da bacia da ribeira de Calvão, entre a ribeira de Cunhas e uma linha de água que a ela aflui.

O sistema defensivo do povoado é composto por duas linhas de muralha, separadas cerca de 30 m uma da outra, formando um recinto subcircular com 120m de diâmetro máximo; ambas apresentam uma largura de aproximadamente 3 m e uma construção, em alguns lanços, em paramento duplo, sendo o externo formado por blocos de granito rectangulares, bem aparelhados e assentes a seco. Do lado sudoeste foram aproveitados os afloramentos graníticos para adossar as muralhas. Do nascente há, segundo P. Amaral, indícios de uma rampa de acesso na face interna da muralha externa.

Do lado norte-nordeste, o mais vulnerável pela rareza dos afloramentos, o sistema defensivo é reforçado por uma área de pedras fincadas de cerca de 500 m².

Miranda Júnior *et alii* detectaram indícios de duas construções, de planta possivelmente circular, no lado norte da plataforma limitada pelas duas linhas defensivas.

Associam-se ao povoado fragmentos de cerâmica proto-histórica, alguns dos quais de fabrico manual, um cossoiro e uma escória de ferro.

BIBLIOGRAFIA: Azevedo 1896, 257 (n.º 42); Montalvão 1971, 94;

Martins 1980a; 1984 (n.º 38); 1985, 24 (n.º 33); Miranda Júnior *et alii* 1985, 19-28; Silva 1986, 91 (n.º 517); Santos Júnior 1988-89; Amaral 1993, 73-74 (n.º 120 B).

5. Castro/Cristêlo/Castelo dos Mouros/Castelo da Sancha, Sabrosa, Sabrosa

(CMP 1:25.000 n.º 155; Coord. Gauss: M-247,0/P-478,9; Alt.: 665 m)

O povoado está implantado num cabeço da vertente oriental da serra do Criveiro, sobranceiro ao rio Pinhão.

Foi objecto de trabalhos arqueológicos entre 1967 e 1971, e entre 1980 e 1984, sob a direcção de Santos Júnior e Carlos Ervedosa.

A planta do povoado apresenta uma configuração trapezoidal que lhe é conferida pela linha de muralha externa, a qual contém as outras duas. A muralha externa, com uma espessura média de 3 a 4m, apresenta-se em grandes tramos mais ou menos rectilíneos, articulados por ângulos abertos, a norte e oeste, que conformam os lados sul, sudoeste, noroeste e este do povoado, sem que se vislumbre qualquer porta; do lado nascente, o circuito de muralha, aparentemente, interrompe-se pela existência de condições naturais de defesa proporcionadas pelas escarpas e afloramentos. A sua construção foi feita com duplo paramento de blocos de granito aparelhados e miolo de pedra mais miúda, sendo constatável em alguns tramos, nos lados norte e nascente, um paramento externo de construção bem cuidada com silhares rectangulares, talhados em cunha, sobrepostos em linhas horizontais. No interior desta linha de muralha, outras duas retalham o espaço. Junto do ângulo noroeste, no ponto mais elevado do povoado, há uma linha de muralha, em arco, com 60 m de extensão, construída igualmente com paramento duplo, que se adossa à muralha externa; define um recinto semi-elíptico, ao qual se acede por três portas, voltadas a sul, este e nordeste, no qual foram identificadas 5 casas, algumas adossadas à muralha, um torreão e algumas rampas de acesso à muralha externa. Envolvendo este reduto, um outro arco de muralha, não adossado a qualquer uma das duas linhas de muralha já descritas, impõe-se como defesa artificial pelo nascente, onde a muralha externa está ausente, para, de nordeste a noroeste, se internar no espaço amuralhado pela linha externa; esta linha defensiva dispõe de uma entrada, voltada a nascente ainda protegida pelo tramo nordeste da muralha externa, denunciada por uma interrupção do pano de muralha que se encurva para o lado interno. A defesa do povoado é reforçada por dois extensos fossos que, nos lados menos defensáveis (norte e poente) antecedem a muralha externa. Numa notícia, publicada no *Jornal de Notícias*, em 6-8-1968, referente à estada de Santos Júnior no Castro de Sabrosa durante a campanha desse ano, é levantada a hipótese da existência de uma “crista de pedras fincadas” associada ao duplo fosso, porém, dado que

tal hipótese não voltou a ser comentada, permanece a dúvida quanto a ter ou não existido esta área de pedras fincadas. A nossa visita ao local foi inconclusiva, sobretudo devido a algumas perturbações que afectaram essa área.

O espólio recolhido é constituído por fragmentos de cerâmica comum, lisos e decorados, com uma cronologia que oscila entre a Idade do Ferro e a Idade Média, bolas de funda em quartzo leitoso, um machado em ferro, fíbulas, moedas romanas, entre as quais um asse de Tibério, e três epígrafes romanas, duas funerárias e uma votiva, consagrada a Júpiter.

BIBLIOGRAFIA: Ervedosa 1967-68; 1981; 1982; 1983; 1984; 1985a e 1985b; Santos Júnior 1969; 1975c; *Jornal de Notícias*, de 06-08-1968; Esparza Arroyo 1980, 76 (n.º 20); Silva, 1986, 94 (n.º 610); Centeno, 1987, 117 (n.º 50); Lopo, 1987, 139; Gonçalves 1992-93, 196-197 (n.º 28).

6. *Muro/Crasto, Pastoría, Redondelo, Chaves*

(CMP 1:25.000 n.º 46; Coord. Gauss: M-247.5/P-529.4; Alt.: 608m)

O povoado localiza-se num remate de esporão, a meia encosta, na vertente sudoeste da plataforma Elhos-Facho, na parte superior da ribeira da Curalha.

Três linhas de muralha com origem num ponto comum, a este, onde surgem adossadas entre si, conformam um povoado de contorno ovalado ao prolongarem-se, acompanhando o declive do terreno, para sudeste, atingindo nos sentidos NW-SE e NE-SW, 100 e 60 m, respectivamente, de dimensão máxima. As muralhas são constituídas por dois paramentos, de blocos graníticos bem aparelhados e colocados a seco, sendo o espaço intermédio preenchido com pedra miúda.

A defesa, no lado nascente, o voltado à serra, é reforçada por um fosso e, muito possivelmente, por uma área de pedras fincadas exterior ao fosso, iniciada por alguns blocos dispersos.

Esta estação arqueológica foi objecto de um estudo mais apurado, em 1982-83, dirigido por T. Soeiro, tendo-se, então, sondado duas áreas do povoado: no lado nascente, foi efectuado um corte na estrutura amuralhada, tendo-se comprovado a união das três linhas de muralha nesse lado; no espaço interior à última muralha, do lado oposto do povoado, foram escavadas duas valas de sondagem que permitiram descobrir uma construção circular, com 4,5 m de diâmetro, de que se conservavam pequenos esteios rectangulares enterrados no saibro, acompanhados de pequenas pedras e blocos de barro que formariam as paredes da cabana, contendo no seu interior restos de trabalho do ferro e uma mó manúaria circular.

Do espólio recolhido durante as sondagens destacam-se: os muitos vestígios relacionados com a metalurgia do ferro - 35 Kg de pequenos blocos

de ferro, associados à cabana, e restos de revestimento interior de um forno ligado à metalurgia do ferro - e do bronze - pedaço de bronze informe; duas fíbulas, uma de tipo Sabroso, recolhida no interior da cabana, e outra de tipo zoomórfico, recolhida à superfície, igualmente no interior da última muralha; mós manúarias; cossoiros; um agrafe em ferro; e fragmentos de um, ou mais, fornos de cozedura de cerâmica e fragmentos cerâmicos (talhas, púcaros e um vaso de asa interior). É apontado o século I a. C. como cronologia integradora dos vestígios materiais exumados, embora esta possa corresponder apenas a uma das fases da ocupação do sítio.

BIBLIOGRAFIA: Azevedo 1901, 236 (n.º 404); Sampaio 1929; Montalvão 1971; Martins 1980b; 1984(n.º29); 1985, 17-18; Soeiro 1985-1986; Silva 1986, 91 (n.º 520); Amaral 1993, 59-60 (n.º 85 B).

7. *Castro (Castro da Curalha)/Castelo/Cerca*, Curalha Chaves

(CMP 1:25.000 n.º 47; Coord. Gauss: M-250.3/P-526.8; Alt.: 436m)

Implanta-se num cabeço pouco pronunciado de uma encosta de pendor suave do rebordo inferior da vertente sudoeste da superfície de Sanjurge, próximo da ribeira da Curalha, na sua afluência ao rio Tâmega. O povoado foi intervencionado ao longo de 10 campanhas de trabalho, realizadas entre 1971 e 1984, sob a responsabilidade de J. Santos Júnior e A. Medeiros de Freitas, aos (quais se associou, nos primeiros trabalhos, Adolfo Magalhães.

Apresenta três linhas de muralha, sendo duas delas concêntricas. A primeira define um recinto central de configuração elíptica com uma extensão máxima de 90 m (N-S) por 120 m (E-W). Esta muralha, que atinge uma largura de, aproximadamente, 5 m, dispõe de cinco rampas de acesso pelo seu interior e três entradas, situadas a norte, este e sudoeste. No interior deste recinto foi individualizado um conjunto de casas, quase todas de planta rectangular, à excepção de duas, uma quadrangular e outra circular, construídas sobre um afloramento granítico, dominando todo o recinto amuralhado. As restantes casas, todas de desenho rectangular ou subrectangular, parecem orientar-se segundo arruamentos: de um lado e de outro da entrada nascente alinham-se, encostadas à muralha e partilhando entre si uma parede divisória (meeira), duas correntezas de casas cujas aberturas se voltam para arruamentos, executados com lajes de granito, que seguem paralelos à muralha e que entroncam num outro que serve a entrada do recinto e circunda o afloramento rochoso, aparentemente, por ambos os lados; outras casas isoladas têm a mesma relação com a muralha; no centro do recinto, a noroeste da casa quadrangular, existe um outro conjunto de casas, alinhadas segundo a direcção NE-SW, que partilham igualmente paredes meeiras e têm todas as aberturas voltadas para o mesmo lado, o que faz suspeitar da existência de um outro arruamento.

A segunda linha de muralha, com um perímetro de 325 m e uma espessura média de 2m, mas variável, pontualmente, entre os 1,50 e os 3,30 m, envolve a primeira, a uma distância que oscila entre os 2,50 e os 11,60 m, dispondo apenas de uma entrada voltada a nor-nordeste. Tem duas rampas de acesso na face interna. Em alguns tramos encontra-se construída sobre o afloramento granítico previamente talhado de forma a garantir maior solidez ao assentamento das pedras. No lado sul, dois muros perpendicularmente ligados à muralha parecem indiciar a existência de duas construções de planta rectangular. Da terceira muralha apenas há testemunho, a noroeste, de um pequeno tramo com 9 m de extensão que dista 4 m (máximo) da segunda linha defensiva. A construção das muralhas é feita mediante o levantamento de dois paramentos de blocos de granito aparelhados, colocados a seco, e o enchimento do espaço intermédio com pedra miúda.

Um extenso campo de pedras fincadas posicionado entre o nascente e o nordeste, ao longo de, aproximadamente, sete dezenas de metros e com um comprimento de uma centena de metros, completa a defesa do povoado no sector menos defensável; apesar de parcialmente destruído, subsistem, todavia, tufo destas pedras, com alturas médias acima do solo que oscilam entre os 0,10m e os 0,30m (alguns exemplares atingem os 0,50m), que indiciam que este sistema defensivo ocuparia uma área considerável em frente da segunda linha de muralha, onde, por vezes, se combina com afloramentos graníticos que pontuam a área.

O espólio proveniente das várias campanhas de trabalho arqueológico é constituído por cerâmicas de construção romanas (*tegulae*, *imbrices*, tijoleiras), cossoiros, vidros (esverdeados e incolores), escórias, peças em bronze, mós manuárias circulares, fragmentos de *terra sigillata* (clara e estampada), abundante cerâmica comum, alguma, pelas pastas e decorações, claramente, da Alta Idade Média (séculos VI e VII) e moedas, nomeadamente do século IV.

A topografia do povoado, o conjunto de materiais existente e as particularidades da sua organização interna, mormente a existência de habitações de planta rectangular com paredes divisórias comuns, encostadas à muralha e voltadas para arruamentos, parecem atribuir-lhe uma ocupação tardia, na Baixa Romanidade e Alta Idade Média.

BIBLIOGRAFIA: Argote 1734, 496-497; Vasconcelos 1917, 22; Montalvão 1971, 94, 7-12; Magalhães *et alii* 1975; 1977; 1978; Almeida 1979, 313; Esparza Arroyo 1980, 76 (n.º 15); Luzon Nogué *et alii* 1980, 81 e 82 (n.º 9); Freitas e Santos Júnior 1980; 1981; 1982; 1983; 1984; Santos Júnior 1984b; Santos Júnior e Freitas 1985; Silva 1986, 91 (n.º 522); Amaral 1993, 39-40 (n.º 33 B).

8. *Castelo de Vilarelho, Alijó*

(CMP 1:25.000 n.º 116; Coord. Gauss: M-253,6/P-479,0; Alt.: 800m)

O povoado assenta num castelo rochoso situado no sector sul do planalto de Alijó, próximo do rio Douro, dispondo de amplo controlo geo-estratégico sobre os relevos e os vales mais baixos.

O sistema defensivo é composto por duas linhas de muralha, um torreão, um fosso e um campo de pedras fincadas. O torreão foi construído no ponto mais alto do local de assentamento, desenvolvendo-se a partir dele uma linha de muralha de perímetro semicircular pelos lados poente, ao longo da cumeada, sul, descendo a encosta, e oeste. A segunda linha de muralha entronca na primeira nos cantos sul e norte, delimitando um amplo recinto de inclinação suave, no lado sudoeste. A largura das muralhas, construídas com dupla face e interior preenchido por blocos de pedra partida, é variável, ultrapassando, por vezes, os 4m. No interior dos dois recintos observam-se derrubes dispersos. No lado que permite um acesso mais favorável jazem restos de um campo de pedras fincadas cujo carácter defensivo seria reforçado por um fosso, actualmente colmatado.

O espólio recolhido é constituído por alguns fragmentos de cerâmica de fabrico manual atribuíveis à Idade do Ferro e por materiais de cronologia romana que Brochado de Almeida e M. Plácido consideram estarem em sincronia com o estilo do aparelho das muralhas.

BIBLIOGRAFIA: Maranhão 1836; Botelho 1896, 266; Arião 1908, 64; Almeida e Plácido 1983, 49 e 51; Silva 1986, 95 (n.º 621); Lopo 1987, 13; Lemos 1993, Ilb, 462-463.

9. *Castelo dos Mouros, Vale de Égua, Jou, Murça*

(CMP 1:25.000 n.º 75; Coord. Gauss: M-261,3/P-503,8; Alt.: 590m)

Povoado fortificado localizado no extremo sudoeste da veiga de Lila, sobranceiro a um afluente da ribeira de Lila.

As características naturais do esporão onde se instala este povoado impõem-lhe uma configuração alongada. A ponte foi aproveitada uma comprida bancada rochosa, transversal ao vale, que proporcionou uma redução substancial do esforço de fortificação, dado que apenas são construídos pequenos troços de muralha nos poucos intervalos entre afloramentos, ao mesmo tempo que impõe a esse lado do povoado uma configuração quase rectilínea; do extremo setentrional desta bancada rochosa arranca, em direcção ao norte, um não muito comprido pano de muralha quase rectilíneo que em seguida inflecte para sudeste passando a descrever um traçado suavemente curvo que vai convergindo para a bancada rochosa até definitivamente inflectir ao encontro do seu extremo meridional.

A muralha apresenta uma largura variável entre os 2 e os 3m e em alguns pontos conserva-se com mais de 2 m de altura, apesar de construída em alvenaria enxada de xisto.

O acesso ao interior do povoado era efectuado por duas portas marcadas por encurvamentos da muralha para o interior: uma, voltada a nordeste, posiciona-se sensivelmente a meio do seu traçado nascente e a outra, voltada a sudeste, está colocada no ponto de inflexão da muralha para sul.

O sector de muralha voltado a setentrão é antecedido de dois sucessivos terraplenos em arco, desnivelados 0,70 a 0,80 m e com um comprimento que ronda a meia centena de metros, que o envolvem em toda a extensão. A criação da plataforma superior, com uma largura máxima de 15 m, exigiu a construção de suporte às terras com lajes de pedra de xisto e quartzito e areia; o terrapleno inferior, com uma largura máxima de 14 m, acolhe um campo de pedras fincadas (xisto e quartzito), com alturas variáveis entre os 0,15 e os 0,40 m, que se concentra encostado ao seu limite exterior e estrategicamente voltado para o colo de acesso ao povoado, numa extensão de 20 m de comprimento e 6 a 7 m de largura, mas que poderia ter sido mais vasta.

No interior do recinto amuralhado, que se apresenta com suave pendor para sudeste, identificam-se estruturas habitacionais de planta quadrangular e rectangular também construídas em lajes de xisto sobrepostas. O espólio associado a este local é constituído por fragmentos de cerâmica romana de uso comum e de construção, nomeadamente de *tegulae*, mas também por uma escória e fragmentos de um grande *dolium* recolhidos por Sande Lemos num buraco aberto no interior de uma das referidas estruturas habitacionais.

Como sugere este autor, o sítio deve corresponder a um povoado mineiro fortificado, de tipologia semelhante à dos castros de O Courel, e com analogias no Castelo de Macedinho (Mirandela) no que respeita à estrutura defensiva e às construções adossadas à muralha, a partir do qual se fariam pequenas explorações dos filões de quartzo aurífero das imediações, sendo datável da época romana.

BIBLIOGRAFIA: Lemos 1993, Ilb, 493-495 (n.º 844); 1996, 149.

10. *Murada de Lama do Ouriço, Lama de Ouriço, Alvarelhos, Valpaços*
(CMP 1:25.000 n.º 48; Coord. Gauss: M-266,5/P-525,7; Alt.: 730m)

O povoado está implantado num relevo em esporão que lhe confere um razoável controlo sobre o planalto e a depressão que se abre pelo lado norte.

A ausência de boas condições naturais de defesa exigiu a construção de um elaborado sistema defensivo constituído por três linhas de muralha: a interna, que define um recinto subcircular com um torreão voltado a nascente; a intermédia que, unida à anterior, se desenvolve entre aquele lado

e o poente, limitando um recinto de dimensão ainda considerável totalmente voltado a sul; e a externa, que envolve as anteriores, apresentando no lado nascente a particularidade de configurar um alinhamento côncavo que se aproxima das estruturas defensivas internas. Apenas no lado poente foi possível reduzir o esforço de fortificação pelo aproveitamento dos poucos afloramentos graníticos aí emergentes.

Vislumbram-se duas entradas na muralha interna, uma ortogonal no seu sector nascente e outra oblíqua no poente, e uma terceira, também oblíqua, no sector poente do circuito intermédio.

A defesa do lado nascente do povoado era complementada por um campo de pedras fincadas, possivelmente antecedendo um fosso artificial. Os vestígios observados indiciam a sua existência ao longo de todo o sector nascente da muralha externa, porém é notória a sua maior concentração na metade sul deste sector, onde mais facilmente se poderia acercar o inimigo. As pedras conservadas apresentam alturas variáveis entre os 0,20 e os 0,70 m e em alguns pontos convivem com pequenos afloramentos graníticos que também constituem naturais obstáculos.

As muralhas, de espessura variável entre os 3 e os 4 m, são estruturadas por dois paramentos construídos com blocos graníticos rectangulares ou triédricos, ou com simples pedras talhadas, dispostos a intervalos irregulares, e o seu interior é preenchido por pedras miúdas, e outras de média dimensão, misturadas com terra.

No interior e no exterior do povoado detectam-se vestígios de casas de planta circular e rectangular.

O espólio recolhido no interior do povoado é escasso, reduzindo-se a poucos fragmentos cerâmicos proto-históricos de fabrico manual; porém, na área extramuros, a sudoeste, de acordo com F. Sande Lemos, ocorrem fragmentos de cerâmica de construção romana, associados a construções.

BIBLIOGRAFIA: Castro Lopo 1954, 18-19; Montalvão 1971, 52-58; Veloso Martins 1978, 53 e 65-66; Martins 1984 (n.º 19); Silva 1986, 93 (n.º 571); Lemos 1993, Ilb, 505-507 (n.º 854). ¹¹

11. *Murada/Cidade do Muro, Fiães, Valpaços*

(CMP 1:25.000 n.º 35; Coord. Gauss: M-270,6/P-530,3; Alt.: 740m)

Povoado instalado num relevo pouco destacado, no extremo nascente do Planalto de Fiães, próximo da ribeira de Nozelos. O seu posicionamento estratégico confere-lhe um bom controlo do território envolvente, embora não lhe confira especiais condições naturais de defesa.

Apresenta três linhas de muralha, definindo a principal um recinto de planta subcircular, com suave pendente para poente, a partir de um torreão que

reforça a defesa do povoado do lado oriental; duas outras linhas de muralha, em arco, adossam-se ao circuito muralhado principal nos lados sul e oeste, delimitando duas pequenas plataformas adjacentes ao recinto principal e contribuindo para o reforço da sua muralha. As muralhas, que têm, por vezes, mais de 4 m de espessura, apresentam dois paramentos construídos com pedras de granito, partidas ou com um aparelhamento bastante fruste, assentes a seco, cujo interior é cheio com pedras e terra; nota-se uma maior qualidade construtiva no paramento externo dos arcos de muralha com o uso de blocos rectangulares dispostos em fiadas certas.

Os trabalhos de fortificação estenderam-se ainda à escavação de fossos que reforçam a defesa do povoado a nascente, em frente ao torreão, e a norte. Neste lado, o fosso, que aparece dissimulado por uma cortina de afloramentos graníticos pouco elevados, é antecedido por um campo de pedras fíncadas, a linha defensiva mais externa, num sector onde a topografia ligeiramente inclinada não é suficiente para impedir o acesso ao povoado a partir do vale da ribeira de Nozelos. As pedras conservadas, com alturas variáveis entre os 0,05 e os 0,65 m, dispõem-se de forma compacta, ocupando os espaços livres entre os afloramentos, nos 20 a 25 m que precedem o fosso e ao longo de todo o seu comprimento, que se aproxima dos 40 m.

O espólio recolhido no interior do povoado resume-se a escassos fragmentos de cerâmica manual, sem decoração, atribuíveis à Idade do Ferro.

BIBLIOGRAFIA: Montalvão 1971, 66-68; Martins 1984 (n.º 6); Silva 1986, 93 (n.º 569); Lemos 1993, Ilb, 525-526 (n.º 875).

12. *Múrio de Penhas Juntas, Penhas Juntas, Vinhais*

(CMP 1:25.000 n.º 49; Coord. Gauss: M-291,5/P-529,5; Alt.: 700m)

Um esporão com boas defesas naturais, localizado no extremo leste do Serro de Penhas Juntas, constitui o local de assentamento deste pequeno povoado fortificado.

Na zona de acesso ao esporão, um fosso antecede um torreão circular, a partir do qual se desenvolve a única linha de muralha que defende o recinto elíptico. A muralha é construída com pedra de xisto partida e terra. Alves e Lopo referem a existência de pedras fíncadas, com cerca de 1 m de altura acima do nível do solo, a reforçar a estrutura defensiva do povoado, as quais não foram identificadas por Lemos. Os mesmos autores referiram ainda a existência de vestígios de casas construídas, presumivelmente, em pedra de xisto assente a seco.

O espólio associado ao povoado reduz-se a alguns fragmentos de mós manuárias e a escassos fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro.

BIBLIOGRAFIA: Alves 1931, 39; 1934, 539-540; Neto 1975, 330; Esparza Arroyo 1980, 76 (n.º 18); Luzon Nogué *et alii* 1980, 82 (n.º 11); Tranoy 1981, 86; Silva 1986, 96 (n.º 652); Lopo 1987, 159; Lemos 1993, Ha, 437-438 (n.º 235).

13. *Monte de Santa Comba, Ousilhão, Vinhais*

(CMP 1:25.000 n.º 37; Coord. Gauss: M-296,9/P-536,8; Alt.: 917m)

Povoado fortificado da Idade do Ferro, assente num local com boas condições naturais de defesa, que oferece um óptimo controlo geo-estratégico e uma ampla visibilidade sobre o território adjacente.

O povoado divide-se em dois recintos: a uma cota superior, um recinto com uma configuração oblonga é delimitado por uma muralha que segue, *grosso modo*, a configuração do terreno; do lado sudeste, há uma segunda plataforma, a uma cota inferior, defendida por outra muralha que se une à superior.

A defesa é completada, do lado norte, por um parapeito, um fosso e um campo de pedras fincadas. O fosso foi escavado no solo rochoso, e os materiais resultantes da sua escavação permitiram a construção do parapeito, entre o fosso e a muralha, que o acompanha em toda a sua extensão. Na periferia destas defesas estende-se o campo de pedras fincadas que parece ter ocupado uma área considerável, de 50x20m, aproximadamente.

A abertura de um caminho ao longo da cumeada cortou, sucessivamente, o campo de pedras fincadas, sendo visíveis algumas das pedras fincadas amontoadas nas suas bermas, o fosso, o parapeito e a muralha. Este corte, associado ao posterior aproveitamento da pedra de dois troços da muralha do recinto superior, permitiu verificar que a sua estrutura é constituída por paramento duplo de pedra partida sobreposta, com o interior cheio de pedra pequena e terra.

As pedras fincadas têm uma morfologia e dimensões variadas, havendo uma tendência para que a sua altura regule entre os 40 e os 60 cm; a distância entre elas, medida junto ao solo, não é constante, tendo nós registado a distância mínima de 10 cm e a máxima de 50 cm. Um aspecto curioso deste campo de pedras fincadas é a complementaridade entre estas pedras e os afloramentos rochosos, isto é, neste espaço eles adquirem a mesma função das pedras fincadas, sendo estas em alguns casos usadas apenas para colmatar, de forma isolada, espaços existentes entre afloramentos mais próximos entre si.

F. Sande Lemos recolheu no local alguns fragmentos de cerâmica manual cujos bordos e decorações os permitem integrar no Bronze Final/I Idade do Ferro e algumas cerâmicas mais evoluídas que atribui a uma fase posterior da Idade do Ferro.

BIBLIOGRAFIA: Alves 1934, 577 e 643; Neto 1975, 329; Lemos 1993, Ia, 180-182, lia, 433-434 (n.º 228) e III, est. LXX.

14. **Castelo de Alimonde, Alimonde, Carrazedo, Bragança**

(CMP 1:25.000 n.º 37; Coord. Gauss: M-302,9/P-536,8; Alt.: 769 m)

Ocupa um cabeço de vertentes íngremes posicionado nos contrafortes setentrionais da Serra da Nogueira.

O povoado tem uma configuração elipsoidal conferida pelo traçado da sua muralha; esta encontra-se construída com pedra de xisto partida e deriva de um torreão circular edificado do lado sul. O sistema defensivo é ainda composto por um fosso, exterior à muralha, escavado em frente ao torreão e por um campo de pedras fincadas do lado poente.

Um insólito asse (?) de Augusto, Tibério ou Gaio (27 a. C.-41 d. C.), cunhado em Bilbilis, constitui o único achado proveniente deste povoado.

BIBLIOGRAFIA: Cruz 1897, 100; Alves 1934, 474; Neto 1975, 189; Centeno 1987, 100 (n.º 1); Lemos 1993, Ila, 56-57 (n.º 30).

15. **Castelo (de Parada)/Castelo da Marruça, Parada, Alfândega da Fé**

(CMP 1:25.000 n.º 106; Coord. Gauss: M-306,4/P-483,2; Alt.: 490m)

O povoado assenta num cabeço dotado de boas condições defensivas naturais e de bom posicionamento geo-estratégico. As vertentes deste cabeço, sobranceiro ao rio Sabor, situado na parte oriental da Serra de Bornes, apresentam-se em arriba.

Uma única linha de muralha circunda o cabeço, unindo-se aos afloramentos xistosos que já por si oferecem condições naturais de defesa, dando ao povoado uma configuração irregular. A muralha, que foi construída com pedra de xisto partida, assente a seco, tem uma espessura de cerca de 3 m e conserva, em alguns pontos, uma altura de também 3 m. Um campo de pedras fincadas e um fosso completam a defesa no lado mais acessível do povoado.

Não existe qualquer espólio proveniente deste povoado.

BIBLIOGRAFIA: Alves 1934, 149 e 491; Neto 1975, 179; Silva 1986, 102 (n.º 780); Lemos 1993, Ila, 25-26 (n.º 509).

16. **Cidadelhe, Parada de Infanções, Bragança**

(CMP 1:25.000 n.º 51; Coord. Gauss: M-317,4/P-523,3; Alt.: 902 m)

O povoado está implantado num cabeço do interior do planalto de Parada/Izedá que lhe concede um bom controlo geo-estratégico do planalto.

As suas defesas naturais são escassas. Uma muralha de pedra partida e terra delimita o cabeço formando um recinto de planta subcircular. Do lado sudoeste a muralha limita-se a preencher os espaços entre os afloramentos. O seu sistema defensivo apoia-se ainda em dois fossos, um que rodeia a muralha pelo poente, sul e sudeste e outro, cortado no afloramento rochoso, a noroeste, e em dois conjuntos de pedras fincadas. Um destes conjuntos ocupa o espaço compreendido entre o fosso do lado noroeste e a muralha e o outro ocuparia uma área exterior ao fosso, no lado sudeste. De acordo com Harbinson, o conjunto setentrional teria 2m de largura e as suas pedras cerca de 30cm de altura, enquanto que as do meridional atingiriam 1 m.

Do lado norte, o aproveitamento da pedra das muralhas danificou bastante as estruturas arqueológicas, no entanto ainda pudemos observar, contrariamente a Sande Lemos, pedras fincadas, algumas não atingindo os 20 cm de altura, que parecem corresponder às referenciadas por Harbinson. A abertura do fosso no afloramento rochoso poderá ter proporcionado a pedra aqui utilizada.

Do lado sudeste, não lográmos identificar as pedras fincadas assinaladas pelo arqueólogo irlandês, apesar das investidas pelo interior do denso mato e da sua dimensão poder facilitar a tarefa; porém, a inspecção do fosso desse lado permitiu-nos detectar alguns blocos pétreos cuja forma e dimensão indiciam tratar-se de pedras fincadas, o que também está de acordo com as informações de Harbinson ao referir-se a um entulhamento moderno do fosso, no qual poderiam ter sido utilizadas algumas pedras fincadas; quanto às que ainda estariam a bordejar o fosso acreditamos que pudessem ter desaparecido, volvidos trinta anos de continuada exploração de pedra.

Fazendo fé no relato de A. Lopo, talvez pudéssemos pensar que as barreiras de pedras fincadas fossem mais extensas, pois ele informa que *nas partes mais acessíveis havia mais de uma linha de defesa; e no intervalo entre elas, e em toda a volta pedras postas a pino embaraçavam a aproximação e os movimentos do atacante.*

O espólio por nós identificado é constituído por fragmentos cerâmicos, a maioria deles incaracterísticos, que não nos permitem, por ora, estabelecer qualquer valoração de carácter cronológico ou cultural. Alves fala do aparecimento de argolas de metal amarelo (?), que supõe em cobre ou bronze, bem como de mós manúarias em granito, tijolos, telhas, cerâmica grosseira e “saguntina”, apesar de nós não termos detectado qualquer indício de romanização.

BIBLIOGRAFIA: Lopo 1910, 328-333; Alves 1934, 513; Harbinson 1968, 120-122; 1967-68, 385-386; Neto 1975, 201; Esparza Arroyo 1980, 76 (n.º 17); Luzon Nogué *et alii* 1980, 82 (n.º 12); Silva 1986, 98 (n.º 696); Lopo 1987, 62-63; Lemos 1993, *lia*, 113-114 (n.º 100) e III, est. LXXII, 2.

17. *Castro de Alfaião/Cabecinho dos Mouros*, Alfaião, Bragança
(CMP 1:25.000 n.º 38; Coord. Gauss: M-317,3/P-533,0; Alt.: 540m)

O povoado ocupa um relevo em esporão, de vertentes íngremes, sobranceiro à ribeira do Penacal, já próximo da sua confluência com o rio Fervença.

O espaço interno do povoado, de forma elíptica, é delimitado por uma muralha, construída com pedra de xisto partida e terra, que no lado poente, o único que proporciona acesso fácil ao povoado, se une a um torreão de planta subcircular. O sistema defensivo do povoado dispõe, ainda, de dois fossos consecutivos, talhados na rocha, que ladeiam a face externa da muralha em frente ao torreão, cortando o acesso ao esporão. De acordo com o testemunho do Pe. Luiz Cardoso teria *para a parte do sul como estacada de pedras de louza feita ao antigo*, isto é, uma área de pedras fincadas, como interpreta F. M. Alves. Não encontrámos qualquer vestígio das pedras fincadas; tomando por base a referência de Cardoso, poderemos admitir ter existido uma barreira daquelas pedras na área envolvente dos fossos, entre o Sul e o Norte.

Sande Lemos recolheu um fragmento de um vaso liso com carena, que atribui à Idade do Ferro.

BIBLIOGRAFIA: Cardozo 1747, 272; Pinheiro 1895, 55; Figueiredo 1895, 241-243; Lopo 1910, 332; 1987, 18-19; Alves 1934, 105, 180 e 492; Neto 1975, 198; Esparza Arroyo 1980, 76 (n.º 11); Silva 1986, 98 (n.º 684); Lopo 1987, 19; Lemos 1993, lia, 35 (n.º 1), Ia, 191e III, est. LXXVII, 3.

18. *Castelo Velho de Lagoaça*, Lagoaça, Freixo de Espada-à-Cinta
(CMP 1:25.000 n.º 132; Coord. Gauss: M-318,3/P-467,6; Alt.: 514m)

Ocupa um esporão, sobranceiro ao rio Douro, que lhe confere boas condições naturais de defesa.

A construção de defesas artificiais ficou limitada ao istmo de acesso, onde foi levantado um arco de muralha, com pedra granítica miúda de aparelho tosco, que isola a área do esporão; possivelmente, em frente a este arco de muralha, existiu um fosso, actualmente dissimulado pelos trabalhos agrícolas, e um campo de pedras fincadas, que Lemos não logrou identificar.

O espólio proveniente deste povoado resume-se a fragmentos de cerâmica manual da Idade do Ferro.

BIBLIOGRAFIA: Esparza Arroyo 1980, 76 (n.º 16); Lemos e Martins 1982; Lemos 1993, lia; 165 (n.º 573).

19. *Cabeço da Coroa*, Sampaio, Azinhoso, Mogadouro
(CMP 1:25.000 n.º 93; Coord. Gauss: M-319,2/P-496,4; Alt.: 512m)

Povoado sobranceiro ao rio Sabor, implantado no topo de um cabeço

de forma alongada com razoáveis condições naturais de defesa, sobretudo a norte e nordeste, no rebordo ocidental do planalto de Miranda.

O recinto, de média dimensão, é delimitado por uma única linha de muralha de pedra de xisto partida, à qual se associa um campo de pedras fincadas no sector este.

Não existe registo de qualquer espólio associado ao povoado.

BIBLIOGRAFIA: Alves 1934, 153; Neto 1975, 274; Lemos 1993, *lia*, 273-274 (n.º 353); Marcos 1994, 111.

20. *Castelo (de Calvelhe)/Castro*, Calvelhe, Bragança

(CMP 1:25.000 n.º 65; Coord. Gauss: M-319,9/P-515,1; Alt.: 600m)

Povoado implantado num relevo em esporão, sobranceiro ao vale profundo da ribeira de Viados, afluente do rio Sabor.

A topografia deste esporão ditou a forma irregular do povoado que é delimitado por uma muralha, construída com pedra de xisto sobreposta, que arranca de um torreão subcircular voltado para o lado de acesso ao esporão; neste sector, fronteiro ao torreão, a estrutura defensiva é reforçada por um fosso aberto no substrato rochoso e, entre este e o torreão, por um campo de pedras fincadas, parcialmente conservado.

Não se regista qualquer achado de espólio arqueológico.

BIBLIOGRAFIA: Alves 1934, 142 e 180; Harbinson 1968, 122; 1967-68, 387-388; Neto 1975, 188; Esparza Arroyo, 1980, 76 (n.º 13); Luzon Nogué *et alii* 1980, 82 (n.º 14); Tranoy 1981, 86; Silva 1986, 98 (n.º 700); Lemos 1993, *lia*, 54-55 (n.º 27).

21. *Castelo Velho/Castelo dos Mouros, Bruçó, Mogadouro*

(CMP 1:25.000 n.º 120; Coord. Gauss: M-321,0/P-472,9; Alt.: 720m)

Povoado implantado numa arriba sobranceira ao vale do rio Douro com excelentes condições naturais de defesa, aliadas a um bom posicionamento estratégico.

Dispõe de um sistema defensivo composto por uma única linha de muralha que circunda a plataforma de assentamento, excepto pelo lado nascente, onde a arriba a dispensa, e por um campo de pedras fincadas, um fosso e um torreão subcircular que reforçam a defesa e permitem o controlo da zona de acesso, a norte. A muralha é construída com pedra irregular de granito e tem, nalguns pontos, 1,80 m de largura. No seu interior vislumbram-se, segundo Marcos, vestígios de habitações.

O espólio proveniente deste povoado reduz-se a escassos fragmentos de cerâmica de fabrico manual.

BIBLIOGRAFIA: Alves 1934, 140; Neto 1975, 277; Silva 1986, 102; Lemos 1993, Ha, 275-276 (n.º 357); Marcos 1994, 112.

22. *Castro de Babe/Castro da Sapeira, Babe, Bragança*

(CMP 1:25.000 n.º 38; Coord. Gauss: M-322,3/P-539,2; Alt.: 896m)

Povoado de média dimensão implantado num relevo em esporão sobranceiro à ribeira da Sapeira com amplo domínio visual sobre o vale do rio Sabor, a sul, e o planalto, que se estende para nordeste.

Apresenta uma configuração oblonga definida por uma linha de muralha construída com pedra de xisto quartzoso e terra que, sobretudo de noroeste a nascente, se vai amparando nos fraguados que limitam o esporão. O seu interior está dividido em três plataformas escalonadas que, pelas evidências conservadas, pese embora a grande dificuldade de observação devido ao denso mato que as recobre, não nos parecem separadas por linhas de muralha propriamente ditas. A plataforma superior corresponde a um recinto que abarca um conjunto de afloramentos no sector sudoeste do povoado; um conjunto de derrubes pouco expressivos que surgem por entre os afloramentos delineiam uma linha curva, entre o noroeste e o sul, que delimita o recinto. Uma outra linha curva marcada por um desnível e um alguns grandes blocos pétreos (socalco?), entre o norte e o sudeste, constitui o limite entre as plataformas intermédia e inferior, a mais oriental.

No exterior da muralha, entre sudoeste e sul, permanecem vestígios de uma extensa barreira de pedras fincadas que conserva uma largura aproximada de 15 m e um comprimento que ultrapassa ligeiramente os 100 m, ainda que verosimilmente pudesse ter sido maior, dado que as pedras fincadas se deveriam também estender ao sector sudeste do povoado, a um espaço actualmente sob uso agrícola e que, verdadeiramente, está voltado ao planalto. As pedras fincadas conservam alturas médias acima do solo que oscilam entre os 0,10 e os 0,40 m, embora uma minoria possa atingir alturas superiores (entre 0,70 e 0,80 m).

A parte meridional do povoado encontra-se bastante destruída devido à exploração de pedra a que foi sujeita num passado recente; a destruição atingiu também a barreira de pedras fincadas, que apenas se conserva onde o mato mais forte a pôde proteger.

Não se conhece qualquer espólio associado ao povoado.

BIBLIOGRAFIA: Lopo 1898, 341; Beça 1915, 92; Alves 1934, 41; Neto 1975, 184; Silva 1986, 97 (n.º 673); Lopo 1987, 40; Lemos 1993, lia, 40-41 (n.º 9).

23. *Castragosa, Babe, Bragança*

(CMP 1:25.000 n.º 38; Coord. Gauss: M-325,0/P-537,5; Alt.: 855 m)

Povoado de pequena dimensão implantado num relevo em esporão sobranceiro à ribeira da Ferradosa, sem particulares condições naturais de defesa. Uma única linha de muralha, construída com pedra partida de xisto quartzoso, define um recinto subcircular no topo do esporão. A defesa seria complementada por uma barreira de pedras fincadas exterior à muralha, da qual restam vestígios em alguns pontos do sector ocidental do povoado; o denso carvalhal e os largos derrubes da muralha dificultam a observação dos vestígios deste sistema defensivo que com toda a probabilidade acompanharia a muralha ao longo de todo o sector ocidental, o que oferece um acesso mais favorável, a partir do planalto, devido ao seu declive suave. Os conjuntos de pedras fincadas observados apresentam alturas acima do solo que variam entre os 0,10 e os 0,55 m e distam menos de 10 m da linha de muralha.

O espólio associado ao povoado restringe-se a poucos fragmentos de cerâmica manual.

BIBLIOGRAFIA: Alves 1934, 41 e 467; Neto 1975, 200; Silva 1986, 98 (n.º 686); Lemos 1993, *lia*, 39-40 (n.º 8).

24. *Castelo dos Mouros/Castelinho, Vilarinho dos Galegos, Mogadouro*

(CMP 1:25.000 n.º 120; Coord. Gauss: M-327,1/P-477,0; Alt.: 500m)

Povoado assente numa plataforma em arriba sobranceira ao rio Douro, no bordo oriental do planalto de Miranda.

O recinto fortificado é delimitado por uma muralha, construída com pedra de granito picada, na qual se integra um torreão circular, de caras para a zona de acesso, a norte. Nesta zona, a defesa é complementada por um campo de pedras fincadas, ao qual se segue, antecedendo o torreão, um fosso escavado na rocha.

O espólio referente a este povoado compreende fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro e fragmentos de cerâmicas comuns e de construção (*tegulae*) romanas.

BIBLIOGRAFIA: Pereira 1905, 93; Alves 1934, 154, 574 e 666; 1938, 292; Esparza Arroyo 1980, 76 (n.º 23); Silva 1986, 102 (n.º 797); Bernardo 1989, 30; Lemos 1993, *lia*, 316-317 (n.º 430); Marcos 1994, 117-118.

25. *Castelo dos Mouros/Castelo do Mau Vizinho, Algosinho, Peredo de Bemposta, Mogadouro*

(CMP 1:25.000 n.º 108; Coord. Gauss: M-332,5/P-482,3; Alt.: 675 m)

O povoado ocupa um relevo em esporão com vertentes escarpadas, sobranceiro à ribeira de Algosinho, afluente do rio Douro, na zona oriental do planalto mirandês. O seu posicionamento no interior de um vale limita-lhe o valor estratégico.

Apresenta uma configuração oblonga, onde as condições naturais de defesa são reforçadas por uma linha de muralha, construída em pedra de granito partida e sobreposta, que circunda o esporão e se combina, no lado ocidental, com os afloramentos graníticos existentes; no lado sul, voltado ao istmo de acesso, um torreão circular integra-se e sela esta linha de fortificação. No exterior, em frente ao torreão, foi escavado na rocha um fosso que é antecedido por uma barreira de pedras graníticas fincadas no solo, que atinge os 0,70 m de altura, com cerca de 9,50 m de extensão.

O espólio associado a este povoado restringe-se a alguns fragmentos de cerâmica manual, embora existam referências ao achado de uma escultura zoomórfica, nos finais do século XIX, e de uma fíbula, entretanto desaparecidas, que poderão estar com ele relacionadas.

BIBLIOGRAFIA: Pereira 1905, 114-115; Alves 1934, 107-108 e 573; Harbinson 1968, 122-123; 1967-68, 386-387; Santos Júnior 1975b, 456; Esparza Arroyo 1980, 76 (n.º 12); Luzon Nogué *et alii* 1980, 82 (n.º 16); Tranoy 1981, 86; Silva 1986, 102 (n.º 796); Lopo 1987, 129-130; Lemos 1993, lia, 293 (n.º 393), Marcos 1994, 114-115.

26. Terronha (de Vimioso)/Castro da Quinta da Furna, Vimioso, Vimioso
(CMP 1:25.000 n.º 66; Coord. Gauss: M-336,2/P-511,3; Alt.: 655 m)

Povoado assente sobre um relevo em esporão, sobranceiro ao rio Angueira, no rebordo oriental do planalto de Algosinho-Vimioso.

A estrutura defensiva do povoado conta com duas linhas de muralha, construídas com pedra de xisto partida e terra, que arrancam de um torreão voltado à zona de acesso; a norte, a anteceder a área amuralhada, existiu um campo de pedras fincadas e um fosso.

Não existem referências a espólio arqueológico.

BIBLIOGRAFIA: Alves 1934, 182 e 577; 1938, 293; Alves e Amado 1968, 377 Neto 1975, 320; Silva 1986, 100 (n.º 738); Lemos 1993, Ha, 416-417 (n.º 487); Marcos 1994, 124-125.

27. Castro/Crasto, S. Martinho de Angueira, Miranda do Douro

(CMP 1:25.000 n.º 67; Coord. Gauss: M-348,2/P-519,5; Alt.: 735 m)

O povoado tem como lugar de assentamento um relevo em esporão,

sobranceiro ao rio Angueira e próximo à ribeira da Matança e do curso de água do Vale de Castro, no limite poente do planalto de Miranda.

O esporão possui condições naturais de defesa, excepto pelo lado sudeste, onde se une com o cabeça de Elvira. Apesar destas características, apresenta um sistema defensivo constituído por duas linhas de muralha (contrariamente a Lemos, Esparza Arroyo e Marcos, que apenas referem uma linha de muralha), fosso e pedras fincadas.

Defendendo o istmo de acesso ao esporão, e antecedendo as linhas de fortificação, foram construídos um campo de pedras fincadas, actualmente destruído, mas que no século XVIII atingia *a altura de uma vara*, e um fosso. Para lá destas defesas, ergue-se o torreão, solidário com a estrutura amuralhada.

A sua prospecção, facilitada pelas cíclicas práticas agrícolas que atingem o seu interior, permitiu a recolha de espólio cerâmico variado, nomeadamente fragmentos de peças de fabrico manual associáveis ao grupo de Soto de Medinilla; de entre este material cerâmico assumem relevância um fragmento de coador, enquanto indício da prática pecuária - também documentada através de restos osteológicos - e um outro pequeno fragmento com restos de pintura avermelhada, pelo seu interesse cronológico, dado ser atribuível aos séculos VI-V a. C., ambos publicados por Esparza Arroyo. Assinalam-se, ainda, dois cossoiros, duas pequenas pedras polidas e duas bolas cerâmicas também polidas.

Lemos e Marcos referem ainda o achado de materiais romanos, incluindo um número elevado de mós de rodízio, que o primeiro relaciona com a hipótese de exploração de estanho naquele tramo do rio Angueira.

BIBLIOGRAFIA: Cardozo 1747; Figueiredo 1885, 319-3120; Alves 1934, 181; 1938, 67; Neto 1975, 254; Silva 1986, 100 (n.º 743); Esparza Arroyo 1986, 143-145; Lemos 1993, *lia*, 239-240 (n.º 336) e III, *est.* LXXIII e LXXIV; Marcos 1994, 109.

28. *Cigaduenha/Cigadonha/Castro da Calçada, Picote, Miranda do Douro*
(CMP 1:25.000 n.º 95; Coord. Gauss: M-351,6/P-492,8; Alt: 680m)

A implantação deste povoado é feita numa plataforma do rebordo oriental do planalto de Miranda sobranceira ao rio Douro, beneficiando da defesa natural proporcionada pelas arribas que a circundam.

O povoado dispõe de um sistema defensivo composto por um campo de pedras fincadas e uma linha de muralha. Esta é construída com blocos graníticos em bruto e apoia-se, de quando em quando, nos afloramentos existentes, fechando a única zona de acesso à plataforma. No exterior da muralha, a norte, foi construído um campo de pedras fincadas cuja imponente motivou,

em meados do século XVIII, uma descrição pormenorizada no *Diccionario Geográfico* do Pe. Luiz Cardoso, onde se refere que *sobres saião na altura de tres palmos em fileiras com distancia de palmo e meyo de pedra a pedra, interpoladas de forma que as de hua ficavam na direytura dos vãos, e intermeyos da outra deforma, que por ella não se podia caminhar via recta e ainda hoje se conserva parte, de largura de vinte passos com pouca differença.*

Apesar das práticas agrícolas terem afectado alguns sectores deste campo de pedras fincadas, é possível ainda hoje confirmar o realismo daquela descrição. Actualmente, as pedras fincadas conservam, acima do solo, alturas compreendidas entre os 0,05 m e os 0,60 m e estão colocadas, desencontradas umas das outras, numa faixa com aproximadamente 25 m de largura que se estende em frente á muralha ao longo de cerca de 80 m, e está dela distanciada 3 a 4 m.

O espólio atribuído a este povoado é constituído por fragmentos de cerâmica manual.

BIBLIOGRAFIA: Cardozo 1747; Vasconcelos 1895, 11-12; Alves 1934, 71-72 e 152; Esparza Arroyo 1980, 76 (n.º 19); Luzon Nogué *et alii* 1980, 82 (n.º 15); Tranoy 1981, 86; Silva 1986, 101 (n.º 766); Bernardo 1989, 20-22; Sanches, 1992, 55 e 153; Lemos 1993, Ila, 228-229 (n.º 327); Marcos 1994, 107-108.

29. Castrilhougho, Vale de Águia, Miranda do Douro, Miranda do Douro

(CMP 1:25.000 n.º 81; Coord. Gauss: M-356,4/P-506,8; Alt.: 680m)

Povoado localizado num pequeno esporão sobranceiro ao rio Douro, com razoáveis condições naturais de defesa proporcionadas pelas arribas. O sistema defensivo é formado por uma extensa linha de muralha, construída com pedra de granito partida e terra, à qual se associa um torreão posicionado no sector norte do povoado, e por uma área, vestigial, de pedras fincadas, exterior à muralha, na zona de acesso ao esporão. O campo de pedras fincadas guarneceria, outrora, a defesa dos sectores norte e nordeste do povoado, posicionando-se imediatamente em frente do torreão e muralha, onde constituiria a sua defesa mais externa. Identificámos, no sector nordeste, um pequeno núcleo de pedras fincadas, com cerca de 10 m de comprimento e aproximadamente 5 m de largura, que parece representar o limite nascente de uma área consideravelmente mais extensa. As pedras observadas conservam alturas acima do solo que variam entre os 0,05 m e os 0,40 m. A norte, na zona de mais fácil acesso ao povoado, praticamente não existem vestígios do campo de pedras fincadas, à excepção de algumas pedras pontiagudas sobre as quais se levantam os muros de uma construção arruinada que aí jaz, e que, pela sua morfologia, dimensão e implantação, interpretamos como restos do campo de pedras fincadas que assim permanecem selados. O desaparecimento das pedras

fincadas neste sector, o mais vulnerável, ficou talvez a dever-se ao reaproveitamento dessas pedras na edificação de muros divisórios de propriedades (segundo testemunhos recolhidos por Marcos), ou mesmo nos da construção arruinada que referimos, e à extracção, recente, de saibro nessa zona.

O espólio associado a este povoado é constituído por fragmentos de cerâmica lisa, manual e a torno, atribuíveis à Idade do Ferro, por um cossoiro cerâmico bitroncocónico e um fragmento de um outro em xisto e mós manuais.

BIBLIOGRAFIA: Vasconcelos 1903, 81-83; Alves 1934, 181; 1938, 274; Neto 1975, 249; Silva 1986, 100 (n.º 752); Bernardo 1989, 35; Sanches 1992, 54; est. XXVI, XXVII, 1-4; Lemos 1993, lia, 223 (n.º 320) e III, est. LXXVI, 3, 6-8; Marcos 1994, 105-106.

30. *Penha da Torre, Paradela, Miranda do Douro*

(CMP 1:25.000 n.º 67-A; Coord. Gauss: M-361,7/P-513,6; Alt.: 700m)

Povoado implantado num relevo em esporão sobranceiro ao rio Douro.

O elevado grau de destruição a que foi sujeito provocou o desaparecimento, por completo, das suas defesas. Estas seriam constituídas por uma linha de muralha e um torreão, bem como por uma provável barreira de pedras fincadas que se localizaria no exterior do sector norte do povoado, o mais acessível, de acordo com um testemunho recolhido por Marcos.

Não é conhecido qualquer espólio arqueológico originário deste povoado.

BIBLIOGRAFIA: Lemos 1993, lia, 228 (n.º 326); Marcos 1994, 106.

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA, 1996, Fernando Acuña Castroviejo - «Os sistemas de fortificacións nos castros de O Courel (Lugo)», *Humanitas (Estudios en Homenaxe ó Prof Dr. Carlos Alonso del Real, I)*, Santiago de Compostela, 1996, pp. 319-324
- ALMAGRO-GORBEA, 1995, Martín Almagro-Gorbea - «From Hillforts to *Oppida* in 'Celtic' Iberia», *Proceedings of the British Academy*, 86, 1995, pp. 175-207
- ALMEIDA, 1979, Carlos A. F. Almeida - A propósito de A Galicia Sueva de Casimiro Torres, *Gallaecia*, 5, Santiago de Compostela, 1979, pp. 305-316
- ALMEIDA e PLÁCIDO, 1983, C. A. Brochado de Almeida e Manuel Alves Plácido - «A estela funerária romana da Quinta de S. Jorge. Favaios-Alijó», *Arqueologia*, 7, Porto, pp. 48-51
- ÁLVAREZ-SANCHÍS, 1999, Jesús R. Álvarez-Sanchís - *Los Vettones*, Bibliotheca Archaeologica Hispana, 1, Madrid, 1999

- ALVES, 1931, Francisco Manuel Alves - *Chaves. Apontamentos Arqueológicos*, Gaia, 1931
- ALVES, 1934, Francisco Manuel Alves, *Memorias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, IX, Porto, 1934
- ALVES, 1938, Francisco Manuel Alves, *Memorias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, X, Porto, 1938
- ALVES e AMADO, 1968, Francisco Manuel Alves e Adrião Martins Amado - *Vimioso. Notas monográficas*, Coimbra, 1968
- AMARAL, 1993, Paulo Amaral - *O povoamento romano no Vale Superior do Tâmega*, dissertação de mestrado policopiada, Porto, 1993
- ARGOTE, 1732-34-44, Jerónimo de Contador Argote - *Memorias para a Historia Eclesiástica do arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*, 3 tomos, Lisboa, 1732-1734-1744
- ARIÃO, 1908, F. S. Sampaio Arião - «Favaio», *Ilustração Transmontana*, Porto, 1908, pp. 60-64
- AZEVEDO, 1896, Pedro A. de Azevedo — «Extratos archeologicos das Memorias Parochiaes de 1758» *AP*, 2 (10-11) e 2 (12), Lisboa, 1896, pp. 252-264 e 305-318
- AZEVEDO, 1901, Pedro A. de Azevedo — «Extratos archeologicos das Memorias Parochiaes de 1758» *AP*, 6 (3) e 6 (8-12), Lisboa, 1901, pp. 67-78 e 236-240
- AZEVEDO, 1902, Pedro A. de Azevedo - «Extratos archeologicos das Memorias Parochiaes de 1758», *AP*, 7 (2-3), Lisboa, 1902, pp. 74-79
- BEÇA, 1915, Celestino Beça - «Estudos arqueológicos do Major Celestino Beça», *AP*, 20, Lisboa, 1915, pp. 74-106
- BERNARDO, 1989, Herminio Augusto Bernardo - «Povoados castrejos portugueses e espanhóis da bacia do Douro internacional», *Brigantia*, 9 (1), Bragança, 1989, pp. 17-38
- BOTELHO, 1896, «Antas e castros do Concelho de Alijó», *AP*, I série, 2, Lisboa, 1896, pp. 264-266
- CALO LOURIDO, 1993, Francisco Calo Lourido - *A Cultura Castrexa*, Historia de Galicia, 3, Vigo, 1993
- CARDOZO, 1747, Luiz Cardozo - *Diccionario Geographico*, 1, Lisboa, 1747
- CARROCERA, 1990, F. Carrocera Fernández - «El castro de San Isidro: informe de las excavaciones arqueológicas 1986», *Excavaciones Arqueológicas en Asturias. 1983-86*, Oviedo, 1990, pp. 157-162
- CASTRO LOPO, 1954, Joaquim de Castro Lopo - *O Concelho de Valpaços*, Lourenço Marques, 1954
- CENTENO, 1987, Rui Centeno - *A Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto, 1987
- COSTA, 1968, J. Gonçalves da Costa - *Montalegre e Terras do Barroso*, Montalegre, 1968
- CRUZ, 1897, Belchior da Cruz - «Museu Municipal de Bragança», *AP*, 3, Lisboa, 1897, pp. 155-156 e 244
- DELIBES, 1980, G. Delibes de Castro - «Un presunto depósito del Bronce Final del Valle de Vidriales (Zamora)», *TP*, 37, Madrid, 1980, pp. 221-246

- ERVEDOSA, 1967-68, Carlos Ervedosa - «O Castro de Sabrosa», *TAE*, 20 (3-4), Porto, 1967-68, pp. 355-367
- ERVEDOSA, 1981, Carlos Ervedosa - «Campanha arqueológica no Castro de Sabrosa em Setembro de 1980», *TAE*, 24 (1), Porto, 1981 pp. 147-151
- ERVEDOSA, 1982, Carlos Ervedosa - «Campanha de trabalhos no Castro de Sabrosa - 1981», *TAE*, 24 (2), Porto, pp. 351-359
- ERVEDOSA, 1983, Carlos Ervedosa - «Campanha de trabalhos no Castro de Sabrosa em 1982», *TAE*, 24 (3), Porto, 1983, pp. 519-525
- ERVEDOSA, 1984, Carlos Ervedosa - «Campanha de trabalhos no Castro de Sabrosa em 1983», *TAE*, 24 (4), Porto, 1984, pp. 685-688
- ERVEDOSA, 1985a, Carlos Ervedosa - «Ara votiva a Júpiter encontrada em Sabrosa», *TAE*, 25 (1), Porto, 1984, pp. 165-170
- ERVEDOSA, 1985b, Carlos Ervedosa - «Sabrosa. Castro de Sabrosa - 1982 e 1983», *Informação Arqueológica*, 5, Lisboa, 1985, p. 141
- ERVEDOSA, 1985, Carlos Ervedosa - «Campanha de trabalhos no Castro de Sabrosa em 1984», *TAE*, 25 (1), Porto, 1985, pp. 163-164
- ESCRIBANO VELASCO, 1990, Consuelo Escribano Velasco - «Contribución al estudio de la Edad del Hierro en el Noroeste de Zamora: el “Castillo”, Manzanal de Abajo», *I Congreso de Historia de Zamora*, tomo II, Zamora, 1990, pp. 211-224
- ESPARZA ARROYO, 1980, Angel Esparza Arroyo - «Nuevos castros con piedras hincadas en el borde occidental de la Meseta», *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, II, Guimarães, 1980, pp. 71-83
- ESPARZA ARROYO, 1986, Angel Esparza Arroyo - *Eos castros de la Edad del Hierro del Noroeste de Zamora*, Zamora, 1986
- ESPARZA ARROYO, 1995, Angel Esparza Arroyo - «La Primera Edad del Hierro», *Historia de Zamora*, I, Zamora, 1995
- FERNÁNDEZ-POSSE e SÁNCHEZ PALENCIA, 1997, M. Dolores Fernández-Posse e F.-Javier Sánchez Palencia - «Ocupación del territorio y estructura social en las poblaciones castreñas astures», *O I Milénio a. C. no Noroeste Peninsular; a Fachada Atlântica e o Interior* (A. Redentor, ed.), Bragança, 1997, pp. 87-106.
- FIGUEIREDO, 1895-1896, A. M. Figueiredo - «Informações arqueológicas recolhidas no Dicionário Geographico de Cardoso», *AP*, 1, 1885, pp. 142-144, 241-243, 316-320; 2, 1896, pp. 162-165
- FONTES, 1992, Luís Fernando de Oliveira Fontes - *Carta Arqueológica do Concelho de Montalegre*, Braga, 1992 (policopiado)
- FREITAS e SANTOS JÚNIOR, 1980, Adérito M. Freitas e Joaquim dos Santos Júnior - «O Castro da Curalha. 5ª campanha de escavações - 1979», *TAE*, 23 (4), Porto, 1980, pp. 393-405
- FREITAS e SANTOS JÚNIOR, 1981, Adérito M. Freitas e Joaquim dos Santos Júnior - «O Castro da Curalha. 6ª campanha de escavações - 1980», *TAE*, 24 (1), Porto, 1981, pp. 59-86
- FREITAS e SANTOS JÚNIOR, 1982, Adérito M. Freitas e Joaquim dos Santos Júnior - «O Castro da Curalha. 7ª campanha de escavações - 1981», *TAE*, 24 (2), Porto, 1982, pp. 265-291

- FREITAS e SANTOS JÚNIOR, 1983, Adérito M. Freitas e Joaquim dos Santos Júnior - «O Castro da Curalha. 8ª campanha de escavações - 1982», *TAE*, 24 (3), Porto, 1983, pp. 453-474
- FREITAS e SANTOS JÚNIOR, 1984, Adérito M. Freitas e Joaquim dos Santos Júnior - «O Castro da Curalha. 9ª campanha de escavações - 1983», *TAE*, 24 (4), Porto, 1984, pp. 589-617
- GARCÉS e JUNYENT, 1989a, Ignasi Garcés Estallo e Emili Junyent Sanchez - «Fortificación y defensa en la I Edad del Hierro. Piedras Hincadas en Els Vilars», *Revista de Arqueologia*, X, 93, (Janeiro) 1989, pp. 38-49
- GARCÉS e JUNYENT, 1989b, Ignasi Garcés Estallo e Emili Junyent Sanchez - «El poblado fortificado de los Campos de Urnas Tardios en Els Vilars, Arbeca, Lleida», *XIX Congreso Nacional de Arqueología*, II, Zaragoza, 1989, pp. 329-339
- GÓMEZ MORENO, 1904, Manuel Gómez Moreno - «Sobre arqueología primitiva en la región del Duero», *BRUH*, XLV, Madrid, 1904, pp. 147-160
- GONÇALVES, 1992-93, Antonio A. Huet Bacelar Gonçalves - «Contribuição para o inventário arqueológico do concelho de Sabrosa - Distrito de Vila Real», *Portugalia*, Nova série, XII-XIV, Porto, pp. 173-217
- HARBINSON, 1967-68, Peter Harbinson - «Castros with “pedras fincadas” in Trás-os-Montes», *TAE*, 20, Porto, 1967-1968, pp. 385-389
- HARBINSON, 1968, Peter Harbinson - «Castros with *chevaux-de-frise* in Spain and Portugal», *Madrider Mitteilungen*, 9, Madrid, 1968, pp. 116-147
- HARBINSON, 1971, Peter Harbinson - «Wooden and Stone *Chevaux de Frise* in Central and Western Europe», *Proceedings of the Prehistoric Society*, 37, 1971, pp. 195-225
- HÓCK e COELHO, 1972, Martin Höck e Luís Coelho - «Materiais metálicos da colecção arqueológica do Museu Abade de Baçal em Bragança», *AP*, 3ª s., 6, Lisboa, 1972, pp. 219-251
- HOGG, 1957, A. H. A. Hogg - «Four Spanish Hill-forts», *Antiquity*, XXXI, 1957, pp. 25-32.
- HOGG, 1975, A. H. A. Hogg - *Hill-forts of Britain*, Londres, 1975.
- KALB, 1980, Philine Kalb - «Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal», *Madrider Mitteilungen*, 58, 1980, pp. 25-59
- LEMONS, 1993, Francisco Sande Lemos - *O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, Tese de doutoramento policopiada, Braga, 1993
- LEMONS, 1995, Francisco Sande Lemos - «Zoelas e *Civitas Zoelarum*: uma unidade étnica no quadro da romanização do Noroeste», *TAE (Actas do I.º Congresso de Arqueologia Peninsular, VI)*, 35 (2), Porto, pp. 293-306
- LEMONS, 1996, Francisco Sande Lemos - «Povoamento, espaço e *gentilitates* no I milénio a. C. no Nordeste transmontano», *De Ulisses a Viriato. O Primeiro Milénio a. C.*, Lisboa, 1996, pp. 147-153
- LEMONS e MARTINS, 1982, Francisco Sande Lemos e Manuela Martins - *O Castelo Velho de Lagoaça*, Braga, 1982 (dact.)
- LOPO, 1898, Albino Pereira Lopo - «Vestígios archeológicos de Babe», *AP*, 4, Lisboa, 1898, pp. 340-343

- LOPO, 1910, Albino Pereira Lopo - «Urna jornada archeologica», *AP*, 15, Lisboa, 1910, pp. 328-333
- LOPO, 1987, Albino Pereira Lopo - *Apontamentos Arqueológicos*, Braga, 1987
- LORRIO, 1997, Alberto J. Lorrio - *Los Celtíberos (Complutum extra-7)*, Universidad de Alicante/Universidad Complutense, Alicante, 1997
- LOURENÇO FONTES, 1978, A. Lourenço Fontes - «Aras romanas», in A. Lourenço Fontes e Carvalho de Moura (eds.), *Comemorações do Milenário de São Rosendo (977-1977) em Montalegre e Pitões das Júnias*, Montalegre, 1978, pp. 14-24
- LUCAS e RUBIO, 1986-87, Maria Rosario Lucas Pellicer e Isabel Rubio de Miguel - «Introducción del caballo como animal de montura en la Meseta: problemática», *Zephyrus*, 39-40, 1986-87, pp. 437-444
- LUZON NOGUÉ *et alii*, 1980, J. M. Luzón Nogué, F.-J. Sánchez Palencia, F. Acuña Castroviejo, *et alii* - *El Caurel (Escavaciones Arqueológicas en España, 110)*, Madrid, 1980
- MAGALHÃES *et alii*, 1975, Adolfo A. Magalhães, Francisco Carneiro Júnior e Adérito M. Freitas, *O Castro da Curalha. 1ª campanha de escavações (1974)*, Braga, 1975
- MAGALHÃES *et alii*, 1977, Adolfo A. Magalhães, Francisco Carneiro Júnior e Adérito M. Freitas, «O Castro da Curalha. 2ª e 3ª campanhas de escavações - 1975 e 1976», *TAE*, 23 (1), Porto, 1977, pp. 19-40
- MAGALHÃES *et alii*, 1978, Adolfo A. Magalhães, Francisco Carneiro Júnior e Adérito M. Freitas, «O Castro da Curalha. 4ª campanha de escavações - 1977», *TAE*, 23 (2-3), Porto, 1978, pp. 267-277
- MARANHÃO, 1836, Francisco dos Prazeres Maranhão - *Breve Notícia da Terra de Pannoyas*, Coimbra, 1836
- MARCOS, 1994, Domingos dos Santos Marcos - «Catálogo dos monumentos e sítios arqueológicos do Planalto Mirandês», *Brigantia*, 14 (1-2), Bragança, 1994, pp. 97-131
- MARTINS, 1980a, João Baptista Martins - «Seara Velha - memórias antigas», *Notícias de Chaves*, 18-01-80, Chaves, 1980
- MARTINS, 1980b, João Baptista Martins - «O Castro da Pastoria», *Notícias de Chaves*, 02-05-80, Chaves, 1980
- MARTINS, 1984, João Baptista Martins - *Inventário dos sítios com interesse arqueológico do concelho de Chaves*, Chaves 1984 (dact.)
- MARTINS, 1985, João Baptista Martins - *Os castros do concelho de Chaves*, Chaves, 1985 (dact.)
- MARTÍN VALLS, 1971, Ricardo Martín Valls - «El castro del Picón de la Mora (Salamanca)», *BSAA*, XXXVII, Valladolid, 1971, pp. 125-139
- MIRANDA JÚNIOR *et alii*, 1983, Avelino Miranda Júnior, Joaquim Norberto dos Santos e Joaquim Santos Júnior - «Castros do concelho de Boticas», *TAE*, 24 (3), Porto, 1983, pp. 401-451
- MIRANDA JÚNIOR *et alii*, 1985, Avelino Miranda Júnior, Joaquim Norberto dos Santos e Joaquim Santos Júnior — «Os castros do concelho de Boticas — II», *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, 66 (1-4), Porto, 1985, pp. 5-96

- MONTALVÃO, 1971, Antonio Montalvão - *Visitas a castros nos arredores de Chaves*, ed. policopiada, Chaves, 1971
- MORET, 1991, Pierre Moret - «Les fortifications de l'âge du fer dans la Meseta Española: origine et diffusion des techniques de construction», *Mélanges de la Casa de Velázquez*, XXVII (1), Madrid, 1991, pp. 5-42
- MORET, 1996, Pierre Moret - *Les fortifications ibériques. De la fin de l'Âge du Bronze à la conquête romaine*, Madrid, 1996
- NETO, 1975, Joaquim Maria Neto - *O Leste do Território Bracarense*, Torres Vedras, 1975
- PEREIRA, 1905, Martins Pereira - *Terras de Entre Douro e Sabor*, Setúbal, 1905
- PÉREZ MACÍAS, 1994, J. A. Pérez Macías - «El yacimiento calcolítico del Cerro del Brueco. Propuestas para una secuencia de la edad del cobre en los Picos de Aroche», *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, 1994, pp. 119-148
- PINHEIRO, 1895, José Henriques Pinheiro - *Estudo da estrada militar romana entre Braga e Astorga...*, Porto, 1895
- PONTE, 1980, Maria de La Sálte da Ponte - «A génese das fíbulas do Noroeste peninsular», *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, II, Guimarães, 1980, pp. 111-119
- PONTE, 1984, Sálte da Ponte - «Fíbulas de sítios a norte do rio Douro», *Lucerna* (Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão), Porto, 1984, pp. 111-144
- RODRÍGUEZ COLMENERO, 1977, Antonio Rodríguez Colmenero - *Galicia Meridional Romana*, Universidad de Deusto, Bilbao, 1977
- ROMERO CARNICERO, 1991, F. Romero Carnicero - *Los castros de la Edad del Hierro en el Norte de la provincia de Soria*, Valladolid, 1991
- SAMPAIO, 1929, José R. L. Sampaio - «Crasto de Nogueira de Barrozo», *Era Nova*, 30-06-29 e 14-07-29, Chaves, 1929
- SANCHES, 1992, Maria de Jesus Sanches - *Pré-história Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, Porto, 1992
- SANTOS JÚNIOR, 1957, Joaquim dos Santos Júnior - «O Castro de Carvalhelhos», *TAE*, 16 (1-2), Porto, 1957, pp. 25-62
- SANTOS JÚNIOR, 1959-60, Joaquim dos Santos Júnior - «Rampas de acesso às muralhas do Castro de Carvalhelhos», *Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense*, 20, Orense, 1959-1960, pp. 361-368
- SANTOS JÚNIOR, 1963, Joaquim dos Santos Júnior - «Escavações no Castro de Carvalhelhos - Campanha de 1963», *TAE*, 19 (2), Porto, 1963, pp. 187-193
- SANTOS JÚNIOR, 1964, Joaquim dos Santos Júnior - «Escavações no Castro de Carvalhelhos - Campanha de 1964», *TAE*, 19 (3-4), Porto, 1964, pp. 360-365
- SANTOS JÚNIOR, 1966, Joaquim dos Santos Júnior - «Duas campanhas de escavações no Castro de Carvalhelhos (1965-1966)», *TAE*, 20 (1-2), Porto, 1966, pp. 181-190
- SANTOS JÚNIOR, 1969, Joaquim dos Santos Júnior - «Escavações no Castro de Sabrosa em 1968», *TAE*, 21, Porto, 1969, pp. 384-389
- SANTOS JÚNIOR, 1971, Joaquim dos Santos Júnior - «Escavações no Castro de Carvalhelhos - Campanha de 1970», *TAE*, 22 (1), Porto, 1971, pp. 72-75

- SANTOS JÚNIOR, 1973, Joaquim dos Santos Júnior - «As notáveis condições de defesa no Castro de Carvalhelhos», *TAE*, 22 (3), Porto, 1973, pp. 207-219
- SANTOS JÚNIOR, 1975a, Joaquim dos Santos Júnior - «Castro de Carvalhelhos - Campanha de escavações em Agosto de 1975», *TAE*, 22 (4), Porto, 1975, pp. 559-566
- SANTOS JÚNIOR, 1975b, Joaquim dos Santos Júnior - «A Cultura dos Berrões no Nordeste de Portugal», *TAE*, 22 (4), Porto, 1975, pp. 353-516
- SANTOS JÚNIOR, 1975c, Joaquim dos Santos Júnior - «Um machado estranho do castro de Sabrosa», *TAE*, 22 (4), Porto, 1975, pp. 566-569
- SANTOS JÚNIOR, 1977, Joaquim dos Santos Júnior - «Castro de Carvalhelhos - Campanha de 1976», *TAE*, 23 (1), Porto, 1977, pp. 161-167
- SANTOS JÚNIOR, 1978, Joaquim dos Santos Júnior - «27ª campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos (1977)», *TAE*, 23 (4), Porto, 1978, pp. 323-333
- SANTOS JÚNIOR, 1980, Joaquim dos Santos Júnior - «28ª campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos (1979)», *TAE*, 23 (4), Porto, 1980, pp. 604-619
- SANTOS JÚNIOR, 1981, Joaquim dos Santos Júnior - «29ª campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos (1980)», *TAE*, 24 (1), Porto, 1981, pp. 140-147
- SANTOS JÚNIOR, 1982, Joaquim dos Santos Júnior - «30ª campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos (1981)», *TAE*, 24 (2), Porto, 1982, pp. 249-263
- SANTOS JÚNIOR, 1983, Joaquim dos Santos Júnior - «31ª campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos (1982)», *TAE*, 24 (3), Porto, 1983, pp. 511-519
- SANTOS JÚNIOR, 1984a, Joaquim dos Santos Júnior - «32ª campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos (Julho-Agosto 1983)», *TAE*, 24 (4), Porto, 1984, pp. 673-682
- SANTOS JÚNIOR, 1984b, Joaquim dos Santos Júnior - «O Castro da Curalha - Chaves vivente na época suévica?», *TAE*, 24 (4), Porto, 1984, pp. 683-684
- SANTOS JÚNIOR, 1984c, Joaquim dos Santos Júnior - «30 anos de escavações no Castro de Carvalhelhos (Boticas - Vila Real)», *Revista de Guimarães*, 94, Guimarães, 1984, pp. 411-424
- SANTOS JÚNIOR, 1988-89, Joaquim dos Santos Júnior - «Notável ouriçado de pedras fincadas no Castro de Cunhas - Ardaos - Boticas», *Boletín Auriense*, 18-19, Orense, 1988-1989, pp. 73-78
- SANTOS JÚNIOR e FREITAS, 1985, Joaquim dos Santos Júnior e Adérito M. Freitas - «O Castro da Curalha. 10ª campanha de escavações (Chaves)», *TAE*, 25 (1), Porto, 1985, pp. 5-29
- SOARES, 1986, Antonio Monge Soares - «O povoado do Passo Alto. Escavações de 1984», *Arquivo de Beja*, III, 2ª série, Beja, 1986, pp. 89-99
- SOEIRO, 1985-86, Teresa Soeiro - «Muro da Pastoria, Chaves. Campanha de escavação de 1982-83», *Portugalia*, Nova Série, 6-7, Porto, 1985-1986, pp. 21-28
- SILVA, 1986, Armando Coelho F. da Silva - *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986
- TABOADA CHIVITE, 1955, J. Taboada Chivite - «Carta arqueológica de la comarca de Verín», *III Congreso Nacional de Arqueología* (Galicia, 1953), Zaragoza, 1955, pp. 333-352

- TARACENA, 1929, B. Taracena Aguirre - *Excavaciones en las provincias de Soria y Logroño. Memoria de las excavaciones practicadas en 1928 (MemJSEA, 103)*, Madrid, 1929
- TRANOY, 1981, Alain Tranoy - *La Galice Romaine*, Paris 1981
- VASCONCELOS, 1895, José Leite de Vasconcelos - «Noticia de antiguidades da Terra de Miranda no século XVIII», *AP*, 1, Lisboa, 1895, pp. 11-12
- VASCONCELOS, 1903, José Leite de Vasconcelos - «Antiguidades do Concelho de Miranda do Douro», *AP*, 8, Lisboa, 1903, pp. 79-83
- VASCONCELOS, 1917, José Leite de Vasconcelos - «Por Trás-os-Montes», *AP*, 22 (1-12) Lisboa, 1917, pp. 1-53
- VELOSO MARTINS, 1978, A. Veloso Martins - *Monografia de Valpaços*, Famalicão, 1978
- 1968, «Trabalhos arqueológicos no Castro de Sabrosa», *Jornal de Notícias*, 06-08-1968, (in: *AP*, série III, 2, pp. 202-203)

ABREVIATURAS:

<i>AP</i>	<i>O Arqueólogo Português</i> . Lisboa.
<i>BRAH</i>	<i>Boletín de la Real Academia de la Historia</i> . Madrid.
<i>BSAA</i>	<i>Boletín del Seminario de Arte y Arqueología</i> . Valladolid.
<i>MemJSEA</i>	<i>Memorias de la Junta Superior de Excavaciones Arqueológicas</i> . Madrid.
<i>TAE</i>	<i>Trabalhos de Antropologia e Etnologia</i> . Porto.
<i>TP</i>	<i>Trabajos de Prehistoria</i> . Madrid.

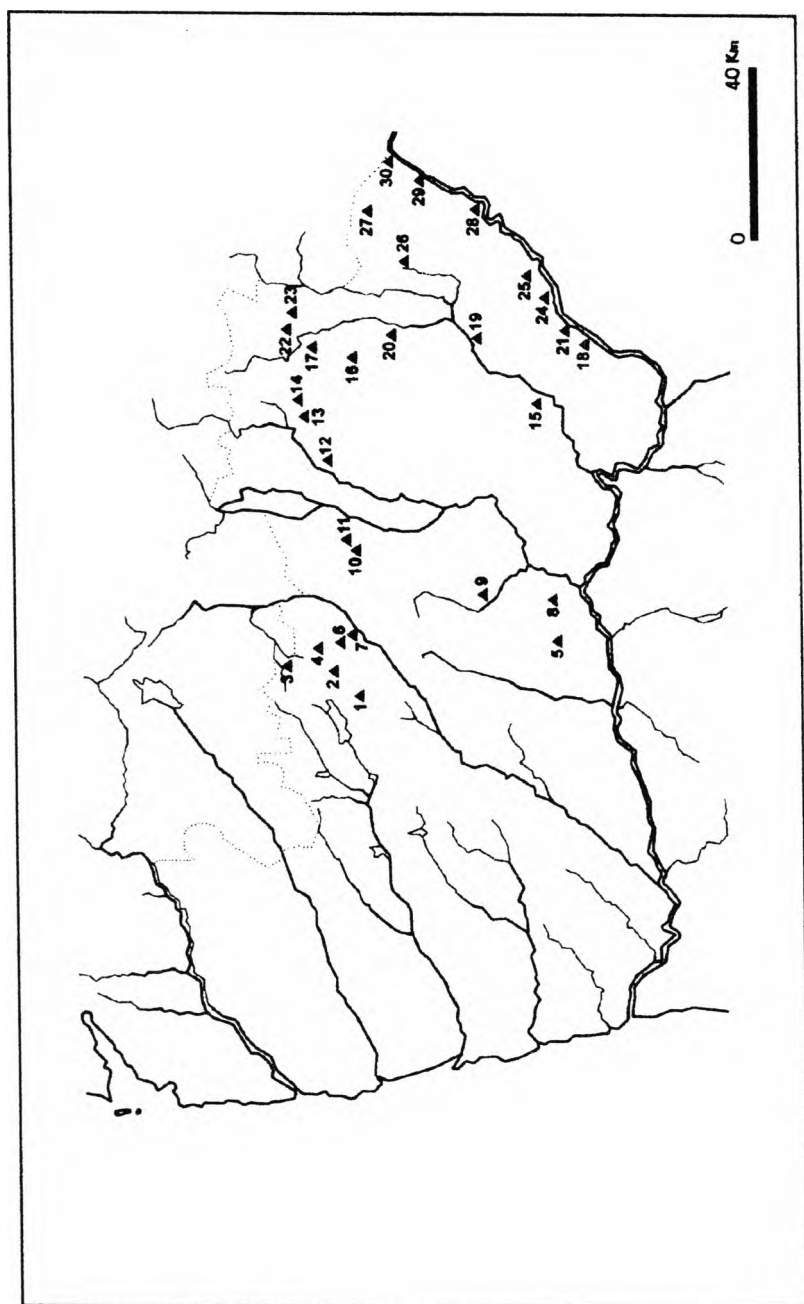


FIG. 1 - Distribuição dos povoados fortificados com pedras fincadas em Trás-os-Montes



FOTO 1 - Castro de Carvalhelhos: *barreira de pedras fincadas, fossos e muralha*



FOTO 2 - Castelo dos Mouros de Vale de Égua: *campo de pedras fincadas, terrapleno superior e muralha*



FOTO 3 - Murada *de Fiães*: *campo de pedras fincadas entre afloramentos graníticos*



FOTO 4 - Monte de Santa Comba *de Ousilhão*: *vestígios do campo de pedras fincadas, fosso, parapeito e muralha*



FOTO 5 - Castro de Babe: *aspecto da barreira de pedras fincadas e da destruição sofrida pela muralha*



FOTO 6 - Cigaduenha de Picote: *campo de pedras fincadas e muralha*

(Página deixada propositadamente em branco)

JUAN CARLOS OLIVARES PEDREÑO
Becario F. P. I. - Universidad de Alicante.

LOS DIOSES INDIGENAS EN EL NOROESTE DE PORTUGAL
“Conimbriga” XXXIX (2000) p. 53-83

RESUMEN: En la región noroccidental de Portugal han sido halladas hasta el momento un gran número de inscripciones alusivas a divinidades indígenas; ello plantea, a primera vista, un esquema de múltiples dioses de carácter muy localizado. Sin embargo, analizando cada una de las dedicaciones se observa que la interpretación de muchas de ellas es poco fiable, por lo que el número de teónimos indígenas seguros se reduce drásticamente hasta adquirir un carácter semejante al de otras regiones de la Hispania indoeuropea.

ABSTRACT: In the north-western region of Portugal, a large number of inscriptions alluding to indigenous gods have been discovered to date. At first sight, this gives rise to a system of multiple local gods. However, by analysing each of the dedications it can be seen that the interpretation of many of these is not very reliable. Therefore, the number of definite indigenous gods is drastically reduced to such a point that it is similar to that of the other Indo-European Hispanic regions.

(Página deixada propositadamente em branco)

LOS DIOSES INDIGENAS EN EL NOROESTE DE PORTUGAL

La franja litoral enmarcada entre los cursos bajos de los ríos Minho y Douro es uno de los ámbitos que más problemas ha planteado a los investigadores a la hora de establecer las características de la religión indígena y de las divinidades que componían su panteón. A primera vista, se observa un número elevado de dioses de carácter local que se conocen, la mayoría de ellos, por un sólo testimonio epigráfico. Muchos aparecen mencionados como Lares o Genios, lo que ha incidido aún más en adjudicar a estas divinidades un alcance reducido a un determinado grupo familiar o étnico, o a un enclave poblacional concreto. Ello contrasta con los datos conocidos de otras regiones del ámbito lusitano-galaico en las que se constata la adoración a varias divinidades conocidas por un número relativamente elevado de epígrafes.

De hecho, en el territorio enmarcado entre el Minho y el Douro, en su franja más occidental, se conocen muy escasos teónimos, en sentido estricto, en relación a la gran cantidad de inscripciones votivas alusivas a divinidades indígenas procedentes del mismo. Nuestra investigación va encaminada, por tanto, a esclarecer en la medida de lo posible estas paradojas, que son muy características y, en buena medida, específicas de este territorio.

1. El Territorio Enmarcado entre los Tramos Finales de los Ríos Minho y Lima.

La divinidad más representada en la epigrafía de este ámbito es Marte indígena. Son conocidas dos inscripciones dedicadas a este dios en la región, a las que habría que añadir otro epígrafe hallado en Tuy

(Pontevedra), en la frontera entre Portugal y España. En esta inscripción de Tuy aparecían completos el teónimo y el epíteto, *Marti giego'*, lo que proporcionó las claves para que otras dos inscripciones de más difícil interpretación se consideraran alusivas a la misma divinidad. Una de ellas se descubrió en Lisouros (Paredes de Coura) y durante algún tiempo se consideró una dedicación a una divinidad llamada *Macario*² hasta que Melena interpretó el teónimo como *Ma(rti) Cario(ciego)*^{1 2 3}. El paralelismo entre estos dos epígrafes se acentúa si atendemos al nombre de los dedicantes, ya que uno se llama *Lucius Hispanius Fronto* (Tuy) y el otro *Frontonianus Frontonis filius* (Lisouros).

La segunda inscripción la consideraron Santos, Le Roux y Tranoy como referente a *Lari Cari[e]co* (Refoios de Lima, Ponte de Lima) aunque planteaban la posibilidad de que aludiera a *Mar [ti] Cari[e]co*, siendo esta hipótesis aceptada por García⁴.

Hay que resaltar que estas dos inscripciones portuguesas junto a la de Pontevedra se concentran en el mismo ámbito, con centro en el distrito de Viana do Castelo hasta Tuy, ocupando un territorio muy determinado al noroeste de Portugal. Esta concentración de dedicaciones a un dios romano acompañado de un epíteto autóctono es bastante excepcional en Hispania, al contrario de lo que sucede en las Galias o Britania.

Tranoy buscaba la respuesta a este problema en la fuerza de cultos indígenas en Hispania como el de *Bandua* o *Cosus*⁵, y lo cierto es que llama la atención que en las regiones que existen dedicaciones a los dos dioses indígenas, que es casi todo el Occidente de la Península Ibérica, se detecta la práctica ausencia de inscripciones dedicadas a Marte indígena; a la inversa, en los escasos ámbitos de donde proceden los ¹

¹ Como *Cariocieco* en *CIL* II 5612; Vasconcelos, 1905, pp. 306-307; R. Azevedo, 1957, p. 293; Bouza-Brey leyó *Capriocieco* (1953, p. 140); la misma lectura en Tranoy (1981, p. 304) y Vives (1971, n.º 684, en adelante *ILER*); finalmente, Baños leyó *Cairiogiego* (1994, pp. 273-274).

² Vasconcelos, 1913, pp. 196-199; Blázquez, 1962, p. 69; *ILER* 875; Encarnação, 1975, pp. 230-231; Tranoy, 1981, p. 275.

³ Melena, 1984, p. 256; seguido por García (1991, n.º 226, en adelante *RAP*) que lo interpretaba como *Mar(ti) o [ti] / Caria(eco) = HEp* 4, 1088.

⁴ Santos, Le Roux y Tranoy, 1983, p. 191 = *AE* 1983, 561; Tranoy, 1984, p. 445 n.º 2; *RAP* 225.

⁵ Tranoy, 1984, pp. 446-447.

testimonios de Marte indígena, no existen dedicaciones a ninguna de las otras dos divinidades ^{6 7 8}. Este hecho se plasma claramente en el territorio que estudiamos, puesto que las tres inscripciones dedicadas a Marte *Cairiogiego* o *Caneco* se sitúan en el ámbito enmarcado entre los tramos finales de los ríos Minho y Lima, mientras que los altares ofrecidos a *Cosus* en el noroeste de Portugal aparecen desde la cuenca del río Ave hacia el sur.

Otra dedicación de esta zona podría tener relación con la divinidad citada. Procede de Santa Vaia do Rio de Moinhos (Arcos de Valdevez). Es una inscripción de lectura confusa, ya que aparece muy desgastada, con abreviaturas y tallada en varias caras de la pieza. El teónimo era, según Vasconcelos, *Caro*, al que acompañaba una fórmula abreviada *cons*, que este autor interpretaba como *consacratum* ⁷. Lambrino consideraba que, habida cuenta de que esa fórmula era excepcional ante la más corrientemente utilizada *sacrum*, *cons-* era un epíteto abreviado de la divinidad: *cons(eruatori)**. Sin tomar partido por ninguna de las dos posiciones, García planteó la teoría de que *Caro* pudiera tener alguna relación con el epíteto *Carieco*, ya que tenían el mismo radical y las inscripciones dedicadas a Marte *Carieco* aparecieron en la misma región^{6 7 8 9}.

En nuestra opinión, es digna de consideración esta tesis, por varias razones añadidas: en primer lugar, porque existen ciertas probabilidades de que *Caro* sea una abreviatura, del mismo modo que en la inscripción de Lisouros *Carieco* o *Cariocieco* se abreviaba como *Cari(...)* en segundo lugar, porque el epíteto o fórmula *cons-* subsiguiente al pretendido teónimo *Caro* está también abreviado; en tercer lugar porque, dejando a un lado una inscripción dedicada al *Genio Tiauranceaico*, aparecido en esta misma zona, en las tres inscripciones restantes dedicadas a divinidades indígenas halladas en la región situada entre los ríos Minho y Lima todos los presuntos teónimos y los epítetos aparecen también abreviados; el cuarto argumento es consecuencia del anterior: sin tener en cuenta la dedicación al mencionado

⁶ Este hecho, entre otros, nos llevó a plantear que los tres teónimos, *Bandua*, *Cosus* Marte indígena, podrían corresponder a una única divinidad (Olivares, 1997, pp. 211 ss.).

⁷ Vasconcelos, 1905, p. 336. Blázquez, 1962, p. 209; *ILER* 779.

⁸ Lambrino, 1963-64, pp. 125-127.

⁹ *RAP* 44.

Genio y además de las tres inscripciones ofrecidas a *Marti Carieco*, el alusivo a *Caro* es el único testimonio en la zona del que conocemos la raíz del teónimo o epíteto. Por tanto, con las debidas reservas, creemos que existen indicios para pensar que *Caro* podría ser una abreviatura del citado epíteto de Marte, lo que reforzaría la idea de que esta divinidad era la más difundida en esta zona.

Como hemos comentado, existen en esta zona tres monumentos más dedicados, probablemente, a divinidades indígenas. Todos ellos se caracterizan por plasmar las denominaciones de la divinidad de forma abreviada sin que esté claro, por el momento, a que deidades se refieren. La primera de ellas se halló en Cristelo (Paredes de Coura), muy cerca del lugar de aparición de algunas de las inscripciones anteriormente citadas. Los autores que la estudiaron la transcribieron del modo siguiente^{10 11}: *SE. Q / F M B. V. L/SO*. Sin embargo, planteaban algunas dudas sobre su validez puesto que había sido reutilizada y redecorada para otros fines religiosos en épocas posteriores y, además, consideraban que el texto podía haber sido reescrito^{10 11}. Posteriormente, García proponía leer *Se(...) Q(uinti)ff(ilius) u(otum) l(ibens) so(luit)*, por lo que *M(...)* sería el teónimo y *B(...)* correspondería al epíteto que, para este autor, aludirían a Marte si consideramos los otros testimonios de la zona, o a otra divinidad entre las que sugería Mercurio o las *Matres*¹². No obstante, existen varias opciones que nos impiden utilizar este testimonio hasta que se pueda comprender su sentido con más exactitud.

Algo parecido ocurre con el segundo monumento de este tipo, procedente de Giela (Arcos de Valdevez) y estudiado por los mismos autores que el anterior. Según ellos, la primera línea de la inscripción y el principio de la segunda contenían el nombre de la divinidad y debería leerse como sigue: *D(omino o ae) s(ancto o ae) K(...) G(...) L(...)/La(...)*¹³. La tercera pieza procede del mismo enclave que la anterior y su inscripción contiene, también, algunos rasgos similares. Dos Santos, Le Roux y Tranoy efectuaron la siguiente lectura de las primeras líneas, que atañen a la deidad: *Do(mino o ae) sa(ncto o ae)/La(...)*

¹⁰ Santos *et al.*, 1983, pp. 194-195, n.º 19 = 1983, 567.

¹¹ *Ibid.*, loc. cit.

¹² *RAP* 574 = *HEp* 4, 1089.

¹³ Tranoy, 1981, p. 272; Santos *et al.*, 1983, p. 193, n.º 16 = *AE* 1983, 564; *RAP* 512.

*La(...)*¹⁴. Tranoy veía grandes similitudes entre ambos textos, planteando que se trataran de dedicatorias a unos Lares, pero era pesimista en cuanto al desciframiento de la inscripción e, incluso, plasmaba la dificultad para tomar una posición al efecto de caracterizar la dedicación como indígena, romano-indígena o clásica¹⁵.

Teniendo en cuenta los datos de que disponemos en la actualidad, podemos suponer que en este ámbito situado entre el curso bajo de ríos Minho y Lima existía culto a varias divinidades como parecen mostrar las confusas inscripciones citadas, pero sólo tenemos datos seguros en torno a dos de ellas: a Marte *Cairiogiego* o *Carieco*, entre los que incluiríamos, aunque con reservas, la dedicación a *Caro*, por lo que hemos de considerar a Marte indígena como la deidad más representada desde el punto de vista epigráfico en la zona y, en segundo lugar, podemos considerar también como indígena la dedicación al *Genio Tiauranceaico*¹⁶.

No conocemos, por otra parte, testimonio alguno referente a una divinidad indígena femenina en esta región, por lo que nos parece claro que los datos existentes sólo reflejan un panteón religioso incompleto. Sin embargo, es precisamente este hecho el que hace muy destacable la existencia de tres inscripciones dedicadas a Marte con el mismo epíteto indígena y halladas en distintos lugares, lo que indica la gran importancia de su culto en este territorio.

2. La Franja Litoral entre los Ríos Lima y Cavado.

El único teónimo indígena masculino seguro que conocemos en esta zona es *Candeberonio Caeduradio*, constatado en una inscripción

¹⁴ Tranoy, *ibid.*, *loc.cit.* \ Santos *et al.*, *ibid.* pp. 193-194, n.º 17 - *AE* 1983, 565; *RAP* 573.

is Tranoy, 1981, p. 272.

¹⁶ La inscripción se halló en la iglesia parroquial de Estorãos (Ponte de Lima), justo debajo del altar. Esto, según Alves Pereira (1907, pp. 37 y 39), suponía que este Genio sería la divinidad tutelar de esta localidad. Por otra parte, este autor planteaba que el epíteto podría ser también *Tiaurauceaico*, ya que existe un nexo que podría ser *an* o *au* \ Vasconcelos, 1913, pp. 199-200; *AE* 1952, 65; *ILER* 659; Blázquez, 1962, p. 135; Encarnação, 1975, pp. 192-193; Tranoy, 1981, p. 302; *RAP* 207.

de Vila Nova de Mares (Braga)¹⁷. Le Roux y Tranoy opinaban que el prefijo *Cand-* o *Cande-* podría tener relación con dos apelativos indígenas de Júpiter presentes en inscripciones del norte hispano: *Candamio* y *Candiedo*¹⁸. En este sentido, Tranoy sugería que *Candeberonio* era una divinidad vinculada a Júpiter y relacionada con las alturas¹⁹.

Por otra parte, Untermann consideraba que la existencia de un epíteto *Eberobriga* podía implicar una separación *Cand-Eberonio* que, además, corresponde a la disposición de los renglones de la inscripción. Así, pensaba que *Cand* podía ser la forma abreviada de un teónimo de estructura sencilla como, por ejemplo, *Bandi*^{20 21 22}.

Recientemente, apareció en S. Martinho de Alvito (Barcelos) una inscripción en cuya primera línea se observaban tres letras del probable teónimo: *[.]and[.]*^{21 22}. La pieza está reutilizada como base de una columna, estando mutiladas sus cuatro aristas verticales, por lo que falta la primera y, posiblemente, la última de cada una de las líneas. Dadas las letras visibles del teónimo y la falta de la primera letra del mismo, los autores que la estudiaron formularon la hipótesis de que se trataba de una dedicación a *Bandua*²². Ahora bien, si esta posibilidad sería muy plausible para otras zonas donde este teónimo está muy atestiguado, no lo es tanto en la región de Barcelos, puesto que no se ha constatado, hasta el momento, ningún testimonio seguro de *Bandua* en los distritos de Viana do Castelo, Braga y Porto.

Sin embargo, conocemos en esta región al Norte del río Cavado la inscripción dedicada a *Candeberonio* que, como hemos expuesto, podría ser también *Cand(...) Eberonio*. Ya que no es visible la primera letra del teónimo en la inscripción de S. Martinho de Alvito, es posible que estuviera dedicada a esta última divinidad, ya testimoniada en la región. Ello parece, por el momento, preferible a admitir el culto a *Bandua*, que es una divinidad de la que conocemos decenas de inscripciones en otras regiones, en una zona en la que existe gran cantidad de altares votivos sin que se constate este dios entre los mismos.

¹⁷ Le Roux y Tranoy, 1973, pp. 198-199 n.º 10 = *AE* 1973, 306; Tranoy, 1981, p. 271; *RAP* 41.

¹⁸ Le Roux y Tranoy, *Ibid.*, *loc.cit.*

¹⁹ Tranoy, 1981, p. 271.

²⁰ Untermann, 1980, p. 349.

²¹ Milhazes *et al.*, 1993, pp. 33-38.

²² *Ibid.* p. 38.

Además de los dos testimonios citados, existen en el territorio situado entre los ríos Lima y Cavado dos inscripciones más dedicadas a divinidades masculinas indígenas. La primera de ellas se descubrió en la iglesia parroquial de Alvarães (Viana do Castelo); faltan dos letras al comienzo del nombre del dios, que era leído [...]*Jiuo* / *Western* ²³. No obstante, la primera visible podía no ser /, sino *e* o *s*; si se acepta esta última posibilidad determinaría que el teónimo podría ser [*Co*]*suo* ²⁴. Esta idea es plausible, ya que existió algo más al sur, en la región de Santo Tirso, culto a *Cosus*²⁵ sin embargo, otros investigadores que han estudiado la pieza no aceptan esta *s*²⁵, en cuyo caso se trataría de una divinidad cuyo nombre desconocemos en la actualidad.

La segunda inscripción se dedicó a los Lares *Buricis* y procede de Carrazedo (Amares). Rigaud relacionaba este epíteto con algunos nombres de *feligresias* cercanas a este lugar que contienen el topónimo Bouro y con el *concelho* de Terras do Bouro²⁶ ²⁷. Probablemente también se dedicó a unos Lares otro altar hallado en la iglesia parroquial de Castelo de Neiva (Viana do Castelo), aunque la interpretación es confusa, pues el nombre de la divinidad consta en dos abreviaturas silábicas: *La Ru*²¹. No conocemos más testimonios de divinidades masculinas en esta región; además de las dos primeras inscripciones que podrían corresponder a una misma divinidad tenemos, por tanto, una dedicación a los Lares y otro testimonio cuyo teónimo desconocemos.

En cuanto a las divinidades femeninas, sólo contamos con dos dedicaciones. La primera de ellas se dedicó a *Ocaere* y apareció en la iglesia matriz de S. João do Campo (Terras do Bouro), en la región de la Sierra de Gerés ²⁸. La segunda aparece en el castro de S. Lourenço aludida como *Daea Sancta* (Vila Chã, Esposende), probablemente una deformación de *Dea* ²⁹, por lo que no podemos conocer con seguridad el nombre de la divinidad.

²³ Santos *et al.*, 1983, pp. 192-193 n.º 15 = *AE* 1983, 563.

²⁴ *Ibid.*, nota 11. Esta idea era aceptada por García (*RAP* 48).

²⁵ Tranoy, 1981, p. 278 (*evo Vestero*); Peixoto, 1994, pp. 87-88 n.º 3 (*..ivo Vester o*).

²⁶ Sousa, 1971-72, p. 183. La pieza se publicó también en *AE* 1973, 320; Cunha, 1975, pp. 23-33 = *AE* 1974, 391; *RAP* 217.

²⁷ *RAP* 571.

²⁸ *CILII* 2458; Vasconcelos, 1905, p. 334; Blázquez, 1962, p. 214; Encarnação, 1975, p. 253-255; *ILER* 903; Cruz, 1972, pp. 105-108; *RAP* 176.

²⁹ Tranoy, 1981, p. 274; Santos *et al.*, 1983, p. 190, n.º 11 = *AE* 1983, 559; *RAP* 570.

3. El Territorio al Sur del Rio Cavado hasta el Duero.

De la zona más norteña de este ámbito, en la ribera sur del Cavado, procede un altar dedicado a Marte indígena, con el epíteto *Tarbuceli* (Montariol, S. Victor)³⁰ *. Aunque en la zona entre los ríos Cavado y Lima no se atestiguan dedicaciones a este dios, el hecho de que exista un relativo vacío de teónimos en esa zona y que al norte del Lima se ubiquen los tres epígrafes ofrecidos a *Marti Caneco* hace que la inscripción de *Marti Tarbuceli* de una continuidad territorial al culto de Marte indígena entre los ríos Cavado y Minho, reafirmando su carácter de dios más representado epigráficamente en toda la región. En el resto del territorio que estudiamos, hasta el río Duero, ya no aparecen testimonios de esta divinidad lo que, unido a la constatación en esta zona de otros dioses que no conocemos al norte del Cavado, nos induce a establecer diferencias en los teónimos de ambas regiones.

Una de las evidencias más relevantes en lo que a teónimos masculinos se refiere es la constatación del culto a *Coso* en la zona. Conocemos tres inscripciones alusivas a este dios en la ribera del río Ave, en el entorno de Santo Tirso. La primera de ellas procede de Burgães (Santo Tirso) y la referencia al dios reza *Deo Domeño Cusu Neneoeco*^M. A la misma divinidad, aunque sin hacer constar el teónimo, se dedicó otro epígrafe procedente de Ervosa (Santo Tirso); el dios aparecía como *Dom(ino) Deo Neneoeco*³².

Según J. d'Encarnação, el epíteto citado guardaría relación con una localidad existente en las cercanías de Santo Tirso: Nine³³. Estas dos inscripciones nos ofrecen algunos datos muy importantes: la primera de ellas nos muestra un teónimo precedido de las categorías religiosas *deo domino* y seguido de un epíteto tópico o étnico; ello nos confirma fehacientemente que *Cusu* no es una categoría general del

³⁰ Tranoy, 1981, p. 304; Santos *et al* 1983, p. 192 = *AE* 1983, 562; Tranoy, 1984, pp. 446-447; *RAP* 224.

CIL II 2375; Vasconcelos, 1905, pp. 326-327; Cardozo, 1935, n.º 21; Blázquez, 1962, p. 121; *ILER* 796; Tranoy, 1981, p. 274.

³² Santarém, 1953, pp. 397-401 = *HAE* 514 = *AE* 1957, 315; Blázquez, 1962, p. 122; Encarnação, 1975, pp. 164-169; *ILER* 896.

³³ J. d'Encarnação, 1970, pp. 225-228, n.º 7. En el mismo sentido, García {*RAP* 50).

tipo *Deus* o *Genius*, sino el nombre de la divinidad y que, por tanto, el epíteto provisto del sufijo *-eco* no denomina al dios, sino que es su adjetivo^{34 35}.

La segunda inscripción, donde se lee el mismo epíteto precedido de las categorías *domino deo* evidencia el hecho de que el nombre del dios era, a menudo, citado por su definición tópica y, por tanto, sobreentendido. La relevancia de este hecho radica en que en el ámbito que estudiamos, muchas de las divinidades referidas en los altares votivos se citan por sus apelativos, con los característicos sufijos *-ico*, *-igo*, *-acó* o *-eco* precedidos por la categoría *deo* sin que sepamos a qué teónimos corresponden. Por otra parte, al hilo de los comentarios sobre la fórmula *domino*, debemos resaltar que sólo aparece en Hispania acompañando al dios indígena *Coso*, como se atestigua en las dos inscripciones referidas y en dos más procedentes de Arlanza (El Bierzo, León) en la que se lee *Deo Domino Cossue Segidiaeco*³⁵ y de Logrosa (Negreira, Coruña), dedicada a *Coso Domino*^{34 35 36}.

En una roca de granito ubicada a unos 500 metros al norte del castro de Sanfins, en Eiriz (Paços de Ferreira) se descubrió otra inscripción que se ha interpretado como una dedicatoria a *Coso*, aunque la lectura sea *Cosuneae* y no exista fórmula votiva³⁷.

Nabia es la divinidad femenina más difundida en esta región, ya que es la única a la que se dedicaron varios altares. En el primero de ellos, descubierto en Marécos (Penafiel) aparece citada dos veces, en primer lugar como *Nabia Corona* y, posteriormente, sólo con la mención *Nabia*³⁸. *Corona* sería, a partir de los datos que conocemos de otras inscripciones dedicadas a esta diosa, un epíteto; sin embargo, el hecho de que exista una mención a un presunto dios denominado *Corono* en otra inscripción procedente de Cerzedelo (Guimarães), ha motivado una cierta discusión sobre el significado de la mención

³⁴ Tranoy, 1981, p. 297.

³⁵ García y Bellido, 1966, pp. 138-139, n.º 12 = 1967, 232.

³⁶ G. Pereira, 1994, pp. 73-74 = *HEp* 4, 333. Conocemos esta fórmula en una dedicación a otra divinidad que se ha leído como *Cauleci*...; sin embargo, esta inscripción está desaparecida y ofrece múltiples dudas de lectura e interpretación. Sobre esta pieza, *vid.* *CIL* II 2551.

³⁷ *CIL* II 5607; Vasconcelos, 1905, pp. 188-189; Blázquez, 1962, p. 120; Silva, 1980, pp. 80-82; Tranoy, 1981, p. 273.

³⁸ Le Roux y Tranoy, 1974, pp. 252-255.

a *Nabia Corona*. Según Le Roux y Tranoy, podría tratarse de una dedicación a dos divinidades, una masculina y otra femenina, que serían paredros³⁹. Es más probable, sin embargo, que *Corona* fuera un epíteto relativo a un territorio o a alguna característica de la propia divinidad ya que lo más relevante es, a nuestro juicio, que *Nabiae Coronae* sigue la estructura característica de las menciones a teónimos con apelativo en la epigrafía hispana.

Por otra parte, aunque algunos autores han considerado la mención a *Corono* como un teónimo⁴⁰, otros han sido más escépticos teniendo en cuenta el desgaste de la parte final de la inscripción y la ubicación excepcional del nombre en cuestión, en la cara lateral de la pieza⁴¹. Teniendo en cuenta los numerosos paralelos en que se citan teónimos acompañados de epítetos en los epígrafes y epítetos desprovistos del teónimo, nos parece poco plausible considerar *Coronae* como una mención a un dios paredro de *Nabia*. Son alternativas preferibles, desde nuestro punto de vista, interpretar *Corono* y *Coronae* como apelativos⁴². Suponer que *Coronae* es epiclisis de la divinidad explica que se cite a ésta dos veces, puesto que los ofrecimientos se efectúan a dos versiones distintas de la diosa.

Otras dos dedicaciones a *Nabia* en esta región proceden de “Monte Baltar”, situado entre Porto y Penafiel (Vandoma, Paredes)⁴³ y de Braga⁴⁴. Además de los tres testimonios citados, que podemos

³⁹ Le Roux y Tranoy, *ibid.*, pp. 249-258; en el mismo sentido, Tranoy, 1981, pp. 282-283.

⁴⁰ F. Martins Sarmiento, “Para o panteão lusitano”, *Dispersos*. Coimbra, 1933, pp. 301-303; Guimarães, 1901, pp. 46-47, n.º 17; Vasconcelos, 1905, pp. 331-333; Blázquez, 1962, p. 117; Tranoy, 1981, p. 273;

⁴¹ Hübner incluyó a *Corono* en su *corpus* con una interrogación; Encarnação pensaba que la situación del teónimo en la cara lateral habría podido ser irrespetuosa, además de hacer constar que ese hecho es un caso único en la epigrafía peninsular. Para Prosper, estaríamos ante un apelativo (1997, 174).

⁴² En este sentido, Le Roux y Tranoy (1974, p. 254, nota 25) citaban la mención a unos *Coronici* en una inscripción de Segovia (*CIL* II 5595) y el antropónimo *Coronerus* (*CIL* II 2745). También B. Prosper opinaba que *Coronae* era una formación adjetival y, por tanto, un epíteto (1997, p. 174).

⁴³ *CIL* II 2378; Vasconcelos, 1905, p. 277; Blázquez, 1962, p. 178; *ILER* 894; Melena, 1984, p. 238, n.º 9; *RAP* 172.

⁴⁴ Teixeira, 1938, pp. 151-153; Cortez, 1952, pp. 32-45 = *HAE* 473 = *AE* 1955, 258; Blázquez, 1962, p. 178; Encarnação, 1975, pp. 240-243; Melena, 1984, p. 236 n.º 1; *ILER* 886; *RAP* 173.

calificar de seguros, tenemos otras tres inscripciones sobre las que existen algunos problemas de lectura o interpretación. La primera de ellas, procedente de Orjais (Braga) se dedicó, según algunos autores a *Ameipicri sacrum*⁴⁵ y, según otros, a *Ambieicri sacrum*, lectura que ha tenido mayor aceptación^{45 45 46}. Posteriormente, Melena interpretó las primeras letras de ese supuesto teónimo como *Augustae) Nabie...*, suponiendo un nexa *na* en lugar de *m*^{47 48 49 50 51}. Respecto a la segunda inscripción, hallada en Braga, se planteó un problema parecido: el teónimo era leído como *Ambiorebi*^{48 49}, pero Melena lo definió como *A(ugustae) Nabi(e)...*⁴⁹. Las interpretaciones de Melena venían dadas por un único paralelo que había surgido en El Gaitán (Cáceres) en el que se leía *A(ugustae) Nabiae*\ sin embargo, su teoría conllevaba algunos problemas ya que, en la primera inscripción el teónimo y epíteto quedarían *A(ugustae) Nabie icri(..) sacrum*, lo que convertía la lectura en inaceptable. Aunque en menor medida, estas dificultades también salían a relucir en la segunda inscripción: *A(ugustae) Nabi(e) Orebi(e)*^{50 51}.

Por lo tanto, parece más plausible buscar una interpretación en las lecturas *Ambieicri* y *Ambiorebi*, que obtenían Le Roux y Tranoy. En este sentido, hemos de tener en cuenta que la raíz de los términos en cuestión aparecen en algunas inscripciones centroeuropeas como epítetos de las *Matres*. Así, conocemos inscripciones dedicadas a las *Matronis Abiamar(cis)*, *Ambiomarcis*, *Abirenibus*, *Ambiamarcis* y *Ambiorenesibus*⁵¹. El problema sería que en las dos inscripciones de Braga nos encontramos ante una mención en dativo singular, lo que plantearía dos posibilidades: que se tratara del apelativo de un dios, Genio o Lar o, por otra parte, que fueran epítetos de las *Matres* donde se hubiera omitido la *s* final⁵² o la parte terminal del apelativo. En cualquier caso, lo que parece probable es que estamos ante un epíteto, teoría que se

⁴⁵ Vasconcelos, 1905, p. 333; Blázquez, 1962, p. 169; Encarnação, 1975, pp. 87-88; *ILER* 717.

⁴⁶ Tranoy, 1980, p. 75.

⁴⁷ Melena, 1984, p. 256 n.º 18.

⁴⁸ Le Roux y Tranoy, 1973, pp. 201-202, n.º 12 = *AE* 1973, 308.

⁴⁹ Melena, 1984, p. 256 n.º 7.

⁵⁰ *RAP* 8 y 9.

⁵¹ *CIL* II 7898; 7789; 8492 = *AE* 1971, 282 y *AE* 1981, 660 respectivamente.

⁵² Nesselhauf y Lieb, 1959, p. 193: *Matronis Turstuaheni(s)*

refuerza ante la existencia en la propia ciudad de Braga, en la llamada *Fonte do Idolo*, de una alusión a un grupo étnico o ciánico que contiene al mismo radical: *Ambimogidus* ⁵³.

El tercer testimonio dudoso de *Nabia* a que nos referíamos es la conocida inscripción da la *Fonte do ídolo* en Braga. Los problemas relativos a esta inscripción vienen dados del hecho de que el nombre *Nabiagoi* es aquí, aparentemente, un adjetivo alusivo a un teónimo que guarda similitudes con el caso ya citado de *Nabia Corona* y *Corono*, pero a la inversa. En la inscripción en cuestión se lee *Tongoe Nabiagoi*. Tranoy planteaba que la dedicación se efectuaba a dos divinidades: *Tongo* y *Nabia* ⁵⁴.

Melena admitía que *Nabia* pudiera ser en esta inscripción paredra del dios, habida cuenta de la existencia de otro altar de la diosa en la misma localidad; no obstante, consideraba que “lo único claro es que *Nabiagus* es una adjetivación de *Tongus* y que dicho adjetivo puede estar construido sobre *Nabia* con un formante *-ko-*, sonorizado en el ejemplo en cuestión. Fuera de esto, lo demás es interpretación, como, por ejemplo, suponer que *Tongus* es palabra común (altar) y el sintagma equivalente a *Altar de Nabia* (diosa, claro, de la fuente)”⁵⁵. En lo que respecta a los objetivos de este estudio, lo relevante es que existe un cierto consenso en considerar *Tongoe* como teónimo; en cuanto a *Nabiagoi*, nos es suficiente la seguridad de que existió culto a *Nabia* en Braga, como muestra el otro altar aparecido en la ciudad. La solución al problema de si *Nabiagoi* alude a la diosa *Nabia* o es un adjetivo de *Tongoe* afecta a la caracterización religiosa y a la relación mutua de los citados dioses, que no es el caso que nos ocupa.

⁵³ *EE* 8, 402; Vasconcelos, 1905, p. 250; Blázquez, 1962, p. 194; Tranoy, 1981, p. 284. También conocemos el étnico *Ambirodacus* (CILII4306) en una inscripción de Tarragona.

⁵⁴ Tranoy, 1981, p. 285.

⁵⁵ Melena, 1984, p. 242. Prósper, en un muy riguroso estudio, también concluía que *Nabiagoi* era, de modo muy probable, un apelativo (1997, pp. 165-166). No parece probable la tesis de Rodríguez Colmenero, según la cual *Tongoenabiagoi* son los dedicantes y la divinidad adorada es *Somastoreico*, como aparece en la parte superior del nicho (1993, pp. 81-89) pues esta inscripción es, probablemente, moderna (*HEp* 5, 966).

En lo que a los teónimos indígenas se refiere, esta región enmarcada entre los ríos Cavado y Douro no posee unas particularidades que establezcan unas diferencias marcadas con otros territorios, puesto que las dos divinidades más representadas en la epigrafía de la zona, *Coso* y *Nabia*, eran conocidas en otros ámbitos del territorio lusitano-galaico. Ahora bien, algo digno de resaltar es el hecho de la coincidencia de esas dos deidades en esta región, ya que *Coso* no coexiste de forma clara con ninguna otra divinidad de amplia difusión en aquellas zonas donde era adorado y *Nabia* lo hace con otras divinidades, pero nunca con *Coso*. Como ejemplos, podríamos considerar las provincias españolas de Lugo y Orense o el distrito portugués de Vila Real, donde el culto a *Nabia* compartía el territorio con los de *Bandua* y *Reue* siendo estas tres las divinidades más difundidas en esos territorios.

En lo que respecta a la región que estudiamos, hemos de tener en cuenta que en toda la fachada litoral gallega las dedicaciones a *Coso* predominan sobre el resto de las divinidades puesto que, aunque se conocen dioses testimoniados por varias inscripciones, el culto a cada uno de ellos se reducía a una sola localidad, como consta en los ejemplos de *Vestio Aloniéco* o *Laribero Breo*. En cambio, se conocen altares ofrecidos a *Coso* en toda la franja litoral de las provincias de Pontevedra y La Coruña. Esta continuidad desaparece en el territorio enmarcado por los ríos Minho y Cavado donde conocemos cuatro inscripciones alusivas a Marte con epíteto indígena sin que exista otro teónimo masculino en esta zona exceptuando a *Candeberonio Caeduradio*. Al sur del Cavado sólo nos consta como teónimo masculino seguro *Coso*, con las tres inscripciones ya citadas, además del testimonio de *Tongoe*. En resumen, de nueve inscripciones votivas donde consta el teónimo masculino indígena en todo el Noroeste de Portugal, cuatro se dedican a Marte indígena y tres a *Coso*, pero cada una de estas divinidades ocupa un territorio diferente en el cual son los dioses indígenas predominantes. Si consideramos una vinculación religiosa entre estos dos dioses, se observaría una continuidad en el culto a una divinidad de ese carácter en toda la franja litoral del Atlántico desde Galicia hasta la Beira Litoral, puesto que aquí continúan los testimonios alusivos a *Coso*.

Por otra parte, la tarifa sacrificial de Marécos cita a Júpiter, junto a *Nabia* y *Nabia Corona*, entre las divinidades a las que se efectúan sacrificios. El hecho de que se cite al dios celeste romano entre varias

divinidades indígenas puede significar que la referencia se hace a una divinidad indígena asimilada a Júpiter⁵⁶.

Finalmente, cabe considerar aquí otra divinidad que, aunque sólo es citada por su apelativo, es importante para la comprensión de la religión indígena en el noroeste de Portugal: se trata de *Bormanico*. Está constatado en dos inscripciones aparecidas en Caldas de Vizela (Guimarães). La primera de ellas se halló en el “Banho do Médico”⁵⁷ y la segunda en Lameira⁵⁸. Aunque contiene uno de los sufijos característicos de los epítetos de divinidades indígenas hispanas, esta inscripción nos aporta una idea bastante clara del carácter de la divinidad al que se dedicó: en primer lugar, el epíteto se relaciona con el nombre de la divinidad gala *Bormanus* o *Borvo*, dioses curadores galos conocidos por numerosas inscripciones, que en una de ellas son asociados a Apolo, y dieron nombre a las actuales ciudades de Bourbonne-les-Bains, Bourbonne-Lancy o Bourbonne-FArchambault. En segundo lugar, las piezas de Caldas de Vizela aparecen también en un contexto de aguas termales, lo que confirma la función terapéutica de la divinidad, al igual que sucede con los dioses galos mencionados y, finalmente, el significado de la raíz *Borm-* significa “borbotear” lo que certifica su relación con las aguas burbujeantes de los manantiales curativos⁵⁹. Dado que estos dioses fueron adorados por amplias regiones de la Galia y en Hispania sólo conocemos estas dos inscripciones en las que, además, la mención a la divinidad aparece en forma adjetivada, cabe pensar que *Bormanico* funciona como epíteto y, por tanto, que es probable que las divinidades de este carácter fueran adoradas en Hispania bajo otros teónimos que, por el momento, ignoramos.

Por lo tanto, sea cual fuere el nombre de esta divinidad, los mencionados epígrafes tienen una gran importancia por cuanto testimonian, junto a las citadas dedicaciones a Marte indígena y a Júpiter en un con-

⁵⁶ Nos parece esta tesis, por el momento, más plausible que considerar esta dedicación como ejemplo de coexistencia entre cultos indígenas (*Nabia*) y cultos puramente romanos (Júpiter). Esta última idea es defendida por Rivas (1993, pp. 51-52).

⁵⁷ *CIL* II 2402; Vasconcelos, 1905, pp. 266-276; Cardozo, 1935 n.º 22; Blázquez, 1962, p. 172; *ILER* 768; Encarnação, 1975, pp. 143-148; *RAP* 37.

⁵⁸ *CIL* II 2403 = 5558; Vasconcelos, 1905, p. 266; Cardozo, 1935, n.º 76; Blázquez, 1962, p. 171; *ILER* 769 = 5753; *RAP* 38;

⁵⁹ Encarnação, 1970, pp. 218-220; Tranoy, 1981, pp. 269-270; Untermann, 1980, p. 356.

texto religioso también indígena, la existencia de una divinidad de carácter apolíneo en este territorio lo que, a pesar de la extrema escasez de datos, perfila un panteón religioso indígena de una relativa coherencia y que guarda paralelismos con el que César había atribuido al mundo indígena galo y con el que sale a la luz en la Galia a partir de las inscripciones votivas. Esta idea gana solidez si consideramos que el teónimo *Cand(..)* o *Candeberonio* guarda alguna vinculación con Júpiter, como algunos autores han establecido.

Finalmente, hemos de citar una pieza hallada en la iglesia de S. Martinho do Campo (Santo Tirso). Se trata de un altar dedicado a *Abne*, en el que se aludía a esta diosa como *D(eae) D(ominae) tae*⁶⁰ o *D(eae) D(ominae) N(os trae)*⁶¹. Parece ser, por tanto, uno de los pocos testimonios donde se constata el nombre de la divinidad indígena en esta zona.

Las conclusiones aportadas hasta aquí se derivan de la información aportada sólo por algunas inscripciones de la región estudiada, aquellas en las que consta el teónimo indígena de modo seguro o un teónimo romano con epíteto local, pero muchas otras variables se nos escapan a pesar de la existencia de numerosas inscripciones votivas dedicadas a dioses indígenas en la región, puesto que en la gran mayoría de ellas consta únicamente el epíteto del dios o se acompaña éste de una categoría religiosa romana como Lar o Genio, lo que define poco la naturaleza de la divinidad en cuestión, como inmediatamente veremos. Algunas de las inscripciones donde sólo aparece un apelativo, caracterizado por contener uno de los sufijos frecuentes alusivos a un territorio o grupo social determinado, son las siguientes:

- *a. Brigo* (Delães, Vila Nova de Famalicão)⁶². Sarmento observó que la primera letra de la primera línea estaba separada del resto por un punto, interpretando la misma como una sigla⁶³. Esta idea fue reproducida durante años por diversos autores⁶⁴, algunos de los cuales

«o *CILII* 779; Vasconcelos, 1913, pp. 214-215; Cardozo, 1935, n.º 19; Encarnação opinaba que la última letra de la tercera línea podría ser tanto *a* como *n* y que, por otra parte, el teónimo podría ser *Abnai* (1970, pp. 209-211 n.º 1).

⁶¹ Tranoy, 1981, p. 268; *RAP* 1.

⁶² Hallada en 1884 en una casa de la feligresía de Delães, cerca del castro situado en el Monte de S. Miguel-o-Anjo (F. Martins Sarmento, *op.cit.* en nota 43, p. 301).

⁶³ *Ibid.*, *loc. cit.*

⁶⁴ Cardozo, 1935, n.º 20; Guimarães, 1901, pp. 46-48, n.º 18; *ILER* 770.

planteaban la lectura *A(ugusto) Brigo*⁶⁵. Tranoy consideraba que el altar estaba fragmentado en su parte superior, faltándole al menos una línea de texto. Según él, la letra *a* no sería una abreviatura, sino la última letra de otra palabra escrita en la línea superior desaparecida. Considerando teónimos que usualmente llevaran epítetos con el sufijo *-brigo* y, además, terminaran en *-a*, Tranoy concluía que la dedicación podría haberse hecho a *Bandua Brigo*⁶⁶. Más tarde, según J. M. García, Tranoy desechó esta interpretación, aunque sin aceptar la tesis de Vasconcelos^{65 66 65 66 67}. Desde nuestro punto de vista, es lógico que Tranoy matizara su teoría, puesto que estaba en contradicción con alguno de sus postulados; según él: “d’autre part, il y a dans *Y ordinatio* une recherche évidente de symétrie, car toutes les lignes sauf la dernière comportent le même nombre de signes, 7, en comptant les lettres et la ponctuation”⁶⁸. La última línea contenía nueve signos. Sin embargo, según su propuesta para la línea desaparecida, sólo debería contener la lectura *Bandu*, es decir, cinco signos. Faltarían dos más para guardar la línea de composición, lo que se podría solucionar si consideramos una fórmula previa *D(eo)*, que incluyendo el espacio entre ésta y el teónimo, completaría los siete signos. No obstante, esta fórmula no aparece junto a dicho teónimo en la epigrafía hispana, salvo en un caso no absolutamente seguro, por lo que tampoco es ésta una solución satisfactoria.

En definitiva, estamos de acuerdo con Tranoy en que falta una primera línea donde se ubicaría quizá la fórmula votiva y parte del teónimo, cuya última letra sería la citada *a* de la primera línea conservada. En cualquier caso, *Brigo* sería el epíteto de una divinidad cuyo nombre desconocemos por el momento.

- *Senaico* (Braga)⁶⁹. Estaría compuesto del radical *sen* y el sufijo *aico*⁷⁰, tomando la forma característica de los epítetos que, como afirmaba Untermann, “son en su origen adjetivos que en el uso de los

⁶⁵ La hipótesis fue formulada por Vasconcelos (1905, p. 329). Fue aceptada por Blázquez (1962, p. 76) y Encarnação (1975, p. 151), aunque con reservas: *A(ugusto?)*. En la misma dirección que Encarnação, García (*RAP* 39).

⁶⁶ Tranoy, 1981, p. 280. La lectura del teónimo y epíteto sería, según él: [*Bandu*] / *a Brigo*.

⁶⁷ *RAP* 39.

⁶⁸ Tranoy, 1981, p. 280.

⁶⁹ Publicada por Cunha (1988, p. 122 n.º 22); La lectura correcta la proporciónaron Le Roux y Tranoy (1973, p. 199-201, n.º 11); *RAP* 190.

⁷⁰ Le Roux y Tranoy, *ibid.*, *loc. cit.* Tranoy, 1981, p. 269.

adorantes se empleaban sin sustantivo al cual deberían servir de complemento calificativo”⁷¹. No podemos saber, por el momento, a que divinidad aludía.

- *Tameobriga* (Várzea do Douro, Marco de Canaveses)⁷². La inscripción apareció en la confluencia entre los ríos Douro y Tâmega; la raíz *Tam-* podría indicar una relación entre esta divinidad y el río Tâmega. La naturaleza de esta relación ha sido debatida por los distintos investigadores que han estudiado este testimonio. Para Blázquez se trataba de una divinidad acuática vinculada al río⁷³, mientras que Encarnação pensaba que se trataba del propio río divinizado⁷⁴. Sin embargo, hemos de considerar que *Tameobriga* posee el sufijo característico de los epítetos tópicos de divinidades indígenas; por otra parte, aunque el hecho de que comparta la misma raíz que el nombre del río podría significar una indeterminada vinculación con el mismo, no certifica su caracterización como divinidad asociada al río Tâmega.

- *Turiaco* (Santo Tirso)⁷⁵. Según Blázquez se trata de una divinidad acuática, ya que existen hidrónimos con esa raíz, como Turia⁷⁶. Otros autores, sin embargo, no aceptan esa afirmación y desechan cualquier teoría en ese sentido a partir de los datos conocidos en la actualidad^{77 78}. Lo que podemos afirmar de que estamos ante un apelativo cuyo teónimo desconocemos^{7^} que puede no estar relacionado con hidrónimos, puesto que esta raíz se encuentra en otros epítetos como *Turibrigensi*, característico de *Ataecina* y derivado del nombre de una ciudad. Por otra parte, hemos de tener en cuenta que el epígrafe apareció en la región de Santo Tirso, donde se constatan todas las inscripciones dedicadas a *Coso* en este territorio, por lo que podría ser una dedicación a ese dios. No obstante, nada podemos afirmar por el momento en este sentido.

⁷¹ Untermann, 1980, p. 350 y 360, n.º 37.

⁷² *CIL* II 2377; Vasconcelos, 1905, pp. 319-321; Cardozo, 1935, n.º 14; *ILER* 931; *RAP* 193;

⁷³ Blázquez, 1962, p. 190. Una opinión parecida mantiene Tranoy, para quien *Tameobrigus* sería “le maitre” del río (1981, p. 277).

⁷⁴ Encarnação, 1975, pp. 276-280.

⁷⁵ *CIL* II 2374.

⁷⁶ Blázquez, 1962, p. 196.

⁷⁷ Encarnação, 1975, p. 294; en el mismo sentido, Tranoy (1981, p. 278).

⁷⁸ Untermann, 1980, p. 350 y 360 n.º 41.

- *Deo Durbedico* (Ronfe, Guimarães)⁷⁹. Sobre el significado de este epíteto ⁸⁰ se han planteado teorías del mismo orden que respecto a *Turiaco*, en el sentido de que es una divinidad de las aguas⁸¹. Sin embargo, la existencia de un *castellum Durbede* en el área de Braga⁸² cuestiona, cuando menos, esa interpretación. En todo caso, tampoco sabemos el nombre de la divinidad a la que se refería la inscripción.

Respecto a las dedicaciones a los Lares y los Genios con apelativo indígena en este territorio, es necesario citar algunas precisiones efectuadas por Alarcão, Etienne y Fabre: “La forme romaine du nom des *Lares* recouvre aussi une réalité religieuse celtique, dont le caractère barbare disparaît sous le vêtement nominal des Lares, mais un vêtement interchangeable, ce qui fait que le vocabulaire latin est inadéquat à la réalité religieuse: celle-ci est traduite par *Lares*, *Penates*, *Dii Deaque*, *Genius*, qui sont mis ainsi sur le même rang”⁸³. De modo parecido, Tranoy opina que se debe resaltar que algunos apelativos de estos Genios o Lares los vinculan a un grupo familiar o a un territorio concreto en algunos casos plasmando esta relación mediante los característicos epítetos con los sufijos *-eco*, *ico* o *ego*, al igual que sucede con inscripciones en las que consta un teónimo indígena acompañado del apelativo, lo que otorga algunas claves sobre el proceso de asimilación entre divinidades indígenas y romanas; para Tranoy, detrás de estas dedicaciones a un Genio o un Lar se escondería uno de los numerosos dioses del panteón indígena en los que el papel tutelar aparece como el más importante ⁸⁴. Por otra parte, Rivas afirmaba que “en muchos casos en los que se omite el verdadero nombre del dios, no podemos confirmar que se trate de uno nuevo o bien de alguno de los ya conocidos; esto ocurre principalmente con los innominados a los que les antecede la categoría panteística de Lar” ⁸⁵.

⁷⁹ Hallada en 1881 en la torre de la iglesia de Ronfe (F. Martins Sarmiento, “Inscrições inéditas”, *Dispersos*. Coimbra, 1933, p. 177 n.º 8.

⁸⁰ Untermann, 1980, p. 361, n.º 44.

⁸¹ Vasconcelos, 1905, pp. 329-331; Blázquez, 1962, p. 174; Encarnação, 1970, pp. 228-230 n.º 8; Encarnação, 1975, p. 179; Tranoy, 1981, pp. 274-275.

⁸² Encarnação, 1984, pp. 187-188.

⁸³ Alarcão *et al.*, 1969, p. 231.

⁸⁴ Tranoy, 1981, pp. 303-304.

⁸⁵ Rivas, 1993, p. 38. No obstante, este autor no considera seguro el carácter indígena a estas divinidades ya que, para él, también podrían ser puramente romanas.

En este sentido, nos parece del todo lógico aceptar que las categorías religiosas *Deus*, *Lar* o *Genius* no podrían existir en el mundo indígena tal como se entendían en el mundo romano, que disponía de un panteón religioso perfectamente estructurado y delimitado puesto que, en numerosos casos, las divinidades más importantes del panteón indígena se definían mediante epítetos tópicos o étnicos que las vinculaban a enclaves determinados. Este carácter local que adquirirían incluso los dioses indígenas más difundidos, que a menudo funcionaban como tutelares del lugar o grupo familiar conllevaba, en sí mismo, la esencia religiosa de los Lares o Genios romanos. Por ello, es lógico que a un amplio grupo de las divinidades indígenas hispanas fueran aludidas mediante una de esas categorías religiosas concretizada mediante un epíteto.

La indefinición en los términos empleados para caracterizar a estas divinidades citadas como Lares o Genios se plasma en algunas inscripciones: en un ara de Samaiões (Chaves) se hace un voto a los Lares *Tarmucenbaecis Ceceaecis*⁸⁶, mientras que en otro procedente de Santa María de Zaparín (Cortegada, Orense) el ofrecimiento se hace a los *Diis Ceceaigis* sobrepasando, por tanto, el ámbito conceptual de los Lares⁸⁷. En un ejemplo similar, conocemos una inscripción dedicada a un *Lari Circeiebaeco Proeneitaego*⁸⁸, mientras que en otro epígrafe de Folgoso (Xinzo de Limia, Orense) se lleva a cabo una dedicación a *Proinetie*, sin hacer mención de categoría religiosa alguna⁸⁹. Alarcão, Étienne y Fabre también detectan la equivalencia entre estos términos en las inscripciones aparecidas en Conimbriga dedicadas a Genios y Lares: “C’est ainsi que les *Dii Deaeque Conimbricenses* sont de la même essence que les *Lares patrii* ou les *Lares Conimbricae*, Et souvent même des épithètes de peuplades ou de lieux celtiques accompagnent ces mots interchangeables que sont les , les *Dii*, et les *Genius*”⁹⁰.

Al norte de los Pirineos se conocen inscripciones dedicadas a divinidades indígenas acompañadas de referencias a los Lares o Genios;

⁸⁶ *CIL* II 2472; Le Roux y Tranoy, 1973, p. 207, n.º 16; *RAP* 222.

⁸⁷ Tranoy, 1981, p. 304. Se conoce una tercera inscripción de Arcossó (Chaves) con el mismo epíteto, pero no se conoce con seguridad, por el desgaste de las letras, si la abreviatura relativa al tipo de divinidad es / o (Rodríguez Colmenero, 1987, n.º 124; *RAP* 611).

⁸⁸ Rivas, 1973, pp. 83-87 = *AE* 1974, 410; 122.

⁸⁹ Rodríguez Colmenero, 1987, n.º 92; *AE* 1987, 562 h; *HEp* 2, 533.

⁹⁰ Alarcão *et al.*, 1969, p. 221.

éstos son, a menudo, objetivados con la mención del enclave o la etnia sobre la que ejercían su influencia, de un modo similar al producido en Hispania. Frecuentemente, estas referencias tienen un claro componente indígena: *Deae Aventiae et Genio incolarum* (CIL XIII 5073); *Deae Eponae et Genio Leuc(orum)* (CIL XIII 4630); *Deo Cretoni et Genio pagi Ac...* (AE 1983, 728); *Marti et Ancamna et Genio pagi Vilciatis*⁹¹; *Marti et Genio Talliatium* (CIL XIII lili), etc. También en otras provincias occidentales del imperio se produce el ya mencionado intercambio de términos con que se alude a este tipo de divinidades: En Gloucester se halló una inscripción dedicada a un *Deo Genio Chogunci* (RIB 119); también conocemos una mención a un *Genio Aruernus* (CIL XIII 1462) mientras que este epíteto sólo aparece en el resto de inscripciones europeas acompañando a Mercurio⁹². Se produce el mismo fenómeno en el caso de las ninfas: una inscripción de Britania se dedicó a una *Deae Nymphae Brigantiae* (CIL VII 875), mientras que esta diosa es citada sin aludir a su carácter de Ninfa en otros epígrafes donde aparece como *Brigantiae sacrum* (CIL VII 1062), como *Deae Brigantiae* (CIL VII 203 y RIB 1053) e, incluso, asimilándola a la diosa romana Victoria: *Deae Victoriae Brigantiae* (CIL VII 200 y RIB 628). Un ejemplo parecido ocurre con la diosa *Couentina*, que también es conocida en Galicia: *Nimphae Couentine* (RIB 1526 y 1527) también citada como *Deae Conuentinae*⁹³.

La diferencia entre una dedicación a un Lar, en singular, o a unos Lares con un epíteto indígena viene dada, en palabras de Tranoy, porque un Lar alude a un dios único adorado por un grupo social concreto, mientras que los Lares se refieren a varias divinidades que son agrupadas y, por consiguiente, su plasmación abarca un mayor ámbito territorial o un grupo social más extendido⁹⁴. En la región en cuestión se conocen numerosos altares dedicados a divinidades de este tipo, aludidas como Lares o Genios y un sólo testimonio alusivo a las Ninfas:

- *Lari Beiraidego* (Sta. Maria de Arnosó, Vila Nova de Famalicão), caracterizable como indígena a partir del tipo de filiación utilizado (*Lucretius Caturonis filius*) y del nombre del padre, característico del noroeste⁹⁵.

91 Binsfeld *et al.*, 1988, p. 102, n.º 195.

92 CIL XIII 6603; 7845; 8164; 8235; 8579; 8580 y 8709.

93 RIB 1522, 1523, 1524, 1525, 1528, 1529, 1532, 1533 y 1534.

94 Tranoy, 1981, p. 304.

95 Santos *et al.*, 1983, pp. 190-191 = AE 1983, 560; A. Tranoy, 1984, p. 446; RAP 218.

- *Lari Patrio* (Penafiel). Posee el mismo tipo de filiación que la inscripción anterior (*Ladronus Auitis filius*) y también el nombre del dedicante es indígena⁹⁶.

- *Laribus Cerenacis* (S. Salvador de Tufas, Marco de Canaveses, Porto)^{97 98 99}.

- *Laribus Anaecis* (Lagares, Penafiel). Según A. Coelho, este epíteto haría referencia al territorio donde se halló la inscripción, pues desde la Edad Media era conocido como *Terra de Anégia*^{98 99 100}.

- *Genio Laquinesii* (S. Miguel de Caldas de Vizela, Guimarães) ". La mayoría de los autores que han estudiado la pieza inciden en el carácter tópico o étnico del epíteto, que podría aludir a una ciudad o territorio de nombre *Laquinia* o *Laquinium*¹⁰⁰.

- *Genio Tongobrigensium* (Freixo, Marco de Canaveses)¹⁰¹. Existen dudas acerca de la primera letra del epíteto, que Sarmento suponía una /¹⁰² y Hübner una *t*, siendo seguido por la mayoría de los investigadores posteriores. Si esta opinión es correcta, la dedicación se hizo al Genio de los *Tongobrigenses*.

- *Nymphis Lupianis* (Tagilde, Guimarães)¹⁰³. Según Tranoy, el hecho de que este testimonio sea excepcional en la región se debe a la existencia Aquí de numerosas dedicaciones a las Ninfas sin epíteto indígena¹⁰⁴.

Otro grupo numeroso de inscripciones procedentes de esta región plantean mayores problemas a los investigadores ya que, aunque se trata de piezas susceptibles de ser localizadas y estudiadas, en la actualidad contienen lecturas extremadamente confusas:

- *Vieanibus Ibanduicolis* (Beiriz, Póvoa de Varzim). Según Le Roux y Tranoy, *Ibanduicolis* estaría construido sobre el radical *Band*,

⁹⁶ Le Roux y Tranoy, 1974, pp. 249-252, n.º 1 = *AE* 1973, 319.

⁹⁷ C/L II 2384; *ILER* 61 A, Vasconcelos, 1905, p. 183; Blázquez, 1962, p. 131; Encarnação, 1975, pp. 211-212; *RAP* 215.

⁹⁸ Silva, 1984, pp. 46-47.

⁹⁹ CIL II 2405; Cardozo, 1935, n.º 36; *ILER* 658; *RAP* 206.

¹⁰⁰ Vasconcelos, 1905, p. 195; en el mismo sentido, Blázquez (1962, p. 135), Encarnação (1975, pp. 191-192) y Tranoy (1981, p. 302).

¹⁰¹ CIL II 5564; *ILER* 660; Cardozo, 1935, n.º 35; *RAP* 205.

¹⁰² p Martins Sarmento, "Inscrições inéditas", *Dispersos*, 1933, p. 178 n.º 10.

¹⁰³ CIL II 6288; *ILER* 696; Vasconcelos, 1905, pp. 189-190; Santos y Cardozo, 1953, p. 61, n.º 4; Blázquez, 1962, pp. 177-178; Encarnação, 1975, pp. 224-226; Cardozo, 1935, n.º 34.

¹⁰⁴ Tranoy, 1981, p. 304.

muy conocido en otros testimonios votivos. Ahora bien, para estos investigadores, *Vieanibus* recuerda las dedicaciones a las *Matribus Aufaniabus* y *Matronis Rumanehabus*, por lo que podría tratarse de un voto a las *Matres Vieniae Ibanduiocolae*, sin que se pueda descartar tampoco la posibilidad de un ofrecimiento a unas *Deae* o *Lares* ¹⁰⁵.

- *Domaeco* (Minhotães, Barcelos). A pesar de que gran parte del texto es claramente legible, el correspondiente al nombre de la divinidad ha generado interpretaciones diversas. Según Santos, Le Roux y Tranoy, debería leerse *Dom(ino) Aeeco Rougiauesuco*¹⁰⁶, mientras que García prefiere *Domaeco Rougiauescon* ^{107 108 109 110 111}. Una tercera interpretación vino dada por F.P. Curado¹⁰⁸ *: *Dom(ino) Corougia Vesuco*, lo que vincularía esta pieza al conocido dios *Crouga*, adorado en la región de Viseu. La principal objeción a esta última teoría se basa en que existe una letra *a* entre la abreviatura *Dom* y lo que para Curado es el teónimo, lo que plantea obstáculos a la lectura *Dom(ino) Corougia*. En definitiva, ninguna de las interpretaciones goza de la suficiente seguridad como para permitírnos utilizar la pieza, por el momento, para ulteriores hipótesis.

- *Saur* (Carriça, Maia, Santo Tirso). La inscripción está grabada sobre una pátera de plata, alrededor de una figura central de un hombre barbado con toda su panoplia guerrera, casco, coraza, *caligae*, lanza en la mano derecha y escudo en la izquierda; al parecer, en el escudo se representaba un relieve de bóvido. El texto, con varias abreviaturas separadas por interpunciones reza así: *S. ARQVI. CIM L. SAVR. V. S. L. M.*, que Hübner interpretó como *S(extus) Arqu(us) Cim(bri) l(ibertus) Saur(...)* *u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito)*^m. También Blázquez opinaba que *Saur* correspondía al nombre del dios, al igual que Encarnação¹¹⁰ *. García, en cambio, sugiere que ese término podría ser un *cognomen* desconocido del liberto que realizó la dedicación ¹¹¹L *A* estas dudas sobre el carácter de la mencionada denominación, se une el

¹⁰⁵ Le Roux y Tranoy, 1973, pp. 212-213, n.º 20 = *AE* 1973, 316; en el mismo sentido, Tranoy, 1981, p. 305; *RAP* 600.

¹⁰⁶ Santos *et al.*, 1983, pp. 189-190, n.º 10 = *AE* 1983, 558.

¹⁰⁷ *RAP* 61.

¹⁰⁸ Curado, 1989, p. 370.

¹⁰⁹ *CIL* II 2373; Vasconcelos, 1905, pp. 310-312; *ILER* 5898.

¹¹⁰ Blázquez, 1962, p. 124; Encarnação, 1975, p. 273.

¹¹¹ *RAP* 602.

hecho de que está abreviada, por lo que se puede concluir que desconocemos el nombre del dios en cuestión.

- ...urgus. Aparece en el altar sacrificial de Marécos, como la parte final de un supuesto teónimo¹¹². Es inutilizable por el momento.

- *Valmui* (San Pedro de Avioso, Maia). Existen algunas dudas sobre si este término corresponde al teónimo o al nombre del dedicante. Ferreira de Almeida propuso la siguiente lectura: *G(enio) S(ancto) P(ublicus?)* o *F(amulus) / VALMI/L(ibertus) V(otum) L(ibens) S(oluit) P(osuit)*¹¹³. Le Roux y Tranoy interpretaban la segunda línea y la primera letra de la tercera como un teónimo *Valmu / i* aunque consideraban que el nexa *mu* también podía leerse *an*, dando la lectura *Valan / i*¹¹⁴. Las letras de la primera línea serían, para ellos, las iniciales del nombre del dedicante y su filiación. No obstante, todos los autores que han publicado la lectura de la inscripción han formulado sus hipótesis con muchas reservas¹¹⁵.

- *Reo Sei..?* (Monte Redondo, Braga). Esta inscripción ha sido, durante décadas, atribuida a una divinidad de nombre *Antiscreo*¹¹⁶. Posteriormente, a partir del hallazgo de otro epígrafe probablemente procedente del mismo taller y cuya inscripción contiene la misma estructura, el mismo dedicante y fórmulas que el que tratamos, aunque dedicada a Júpiter Optimo Máximo, Tranoy concluía que la pieza de Monte Redondo también se habría dedicado a este dios, aunque posteriormente habría sido repicada en la línea que contenía el teónimo resultando la lectura *Reo Sei* en esa línea¹¹⁷. García, sin embargo, consideraba esta teoría muy dudosa y, teniendo en cuenta otros ejemplos en que un mismo dedicante ofrece altares a distintas divinidades, planteaba que el teónimo original podría haber sido *Reo*, siendo *Sei...* el comienzo del epíteto¹¹⁸. Con todo, se mantienen numerosas dudas respecto a esta pieza sin que sea posible plantear razonamientos de mayor alcance a partir de la misma.

¹¹² Tranoy, 1981, p. 278.

¹¹³ Almeida, 1969, pp. 26-27.

¹¹⁴ Le Roux y Tranoy, 1973, p. 214.

ns *RAP* 599.

¹¹⁶ Vasconcelos, 1913, pp. 215-217; Cardozo, 1935, n.º 15; Blázquez, 1962, p. 220; *ILER* 719.

¹¹⁷ Tranoy, 1981, p. 320.

ns *RAP* 605.

- *Lida*. Aparece en el altar de Marécos. Aunque la mayoría de los autores que estudiaron la pieza leían ese teónimo¹¹⁹, posteriormente se planteaban dudas a la primera parte del mismo, que Le Roux llegaba a relacionar con Cibeles¹²⁰, rechazando que se tratara de una divinidad indígena.

- *Com...abe*. Inscripción rupestre localizada en Briteiros (Guimarães) y parcialmente legible. Cualquier interpretación sobre la misma ha de mantenerse con grandes reservas¹²¹.

Finalmente, hemos de tener en cuenta otros testimonios que, aunque en la actualidad están perdidos, poseemos lecturas efectuadas por diversos autores en décadas pasadas:

- *Duri* (Porto). Tradicionalmente se ha aceptado una validez de la pieza a partir de su posible relación con el río Duero¹²²; sin embargo, muchos investigadores que han tratado sobre esta divinidad han planteado dudas a su fiabilidad. En este sentido, Vasconcelos consideraba muy difícil hacer un juicio seguro sobre el texto¹²³, mientras que Encarnação y Tranoy tenían serias dudas sobre el carácter votivo de la inscripción¹²⁴.

- *Próvida* (Braga). La pieza se halló en 1885 al lado de la parroquia de S. João do Souto y en la actualidad está perdida. Muchos autores, aunque con reservas, han considerado válido este teónimo pese a no haber sido comprobado¹²⁵. Tranoy pensó que se podía identificar con otra pieza descubierta en la Quinta do Avelar que guardaba algunas similitudes con aquella, si bien se habrían desgastado muchas de sus letras. Esta tesis fue rechazada por García¹²⁶. Persisten, por tanto, las dudas sobre la validez de este teónimo aunque cabe tenerlo en consi-

¹¹⁹ Le Roux y Tranoy, 1974, pp. 252-255 = *AE* 1973, 319; Melena, 1984, p. 238 n.º 11.

izo *RAP* 469; *AE* 1994, 935.

¹²¹ *RAP* 603.

¹²² *CIL* II 2370; Vasconcelos, 1905, p. 234; Blázquez, 1962, p. 174.

¹²³ Vasconcelos, 1905, p. 234.

¹²⁴ Encarnação, 1975, p. 180; Tranoy, 1981, p. 275. También García pensaba que se debía considerar el teónimo en reserva (*RAP* 63).

¹²⁵ Pereira-Caldas, *Comercio do Minho* de 8-9-1885 = Oliveira, 1985, pp. 33-34; Hübner (*EE* 8, 116) dudaba si se trataba de una dedicación a Fortuna, con el apelativo [*P*]rouida[*e*] Vasconcelos, 1905, pp. 333-334; Albertos, 1952, pp. 55-56; Blázquez, 1962, p. 176; Encarnação, 1975, pp. 185-186; *ILER* 853.

¹²⁶ Tranoy, 1981, p. 278; *RAP* 149.

deración hasta que aparezcan nuevas noticias de la pieza, habida cuenta de que el resto de la lectura es coherente.

- *Lari sefio* (Adaúfe, Braga). Vasconcelos, que vio la inscripción, planteaba la lectura del teónimo como *Larisefi* /o o *Lariseff*/ o, considerando posible la separación entre la mención al Lar y el epíteto del mismo. Únicamente tenía ligeras dudas en la primera y última letras de la primera línea, sobre todo en ésta, que solucionaba como y o /¹²⁷.

- *Castaecis* (Santa Eulalia de Barrosas, Lousada). Se trata, probablemente, de un epíteto en el que se ha omitido la mención a los Lares o las Ninfas ¹²⁸.

4. Conclusiones.

En esta región se detecta, a partir de los datos expuestos, una serie particularidades que la diferencian en buena medida de otros territorios constatándose que, probablemente, es éste uno de los ámbitos en que los datos conocidos pueden llevarnos a importantes equívocos, pues están en gran medida sujetos a interpretaciones.

Como comentábamos arriba, aunque se puede presumir la existencia de tres divinidades masculinas de distinta naturaleza en este ámbito, vinculables a Marte, Júpiter y Apolo, podemos establecer que la estructura del panteón indígena sería más compleja, teniendo en cuenta todas las inscripciones donde se cita sólo el epíteto de la divinidad, y las dedicaciones a los Lares y Genios indígenas, algunas de las cuales podrían estar referidas a dioses como *Cosus* o *Bandua*. Es necesario, por tanto, descubrir qué divinidades se ocultan detrás de cada una de esas menciones para obtener una visión más ajustada de la religión indígena en esta región.

Por otra parte, es en esta zona entre el Cavado y el Douro donde se da la mayor concentración de testimonios de este tipo en todo el occidente de la Península Ibérica, como ya había observado Tranoy considerando sólo los testimonios del noroeste peninsular¹²⁹. En el mapa adjunto podemos observar como, desde el Duero hacia el sur, las dedicaciones a Genios y Lares son relativamente escasas en relación

¹²⁷ Vasconcelos, 1905, pp. 334-335.

¹²⁸ Tranoy, 1981, p. 272; *RAP* 45.

¹²⁹ Tranoy, 1984, p. 446.

a la gran extensión del territorio referido ¹³⁰. En cambio, al norte del Duero, se observan concentraciones de estos testimonios que se hacen patentes, sobre todo, en la región que estudiamos. Cada uno de los tipos de dedicaciones que estamos considerando adquiere en esta zona la mayor concentración de toda la Península Ibérica.

En otras áreas de Lusitania observamos más claramente un panteón compuesto de varias divinidades indígenas muy representadas epigráficamente y no reducidas a un enclave, como en el este del distrito de Castelo Branco y la provincia de Cáceres al norte del Tajo. En esta amplia región coexistía el culto a los dioses *Bandua*, *Reue*, *Quangeio* y *Arentio* y a las diosas *Trebaruna*, *Arentia* y *Munidi*. De modo parecido, en la región enmarcada por la provincia de Orense y el distrito de Vila Real coexistía un culto bastante extendido a *Bandua*, *Reue* y *Nabia* evidenciado por numerosas inscripciones dedicadas a cada una de estas deidades, ello sin perjuicio de que coincidieran en ese territorio con otras divinidades de carácter más localizado, como *Torolo*, *Debaroni*, etc. Lo mismo podemos afirmar de otras zonas como la Beira Alta, donde conocemos varias dedicaciones a *Bandua*, *Crouga*, *Luruni*, *Collouesei* o *Besencla*, a pesar de que no se han descubierto muchos testimonios en esta zona.

En la región que estudiamos tenemos como teónimos masculinos seguros *Coso* y *Candeberonio* o *Cand...*, muy probable es *Tongoe*, y *Corono* lo podemos considerar, por el momento, como posi-

¹³⁰ Además de los testimonios procedentes de la región que estudiamos, hemos situado en el mapa los siguientes: GENIOS: *Depenoris* (Sul, S. Pedro do Sul); LARES: *Gallaeciarum* (Lugo), *Circeiebaeco Proeneiaeco* (Moreiras, Pereiro de Aguiar, Orense), *Pemaneieco* (Readegos, Villamarín, Orense), *Ocaelaego* (Sta. Ma Magdalena de Paradiña, Sarreaus, Orense), *Gumelaecuis* (Vilanova dos Infantes, Orense), *Tarmucenbaecis Ceceaecis* (Granginha, Chaves), *Cusicelensibus* (Couto de Argeris, Chaves), *Erredicis* (S. Pedro de Agostem, Chaves), *Findeneticis* (Celeirós, Chaves), *Gegeigis* (Arcossó, Chaves), *Cairiesibus* (Zebreira, Idanha-a-Nova), *Coutioso Longonaroso* (S. João da Fresta, Mangualde), *Lubanci* (Coimbra), *Turolis* (Freixo de Numão, Meda), *Gapeticorum* (Oliva de Plasencia, Cáceres) y *Ostianis* (Ibahernando, Cáceres); EPITETOS SIN TEONIMO: *Barciaeco* (Naraval, Tineo, Oviedo), *Atilaeco* (Barco de Valdeorras, Orense), *Mentoviaco* (Zamora y Villalcampo, en la misma prov.), *Natrico* (Alba de Tormes, Salamanca), *Caesariciaeco* (Martiago, Salamanca), *Palantico* (Perales del Puerto, Cáceres), *Tritiaecio* (Torremenga, Cáceres), *Arpaniceo* (La Varse, Badajoz), *Tabudico* (Murtede, Cantanhede) y, aunque algo dudosos, *Mandiceo* (Sintra, Lisboa) y *Paisicaico* (Carvalhal de Vermilhas, Vouzela).

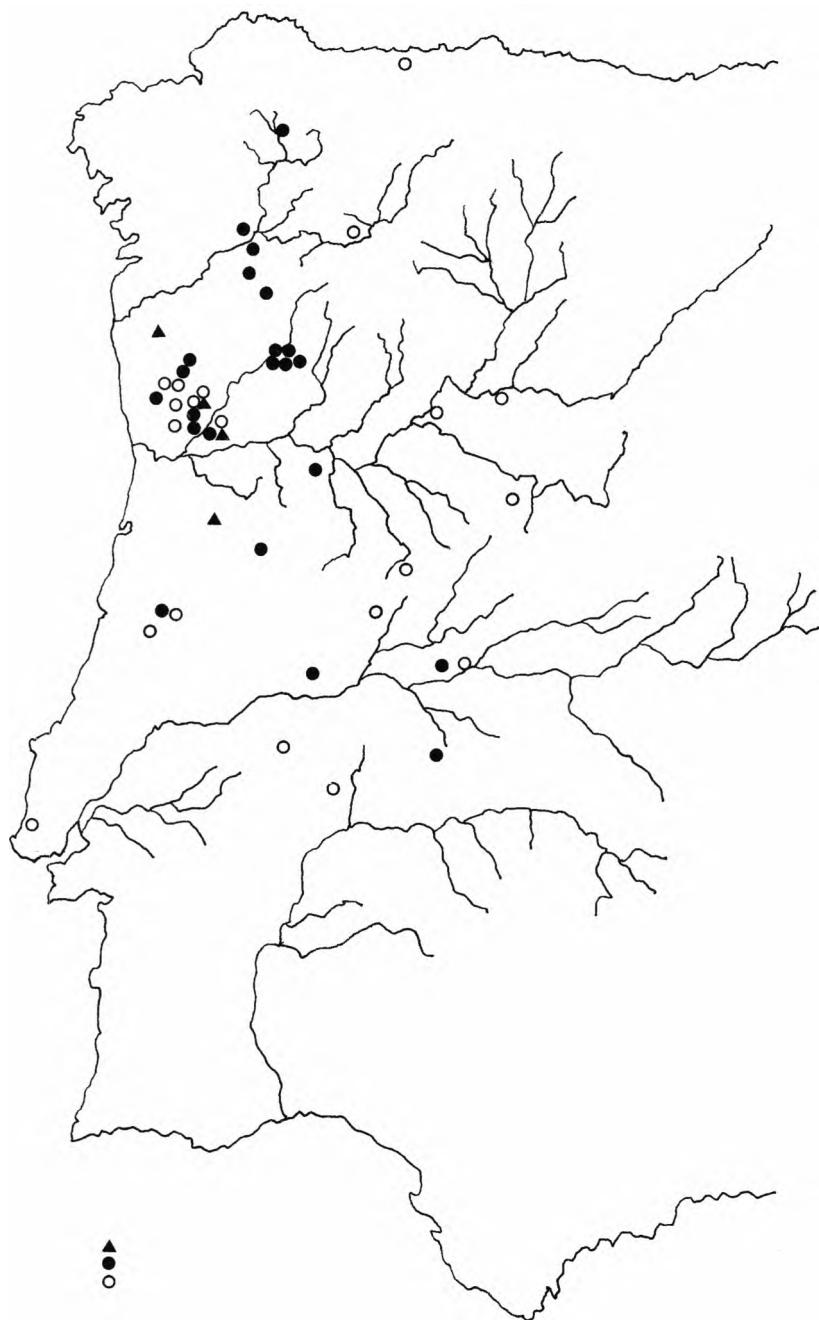
ble. Respecto a las divinidades femeninas, tenemos a *Nabia*, *Abne* y *Ocaere*, que conocemos por un único testimonio y no podemos descartar que se trate de un epíteto; más dudosos son, en cambio, los teónimos *Lida* y *Próvida*. Sin embargo, el hecho de que, excepto *Coso* y *Nabia*, los demás teónimos se conozcan por una sola inscripción, en ocasiones de lectura dudosa, tiene como consecuencia que el número de testimonios donde consta el teónimo indígena en este ámbito es mucho menor al de otros ámbitos del área lusitano-galaica y, por otra parte, contrasta claramente con los numerosos datos alusivos a epítetos sin teónimo, a Genios y a Lares, como hemos expuesto en el mapa. En consecuencia, es aquí donde hay un número mayor de teónimos indígenas omitidos en las inscripciones que, de haber sido expresados, darían un perfil más completo y una mayor coherencia al panteón religioso indígena de la región.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALARCÃO, J., R. Étienne y G. FABRE; “Le cuite des Lares à Conimbriga”, *CRAI* 1969, pp. 213-236.
- ALBERTOS, M. L.; “Nuevas divinidades de la Antigua Hispania”, *Zephyrus* 3, 1952, pp. 49-63.
- ALMEIDA, C. A. Ferreira de; *Romanização das Terras da Maia*. Maia, 1969.
- AZEVEDO, R.; “A ara de Burgães e a ara de Ervedosa”; *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural* 5, 1957, pp. 293-301.
- BAÑOS, G.; *Corpus de Inscripciones Romanas de Galicia 2: Pontevedra*. Santiago de Compostela, 1994.
- BINSFELD, W., K. Goethert-Polaschek y L. SCHWINDEN; *Katalog der römischen Stein-denkmaler des Rheinischen Landesmuseums Trier*. Mainz-am-Rhein, 1988.
- BLÁZQUEZ, J. M.; *Religiones Primitivas de Hispania I. Fuentes Literarias y Epigráficas*. Madrid, 1962.
- BOUZA-BREY, F.; “Inexistencia del epíteto *Cariocieco*, supuesto tópico de Marte”, *RG* 63, 1953, pp. 140 ss.
- CARDOZO, M.; *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento I. Secção Lapidar e de Escultura*. Guimarães, 1935.
- CORTEZ, F. Russell; “A Fonte do Idolo e o culto de Asklepius em Bracara”, *BA* 4, 1952, pp. 32-45 y 5, 1953-54, pp. 90-103.
- CRUZ, M. Braga da; “A ara de S. João do Campo (Gerês)”, *RG* 82, 1972, pp. 105-108.
- CUNHA, A. Ribeiro da; “A terceira inscrição de Bloena”, *O Distrito de Braga* 1, 1975, pp. 23-33.
- “Relíquias de *Bracara Augusta*”, *Cadernos de Arqueologia* 5, 1988, pp. 93-152.

- CURADO, F. P.; “As inscrições indígenas de Lamas de Moledo (Castro Daire) e do Cabeço das Fráguas, Pousafoles (Sabugal): duas teogonias, diferente etnogénese?”, *Actas I Col. Arq. de Viseu*. Viseu, 1989, pp. 349-370.
- ENCARNAÇÃO, J.; “Lápides a divindades indígenas no Museu de Guimarães”, *RG* 80, 1970, pp. 207-238.
- *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa, 1975.
- *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra, 1984.
- GARCIA y BELLIDO, A.; “Parerga de arqueología y epigrafía hispano-romanas”, *AEA* 39, 1966, pp. 131-145.
- GARCIA, J. M.; *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às “Religiões da Lusitânia” de J. Leite de Vasconcelos*. Lisboa, 1991.
- GUIMARÃES, O.; “Archeologia do concelho de Guimarães”, *RG* 18, 1901, pp. 1-72.
- LAMBRINO, S.; “Sur certaines divinités du nord-ouest de la Péninsule Ibérique”, *Arquivo de Beja* 20-21, 1963-64, pp. 125-130.
- LE ROUX, P. y A. TRANOY; “Rome et les indigènes dans le nord-ouest de la Péninsule Iberique. Problèmes d’épigraphie et d’histoire”, *MCV* 9, 1973, pp. 177-231.
- “Contribution a l’étude des regions rurales del N.O. Hispanique au Haut-Empire: deux inscriptions de Penafiel”, *Act. III Congresso Nacional de Arqueologia* (1.º vol.). Porto, 1974, pp. 249-257.
- MELENA, J. L.; “Un ara votiva en El Gaitán. Cáceres”, *Veleia* 1, 1984, pp. 233-260.
- MILHAZES, M. C., M. J. CARVALHO SOUSA y P. J. COSTA PINTO; “Ara romana de S. Martinho de Alvito”, *Barcelos. Património* 2, 1993, pp. 33-40.
- NESSELHAUF, H. y H. LIEB; “Dritter Nachtrag zu CIL XIII. Inschriften aus den germanischen Provinzen und den Treverergebiet”, *BRGK* 40, 1959, pp. 120-228.
- OLIVARES, J. C.; “El dios indígena *Bandua* y el rito del Toro de San Marcos”, *Complutum* 8, 1997, pp. 205-221.
- OLIVEIRA, E. Pires de; “Notícias arqueológicas de Braga”, *Conimbriga* 24, 1985, pp. 5-83.
- PEIXOTO, A. Maranhão; *Inscrições romanas e medievais do concelho de Viana*. Viana do Castelo, 1994.
- PEREIRA, F. Alves; “Ara celtibérica da época romana”, *AP* 12, 1907, pp. 36-52.
- PEREIRA, G.; *Corpus de Inscriptiões Romanas de Galicia I. A Coruña*. Santiago de Compostela, 1994.
- PROSPER, Blanca; “*Tongoe Nabiagoi*: La lengua lusitana en la inscripción bracarense del ídolo de la fuente”, *Veleia* 14, 1997, pp. 163-176.
- RIVAS, J. C.; “Consideraciones sobre la religión galaico-romana. Desmitificación de supuestos mitos”, *BAur.* 23, 1993, pp. 21-70.
- “Nuevas aras romanas orensanas y rectificaciones en tomo a otros epígrafes galaico-romanos ya conocidos”, *Baur* 3, 1973, pp. 57-96.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; *Aquae Flaviae I. - Fontes epigráficas*. Chaves, 1987.
- *Corpus-catálogo de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante noroeste de la Península Ibérica*. A Coruña, 1993.
- SANTARÉM, C. M. Faya, “Duas inscrições romanas inéditas do concelho de Santo Tirso”, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural* 2.3, 1953, pp. 397-402.

- SANTOS, J. R. dos, y M. CARDOZO, “Ex votos ás ninfas em Portugal”, *Zephyrus* 4, 1953, pp. 61-68.
- SANTOS, L., P. Le Roux y A. TRANOY, “Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga”, *BA* 37, 1983, pp. 183-305.
- SARMENTO, F. Martins; “Inscrições inéditas”, *Dispersos*. Coimbra, 1933, pp. 175-180.
- “Para o panteão lusitano”, *Dispersos*. Coimbra, 1933, pp. 297-308.
- SILVA, A. Coelho Ferreira da; “Organizações gentilicias entre Leça e Ave”, *Portugalia* 1, 1980, pp. 79-90.
- “Aspectos da proto-história e romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento”, *Gaya* 2, 1984, pp. 39-58.
- SOUSA, J. J. Rigaud de; “Nova ara dedicada aos Lares no Convento Bracaraugustano”, *BA* 25-26, 1971-72, pp. 179-184.
- TEIXEIRA, C., “Subsídios para o estudo da arqueologia bracarense III - A Fonte do ídolo e o culto a Nabia”, *Prisma* 2.1, 1938, pp. 145-153.
- TRANOY, A.; “Religion et société à Bracara Augusta (Braga) au Haut-Empire Romain”, *Actas do Sem. Arq. do Noroeste Peninsular*, vol III. Guimarães, 1980, pp. 67-83.
- *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris, 1981.
- “Enigmes épigraphiques et nouveaux cultes indigènes dans le conventus de Braga”, *RG* 94, 1984, pp. 443-449.
- UNTERMANN, J.; “Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas”, *Actas del VI Congreso de Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Lisboa, 1980, pp. 343-363.
- VASCONCELOS, J. Leite de; *Religiões da Lusitânia II y III*. Lisboa, 1905 y 1913.
- VIVES, J.; *Inscripciones latinas de la España romana*. Barcelona, 1971.



MAPA. ▲ *Genios con epíteto indígena.*
 ● *Lares con epíteto indígena.*
 ○ *Epítetos indígenas de teónimo desconocido.*

MIGUEL DE LA VEGA JIMENO
Doctor en Historia Antigua

LA RELIGIÓN ROMANA EN LA MESETA SUR: EL CULTO A JÚPITER
EN LA PROVINCIA DE TOLEDO A TRAVÉS DE LA EPIGRAFÍA.
“Conimbriga” XXXIX (2000) p. 85-105

RESUMO: El estudio de las religiones antiguas en la Península Ibérica ha ocupado desde hace muchos años la labor investigadora de numerosos historiadores, tanto españoles como extranjeros, pero ignorando e no dándole la importancia que pudiera tener a una amplia zona geográfica española, la que se conoce como Meseta Sur. Con este pequeño trabajo que presentamos sobre la aceptación que pudo llegar a tener el culto a Júpiter en la actual provincia de Toledo, hemos intentado, gracias a los hallazgos epigráficos, rellenar un poco el vacío que todavía existe sobre los diversos aspectos que sobre la religiosidad antigua se pudieron dar en esta provincia castellana.

RÉSUMÉ: L'étude des religions anciennes dans la Péninsule Ibérique a occupé, il y a longtemps, les recherches des nombreux historiens, tant des espagnols que des étrangers, mais ces auteurs n'ont pas donné l'importance qu'elle peut avoir à une extense zone géographique espagnole, qu'on appelle "Meseta Sur". Avec ce petit travail que nous présentons sur la acceptation qu'il a pu avoir le culte à Juppiter dans l'actuelle province de Tolède, nous voulons remplir un peu, grâce aux trouvailles épigraphiques, le vide qu'existe encore sur les plusieurs aspects qu'au sujet de la religiosité ancienne ont pu être dans la province castillaine.

(Página deixada propositadamente em branco)

LA RELIGIÓN ROMANA EN LA MESETA SUR: EL CULTO A JÚPITER EN LA PROVINCIA DE TOLEDO A TRAVÉS DE LA EPIGRAFÍA.

A mis Padres

La religión, y todos los aspectos relacionados con ella, desde antiguo ha despertado un profundo interés entre los estudiosos a la hora de investigar las diferentes culturas de los numerosos pueblos que en la Antigüedad poblaron la Península Ibérica.

El estudio de las creencias indígenas hispanas ha tenido desde hace largo tiempo, una especie de prioridad con diferencia a las grecorromanas, tal vez fuera debido porque lo autóctono fuera considerado ante los ojos de los investigadores como más exótico o misterioso. Gracias a este peculiar celo emprendido por Leite de Vasconcelos ¹; y más tarde continuado por Blázquez Martínez; Encarnação, Mangas Manjarrés y otros muchos, tenemos la suerte de poder disponer de una serie de estudios de carácter general sobre Hispania, a diferencia y con mucho, de los que se han realizado sobre la religión traída por los romanos ^{1 2}.

¹ LEITE DE VASCONCELOS, J: *Religiões da Lusitânia*. Lisboa, I, 1892; II, 1905; III, 1913.

² BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.: *Religiones primitivas de Hispania I. Fuentes literarias y epigráficas*. Biblioteca de la Escuela Española de Historia y Arqueología de roma, XIV, 1962; *Diccionario de las Religiones prerromanas de Hispania*, Madrid, 1975; “La religión de los pueblos de la Hispania Prerromana”, *Zephyrus*, XLIII, 1990, p. 223 ss; *Imagen y Mito. Estudios sobre religiones mediterráneas e ibéricas*. Madrid, 1977; *La sociedad, el derecho, la cultura: “La religión indígena” en Historia de España*, fundada por R. Menéndez Pidal y dirigida por J. M. Jo ver Zamora (en adelante: Hª de España (Jover), t. II, vol. II, *España Romana*, Madrid, 1982; *Religiones de la España Antigua*, ed. Cátedra, Madrid, 1991; ENCARNÇÃO, J. d’: *Divindades indígenas sob o dominio romano em Portugal*, Lisboa, 1975; *Divindades indígenas da Lusitânia*.

Para muchos historiadores del fenómeno religioso latino en Hispania, la causa de que esta parcela esté muy descuidada, se debe a que desde siempre el estudioso ha tenido acceso a una gran cantidad de información, y bien conocida en algunos casos, de las diferentes facetas que encierra la religión oficial romana, y por ello no haya tenido la consideración que se merece. Si exceptuamos algunos casos muy excepcionales³, se puede observar que el panorama es más bien pobre; ya que por lo general se ha trabajado sobre este tema en algunas zonas o regiones muy determinadas, sobre algunas deidades muy determinadas o sobre la importancia de dichas divinidades en tal o cual zona geográfica, sobre cultos y dioses que comportaban aspectos muy peculiares acompañados de dosis de rareza, divinidades procedentes del oriente y como no sobre el extendido culto tributado al emperador⁴.

Coimbra, 1987; MANGAS MANJARRES, J: *Religión y cultura*: “Religiones indígenas en Hispania en *Historia de la España Antigua*, t. II, Hispania Romana, Cátedra, Madrid, 1978 (en adelante Hispania Romana, 1978); “Cultura y Religión”, en *Historia de España*, dirigida por M. Tuñón de Lara, I, *Introducción. Primeras culturas. Hispania Romana*, Barcelona, 1980. (en adelante: Hª de España (Tuñón de Lara).

³ VAZQUEZ HOYS, A. Mª: *La religión romana en Hispania. Fuentes epigráficas*, arqueológicas y numismáticas. Tesis Doctoral, Madrid, 1974 (1982). La religión romana en Hispania. Análisis estadístico, *Hispania Antiqua*, VII-IX, Valladolid, 1977-1979; *Constitución y ruina de la España Romana*: “Creencias religiosas. La religiosidad en la España romana en *Historia General de España y América* t. II, Madrid, 1987; Consideraciones estadísticas sobre la religión romana en Hispania”, La religión romana en Hispania, Simposio organizado por el Instituto Español de Arqueología, Madrid, 1979, (1981) (en adelante; Symp. La religión... 1979 (1981); MANGAS MANJARRES, J: “Religión romana en Hispania” en Hª de España (Jover), t. II, vol. II; *Religiones romanas y orientales*. “La religión romana en Hispania”, en Hispania Romana, 1978; *La religión romana no oficial en el imperio romano*, Congreso en Oviedo, 1981; “La Religión oficial romana en Hispania *Symposio sobre la religión en Hispania Antigua*, Madrid, 1981 (1983).

⁴ LARA PEINADO, F: *La religión romana en tierras de Lérida*. Lérida, 1976; PASTOR MUÑOZ, M: *La religión de los Astures*, Granada, 1981; “La religión romana en Cástulo a través de la epigrafía” *Actas del I Congreso de Estudios Clásicos*, Jaén, 1981; SALINAS DE FRIAS, M: “La religión indígena del oeste de la Meseta: Los vettones”, *Studia Zamorensia, Histórica*, 3, 1982, p. 325 ss., “La religión indígena de la Hispania Central y la conquista romana”, *Studia Zamorensia, Histórica*, 6, 1985, p. 307 ss.; SOLOVERA, M. E. y GARABITO, T: “La Religión indígena y romana en la Rioja de los Berones”, *Hispania Antiqua*, VIII, 1978, p. 143 ss.; REDONDO RODRIGUEZ, J. A; “La Religión grecorromana en el sureste cacereño a través de sus testimonios epigráficos”, *Primeras Jornadas sobre manifestaciones religiosas en la Lusitania*, Cáceres, 1984

Ante este panorama que existe sobre la religión grecorromana en Hispania, hemos creído conveniente, y dentro de nuestros modestos medios, esbozar un pequeño estudio acerca de la divinidad latina más importante, Júpiter, su distribución e importancia dentro de la sociedad hispanorromana que estuvo asentada en una amplia zona geográfica de la Meseta Sur, como es la actual provincia de Toledo. La finalidad de este trabajo es la de aportar otro grano de arena, para que en el futuro pueda servir de base a posteriores trabajos más generales sobre la religión grecorromana en la antigua Hispania romana.

Júpiter, nombre latino de profunda raíz indoeuropea, asimilado al dios Zéus griego, fue tenido como la suprema y más poderosa divinidad del antiguo panteón romano. Desde muy antiguo fué venerado no sólo entre el pueblo latino, sino también entre gran parte de las antiguas comunidades itálicas⁵.

En los tiempos tardíos del período republicano y habiendo ya desaparecido sus antiguos compañeros de la tríada arcaica o precapitolina, Marte y Quirino, Júpiter no sólo se mantiene en la nueva tríada junto a Juno y Minerva, “a las que acoge” junto a él en su templo, sino que su poder se incremento sobre los demás dioses, llegando a convertirse en el principal representante del poder de Roma, ya que bajo su protección se acoge la justicia, la clemencia, la razón, guía de los sagrados destinos del Estado, tanto en la paz como en la guerra; llegando de esta forma a convertirse en el genio tutelar de la ciudad * V.

(1986), p. 15 ss.; ABAD, L: “Motivos religiosos en la pintura romana en Hispania”, *Symposio La religión romana*, 1979 (1981), p. 69 ss.; BLANCO FREJEIRO, A: “El Panteón romano de Lucus Augusti”, *Actas del Coloquio Internacional sobre el Bimilenario de Lugo*, Lugo, 1976 (1977), p. 107 ss.; ENCARNACÃO: “A religião romana ñas colonias e municípios da Lusitânia durante o Alto Império”, *Memorias de Historia Antigua*, V, 1981, p. 19 ss.; HEUTEN, G: “Les divinités capitoline en Espagne” *R.B.Ph.H.*, 13, 1933; 14, 1935; GARCÍA Y BELLIDO, A: “El culto a Mithra en la Península Ibérica”, *B.R.A.H.*, t. CXXII, 1948, p. 334 ss.; *Les religions orientales dans l’Espagne romaine*. Leiden, 1967; SAYAS ABENGOCHEA, J.J.: “Religiones místicas”, en Hª de España (Jover), t. II, vol. II; ETIENNE, R: *Le culte imperial dans la Péninsule Ibérique, d’Auguste à Dioclétien*. París, 1958; PEETERS, F: “Le culte de Jupiter en Espagne”, *R.B.Ph.H.* 13, 1933; 14, 1935; MANGAS MANJARRES, J.: *Religión indígena y religión romana en Asturias durante el Imperio*. Oviedo, 1983; “La difusión de la religión romana en Asturias”, *Indigenismo y romanización del conventos Asturum*, Madrid-Oviedo, 1983, p. 167 ss.; “La religión cantabro astur”, *Historia 16*, n.º 61, Mayo, 1981.

⁵ GALL, J. Le: *La religión romana*. París, pp. 95-97.

y el pueblo romano. Con el paso del tiempo esta protección se extendió a todos los lugares del Imperio, siendo muy bien acogido entre los pueblos conquistados ⁶.

Dentro de los diversos cultos de origen grecorromano que se prodigaron en Hispania, es el dedicado a Júpiter el que alcanzó mayor difusión y auge como lo demuestran las numerosas fuentes, tanto epigráficas como arqueológicas halladas. De todas las provincias hispanas, fue la Tarraconense la que más adeptos cosechó, seguida de la Lusitania y de la Bética. Su culto siempre estuvo en gran relación con las áreas peninsulares donde el proceso de romanización caló más hondo entre la población indígena, en especial entre miembros de la milicia y las masas más populares⁷.

En cuanto al culto, el dios supremo de la Tríada lo recibió de forma individualizada con los epítetos de **I. O. M.** También recibió culto ya despojado de su significación política con los epítetos de **Solutorio**, **Liberator**, **Sacrum**, **Deo Maximo**, **Deo Sancto Iovi**, así como **Jupiter** pero sin epítetos.

Con referencia a la provincia de Toledo, vemos que Júpiter es la divinidad que cuenta con mayor representación epigráfica con relación a otros miembros del panteón romano, en concreto, hasta hoy, conocemos doce testimonios, que distribuidos según sus títulos ó epítetos nos dan cuatro ejemplares encabezados con las iniciales **I. O. M**; tres con el epíteto de **I. Solutorio**; uno con el de **I. Liberator**; uno con las iniciales de **I. Sacrum**; uno con el encabezamiento de **Deo Sancto Iovi**; uno con el título de **Sacrum Deo Maximo**; y por último uno con la inicial de **Iovi**⁸.

⁶ LA VEDAN, P: *Dictionnaire illustré de la Mithologie et des Antiquités grecques et romaines*. París. 1931, p. 564; VAZQUEZ HOYS, A. Ma: "Aproximación al culto a Júpiter en Hispania", *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, Madrid, Junio, n.º 17, p. 47.

⁷ REDONDO RODRIGUEZ, J. A: "El culto a Júpiter en la provincia de Cáceres", *Studia Zamorensia, Philologica*, 6, 1985, p. 70; VAZQUEZ HOYS, A. Ma: "Aproximación..."; op. cit., p. 47; PASTOR MUÑOZ, M: *La religión de los astures*. Granada, 1981, p. 55; MANGAS MANJARRÉS, J: "Religión romana en Hispania", en *Hª de España*. (Jover), t. II, vol. II, p. 330; VEGA JIMENO, M. DE LA (en adelante VEGA JIMENO. ..): "Aspectos religiosos en Talavera de la Reina y su Tierra en época romana", *Actas de las Primeras Jornadas de Arqueología de Talavera de la Reina y sus Tierras*. Talavera de la Reina, 1990, Toledo, 1992, p 339.

⁸ VEGA JIMENO, *El Mundo Romano en la provincia de Toledo*. Tesis Doctoral, inédita, Universidad Complutense de Madrid, 1992, T. III, p. 711.

A. Epigrafía sobre Júpiter hallada en la provincia de Toledo.

N.º 1. *Aldeanueva de San Bartolomé*.⁹

VAL(erio)/URA(cio)/VIRI| ... | VIRO| ... | S(olvit)
VOT(um)/ A(nimo) L(ibens) Q(ue)? I(ovi).

N.º 2. *Azután*. (Dehesa de Fuentidueñas).^{10 11}

IOVI/ SĬ acl RU(m)/ URO| ci ó ni| US/ DOVILUS/
DOVI| li| Q(um)/V(otum) L(ibens) A(nimo).

N.º 3. *Caleruela*M

I(ovi) O(ptimo) M(aximo)/ N(obilis)? MO/ D| ...| ES| ...| /
/NA EX.VOTO.

N.º 4. *Caleruela*.^{12 13}

I ...| /I ...| /I s| OLUTO/ RIO V(otum) S(olvit)/
A(nimo) L(ibens).

N.º 5. *Casarrubios del Monte*

I I(ovi)| I O(ptimo)| M(aximo)/ Bas. ?| SUS/
V(otum) P(osuit).

⁹ *H.A.Ep.*, 1-3, 1950-1952, p. 5, n.º 10; JIMENEZ DE GREGORIO, F: *Diccionario de los pueblos de la provincia de Toledo, hasta finalizar el siglo XVIII*. Toledo, 1962-1986, 1.1, p. 81; VEGA JIMENO: *El Mundo...*; op. cit., 1.1, p. 18.

¹⁰ FITA, F: "Noticias", *B.R.A.H.*, t. 36, 1900, p. 362; ALBERTOS, M.L.: "Organizaciones suprafamiliares en la Hispania Antigua" *B.S.A.A.*, t. XL-XLI, 1975, p. 5 ss.; JIMENEZ DE GREGORIO, F.: "Notas sobre el poblamiento antiguo en la provincia de Toledo", *Revista Provincia*, Diputación Provincial de Toledo, n.º 72, 1970, Diciembre, sin paginación; VEGA JIMENO: "Aspectos..."; op. cit., p. 339; *El Mundo...*; op. cit., 1.1, p. 19.

¹¹ CORTES HERNANDEZ, S.; OCAÑA RODRIGUEZ, E.; FERNANDEZ GAMERO, F. J. y ESTEBAN SENIS, J: "Nuevas inscripciones romanas del Museo de Santa Cruz de Toledo", *Revista Museos*, n.º 3, Madrid, 1984, p. 74; *L'Année Epigraphique*, 1986, p. 162, n.º 425; VEGA JIMENO: "Aspectos..."; op. cit., p. 340; *El Mundo...*; op. cit., 1.1, p. 22.

¹² MANGAS, J.; CARROBLES, J. y RODRIGUEZ, S: "Nuevas inscripciones de la provincia de Toledo", *Hispania Antiqua*, XVI, 1992, pp. 256-257; *Hispania Epigraphica*, 4, Madrid, 1994, p. 322, n.º 881.

¹³ CORTES, S.; OCAÑA, E. y HERNANDEZ, F. J: "Algunas inscripciones romanas de la provincia de Toledo", *Carpetania*, Revista del Museo de Santa Cruz, n.º 1, Toledo, 1987; VEGA JIMENO, *El Mundo...*; op. cit.; 1.1, p. 29.

N.º 6. *Mazarambroz*. (Vega del Prado).¹⁴

I(ovi)| I 0(ptimo)| M(a)/ X(imo)/ RIBI u| /
ri I NIU| s| k P| ROBU/ S V(otum) S(olvit)
L(ibens) M(erito).

N.º 7. *Navalmoralejo*. (Fuentelapio).¹⁵

SURIS/CA VOT(um)/ L(ibens) A(nimo) M(erito)
S(olvit)/ IOVI SO(lutorio).

N.º 8. *Oropesa*.^{16 17 18}

D(eo) S(ancto)/ IOVI S/(o)LUTORI(o)/ BAEBIUS/
CRESCENS/ V(otum) L(ibens) A(nimo) S(olvit).

N.º 9. *Talavera de la Reinad*

MATO(u)| ... I / IOVI OPT(imo)/ MAX(imo) VO(tum)/
A(nimo) I L| (ibens) | p| (osuit).

N.º 10. *Talavera de la Reinad*

D| (eo) S(ancto) I(ovi)/ MEI ... | / VOTO | p| (osuit)/
L| (ibens) A(nimo) M(erito).

¹⁴ CORTES, S. et alii.: “Algunas...”; op. cit.; pp. 90-91 \ *Inventario arqueológico de la provincia de Toledo*. Diputación Provincial de Toledo; GONZALEZ CONDE-PUENTE, P.: *Romanidad e indigenismo en la Carpetania*. Alicante, 1986, p. 80; VEGA JIMENO, *El Mundo...*, op. cit.; t. I, p. 41.

¹⁵ C.I.L. II Suppl. 5. 339; FITA, F: “Inscripciones romanas de Vascos y de Valdeverdeja”, *B.R.A.H.*, t. 2, 1883, pp. 246-248; FERNANDEZ FUSTER, L: “EAECUS. Aportaciones al estudio de las religiones primitivas hispánicas”, *AEspA*, 92, vol. XXVIII, 1955, p. 319; VIVES, J: *Inscripciones latinas de la España Romana*. (En adelante: ILER). Barcelona, 1971, n.º 107; VEGA JIMENO: *El Mundo...*, op. cit.; 1.1, pp. 51-52.

¹⁶ C.I.L. II 994; FERNANDEZ FUSTER, L: “EAECUS...”; op. cit.; p. 319; SALAS MARTIN, J.; REDONDO RODRIGUEZ, J. A. y SANCHEZ ABAD, J. S: “Un sincretismo religioso en la Península Ibérica: Júpiter Solutorio-Eaeco”, *Norba*, 4, 1983, p. 243 ss.; SALINAS DE FRIAS, “La religión indígena...”; op. cit.; p. 337; VEGA JIMENO: “Aspectos...”; op. cit.; p. 340; *El Mundo...*, op. cit.; t. I, pp. 57-58.

¹⁷ C.I.L. II 926; VIVES, J: *ILER*. n. 2139; SALINAS DE FRIAS, M: La religión indígena...; op. cit.; p. 337; VEGA JIMENO: “Aspectos...”; op. cit., p. 340; *El Mundo...*, op. cit.; 1.1, p. 98.

¹⁸ C.I.L. II Suppl. 5.318; FITA, F: “Inscripciones romanas de la ciudad y Partido de Talavera”, *B.R.A.H.*, t. 2, 1883, p. 256, n. 23; CEDILLO, Conde de: *Catálogo monumental de la provincia de Toledo*. Madrid, 1959, p. 288, n. 2371; VEGA JIMENO: “Aspectos...”, op. cit.; p. 340; *El Mundo...*, op. cit.; 1.1, p. 99.

N.º 11. *Talayera de la Reinad*

I S| (aerum)/DEO/MAX / IMO.

N.º 12. *Talayera de la Reina*.^{19 20}

I I| OV(I) L I| B| (erator)/ CAMILA/ AVITA/ ARAM/
P(osuit) L(ibens) A(nimo).

B. Distribución de los hallazgos epigráficos en el mapa toledano.

Con sólo echar un rápido vistazo a la localización de los epígrafes en el mapa provincial, podemos observar que la mayor parte de los hallazgos se localizan en la mitad occidental de la provincia, en concreto diez, y dentro de esta zona, vemos que de estos diez, siete han aparecido al norte del río Tajo.

Como podemos apreciar, esta cantidad de inscripciones dedicadas a Júpiter, debió ser el resultado de una serie de factores que de manera importante incidieron de forma muy positiva a la hora de la propagación del culto a esta divinidad. Estos factores o causas pudieron darse gracias a que: en primer lugar, a la cercanía y dependencia de los numerosos núcleos de población, más o menos grandes, que de una forma u otra estaban en esta zona bajo la influencia tanto de Caesarobriga (Talavera de la Reina) como de la no muy lejana Augustóbriga (Talavera la Vieja, hoy bajo las aguas del pantano de Valdecañas. Cáceres). Estas poblaciones que se convirtieron en municipios en época Flavia, contaron en su momento con una importante élite ciudadana, quizás desde antes de la concesión del título, que se reforzó por intensos lazos de parentesco, originando el acaparamiento con relativa facilidad de las diversas magistraturas municipales entre los miembros de este grupo social. Este desarrollo municipal reforzaría notablemente el

19 c.I.L. II Suppl. 5.319; FITA, F: "Noticias", *B.R.A.H.*, t. 13, 1888, p. 270; FERNANDEZ SANCHEZ, I: *Historia de Talavera de la Reina*. Talavera de la Reina, 1896, edic. facsímil (1983), p. 438; VIVES, J: *ILER*. n. 25.950; FUIDIO, F: *Carpetania Romana*. Madrid, 1931, p. 142, n. 299; VEGA JIMENO, Aspectos...; op. cit.; p. 340; *El Mundo*...; op. cit., t. I, p. 100.

²⁰ MORAN, P. C: "Vestigios romanos y visigodos", *AEspA*, XVII, 1944, Noticiario, p. 247; JIMENEZ DE GREGORIO, F: "Hallazgos arqueológicos en la Jara. V", *AEspA*, XXV, 1952, Noticiario, pp. 157-158; VIVES, J: *ILER*. n. 243; VEGA JIMENO; "Aspectos..."; op. cit.; p. 340; *El Mundo*...; op. cit., 1.1, pp. 124-125.

sector económico, convirtiendo a estos municipios en centros de cierta importancia, desde los cuales irradiarían torrentes romanizadores hacia los núcleos de población próximos²¹. No podemos olvidar que este amplio territorio estuvo plagado de numerosos asentamientos rurales, ya sean villas o poblados. Con relación a las primeras, esta zona presenta una serie de ejemplos en los que se puede apreciar el alto nivel de vida de sus moradores, los cuales casi con toda seguridad debieron pertenecer a la alta sociedad de sus respectivos municipios²².

En segundo lugar, podemos aportar como factor incisivo, el aspecto económico en general. Esta zona está casi toda regada por los cauces de los ríos Tajo, Alberche, Tiétar, Gébalo y Huso, además de numerosos cauces menores, lo que la hizo convertirse en un lugar idóneo tanto para la explotación agrícola, en sus vertientes de secano y regadío; como para la ganadería intensiva. Estas actividades, unidas a la explotación minera de diversos metales, como la extracción de oro en las cercanas serranías situadas al sur del Tajo, en especial en lo que hoy se denomina Sierra Jacña, hizo que estos lugares se convirtieran en poderosos focos de atracción para numerosos grupos humanos venidos de otras zonas de Hispania, hecho atestiguado gracias a los diversos hallazgos epigráficos localizados en esta zona²³.

²¹ VEGA JIMENO, "Presencia romana en la provincia de Toledo", *Revista de Abenzoares*, n.º 1, 1992, pp. 24-25.

²² Entre los numerosos asentamientos de tipo *villae*, destacaremos por la riqueza e importancia de sus vestigios: el de Saucedo, enclavado en el término municipal de Talavera la Nueva - Talavera de la Reina, donde podemos admirar un importante complejo musivario, así como una pila bautismal de inmersión, y numerosos restos de carácter constructivo. El yacimiento de La Mina, ubicado en la pedanía de Las Vegas de la Pueblanueva, perteneciente al municipio de La Pueblanueva, que alberga las ruinas de un impresionante mausoleo paleocristiano, cuyo único paralelo se localiza en Spalato (Croacia), y que en su momento acogió los restos del emperador Diocleciano. Y por último destacaremos los importantes restos constructivos pertenecientes a la vivienda de un "dominus" hispanorromano, y a un edificio basilical, sitos en el pago denominado Las Tamujas dentro del término municipal de Malpica de Tajo.

²³ En Nava de Ricomalillo, encontramos tres ejemplares pertenecientes a un *TOLETANUS*: FITA, F: "Epigrafía romana y visigótica", *B.R.A.H.*, t. 30, 1897, pp. 426-427; *H.A.Ep.*, 8-11, 1957-1960, p. 28, n.º 1.655; VEGA JIMENO; *El Mundo...*; op. cit.; t. I, pp. 46-47; a un *AVILENSIS*: FITA, F: "Lápida romana de La Nava de Ricomalillo", *B.R.A.H.*, t. 36, 1900, p. 175; JIMENEZ DE LA LLAVE, L: "Inscripción romana de la Nava de Ricomalillo", *Boletín de la Sociedad Arqueológica* de Toledo, n.º 2, 1900; VEGA JIMENO, op. cit.; t. I, pp. 47-49; y a un *CLUNIENSIS*: FITA, F: "Inscripciones romanas de

El tercer factor, lo tenemos en la inmejorable situación geográfica que tuvo este territorio, al estar inmerso en el trazado viario de la calzada A-25 del Itinerario de Antonino, **Ab Emerita Caesaraugustam** en el tramo comprendido entre Augustobriga y Toletum, lo cual unido a que estas tierras fueron desde siempre un importante cruce de rutas en dirección a los cuatro puntos cardinales; originó que esta zona se convirtiera en un lugar o punto de encuentro donde se desarrollarían múltiples contactos no sólo en materia económica, sino también en todo lo relacionado con lo social, religioso, artístico, etc..²⁴. Viendo estos datos, no nos ha de extrañar que en esta parte de la provincia se desarrollase tanto, dentro de lo que cabe, ya no sólo el culto al padre de los dioses, sino también el de otras divinidades grecolatinas e indígenas, tal como nos lo muestran los testimonios epigráficos hallados²⁵.

Nava de Ricomalillo, Herramélluri y Trido”, *B.R.A.H.*, t. 43, 1.903, p. 536; VEGA JIMENO: *El Mundo...*; op. cit.; 1.1, p. 50. En Talavera de la Reina, contamos con otros tres testimonios pertenecientes a un *CLUNIENSIS*: C.I.L. II 899; FITA, F: “Inscripciones romanas de Talavera...”; op. cit.; p. 266, n.º 10; FUIDIO F: *Carpetania...* op. cit.; p. 127, n.º 28; VEGA JIMENO: *El Mundo...*; op. cit.; t. I, pp. 76-77; a un *SEGISAMENSIS*: C.I.L. II 900; JIMENEZ DE LA LLAVE L.: *Memorias de la Real Academia de la Historia*, 1860, p. 20; FITA, F: “Inscripciones romanas de Talavera...”; op. cit.; pp. 266-267; VEGA JIMENO: *El Mundo...* op. cit.; 1.1, pp. 77-78; y a un posible individuo nacido en *MANTUA CARPETANORUM*: C.I.L. II Suppl. 5. 321; VIVES, J: *ILER*. n.º 5.463; VEGA JIMENO: *El Mundo...*; op. cit. It. I. pp. 101-102.

²⁴ El que el municipio de Caesaróbriga no aparezca entre las mansiones de los antiguos itinerarios antiguos, se debe, a nuestro juicio, a una omisión en la redacción de los itinerarios, o a un más que probable error al copiarlos o transcribirlos en épocas posteriores por parte de los copistas. (N.A.T.)

²⁵ **ATAECINA**: . a/. *CALERUELA*: CORTES, S. et alii.: Nuevas inscripciones...; op. cit., pp. 74-75; VEGA JIMENO: “Aspectos...”; op. cit., p. 336; b/. *TALAVERA DE LA REINA*: URBINA, D: “Ataecina y Uirilouco dos divinidades indígenas en Talavera de la Reina”, *Minus*, II-III, 1993-1994, pp. 29-41. **TOGOTES**: *HINOJOSA DE SAN VICENTE*: C.I.L. II 893; VIVES, J: *ILER*. n.º 934; VEGA JIMENO: *El Mundo...*; op. cit., t. I, pp. 37-38. **ARICONA**: *TALAVERA DE LA REINA*: MORAN, P. C: “Vestigios...”, op. cit., p. 248; VEGA JIMENO: “Aspectos...”; op. cit., p. 336. **URILOUCO**: *TALAVERA DE LA REINA*: URBINA, D: “Ataecina...”; op. cit., pp. 42-45. **NINFAS**: a/. *TALAVERA DE LA REINA*: C.I.L. II 894; TEJADA, C: *Historia de Talavera*. Archivo Provincial de Toledo, ms. 2.039; VIVES, J: *ILER*. n. 2622; VEGA JIMENO: *El Mundo...*; op. cit., t. V, pp. 70-71; b/. *PARRILLAS*: MANGAS MANJARRES, J. et alii: “Nuevas inscripciones...”; op. cit., pp. 252-253; *Hispania Epigraphica*, 4, 1994, pp. 327-328, n.º 893. **HERCULES**: a/. *TALAVERA DE LA REINA*: C.I.L. II 722; VIVES, J: *ILER*. n.º 202; VEGA JIMENO: *El Mundo...*; op. cit., 1.1, p. 70; b/. En 1996, durante el desarrollo de una excavación arqueológica de urgencia

Con relación a la mitad oriental de la provincia, vemos que es muy pobre la presencia de hallazgos relativos al culto a Júpiter, ya que sólo contamos con dos inscripciones, localizadas, una al norte del Tajo, en el término municipal de Casarrubios del Monte, y otro al sur del mismo río, en Mazarambroz. Tal pobreza con referencia al culto a Júpiter, hay que hacerla de forma muy extensiva a otras divinidades ya sean latinas o indígenas²⁶. Esta escasa presencia en relación con la

en un solar de esta ciudad, se produjo el hallazgo, dentro de las dependencias de un edificio de época romana, de una magnífica estatuilla de bronce representando al dios grecorromano. En breve saldrán a la luz, tanto el estudio de la pieza, así como la memoria de dicha excavación. Desde aquí damos nuestros mas sinceros agradecimientos por estas informaciones al director de la excavación D. Alberto Moraleda Olivares, así como a su ayudante D. Cesar Pacheco. **VENUS:** *TALAVERA DE LA REINA:* AURRECOECHEA, J. y FERNANDEZ URIEL, P: “DOS Venus romanas de bronce halladas en la provincia de Toledo. Aproximación a una iconografía”, *Espacio, Tiempo y Forma*, serie II, Hª Antigua, t. 6, 1993, pp. 426-432. **CERES:** *TALAVERA DE LA REINA:* A pesar de que hasta el momento no hemos detectado la presencia de ningún vestigio de tipo material relacionado con esta divinidad, estamos totalmente convencidos que en el antiguo municipio caesarobrigense, se dió y con gran auge el culto a Ceres durante todo el Imperio. Esto lo afirmamos y lo basamos en una antiquísima pervivencia religiosa cristiana muy arraigada en estas tierras, fiesta popular que la comarca dedica todos los años a Ntra. Sra. del Prado, patrona de Talavera. Dicha fiesta se denomina de **Las Mondas**. **CULTO IMPERIAL:** *TALAVERA DE LA REINA:* La presencia de este culto se ha podido detectar en este municipio, gracias al hallazgo de una inscripción de tipo honorífico, C.I.L. II 8951 de una mujer llamada Dominica Proculina, que en su momento fue Flaminica municipal, así como Flaminica de la provincia de la Lusitania a perpetuidad. Es interesante saber como en dicha inscripción se hace resaltar que dicha mujer fue la primera de este municipio en alcanzar tan alta distinción. Aparte de este testimonio, sospechamos que la inscripción funeraria: C.I.L. II 896, también de Talavera, en la cual se menciona a un tal L. Annio Plácido, de la tribu Quirina de Caesarobriga, el cual alcanzó los cargos de edil, cuestor y *dunvir* por tres veces, fuese pariente de la flaminica, antes citada. Esta sospecha, por el momento se nos presenta harto difícil de demostrar. (N.A.T.) *Noticias de las Actas de la Real Academia de la Historia*, Madrid, 1860, p. 20; FITA, F: “Inscripciones romanas de Talavera.”; op. cit; pp. 256-259; VEGA JIMENO: “Aspectos...”; op. cit., pp. 344-345.

²⁶ **BANDUA:** *ORGAZ-SONSECA:* FITAT F: “Antigüedades romanas”, *B.R.A.H.*, t. 21, 1892, p. 129; BLAZQUEZ MARTÍNEZ, J. Mª: “Aportaciones al estudio de las religiones primitivas de España”, *AEspA*, 1957, pp. 52-53; VEGA JIMEN: *El Mundo...*; op. cit., I.1, pp. 54-55. **HERCULES:** *ORGAZ:* C.I.L. II 6.309; PALAZUELOS, Vizconde de: “Lápida romana en Orgaz”, *B.R.A.H.*, t. 16, 1890, pp. 312-314; VEGA JIMENO: *El Mundo...*; op. cit., I.1, pp. 53-54. **TUTELA:** a/. *CONSUEGRA:* AGUIRRE, D: *El Gran Priorato de San Juan de Jerusalén en Consuegra en 1769*. I.P.I.E.T., serie II Vestigios del pasado, vol. V,

religión, se nos antoja un poco extraña, ya que en esta parte, en especial la comprendida al sur del Tajo, zona que por otra parte estuvo fuertemente influenciada por los aires que emanaban romanización procedentes de dos enclaves muy importantes en esa época como fueron las ciudades de Toletum y Consabura, la actual Consuegra. Tanto la una como la otra, nos aportan importantísimos testimonios arqueológicos de su avanzada romanización, como son: la presencia de un culto imperial bien documentado* ²⁷. La erección de importantes edificios públicos²⁸; la construcción de monumentales obras de ingeniería hidráulica

Toledo, 1973, p. 93; VEGA JIMENO, *El Mundo...*; op. cit., 1.1, pp. 31-32; b/. VILLACAÑAS: GARCÍA Montes, L: *Villacañas y su historia*. Villacañas, 1978, pp. 43-44; VEGA JIMENO, *El Mundo...*; op. cit., t. I, p. 152. VENUS: aJ. OCAÑA AURRECOECHEA, J. y FERNANDEZ URIEL, P: "DOS Venus..."; op. cit., pp. 432-440. MERCURIO: LA PUEBLA DE MONTALBÁN: MORALEDA Y ESTEBAN, J: "Mercurio de bronce descubierto en La Puebla de Montalbán (Toledo)", *B.R.A.H.*, t. 40, 1902, pp. 258-261; FITA, F: "Inscripciones romanas de La Puebla de Montalbán, Escalonilla y Méntrida", *B.R.A.H.*, t. 40, 1902, p. 155 ss. En la villa romana hallada en el término municipal de Carranque se ha descubierto un interesantísimo complejo musivario, cuya principal temática son diversas escenas sacadas de la mitología clásica.

²⁷ CULTO IMPERIAL: a/. CONSUEGRA: Tenemos noticias de que en este municipio se rindió culto al emperador, gracias a una inscripción hallada en Tarragona C.I.L. II.4. 211, en la cual se menciona a un consaburensis, llamado L. Domitius Dentoniano, el cual fue flámen municipal en su ciudad, alcanzó más tarde el flaminado provincial, llegando a escalar sucesivas magistraturas en la capital de la provincia, Tarraco. b/. TOLEDO: 1/. C.I.L. II Suppl. . 3.073; FUIDIO, F: *Carpetania*, op. cit., p. 136, n.º 67; VEGA JIMENO: *El Mundo...*; op. cit., pp. 132-134; 2/. JORGE DE ARAGONESES, M: *Museo Arqueológico de Toledo*. Madrid, 1957, p. 64; *H.A.Ep.*, 8-11, 1957-1960, p. 40, n.º 1769; VEGA JIMENO: *El Mundo...* op. cit., t. I, p. 139; 3/. CORTES HERNANDEZ, S. et alii: "Nuevas..."; op. cit., pp. 76-77; MANGAS, J. y ALVAR, J: "La municipalización de Carpetania", *Symposio Toledo y la Carpetania en la Edad Antigua* Toledo, 1986 (1990), p. 92; VEGA JIMENO; op. cit., t. I, pp. 142-143; 4/. *H.A.Ep.*, 8-11, 1957-1960, p. 40; VEGA JIMENO: *El Mundo...*, op. cit., t. I, p. 139; 5/. MORALEDA Y ESTEBAN, J: "Nueva inscripción romana de Toledo", *B.R.A.H.*, t. 51, 1907, pp. 142 ss.; GONZALEZ-CONDE PUENTE, Mª P: *Romanidad...*, op. cit., p. 79; VEGA JIMENO, *El Mundo...*, op. cit., t. I, p. 145; 6/. *H.A.Ep.*, 8-11, 1957-1960, p. 40, n.º 1.770; GONZALEZ-CONDE PUENTE, Mª P: *Romanidad...*, op. cit., pp. 79-80; VEGA JIMENO: *El Mundo...*, op. cit., 1.1, pp. 143-144.

²⁸ En Toletum (Toledo), se han podido documentar los impresionantes restos que hoy subsisten del circo romano, ubicados en el interior de un parque público situado en lo que se denomina la Vega Baja. También se han podido identificar, aunque en menor medida, los restos de un posible anfiteatro, enclavado dentro del actual barrio de Las Covachuelas; así como numerosos restos de tipo arquitectónico y artístico

lica al servicio no sólo de las dos ciudades, sino también en función de la explotación agrícola y minera de extensas zonas de su territorio ²⁹; y por último, lo que creemos que tuvo una gran incidencia en esta parte de la provincia, las diversas vías de comunicación que de O-E y de N-S, cruzaron esta tierra, proporcionando a sus habitantes una privilegiada ocasión a la hora de recoger los diversos influjos romanizadores que provenientes tanto de la metrópoli, como de otras regiones les pudieran llegar.

C. Onomástica, filiación, sexo y condición social de los devotos.

A la hora de adentrarnos en el complejo mundo sociocultural y económico que conlleva el desarrollo y propagación de un determinado culto grecolatino en una zona concreta, es de suma importancia echar mano a toda la información que sobre onomástica, filiación, sexo, condición social, profesión, etc...nos puedan proporcionar los hallazgos que de tipo epigráfico estén relacionados con la divinidad o divinidades que se pretendan estudiar. Utilizando todas estas “ayudas”, se empieza a partir de una importante base a la hora de poder ir recomponiendo y a la vez desentrañando la evolución de los “modus vivendi” de la ²⁹ * ²⁹

hallados no sólo dentro del llamado “Casco histórico”, sino preferentemente en las inmediaciones o suburbios de la actual ciudad. Con referencia a Consabura (Consuegra), sabemos gracias a fuentes antiguas y modernas, que contó con importantes edificios civiles, pero en la actualidad poco podemos admirar, ya que dichos testimonios se hallan en muchos casos bajo las edificaciones actuales.

²⁹ Con relación a los vestigios de tipo ingeniería que en la actualidad subsisten, podemos citar las presas romanas de “*La Puente de Urda*”, que embalsaba agua para el regadío y abastecimiento de Consabura; las de *Alcantarilla* y *San Martín de la Montaña*, en Mazarambroz, las cuales recogían el agua con destino a Toletum; las de los “*Pareones I y II*” en el término de Noez; las cinco ubicadas en el despoblado de *Melque*, sitas en el término de San Martín de Montalbán; la denominada de “*Moracantá*”, en Villaminaya; y la llamada “*Mesa de Valhermoso*”, en el término de Sonseca-Casalgorido. Relacionados con algunas de estas presas, se conservan todavía restos de los acueductos que conducían el agua a Consabura, desde el lugar de “Fuente Aceda”; y a Toletum desde la presa antes citada de La Alcantarilla. Con relación a este último, se conservan restos de su distribución dentro de la ciudad, en los lugares conocidos como “La Cueva de Hércules”, situada en la calle de San Ginés; en la actual plaza de Amador de los Ríos; y bajo las calles de Ramiro Ledesma, Alfonso X El Sabio, Nuncio Viejo y Tornerías.

población, tanto en lo social como en el económico, en este caso concreto, la de los devotos de Júpiter, desde su status prerromano hasta el que se formó con el posterior nuevo orden implantado por la presencia romana en estas tierras ³⁰.

Gracias a la información que aparece reflejada en los epígrafes toledanos, y con referencia a la onomástica y filiación, hemos confeccionado un cuadro, dentro del cual hemos dividido a los devotos en cinco pequeños grupos. En el primero hemos colocado a los dedicantes indígenas; en el segundo a los indígenas que consignan su pertenencia a alguna gentilidad; en el tercero a los indígenas que ya portan cognomen latino; en el cuarto los individuos romanos ó romanizados; y en el quinto y último aparecen los epígrafes que no contienen información alguna.

1. ° *Devotos indígenas.*

Cinco ejemplares (41, 75%) localizados en Azután, Casarrubios del Monte, Mazarambroz, Navalmoralejo y Talavera de la Reina (n.º 9).

2. ° *Devotos indígenas con indicativo de gentilidad.*

Un ejemplar, reseñado en el primer grupo, Azután, que nos informa que pertenecía a la gentilidad **“Doviliquum”**.

3. *Devotos indígenas con cognomen latino.*

Uno, ya reseñado, hallado en Mazarambroz.

4. ° Devotos romanos o romanizados.

Cuatro (33%), localizados en Aldeanueva de San Bartolomé; Cálemela (n.º 3); Oropesa y en Talavera de la Reina (n.º 12).

5. ° Epígrafes con ausencia de información.

Tres (25 %), hallados en Caleruela (n.º 4) y Talavera de la Reina (n.º 10 y 11).

Dentro de lo relacionado con el sexo de los dedicantes, tenemos que de las doce inscripciones de que disponemos, seis, el 50 %, cor-

³⁰ REDONDO RODRIGUEZ, J. A: “El culto a Júpiter en la provincia de Cáceres a través de sus testimonios epigráficos. Distribución y nuevos hallazgos”, *Studia Zamo-rensia, Philologica*, VI, 1985, p. 74; “La religión grecorromana...”; op. cit., pp. 25-26.

responden a individuos del sexo masculino, localizados en Aldeanueva de San Bartolomé, Azután, Casarrubios, Mazarambroz, Oropesa y Talavera de la Reina (n.º 9); tres al sexo femenino (el 25 %) hallados en Caleruela (n.º 3), Navalmoralejo y Talavera de la Reina (n.º 12) y otros tres (25 %) que presentan ausencia del sexo de los dedicantes, localizados en Caleruela (n.º 4) y Talavera de la Reina (n.º 10 y 11).

Las informaciones que podrían proporcionarnos los epígrafes acerca de la condición social y profesional de estos devotos, son completamente nulas, ya que ningún ejemplar presenta o presentaba ningún indicio de haber llevado inscritas tales informaciones.

D. Títulos o advocaciones de Júpiter en la provincia de Toledo.

A la vista de los epígrafes presentados, nos encontramos que el título o advocación que mas se repite es el que corresponde a **Iovi Optimo Maximo**, con cuatro ejemplares localizados en Caleruela (n.º 3), Casarrubios del Monte, Mazarambroz y Talavera de la Reina (n.º 9). De estos cuatro, tres corresponden a votos ofrecidos por hombres indígenas, y uno por una mujer romana.

En segundo lugar, aparece el dios con el título de **Iovi Solutorio**, con tres ejemplos hallados en Caleruela (n.º 4), Navalmoralejo y Oropesa. Votos ofrecidos por una mujer indígena, un hombre romanizado y un tercero del que desconocemos toda información.

En tercer y último lugar, aparecen los restantes cinco epígrafes que corresponden a otras tantas advocaciones y cuya relación es la que sigue: **Iovi Liberator**, hallado en Talavera de la Reina (n.º 12), y erigido por una mujer romana; **Iovi**, localizado en Aldeanueva de San Bartolomé, y ofrecido por un hombre romano ó romanizado; **Iovi Sacrum**, hallado en Azután, y levantado por un hombre indígena; y **Deo Sancto Iovi** y **Sacrum Deo Maximo**, hallados en Talavera de la Reina (n.º 10 y 11) pero sin datos informativos.

Como se puede apreciar, el mayor número de devotos corresponde al estamento indígena; esto se puede comprender, ya que Júpiter debió no sólo ser la primera divinidad grecorromana que se introdujese en esta zona, traída por los legionarios, sino que el dios bajo sus múltiples advocaciones y a su fácil maleabilidad fue desde muy temprano asimilado a algunos de los abundantes dioses que debieron proliferar como divinidades locales entre las diversas comunidades indígenas.

El indígena sometido al identificar a Júpiter con sus divinidades ancestrales, no sólo deposita en el nuevo dios toda su esperanza y confianza, sino que logra en un descarado interés, en especial se debió dar más entre la clase dirigente, ser visto con buenos ojos por parte de los conquistadores, como una demostración más de su unión y fidelidad hacia el nuevo orden implantado por la potencia colonizadora, lo que origina un proceso más o menos rápido que conduce inexorablemente a la total romanización del sometido³¹.

Siguiendo con el fenómeno sincretístico que se, originó con la unión de algunas divinidades locales con Júpiter en la Península Ibérica, tenemos la suerte de contar con tres inscripciones dedicadas al dios bajo la advocación de Iovi Solutorio. Esta peculiar advocación, que solamente aparece en Hispania, y mas concretamente en el área vetona³², va acompañada en numerosas ocasiones por la presencia del dios indígena **Eaecus**, en claro síntoma de asimilación con el recién llegado. Esta asimilación, generalmente aceptada por los estudiosos del tema, parece ser que se desarrolló a comienzos del siglo III d. C. bajo el nombre de **Jupiter Solutorius Eaecus**, llegando con el correr del tiempo a la desaparición del dios indígena quedando ya para la veneración típicamente romana como Júpiter Solutorio, tal como se nos aparece en los epígrafes toledanos³³. Con relación a éstos, podemos observar que en el caso del hallado en Navalmoralejo, vemos que aunque el dios se nos presenta como una divinidad romana, se trata a todas luces de un culto con fuerte raíz indígena, como creemos que así lo prueba el nombre de la dedicante: Surisca. En cuanto al ejemplar localizado en Oropesa, podemos ver que aunque el devoto aparece con una onomástica romana, se trata de un individuo sin tría nómina, lo que origina la sospecha de que se trate de un personaje local, indígena, sin alcanzar todavía una total romanización. Estos casos pueden ayudarnos a pensar, sin temor a equivocarnos mucho, que este culto que se tributó a Júpiter Solutorio fue una forma bastante inteligente de encubrir el culto que todavía se seguía dando a Eaecus en esta zona geográfica de Hispania ³⁴.

³¹ VAZQUEZ HOYS, A. M^a: "Aproximación al culto..."; op. cit., p. 50.

³² REDONDO RODRIGUEZ, J. A: "El culto..."; op. cit., pp. 69-77; SALAS MARTIN, J. et alii.: "Un sincretismo..."; op. cit., pp. 243 ss.; FERNANDEZ FUSTER, J: "EAE-CUS..."; op. cit., pp. 318-321.

³³ SALINAS DE FRIAS, M: "La Religión indígena de la Hispania..."; op. cit., p. 323.

³⁴ SALINAS DE FRIAS, M: "La Religión indígena de la Hispania..."; op. cit., pp. 323-324.

E. Formulación.

Con relación a las distintas formulaciones que presentan las inscripciones dedicadas a Júpiter en esta provincia, vemos que la más habitual al igual que sucede en otras zonas de la Península Ibérica, es **VOTUM** con ocho ejemplares. Como variantes, tenemos **VOTO** y **EX VOTO**, ambas con un ejemplar cada una.

La formulación **VOTUM**, que aparece siempre acompañada por las iniciales correspondientes de Solvit, Animo, Libens, Merito y Posuit, nos presenta que de los ocho ejemplares, cinco corresponden a individuos indígenas y tres a romanos o romanizados. Respecto al sexo, tenemos que seis dedicantes son de sexo masculino; uno femenino; y uno que carece de toda información³⁵.

Respecto a las otras variantes: **VOTO** y **EX VOTO**³⁶, tenemos que para la primera carecemos de información, aunque se podría aventurar que debido a la formulación que porta, podría tratarse de un liberto latino? ³⁷ La segunda variante corresponde a un individuo romanizado, y con toda seguridad de sexo femenino como ya hemos apuntado durante el curso de este trabajo.

Todos los epígrafes presentan una forma cultural típicamente romana, aunque esto no es óbice para que en algunos casos esto no sea más que un aspecto algo superficial por parte de los devotos, ya que en gran parte de la Lusitania se pueden vislumbrar muchos ejemplos con referencia a ésta divinidad y otras, como por ejemplo Hércules, en los que los dedicantes presentan una apariencia externa que denota su total o alto grado de asimilación hacia las ideas romanas, pero que en el fondo de sus mentes todavía seguían teniendo presentes los cultos y la veneración hacia sus antiguos dioses ³⁸.

³⁵ VOTUM: Aldeanueva de San Bartolomé; Azután; Cálemela (n.º 24); Casarrubios del Monte; Mazarambroz; Navalmorealejo; Oropesa y Talayera de la Reina (n.º 9).

³⁶ VOTO: Talayera de la Reina (n.º 10). EX VOTO: Cálemela (n.º 3).

³⁷ BLANCO SANMARTÍN, M^a P: "Culto a Xúpiter no conventos lucensis: A relación entre formulación dos votos epigráficos e orixe social dos adicantes", *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología, Vigo*, 1993, vol. II, p. 321.

³⁸ ORIA SEGURA, M: "El culto a Hércules en la Galicia romana como manifestación del proceso romanizador", *Galicia: Da Romanidade á Xermanización, Actas do encontro científico en homenaxe a Fermín Bouza Brey (1901-1973)*, Santiago de Compostela, outubro, 1992, Universidad de Santiago de Compostela, n.º 10, pp. 140-141.

F. Conclusiones finales.

A pesar de los pocos testimonios de que contamos sobre las muestras de devoción hacia Júpiter por parte de la población hispanorromana en lo que es hoy la provincia de Toledo, creemos que es conveniente exponer una serie de puntos de vista, que a modo de conclusión, aparecen relacionados con el culto que se tributó al padre y rey de los dioses.

La rápida difusión que este culto debió tener, pudo obedecer, entre otras cosas, a la necesidad que Roma debía de tener, en mayor o menor medida, en que se lograra cuanto antes la integración del elemento indígena en el nuevo orden que se trataba de imponer. Lo que origina que el nuevo culto, que debió ser el primero en llegar, fruto de la presencia de los elementos militar y comercial, se convirtiera en un importante vehículo de propagación de ideas de todo tipo dirigidas hacia los pueblos sometidos, y en especial como un foco de atracción de las clases dirigentes hacia todo lo que representaba y encamaba el poderío del nuevo conquistador.

La aceptación que adquiere la nueva divinidad por parte del elemento indígena, pudo haber estado influido por el hecho de que a la llegada de los romanos a la zona en estudio, y en especial a la mitad occidental de la provincia, debieron de encontrarse con un campo bien impregnado de un profundo ambiente religioso, debido a los diferentes cultos y divinidades de carácter local, originando desde muy pronto un beneficioso caldo de cultivo que serviría a la postre para el asentamiento y posterior desarrollo del culto a Júpiter. El dios grecolatino fue venerado en esta provincia ya bajo sus títulos o advocaciones romanas tal como fueron traídas de fuera, como: *lo vi Optimo Maximo*, *lo vi Liberator*, *Iovi Sacrum*, *Iovi*, *Deo Sancto Iovi* y *Sacrum Deo Maximo*; ya bajo el fenómeno sincretístico realizado por el elemento indígena con el título de *Iovi Solutorio*.

Como ya pudimos ver antes, al hablar de la distribución geográfica de los epígrafes, es notoria la tremenda desigualdad que existe entre una mitad y otra de la provincia, concentrándose en la mitad occidental más del 83% del total de los hallazgos. Esta diferencia tan grande, pudo deberse, y creemos que fue así, a que esta parte de la provincia, en su época perteneciente al pueblo de los vettones, fue, como ya expusimos antes, una zona pródiga en cultos y deidades en su mayoría de carácter local, originando con el paso del tiempo y las ganas de agradar al conquistador por parte de elementos indígenas, que el culto

al dios recién llegado, sólo o unido a alguna deidad indígena, se implantase y desarrollase con gran rapidez. Esto unido a que estas tierras, desde temprano recibieron la poderosa influencia romanizadora que en todos los sentidos les llegaba procedente de los dos núcleos de población más importantes de la zona: Caesarobriga (Talayera de la Reina) y Augustóbriga (Talayera la Vieja, hoy bajo las aguas del pantano de Valdecañas. Cáceres). Estos enclaves, municipios adscritos a la tribu Quirina, contaron con una influyente y poderosa élite municipal, sustentada por el comercio y principalmente por la explotación a gran escala, como así lo denuncian los numerosos yacimientos arqueológicos correspondientes a enclaves de tipo rural, del fértil valle del río Tajo, así como a la de los yacimientos mineros en los montes cercanos al sur del Tajo; lo que origina que las tierras estas se convirtieran en un gran foco de atracción de numerosos elementos humanos provenientes de otras partes de Hispania. Todos estos factores, unido a la inmejorable situación geográfica de esta zona, atravesada por diferentes calzadas, entre ellas la A-25 del Itinerario de Antonino, **Ab Emerita Caesaraugustam**, convirtió a estas tierras en un lugar muy propicio para recibir y posteriormente asimilar las diferentes corrientes que de todo tipo les llegaban, entre ellas las de índole religiosa.

Con relación a la otra mitad de la provincia, con un 16% de ejemplares epigráficos hallados, y con un bajo índice también de inscripciones relativas a divinidades indígenas, se nos antoja algo extraño, ya que como dijimos antes, esta parte del territorio toledano, en especial el comprendido entre el río Tajo y el límite meridional provincia, estuvo muy romanizado e influenciado por los aires que le llegaban desde Toletum y Consabura. Estos dos enclaves, que también alcanzaron la municipalidad, nos presentan gran cantidad de vestigios arqueológicos que nos hablan del importante papel que la romanización desarrolló en esta zona, tanto en el plano social como en el económico durante todo el Imperio. Estamos completamente convencidos que la escasa presencia de testimonios religiosos, tanto indígenas como romanos, no se debe más que al azar. Esperemos que muy pronto nuevos hallazgos corroboren esta opinión.

Con respecto a la condición ó clase social de los devotos, ya pudimos ver, que la carencia de información es total; aunque sospechamos que pudiera haber una posibilidad que algunos de los ejemplares que se han presentado bien pudieron haber sido ofrecidos por individuos que ostentarían el status de libertos, en especial los que corresponden a los

localizados en Mazarambroz, Navalmoralejo y Talavera de la Reina (n.º 10), pero aún así, es muy difícil su total afirmación.

Después de todo esto, se puede asegurar que la pacífica coexistencia, con interés o sin él, que tuvieron los cultos y deidades indígenas con los traídos por los romanos, no sólo permitió el posterior florecimiento de los nuevos dioses y gozar de un gran predicamento, en este caso Júpiter, en su estado latino, sino también hacer surgir interesantes casos de sincretismo con las diferentes divinidades locales indígenas. Por tanto creemos que en el caso de esta provincia, la presencia de Júpiter tuvo una gran importancia en el proceso romanizador que se desarrolló durante todo el Imperio en esta zona geográfica de la Meseta Sur castellana.

(Página deixada propositadamente em branco)

JOSÉ A. DELGADO DELGADO
Area de Historia Antigua. Universidad de La Laguna

LOS SACERDOTES DE RANGO LOCAL
DE LA PROVINCIA ROMANA DE LUSITANIA
“Conimbriga” XXXIX (2000) p. 107-152

SUMMARY: It is the fundamental aim of this work to expose an analysis of all the local priests (so called “municipal priests”) who are epigraphically recorded in the Roman province of Lusitania. The study has been divided into two basic parts: the first (chapters I-VI) is devoted to the analysis of the different priesthoods, that are arranged according to their features, and the second (chapter VII), to the alphabetic list of the known priests, containing the epigraphic and prosopographic bibliography.

RESUMO: El presente trabajo tiene como objetivo la catalogación y análisis de todos los sacerdotes de rango local (habitualmente llamados “sacerdotes municipales”) que se atestiguan epigráficamente en la provincia romana de Lusitania¹. La investigación aborda de forma sistemática, por primera vez, el estudio de las distintas categorías de sacerdotes que se registran en las ciudades de la provincia, atendiendo en cada una de ellas tanto a los aspectos sociales y políticos como a los más propiamente religiosos, en la medida en que las inscripciones informan de ellos. A estos efectos el trabajo se ha estructurado en dos partes fundamentales: una (capítulos I-VI) consagrada al análisis de la evidencia documental y la otra (capítulo VII) al listado alfabético de los sacerdotes, con presentación y discusión de las bibliografías epigráfica y prosopográfica.

¹ Este trabajo se presenta como uno de los resultados del Proyecto de Investigación de Grupos Precompetitivos titulado “Sacerdocios de la Antigüedad”, subvencionado por la Universidad de La Laguna (convocatoria de 1998).

(Página deixada propositadamente em branco)

LOS SACERDOTES DE RANGO LOCAL DE LA PROVINCIA ROMANA DE LUSITANIA

I. Sacerdotes de tradición romana

Dentro de esta categoría de sacerdotes sólo se documentan en la provincia los *pontífices*; los cinco que se conocen se presentan en la tabla siguiente ²:

Título	Nombre (<i>cursus</i>) [n.º]	Lugar	Datación
¿[pon]t.? perp.	[— Boc]chus (pr. Caesarum bis, flamen perp., pr. fabr. V, tr. mil.) [32]	Salacia	Iª mitad s. I
pont perpetuus	L. Antestius Persicus Papiria (Ilviral.) [4]	Aug. Emerita	mediados s. III
[pont?]if[ex?]	Pompeius [—]nus (Ilvir) [24]	Aug. Emerita	
¿pont(ifex)?	Acil[ia]nus (¿fla[m.] r. Pac. Iuli.?) [31]	Pax Iulia	
pont[ifex]	[—] (fiam. Pacis Iuliae, flamen [¿perpetuus?]) [35]	Pax Iulia	

Respecto a esta relación hay que tener en cuenta, como se refleja en la propia tabla, que sólo en dos de los cinco testimonios que aquí se recogen (n.º 4 y 35) se lee con toda seguridad el título de ; en los otros tres la lectura del título es probable, pero no totalmente segura.

² Notas sobre la tabla: el número entre corchetes en la segunda columna remite al listado general final (capítulo VII); “Lugar”, en la tercera columna, se refiere al lugar de procedencia del epígrafe.

1. *Cronología de las inscripciones*

De las cinco inscripciones sólo se pueden datar dos, una en la primer mitad del siglo I y la otra hacia mediados del siglo III. Estos escasos datos sirven, al menos, para confirmar la presencia de este tipo de sacerdotes en la provincia en el lapso de tiempo comprendido entre ambas fechas.

2. *Origen y condición social de los pontífices*

Las inscripciones proceden de tres ciudades distintas, pertenecientes a dos de los *conventus* provinciales: dos de la capital provincial, *Augusta Emerita* (c. *Emeritensis*), dos de *Pax Iulia* (capital del c. *Pacensis*) y una de *Salada* (c. *Pacensis*). A pesar de que sólo en un epígrafe se indica la *origo* (*Antestius Persicus, emeritensis*'), es muy probable que los pontífices fueran originarios de las ciudades de donde proceden sus inscripciones y en ellas desempeñaran el sacerdocio³.

De estas tres ciudades, dos poseyeron el estatuto jurídico de *colonia* (*Augusta Emerita* y *Pax Iulia*) y una el de *municipium* (*Salada*)⁴, lo que una vez más confirma que en provincias tanto las colonias como los municipios (y tal vez sólo estas dos categorías de comunidades⁵) podían contar con este tipo de sacerdotes.

Sobre la estructura onomástica, uno de los aspectos básicos para la determinación de la condición social, es poco lo que se puede decir, pues sólo la de uno de los pontífices se conoce completa: se trata del n.º 4, que presenta los *tria nomina* y la tribu, indicadores ambos de ciudadanía romana. A pesar de ello, los cargos ejercidos por los cuatro restantes (ver apdo. siguiente) permiten deducir igualmente la posesión de la condición de *cives romani* y de uno de ellos, además, su pertenencia al *ordo equester* (n.º 32). Estos indicadores pueden usarse, al mismo tiempo, para argumentar vínculos de estos individuos a las

³ Para algunos criterios orientativos que apoyan esta idea, ver el apartado *origo* de cada uno de los pontífices.

⁴ Sobre la condición jurídica de las ciudades se ha consultado fundamentalmente Galsterer 1971, Wiegels 1985 y Abascal y Espinosa 1989. Téngase en cuenta en adelante.

⁵ En la Bética todos los pontífices conocidos, que son nada menos que 33, proceden exclusivamente de colonias y municipios (Delgado Delgado 1998: 14). Cf. Toutain 1907: 275 ss.

familias más importantes de sus respectivas comunidades, si bien hay que reconocer que no hay datos explícitos sobre ello ya que no han quedado huellas de sus relaciones familiares ⁶.

3. *Cursus honorum*

Es interesante constatar que todos los pontífices desarrollaron carreras públicas en las que aparecen otros cargos aparte del sacerdocio. Los dos tipos básicos de *cursus* que presentan estos personajes se exponen en las siguientes tablas⁷:

Tipo a): *cursus* local + *cursus* ecuestre

Nombre [n.º]	Cargo	ap	dp
[— Boc]chus [32]	pr. Caesarum bis flamen perp. pr. fabr. V tr. mil.	X	X X X

Tipo b): *cursus* local

Nombre [n.º]	Cargo	ap	dp
L. Antestius Persicus [4]	II viral.	X	
Pompeius [—]nus [24]	Ilvir	X	
Acil[ia]nus [31]	flam. r. p. Pac. Iuli.		X
[—] [35]	flam. Pacis Iuliae flamen [¿perpetuus?]		X X

Con los datos proporcionados por tan sólo cinco inscripciones es ciertamente arriesgado pretender extraer conclusiones generales sobre

⁶ Sobre la cuestión de las relaciones familiares del n.º 32, [— *Bocjchus*, ver comentario en nota del listado final.

⁷ Abreviaturas de la tabla: ap = cargo ejercido antes del pontificado; dp = cargo ejercido después del pontificado.

la estructura de las carreras de los pontífices de Lusitania; aún así, es posible, al menos, apuntar ciertas tendencias.

Parece que debió ser poco frecuente el primer tipo de *cursus*, el mixto (*cursus* local + ecuestre), a juzgar por el único ejemplo conocido. Tal vez ello indica que muy pocos de los pontífices de la provincia solían acceder al *ordo equester*, limitándose generalmente a desarrollar carreras estrictamente locales ⁸. En estas últimas es interesante destacar la presencia en dos casos de las más altas magistraturas civiles (duovirado) y también en otras dos de sacerdocios de culto imperial (flaminados).

El prestigio del pontificado parece indudable, pues es muy significativo que se desempeñara cronológicamente después de las magistraturas civiles (prefectura de los Césares y duovirado). Ahora bien, también es destacable que en las tres carreras en que aparecen flaminados, el pontificado siempre los precedió, lo que quizás se podría interpretar como un indicio del mayor prestigio que se otorgaba en las ciudades de la provincia al sacerdocio de culto imperial respecto al de los cultos tradicionales.

4. *El sacerdocio*

Los únicos datos sobre el sacerdocio propiamente dicho que ofrecen las pocas inscripciones pontificales conocidas se refieren exclusivamente a los títulos portados por estos sacerdotes ⁹. Se constata así la existencia de dos títulos distintos, el de *pontifex* (3 casos) y el de *pontifex perpetuus* (2 casos). Este último es una prueba segura del carácter temporal del sacerdocio, muy probablemente limitado a un año de ejercicio. Como en los casos conocidos en otras provincias este título debía ser de carácter honorífico y probablemente comportaba la permanencia de la dignidad y quizás de los privilegios inherentes al cargo (ver apdo. II. 1.4).

⁸ La misma tendencia se ve mucho más claramente atestiguada en la Bética (Delgado Delgado 1998: 15 ss.).

⁹ Sobre las funciones culturales de los pontífices locales puede verse Delgado Delgado 1998: 19 s.; *id.* 2000b, cap. 4.4.1 y textos n.ºs 44-45.

II. Sacerdotes de tradición romana vinculados al culto imperial

1. Flamines

La lista de flamines locales que a continuación se presenta cuenta con 22 entradas ^{10 11}, lo que supone una notable actualización (no sólo por su número, sino también por nuevas lecturas) de la que presentó R. Etienne en 1958 en su clásica obra sobre el culto imperial en la Península Ibérica, con 12 entradas, que ha sido habitualmente la lista de referencia utilizada hasta el momento ⁿ.

Título	Nombre (<i>cursus</i>) [n.º]	Lugar	Datación
flamen Germ. Caesaris, flamen Iuliae Aug. in perpetu(u)m	Q. Iulius Q.f. Gal. Plotus (aed., Ilvir) [20]	Olisipo	entre años 14-19*
[fl]amen Iuliae Augustae	[C]n. Cornelius Cn.f. Pap. Severus (aed., Ilvir, praefectus fabr.) [10]	Aug. Emerita	entre años 14-29 *
flamen Ti. Caesaris Aug.	M. Aurelius C.f. Gal. (Ilvir, praefec. fabr.) [8]	Pax Iulia	época de Tiberio *
flam. Divi Aug.	L. Iulius Maelo Caudicus [18]	Armês	época de Tiberio o Claudio *
ex d. d. [fl]amen Divi August[i] [plerpet[uus]]	[¿L.?] Iunius L.f. Gal. [P]hilo (Ilvir) [21]	Salacia	época de Tiberio o Claudio *
[flamen D]ivi Augusti	[—]nius C.[f.?] Galba (Ilvir) [33]	Aug. Emerita	época de Tiberio o Claudio *
[fj]lumen Divi Aug.	[—] M.f. Ser. Modestus ([I]lvir, praef fabr., [flamen p]rovinc. Lusitan.) [34]	Aug. Emerita	época de Tiberio o Claudio*

¹⁰ No se ha incluido en este cómputo el epígrafe del flamen *L. Voconius Paullus*, que aparece en el listado final en el apartado de “inscripciones de autenticidad dudosa” con la letra b).

¹¹ Notas sobre la tabla. El listado se ha organizado cronológicamente. El asterisco (*) que aparece en algunas casillas de la columna “datación” indica que la fecha allí señalada es la del ejercicio del flaminado y no la del epígrafe, como en el resto de los casos donde no hay asterisco.

Título	Nombre (<i>cursus</i>) [n.º]	Lugar	Datación
¿flamen p. Divae Aug.? ¹²	Albinus Albui f. (flamen provinciae Lusitania[n.]) [2]	Aug. Emerita	c. año 42 *
flamen col. Aug. I. [S.º]	Aponius Capito (Ilvir col. Aug. [—], praef. fabrum, flamen provine. Lusitaniae Divi Aug. Divae Aug.) [7]	Scallabis	año 48
flamen perp.	[— Boc]chus (pr. Caesarum bis, [pon?].t. perp., pr. fabr. V, tr. mil.) [32]	Salacia	Iª mitad s. I
fia. Divi Vesp.	P. Stai. G.f. Gal. Exoratus [28]	Lourel	época de Tito o Domitiano *
fia. Aug.	[] ([H?].v.) [39]	Faião	¿2ª mitad s. I?
flamen Divorum bis	L. Porcius L.f. Gal. Himerus (Ilvir, praef. pro Ilvir.) [25]	Salacia	s. I, posterior a Claudio
[flam. Divoru]m Aug.	L. Cl[—]us M.f. Gal. Salvianus [9]	Pax Iulia	posterior a Claudio
flamen [DJivorum	[¿C. Iul?].ius C.f. [G]al. Peto ([Ilv]ir) [19]	Pax Iulia	posterior a Claudio
flam. col.	C. Pompeius L.f. Pap. Priscus (Ilvir, flam, pro. Lusit.) [23]	Aug. Emerita	no anterior a Vespasiano
[fl]am[en]	[—] (Ilvir [0]ssonob.) [38]	Ossonoba	¿posterior s. II?
flam[en —]	L. Co[melius —] (Ilvir) [11]	Salacia	
flamen	Ummidius (Ilvir) [29]	Aug. Emerita	
¿fla[m.] r. Pac. Iuli.?	Acil[ia]nus (¿pont.?) [31]	Pax Iulia	
fiam. Pacis Iuliae, flamen [¿perpetuus?]	[—] (pont[ifex]) [35]	Pax Iulia	
flamen [Div?/ /August?] orum	t— [37]	Bobadela	

¹² La lectura de este título es hipotética, por lo que su condición de flamen de rango local no es segura. Véase sobre ello el apartado “*cursus*” en la entrada correspondiente del listado final.

1. *La cronología*

Es muy interesante constatar que de todas aquellas inscripciones que se han podido datar con una cierta seguridad, un total de 11, 10 pertenecen a la época del reinado de Tiberio (quizás algunas sean Claudianas) y 1 a la de Tito o Domiciano. Estas dataciones son bastante seguras, deducidas en su mayoría de los propios títulos que portan los flámines, y de ellas hay que concluir que bajo Tiberio el flaminado era un sacerdocio bien implantado en las ciudades de la provincia. La fuerte concentración de tantos testimonios flaminales durante el reinado del segundo de los emperadores romanos podría hacer pensar (a pesar de la falta de ejemplos explícitos), incluso, en una fecha de adopción anterior, en vida del propio Augusto, pues se explicaría así mejor su fuerte desarrollo con Tiberio¹³.

El resto de los documentos o bien no pueden ser datados o se les ha asignado fechas muy vagas e imprecisas (como ocurre con aquellos en los que la presencia de los títulos *flame Divorum* o *flamen Divorum Augustorum* asegura, al menos, que tales textos son posteriores a Claudio).

2. *Origen y condición social*

La diez ciudades de procedencia de las inscripciones flaminales se presentan a continuación ordenadas por *conventus* y con la indicación de su condición jurídica¹⁴. A pesar de que no se menciona la *origo* en los epígrafes hay que suponer que estas ciudades, con una sola excepción contrastada (n.º 34), se corresponden con las de origen de los flámines e igualmente con las del ejercicio del sacerdocio¹⁵.

Conventus Emeritensis: Augusta Emérita (col. en 25 a.e.; 6 flam.).

Conventus Pacensis: Ossonoba (?; 1 flam.); Pax Iulia (col. anterior 27 a.e.; 5 flam.); Salada (mun. de César; 4 flam.).

¹³ Cf. Etienne 1958: 200 y 378 s.; Fishwick 1987: 156 s.

¹⁴ Que aparece abreviada de la siguiente forma: col. = ; mun. = *pium*; mun. c. R. = *municipium civium Romanoru*;? = condición jurídica desconocida.

¹⁵ Ver criterios en apartado de *origo* en las entradas correspondientes del listado final.

Conventus Scallabitanus: Armês (1 flam.)¹⁶; Bobadela (1 flam.); Faião (1 flam.); Lourel (1 flam.); *Olisipo* (*mun.c.R.* anterior 27 a.e.; 1 flam.); *Scallabis* {*col.* anterior 27 a.e.; 1 flam.).

Uno de los aspectos más destacables de la relación expuesta es la especial concentración de testimonios en tres ciudades, *Augusta Emérita*, *Pax Iulia* y *Salada*, que en conjunto reúnen más del 68% del total de los flámines de la provincia.

Las ciudades de origen cuya condición jurídica es conocida son todas colonias o municipios, con estatuto de privilegio antiguo, esto es, de época cesariana o augustea. Teniendo en cuenta este dato sería posible plantear la hipótesis de que en la provincia Lusitania la presencia del flaminado estuviese limitado sólo a esos dos tipos de comunidades (colonias y municipios). No hay que olvidar, sin embargo, que en la vecina provincia de la Bética se atestiguan sacerdotes de culto imperial en comunidades no privilegiadas ¹⁷, por lo que es preferible otorgar un carácter provisional a tal hipótesis.

La estructura onomástica de los flámines, un buen criterio orientador de la condición social, presenta las siguientes características ¹⁸:

praenomen + *nomen* + filiación + tribu: 1

tria nomina: 1

tria nomina + filiación: 1 caso.

tria nomina + filiación + tribu: 9 casos.

La exposición no deja lugar a dudas sobre la condición de *cives romani* de todos los flámines, requisito social probablemente necesario para acceder al sacerdocio ¹⁹. Un único caso parece contradecir esta regla general, el de *Albinus*, *Albui f.* (n.º 2), cuya onomástica está al margen de los patrones romanos y sugiere un estatus peregrino y no ciudadano. Una explicación podría ser que quizás la ciudadanía no fuese una exigencia absolutamente rigurosa en los inicios de la organización del culto imperial y en provincias poco romanizadas como

¹⁶ Testimonio que habría que atribuir a *Olisipo*, pues procede del territorio del *ager Olisiponensis*.

¹⁷ Delgado Delgado 1998: 57; Delgado Delgado 2001: s.v. *Anticaria* y *Epora*. Cf. Ladage 1971: 32 ss.

¹⁸ Sólo se han tenido en cuenta a estos efectos 13 flámines, aquellos cuyos datos onomásticos se han conservado de forma suficientemente completa en las inscripciones.

¹⁹ Cf. Toutain 1907: 164 s.; Etienne 1958: 223 s.; Delgado Delgado 1998: 57 y 65.

Lusitania. Otra alternativa sería suponer que *Albinus* incluyó sólo parte de su nombre en la dedicación, pero de hecho poseía *nomina* y era ciudadano romano ²⁰.

A través de la epigrafía es prácticamente imposible conocer las relaciones familiares de estos sacerdotes, dado que apenas aporta datos en este sentido. No es posible, por tanto, reconstruir los grupos familiares y profundizar así en sus propios orígenes; al respecto lo único que autorizadamente se puede suponer (por la naturaleza de los cargos ejercidos) es su pertenencia a familias relevantes de sus respectivas comunidades.

3. *Las carreras de los flámines*

A través de los datos existentes sobre este aspecto se observa que el flaminado aparece integrado en un alto porcentaje de los casos en carreras públicas más o menos complejas, es decir, se muestra muy vinculado al ejercicio de otros cargos públicos, tanto de igual como de superior rango. Un total de 18 de los 22 flámines conocidos se encuentran en esta situación, lo que supone casi un 82% de la evidencia disponible²¹. Hay que aclarar, sin embargo, que esto no autoriza la opinión de que el ejercicio de magistraturas locales era un requisito imprescindible para el acceso al sacerdocio, como han afirmado un buen número de investigadores ²². No sólo hay que considerar el hecho de que se conocen algunas carreras en las que todos los cargos presentes se ejercieron con posterioridad al flaminado (*vid. infra*), sino también el de que hay individuos en cuyos *cursus* sólo se atestigua el flaminado. El ejemplo más contundente de este último tipo es el de *P. Staius Exoratus* (n.º 28), del que se puede estar prácticamente seguro

²⁰ Ambas hipótesis fueron propuestas originalmente por Krascheninnikoff 1894: 176 s., y aparecen recogidas y desarrolladas con paralelos epigráficos por Edmondson 1997: 99 ss.

²¹ Este porcentaje podría ser incluso más elevado, si tenemos en cuenta que algunas de las inscripciones están parcialmente dañadas (n.º 9 y 37) y puede que sólo tengamos el registro de una parte del *cursus*.

²² Beurlier 1891: 178; Jullian 1896: 1186; Etienne 1958: 236; Rodríguez Neila 1981: 97; Curchin 1990: 43. *Contra*: Toutain 1907: 158 ss.; Delgado Delgado 1998: 65 (n. 1), 95 y 141 s.

de que el único cargo público que ejerció a lo largo de su vida fue el de *flamen Divi Vespasiani*, porque es el único honor que aparece en su epígrafe funerario (murió a los 34 años).

Atendiendo al rango de los cargos ejercidos, se distinguen 4 tipos básicos de *cursus* desarrollados por los flámines²³:

tipo a) *cursus* local + *cursus* ecuestre + flaminado provincial

Nombre [n.º]	Lugar	Cargo	af	df
[—] Modestus [34]	Emerita	Ilvir praef. fabr. flamen provine. Lusitan.		X X X
Aponius Capito [7]	Scallabis	Ilvir col. Aug. praef. fabrum flamen provine. Lusitaniae Divi Aug. Divae Aug.	X X	X

tipo b) *cursus* local + flaminado provincial

Nombre [n.º]	Lugar	Cargo	af	df
Albinus, Albui f. [2]	Emerita	flamen provinciae Lusitan.		X
C. Pompeius Priscus [23]	Emerita	Ilvir flam. pro. Lusit.		X X

²³ Téngase en cuenta que para el orden cronológico de los cargos he partido del supuesto de que todos los *cursus* se presentan en orden directo. Tal supuesto lo fundamento en el hecho de que todos aquellos *cursus* cuyo orden se puede determinar con certeza o mucha probabilidad (n.º 7, 10, 20, 23, 32, 34) se presentan en orden directo. Abreviaturas de las tablas: af = cargo ejercido antes del flaminado; df = cargo ejercido después del flaminado.

tipo c) *cursus* local + *cursus* ecuestre

Nombre [n.º]	Lugar	Cargo	af	df
Cn. Cornelius Severus [10]	Emerita	aed. Ilvir praefectus fabr.	x x	x
[— Boc]chus [32]	Salacia	pr. Caesarum bis [pon]t. perp. pr. fabr. V tr. mil.	x x	x x
M. Aurelius [8]	Pax Iulia	Ilvir praefec. fabr.	x	x

 tipo d) *cursus* local

Nombre [n.º]	Lugar	Cargo	af	df
Q. Iulius Plotus [20]	Olisipo	aed. Ilvir	x x	
[L.?] Iunius Philo [21]	Salacia	Ilvir	x	
[—]nius Galba [33]	Emerita	Ilvir	x	
[—] [39]	Faião	[¿n?]v.	x	
L. Porcius Himerus [25]	Salacia	Ilvir praef. pro Ilvir	x x	
[¿C. Iul?]ius Peto [19]	Pax Iulia	[Ilv]ir	x	
[—] [38]	Ossonoba	Ilvir Ossonob.		¿x?
L. Co[melius —] [11]	Salacia	Ilvir	x	
Ummidius [29]	Emerita	Ilvir		¿x?
Acilianus [31]	Pax Iulia	¿pont.?	x	
[—] [35]	Pax Iulia	pontifex	x	

Los tres primeros tipos de *cursus* son los que incluyen cargos de rango más elevado que el local, el flaminado provincial y del *cursus* ecuestre. El porcentaje de flámines que los desarrollaron es relativa-

mente importante, casi un 39% (7 casos), de lo que se puede inferir que la promoción de estos sacerdotes más allá de los puestos meramente locales no era un hecho excepcional²⁴. Ahora bien, hay también que indicar que el único cargo ecuestre ejercido en la práctica totalidad de los casos fue el de más bajo rango, el de *praefectus fabrum*. Sólo [— *Bocjchus* (n.º 32) escaló por encima de este peldaño en la jerarquía ecuestre, llegando a obtener el rango de tribuno militar. En otros casos el marco de los honores estrictamente locales se superó a través del ejercicio del flaminado provincial, sacerdocio que lograron obtener cuatro de los flámines locales.

El *cursus* estrictamente local es el que al parecer solía seguir la mayor parte de los flámines, a juzgar por los 11 ejemplos registrados (61 % de la evidencia). En él predomina muy claramente la presencia de cargos de carácter civil y, dentro de ellos, la más alta magistratura, el duovirado (en 9 de las 11 carreras). Sólo en dos de los *cursus* aparece el pontificado, de lo que quizás debe deducirse que este sacerdocio no solía formar parte de las carreras de los flámines.

La posición del flaminado respecto a los otros cargos públicos en las carreras es una cuestión importante para determinar el prestigio y la importancia del sacerdocio. Por regla general el flaminado local se ejerció siempre con anterioridad a los cargos de rango superior al local: así ocurrió con respecto al flaminado provincial, con respecto al puesto de *praefectus fabrum* (en 4 de los 5 casos) y al tribunado militar.

Una posición bien distinta es la ocupada por el flaminado frente a los cargos locales. En las 14 carreras en las que están presentes el flaminado y el duovirado, la magistratura precedió cronológicamente en 12 ocasiones al sacerdocio; además el flaminado constituyó el colofón de 10 de las 11 carreras locales. Los datos expuestos permiten considerar el flaminado como el cargo probablemente más prestigioso de cuantos ofrecían los *cursus* públicos de las ciudades lusitanas, superando en ello incluso a la principal magistratura, el duovirado.

4. *El sacerdocio: títulos y cultos*

Uno de los aspectos peor documentados de los sacerdotes de ámbito local es precisamente el que atañe más directamente a sus acti-

²⁴ Es interesante en este aspecto el contraste con la situación la Bética, donde las carreras con cargos ecuestres son extremadamente raras (Delgado Delgado 1998: 65 ss.).

vidades sacerdotales, a las prácticas culturales²⁵. Generalmente los únicos datos a través de los cuales es posible obtener información sobre estas cuestiones los proporcionan los títulos sacerdotales. Conviene, pues, presentar la relación de tales títulos (ordenados cronológicamente):

Título [n.º]	Fecha	Lugar
flamen Germ(anici) Caesaris [20]	14-19	Olisipo
flamen Iuliae Aug(ustae) in perpetu(u)m [20] flamen Iuliae Augustae [10]	14-29 14-29	Olisipo Emerita
[fl]amen Ti(berii) Caesaris Aug(usti) [8]	14-37 (reinado Tiberio)	Pax Iulia
flam(en) Divi Aug(usti) [18] [flamen D]ivi Augusti [33] [f]lamen Divi Augusti [34] ex d.d. [fl]amen Divi August[i] [p]erpet[uus] [21]	Tiberio o Claudio Tiberio o Claudio Tiberio o Claudio Tiberio o Claudio	Armês Eméríta Emerita Salacia
¿flamen p(erpetuus) Divae Aug(ustae)? [2]	c. año 42	Emerita
flamen col(oniae) [7] flam(en) col(oniae) [23] flamen [29] [fl]am[en] [38] flam[en —] [11] flam(en) Pacis Iuliae [35] ¿fla[m(en)] r(ei publicae) Pac(ensis) Iuli(ae)?[31]	año 48 no anterior a Vespasiano ? 9 7 7 ?	Scallabis Emerita Emerita Ossonoba Salacia Pax Iulia Pax Iulia
flamen perp(etuus) [32] flamen [¿perpetuus?] [35]	Iª mitad s. I 7	Salacia Pax Iulia
fla(men) Divi Vesp(asiani) [28]	Tito o Domiciano	Lourel
fla(men) Aug(¿usti/alis/orum?) [39]	7	Faião
flamen Divorum bis [25] [flam(en) Divoru]m Aug(ustorum) [9] flamen [D]ivorum [19] flamen [¿Div? / ¿August?]orum [37]	posterior a Claudio posterior a Claudio posterior a Claudio 7	Salacia Pax Iulia Pax Iulia Bobadela

²⁵ Cf Delgado Delgado 1998: 155; *id.* 2000b, cap. 4.4.

La relación cronológica de los distintos tipos distintos de títulos registrados (10 en total) es especialmente ilustrativa de la evolución del culto imperial de rango local en las ciudades de la provincia. Los títulos más antiguos, de época de Tiberio y Claudio, claramente indican que las actividades cultuales de los flámines se vincularon al culto específico de ciertos miembros de la casa imperial, tanto vivos (Germánico y Julia Augusta) como divinizados (Augusto y posteriormente - bajo Claudio - quizás también su mujer, Julia). Al parecer, en las primeras décadas del nuevo régimen político el culto imperial tenía un marcado carácter personal.

Desde el año 48 hay constancia de la existencia del título simple de *flamen*, sin ninguna especificación de objeto de culto, lo que probablemente hay que interpretar como un indicio de una tendencia evolutiva del culto hacia formas más colectivas ya desde la época de Claudio. La presencia del título *flamen Divorum* y la extensión del título simple de *flamen* indican sin lugar a dudas la consolidación de esa tendencia. Esta evolución debió suponer un cambio en las competencias de los flámines, ahora relacionadas con la gestión de un culto colectivo que tendría que integrar tanto a los miembros vivos como a los deificados de la casa imperial²⁶. A pesar de que esta parece que fue la regla general, títulos como el de *flamen Divi Vespasiani* hacen suponer que ciertos emperadores pudieron gozar aún del privilegio de un culto individual, personal.

Un título muy interesante es el de *flamen luliae Augustae*, documentado en *Olisipo* y *Emerita*, pues parece demostrar que al menos en esas ciudades no se había instituido aún (reinado de Tiberio) el flaminado femenino (por ello fueron *flamines* quienes se ocuparon del culto de una mujer de la casa imperial)²⁷. En este sentido encuentro un paralelismo muy claro con el flaminado provincial (que tal vez ejerció cierta influencia sobre el local), donde he comprobado la precedencia del masculino (desde Tiberio) sobre el femenino (desde Vespasiano)²⁸.

Aparte del objeto de culto, los títulos flaminales sólo aportan información sobre otro aspecto del sacerdocio, el de su duración. El título *flamen perpetuus* (con sus variantes) es totalmente explícito sobre el carácter temporal del cargo. La ya comentada integración del sacer-

²⁶ Cf Etienne 1958: 234 s.; Delgado Delgado 1998: 62, 68 s y 70 ss.

²⁷ En el mismo sentido ya Hirschfeld 1866: 48, n. 2.

²⁸ Delgado Delgado 1999: 435, 441, 443 ss.

docio en las carreras de los notables locales y los datos al respecto de otras provincias son buenos argumentos para considerar el sacerdocio como un cargo anual. La “perpetuidad” sería un honor concedido a ciertos flámines una vez finalizado el ejercicio de sus funciones, que suponía quizás la permanencia de la dignidad sacerdotal²⁹.

2. *Flaminicas*

El flaminado local femenino está representado por las inscripciones de 6 flaminicas ³⁰, que se presentan en la siguiente tabla.

Título	Nombre (otros sacerdocios) [n.º]	Lugar	Datación
flaminic[a]	[Gel]lia Vegeta [16]	Olisipo	época de Adriano
flamin. [mjunicipi sui prim [a] et perpetua	Domitia L.f. Proculina ([f]laminica provin[c.] Lusitan.) [13]	Caesarobriga	no anterior a Vespasiano
flaminica col. Emeritensis perpet. e municipi. Salacien.	Flavia L.f. Rufina (flaminica provine. Lusitaniae) [14]	Salacia	no anterior a Vespasiano
flaminica Ebore(n)si	Laberia L.f. Galla (flaminica prov. Lusitaniae) [22]	Colippo / ¿Ebora?	no anterior a Vespasiano
flaminica	Iulia Modesta [17]	Bobadela	
flam. perp.	Val. Vini[c]iana [30]	Aug. Emérita	

1. *Cronología*

La única inscripción datada con cierta precisión permite asegurar, al menos, la existencia del flaminado femenino en época de Adriano. Si

²⁹ Sobre la duración de los sacerdocios de rango local: Delgado Delgado 1998: 148 ss. (con bibliografía y discusión) y Delgado Delgado 2000: apdo. 3.3.

³⁰ Como en el caso de los flámines, las inscripciones de autenticidad dudosa no se han tenido en cuenta ni en este cómputo ni en el estudio que se desarrolla a continuación. La discusión sobre los problemas de estos epígrafes se presenta en el listado general final (a) y c)).

junto a esta fecha se tiene en cuenta los indicios ya comentados sobre la probable inexistencia de flaminicas en época de Tiberio, se podría hipotetizar que este sacerdocio femenino debió empezarse a adoptar en las ciudades de la provincia en unas fechas comprendidas entre la época de Claudio y la de los emperadores flavios.

En otros tres casos el título *flaminica provinciae Lusitaniae* proporciona un probable término *post quem*, Vespasiano, para fechar esos documentos^{31 32}.

2. Origen y condición social

Las inscripciones flaminiales proceden de 6 (¿7?) ciudades distintas, repartidas entre los tres *conventus* de la provincia:

Conventus Emeritensis: Augusta Emerita {col. en 25 a.e.}; Caesaro-briga {mun.²²}.

Conventus Pacensis: Ebora³³ {mun. anterior 27 a.e.}; Salada (mun. de CJsar).

Conventus Scallabitanus: Bobadela; Collippo {mun.}\ Olisipo {mun.c.R. anterior 27 a.e.}.

Como en el caso de los flámines se comprueba que las ciudades son todas de condición jurídica privilegiada (colonial o municipal), lo que quizás sea indicio de la necesidad de tal condición para la existencia de este sacerdocio.

A pesar de la falta de información expresa sobre la *origo* de estas mujeres hay datos (ver listado final) para creer que todas ellas debieron ser originarias de las ciudades de procedencia de sus epígrafes.

La onomástica de las flaminicas sigue fielmente el modelo tradicional romano, tanto en la estructura {*nomen* + *cognomen* - con o sin filiación} como en la propia procedencia de los nombres (todos

³¹ Delgado Delgado 1999: 442 s.

³² No se conoce con seguridad la fecha de obtención del estatuto de *municipium*. La presencia de la tribu *Quirina* en la ciudad no es argumento decisivo, como se ha supuesto (Etienne 1958: 167), para fechar su municipalización en época flavia (cf Galsterer 1971: 68; Wiegels 1985: 74; Alföldy 1987: 59).

³³ Hay dudas sobre la autenticidad de esta inscripción (ver listado final), que registra a la misma flaminica que aparece en un epígrafe de *Collippo*.

latinos), lo que sin duda es un claro indicador de la total integración de estas mujeres en los nuevos modelos impuestos por la romanización.

Las referencias epigráficas sobre los vínculos familiares de las flaminicas, aunque limitadas, son suficientes para confirmar la pertenencia de estas sacerdotisas a familias relevantes de sus ciudades³⁴. *Gellia Vegeta* estaba casada con *M. Gellius Rutilianus*, magistrado (*Ilvir*) de *Olisipo* en época de Adriano; *Domitia Proculina* probablemente fue pariente de *Domitia Attia*, mujer de un magistrado local de *Caesaro-briga*; *lulia Modesta* fue esposa del flamen provincial *Sex. Aponius Scaevus Flaccus*³⁵.

3. Las “carreras” de las flaminicas

Las flaminicas eran mujeres bien integradas en la vida pública de sus ciudades y también de la provincia, con una clara voluntad de participar activamente en estos ámbitos y obtener por ello un reconocimiento³⁶. Así lo demuestran las particulares carreras que desarrollaron algunas de ellas, vinculadas al ejercicio de varios sacerdocios (únicos cargos públicos, por otro lado, accesibles a las mujeres). Cabe recordar que tres de ellas llegaron a obtener el flaminado provincial (*Domitia Proculina*, *Flavia Rufina*, *Laberia Galla*), lo que quiere decir que su prestigio y fama traspasaron los límites de sus propias comunidades de origen. Una de éstas (*Flavia Rufina*), además, ejerció dos flaminados de rango local, en *Emerita* y *Salada* (*flaminica coloniae Emeritensis perpet(ua) et municipi(i) Salacien(sis)*); otra (*Domitia Proculina*) tuvo el privilegio de ser la primera flaminicia de su municipio, concediéndosele posteriormente el honor de la perpetuidad.

4. El sacerdocio

Los aspectos concernientes a las prácticas culturales de las flaminicas, es decir, los que tienen que ver específicamente con sus activi-

³⁴ Cf. Toutain 1907: 168 s.; Etienne 1958: 246; Mirón Pérez 1996: 162 s.; Delgado Delgado 1998: 74 s.; *id.* 1999: 443 s.

³⁵ Referencias documentales en listado final.

³⁶ Cf. Mirón Pérez 1996: 211 ss.

dades sacerdotales, son en gran medida desconocidos por no haber quedado apenas datos de ellos en la epigrafía.

Se registran tres tipos distintos de títulos (con variantes) entre estas sacerdotisas, *flaminica*, *flaminica perpetua*, *flaminica prima*, ninguno, como se ve, incluye el objeto de culto. La uniformidad de los títulos y su comparación con los de los flámines sugiere que reflejan un momento en el que el culto imperial ha evolucionado hacia formas colectivas; las funciones cultuales de las flaminicas implicarían el culto conjunto de las mujeres de la casa imperial (tanto de las augustas como de las muertas y divinizadas). La adopción del flaminado femenino en las ciudades de la provincia, probablemente en una época más tardía que el masculino, habría significado un reparto de las obligaciones rituales entre flámines y flaminicas, adaptándose así a la práctica habitual en la gestión del culto imperial que se atestigua de forma general en las provincias del imperio³⁷.

Los títulos y carreras de las flaminicas informan también sobre la temporalidad del sacerdocio: *flaminica municipi sui prima et perpetua* (n.º 13), *flaminica coloniae Emeritensis perpetua et municipii Salaciensis* (n.º 14), *flaminica perpetua* (n.º 30). El honor de la “perpetuidad”, el adjetivo “*p r i m a*”, la sucesión de flaminados o el acceso al flaminado provincial son pruebas precisas de la duración limitada del sacerdocio, que probablemente fue la de un año³⁸.

Finalmente cabe añadir que todo lo expuesto hasta ahora constituye un cúmulo de pruebas, en mi opinión concluyente, sobre la independencia del flaminado femenino de todo lazo conyugal y sobre la funcionalidad de tal sacerdocio³⁹.

III. Sacerdotes de tradición oriental

Los sacerdotes de este tipo conocidos por la epigrafía pertenecen a los cultos de Cibeles (5) y Mitra (1).

³⁷ Hirschfeld 1866: 48 s.; Herbst 1883: 11; Beurlier 1891: 174 s.; Geiger 1910: 3 ss.; Etienne 1958: 247; Ladage 1971: 42 ss.; Delgado Delgado 1998: *passim*.

³⁸ Véase al respecto en el capítulo dedicado a los flámines.

³⁹ Sobre esta cuestión ver ahora Delgado Delgado 1998: 143 s., con discusión y bibliografía.

1. *Sacerdotes de Cibeles*

Los datos fundamentales sobre los cinco sacerdotes conocidos se exponen en la tabla que sigue:

Título	Nombre [n.º]	Contexto ritual	Lugar	Datación
arcigallus	Publicius Mysticus [27]	tauribolium	Aug. Emerita	fin s. II
sacerdos	Docyricus Valerianus [12]	tauribolium	Aug. Emerita	fin s. II
sacerdos	L. Agrius [3]	crinobolium	Ossonoba	fin s. II o comienzo s. III
sacer.	L. Antist. Avitus [5]	criobolium	Pax Iulia	¿mediados s. II?; ¿s. III?; ¿s. IV?
sacer.	G. Antist. Felicissimus [6]	criobolium	Pax Iulia	¿mediados s. II?; ¿s. III?; ¿s. IV?

A pesar de ser relativamente escasos los testimonios de sacerdotes de Cibeles en Lusitania⁴⁰, las tres inscripciones conocidas aportan valiosos detalles sobre las prácticas rituales, lo que ha de considerarse un hecho excepcional sobre todo si se compara con el habitual silencio que sobre estos aspectos guardan los epígrafes de los sacerdotes de tradición romana.

La inscripción de *Emerita*, fechada paleográficamente hacia finales del siglo II, muestra la colaboración de un *sacerdos* y un *arcigallus (sic)* en la celebración de un ritual taurobólico con ocasión del “natalicio” (*sui natalici*) de *Valeria Avita*, la dedicante. La expresión *sui natalici* hace referencia explícita al concepto místico de “renacimiento a una vida nueva” que asume el fiel de la diosa frigia y experimenta físicamente a través del “bautismo” de sangre que recibe en el ritual⁴¹.

⁴⁰ Pero compárese con el caso de la vecina provincia de la Bética, donde sólo se conocen tres sacerdotes de Cibeles, uno de los cuales ni siquiera atestiguado de forma segura (Delgado Delgado 1998: 116 s.).

⁴¹ Turcan 1992: 58 y 64. Cf E. Hübner y Th. Mommsen (*ad* CIL II, 5260); García y Bellido 1967: 49.

La onomástica del *arcigallus*, *Publicius Mysticus*, sugiere que se trata de un liberto de origen oriental, aunque hay que tener en cuenta que este título sacerdotal implicaba siempre, en función de los datos que se tienen, la posesión de la ciudadanía romana⁴². Por su parte, el nombre del *sacerdos*, *Doccyricus Valerianus*, hace pensar en un indígena romanizado⁴³, lo que sería una muestra, si así fuera, del interés del culto entre los nativos de la provincia.

El epígrafe de *Fax lulia*, de datación discutida (¿s. III?; ¿s. IV?), reproduce el mismo “escenario místico” que el de *Emerita*; se trata también de la celebración de un “renacimiento” (mediante un *criobolium*, en este caso) que esta vez tiene como “beneficiarios” a una pareja formada por padre e hijo (*duo Irinaei, pater et filius*) y como oficiantes a dos *sacerdotes* que podrían ser hermanos o tal vez padre e hijo (*L. Antist(ius) Avitus* y *G. Antist(ius) Felicissimus*). De estos últimos es destacable su probable condición de ciudadanos romanos (en función de la presencia de *tria nomina*) y su propia relación parental, datos que hablan de la composición social del sacerdocio e informan de la existencia de ciertas “familias sacerdotales”.

Una tercera inscripción, procedente de *Ossonoba* y parcialmente dañada, presenta al *sacerdos* *L. Agrius* [—] en el contexto ritual de un *crinobolium*, quizás en beneficio propio (no aparecen otros personajes).

Aparte de los sacerdotes propiamente dichos, se atestigua en una inscripción de *Olisipo* fechada en el año 108 (datación consular) el título-dignidad de *cernophor(a)*, extraordinariamente raro en la epigrafía del culto de la diosa frigia⁴⁴. Su portadora, *Fl(avia) Thyche* (n.º 15), una liberta de origen oriental, debía participar en el culto como portadora de ofrendas, a juzgar por la etimología del título⁴⁵.

⁴² Latte 1960: 259 ss.; Thomas 1982: 1525 ss.; Turcan 1992: 54 ss.

⁴³ Y no oriental de origen servil, como piensa Alvar (1993: 808 s.), quien sugiere además, en función del *cognomen*, una antigua relación de dependencia con *Valeria Avita*. Schillinger (1979: 50 s., n.º 5) cree, por su parte, que probablemente era un *servus publicus*.

⁴⁴ De hecho sólo se conoce una mujer más vinculada al culto de Cibeles con este título (CIL X, 1803).

⁴⁵ La escasez de evidencia documental impide conocer las funciones precisas de ésta y otras categorías de personal cultual (por ej. *apparatores*, *hymnologoi*, *tibicines* o *cymbalistriae*) vinculado al culto frigio (cf. Thomas 1982: 1532 s.).

2. *Sacerdotes de Mitra*

El sacerdocio mitraico está solamente representado en la provincia por *G. Accius Hedychrus* (n.º 1), conocido a través de cuatro inscripciones de *Emerita*⁴⁶. Esta escasez de testimonios ha de ponerse en relación con la muy limitada difusión que según los datos disponibles debió conocer este culto en Lusitania. *Emerita* es la única ciudad donde parece haber indicios suficientes para creer en la existencia de una comunidad mitraica, que probablemente debió contar al menos con un *mithraeum*⁴⁷. Precisamente algunos de esos indicios están vinculados al personaje aquí tratado: estatua en mármol blanco de un *dadophoros* consagrada a Mitra (*invicto sacrum*) (inscr. n.º 1); estatua en mármol blanco de Mercurio sedente (dios del planeta ligado al primer grado de la iniciación mitraica) (inscr. n.º 3); estatua en mármol blanco de *Oceanus* consagrada a Mitra (*invicto deo Mithrae sacr(um)*) (inscr. n.º 4). A estas tres estatuas, costeadas seguramente por el propio *Hedychrus*, hay que añadir una ara de mármol que rememora el nacimiento divino de Mitra (*aram genesis invicti Mithrae*), erigida por *el frumentarius leg(ionis) M. Val(erius) Secundus* bajo la supervisión de *Hedychrus* (inscr. n.º 2). Estos monumentos hablan por sí mismos de la posición preeminente de este liberto de origen oriental en la comunidad mitraica de la ciudad, situación que se ve confirmada igualmente a través de las dignidades obtenidas: ya en el año 155 aparece como *pater*, séptimo y último grado en la jerarquía iniciática del culto, y posteriormente como *pater patrum*, título supremo que le confiere el más alto rango posible en la religión del dios persa^{46 47 48}.

⁴⁶ No se ha incluido al *magis[t]er sodalicium(m) Bracarorum* de *Pax Iulia*, que tradicionalmente se ha relacionado con el culto de Mitra (así Vermaseren 1960: 35, n.º 801 bis; García y Bellido 1967: 34 s., n.º 15; Alvar 1981: 53, n.º 14 - con dudas -; Bendala 1986: 397, n.º 2), porque la revisión del texto llevada a cabo por Edmondson (1984) ha demostrado que no hay argumentos sólidos para seguir defendiendo la vinculación con dicho culto ni tampoco para considerar el título indicado propio de una asociación de carácter religioso. Clauss 1992 no incluye el título en sus listas.

⁴⁷ García y Bellido 1967: 26 ss.; Bendala 1986: 395 ss.

⁴⁸ Sobre la jerarquía iniciática y sus contenidos rituales ver Turcan 1992: 229 ss.

IV. Sacerdotes de tradición indígena

Sólo una inscripción confirma la existencia de este tipo de sacerdotes en la provincia. Se trata de un documento en muy mal estado de conservación que procede de Cabeço dos Tiros (Penha Garcia, Idanha-a-Nova) (n.º 26). El texto (según la lectura de Garda) está encabezado por el nombre de la diosa lusitana *Trebaronna* seguido de lo que podría ser el nombre de una mujer, *Frota, Tancini* /, el título *sacerdos* y el nombre del dedicante, *G. Fron(tonius) Camal(us)*. Tanto el nombre de la divinidad como la filiación de la sacerdotisa y el nombre del dedicante remiten claramente al mundo indígena⁴⁹.

V. Sacerdotes de tradición desconocida

Se incluye aquí una inscripción extremadamente fragmentada procedente de Sobreiral (Ninho do Açor) (n.º 36) en la que lo único que se lee es *[sa]cerdo(s) h[os]tiam ded[ic]avit*. J. d'Encamação⁵⁰ sugiere que remite a un contexto indígena, tanto por la presencia del título *sacerdos* como por la de la palabra *hostia* (que se documenta en una inscripción de una divinidad indígena - *Reva Langanitaecus* - de la misma zona), llegando a proponer que podría tratarse de una dedicación a divinidades locales como *Arentius* o *Arentia*, documentadas también en Ninho do Açor. En mi opinión estos argumentos no son suficientes para vincular el texto con el mundo indígena. *Sacerdos* fue un título que se aplicó a sacerdocios de muy diversa tradición (romana, indígena, oriental)⁵¹ y no hay ninguna razón objetiva en este caso para relacionarlo especialmente con la tradición indígena: en esta misma provincia hay cinco *sacerdotes* de tradición oriental por una única *sacerdos* de tradición indígena. La palabra *hostia* es un término de origen latino que designa de forma genérica a la víctima animal del sacrificio⁵² y su simple empleo presupone ya al menos cierto grado de romanización.

⁴⁹ Cf Abascal 1994: 313 s. y 522 s.

⁵⁰ 1989.

⁵¹ Delgado Delgado 1998: 22 ss., con ejemplos.

⁵² Marquardt 1885: 171 s.; Wissowa 1912: 412 ss.; Latte 1960: 279 s.; Benveniste 1983: 61 s.

VI. Consideraciones finales

El número total de sacerdotes de rango local registrados en Lusitania asciende a 39, lo que significa que se conoce sólo una muy pequeña fracción de los fastos sacerdotales de las ciudades de la provincia. A pesar de ello, la dispersión espacial y temporal de los testimonios les asegura al menos una relativa representatividad y, por tanto, también a las conclusiones históricas extraídas de su análisis.

Las ciudades de la provincia han proporcionado ejemplos de “sacerdotes de tradición romana” (I), “sacerdotes de tradición romana vinculados al culto imperial” (II), “sacerdotes de tradición oriental” (III) y “sacerdotes de tradición indígena” (IV), si bien el número de sacerdotes de cada una de las categorías no está en absoluto equilibrado. La categoría II es, con diferencia, la mejor representada, con 22 flámines y 6 flaminicas, lo que supone un 68.2% del total general; la categoría III, cuenta con 6 sacerdotes, un 14.6% del total; la categoría I presenta tan solo 5 ejemplos (y no todos completamente seguros), un 12.1% del total y, finalmente, la categoría IV, con un único testimonio, un 2.4% del total.

La clara preeminencia de la categoría II sobre el resto ha de tener necesariamente como fundamento el mayor desarrollo del culto imperial en las ciudades de Lusitania en relación con el resto de los cultos, al menos desde el punto de vista de su organización. La comparación con la situación de la Bética, donde las diferencias entre las categorías I y II son mucho menos acusadas⁵³, permite intuir que el menor grado de romanización de Lusitania ha influido en el mayor auge de los sacerdocios de culto imperial frente al resto de sacerdocios de tradición romana.

Con respecto a la categoría I, es especialmente destacable la ausencia de augures, dado que teóricamente habría que esperar su presencia al menos en municipios y colonias. En las otras dos provincias hispanas hay muy pocos documentos conocidos relativos a augures, concretamente sólo 6; este limitado número de testimonios en mi opinión no se debe a otra razón que el propio azar que preside habitualmente el hallazgo del documento epigráfico⁵⁴.

⁵³ Datos en Delgado Delgado 1998: *passim* y especialmente 137 ss.

⁵⁴ Sobre los augures y el augurado en la Hispania romana, ver ahora Delgado Delgado 2000.

Finalmente, me parece de especial interés el epígrafe de la categoría IV, porque a pesar de su carácter singular confirma de forma explícita la existencia de un sacerdocio de tradición indígena en Lusitania, lo que ha de tenerse en cuenta en el contexto del debate historiográfico sobre la presencia o no de especialistas religiosos entre los celtas hispanos y, más concretamente, entre los lusitanos. A los datos aportados en favor de su existencia por F. Marco Simón o M. García Quintela⁵⁵ a luz de la comparación con otras áreas de tradición céltica de Europa, ha de sumarse ahora este testimonio, que posee el valor de ser un documento epigráfico (esto es, un documento rigurosamente histórico) generado en un ambiente indígena de la propia Lusitania en época imperial romana.

VII Listado alfabético general de los sacerdotes de rango local de Lusitania

Las entradas se rigen por orden alfabético de *nomina* o, en su defecto, por el de *cognomina*. La información que se ofrece en cada entrada es la siguiente:

a) número de orden y nombre del sacerdote o sacerdotisa; b) lugar de procedencia de la inscripción. Se indica el nombre antiguo, si se conoce, y el nombre actual, provincia o freguesia, concelho y distrito, según proceda; c) bibliografía epigráfica⁵⁶. La lectura preferida se presenta en primer lugar y el resto entre corchetes y ordenadas cronológicamente. Cuando hay más de una inscripción del mismo personaje cada una de ella se numera; cuando dos lecturas difieren sensiblemente se identifica cada una de ellas con las letras (a) y (b); d) bibliografía prosopográfica, ordenada cronológicamente; e) *origo* del personaje; f) título o *cursus*; g) contexto ritual, cuando se especifica en la inscripción; h) fecha.

⁵⁵ 1994: 372 ss. y 1999: 225 ss., respectivamente.

⁵⁶ La revisión de la documentación epigráfica se ha realizado en el Fichero Central de *CIL II*, Universidad de Alcalá, y deseo agradecer aquí a su director, el Dr. Armin Stylow, y a su colaboradora, la Dra. Helena Gimeno, las facilidades que me han proporcionado para desarrollar esta labor. Las abreviaturas epigráficas utilizadas se desarrollan en el capítulo VIII.

Al final del listado se incluyen las entradas extraídas de inscripciones de autenticidad cuestionada, a cada una de las cuales se le ha asignado una letra minúscula para diferenciarlas de las anteriores.

1. G. Accius Hedychrus

Augusta Emérta (Mérida, Badajoz).

1ª. ERAE 21 [AE 1919, 87; HAE 2691]; 2ª. ERAE 20 [AE 1905, 25; HAE 666; ILER 278]; 3ª. ERAE 19 [HAE 1636]; 4ª. ERAE 22 [AE 1905, 26; HAE 1637].

Vasconcelos 1913: 336 s.; García y Bellido 1949: n.º 66, 108, 120; Vermaseren 1956: 272 ss. (n.º 773-774, 778-781, 793); García y Bellido 1967: 27 s. (n.º 1-4); Campbell 1968: 276; Le Roux 1972: 134 s. (n.º 29); Alvar 1981: 51 s. (n.º 1-4); Merkelbach 1984: 326; Bendala Galán 1986: 395 s. (n.º 1-4); Francisco Casado 1989: 33 ss., 51 ss.; Clauss 1992: 74; Alvar 1993: 791 s. y 802 s.; Klementa 1993: 74.

Origo: desconocida; el *cognomen* (ejemplo único en la epigrafía de Hispania) es de origen griego u oriental (Abascal 1994: 383, s.v.).

Título: *pater* (1ª, 2ª, 3ª); *p(ater) patrum* (4ª).

Fecha: año 155, era local (2ª, 3ª).

2. Albinus Albui f.

Augusta Emérta (Mérida, Badajoz).

ERAE 50 + Trillmich 1993: 119, n. 16 (a); Edmondson 1997 (b).

Ciccotti 1891: 46; Krascheninnikoff 1894: 176-177; Kornemann 1901: 122; Toutain 1907: 133 y 139; Etienne 1958: 122-125 y 151; Deininger 1965: 29 y 131, n. 5; Fishwick 1970; Fishwick 1987: 157-158; Ramírez Sádaba 1993: 393; Francisco Martín 1996: 134; Delgado Delgado 1999: 445 s., n.º 1.

Origo: quizás de *Emérta*, ciudad donde se documentan tres *Albini* más (Abascal 1994: 264 s.).

Cursus: *flamen p(erpetuus) Divae Aug(ustae), [flamen] provinciae Lusita[n(iae)]*⁵¹ o *flamen D[ivi Augusti et] Divae Aug(ustae) provinciae Lusitaniae* (b).⁵⁷

⁵⁷ Según la lectura propuesta por (a) el título del personaje sería *flamen p(erpetuus) Divae Aug(ustae) provinciae Lusita[n(iae)]*. Dado que la expresión *p(erpetuus)* no se entiende en relación con un flaminado provincial, una posible explicación podría ser, como ya expuse en otro lugar (Delgado Delgado 1999: 442), que en realidad no se trate de un único título, sino de dos, pero que se han redactado de una forma que resulta confusa, quizás en un intento de abreviar el formulario. *Albinus* portaría, siguiendo esta hipótesis, un título local, *flamen p(erpetuus) Divae Aug(ustae)*, y otro provincial, *[flamen] provinciae Lusita[n(iae)]*.

Fecha: la presencia de la fórmula *Divus Aug.-Diva Aug.* sitúa la inscripción probablemente en los años inmediatamente posteriores al 42, fecha de la *consecratio* de Livia.

3. L. Agrius [—]

Ossonoba (Faro).

IRCP 1 [HAE 2699; RAP 456].

García y Bellido 1967: 51 s. (n.º 9); Duthoy 1969: 37 (n.º 77);

Schillinger 1979: 56 (n.º 25a); Encarnação 1981: 24 s.; Vermaseren 1986: 67 (n.º 181); Bendala Galán 1986: 391 (n.º 9); Alvar 1993: 799 (n.º 31) y 810.

Origo: ¿*Ossonobal*.

Título: *sacerdos* de Cibeles.

Contexto ritual: *crinobo[l(ium) f(ecit)?]*.

Fecha: “seguramente do séc. III” (IRCP). Segunda mitad del s. II o comienzos s. III (Vermaseren).

4. L. Antestius Persicus Papiri<a>

Augusta Emérita (Mérida, Badajoz).

ERAE 145 [AE 1952, 117].

García y Bellido 1949: 294 s., n.º 285; Curchin 1990: n.º 350; Francisco Martín 1996: 133.

Origo: *Emeriten(sis)*.

Cursus: *Ilviral(is), pont(ifex) perpetuus*.

Fecha: mediados del s. III, por la tipología del monumento (García y Bellido). García Iglesias (ERAE) sugiere que la paleografía permite una cronología anterior.

5. L. Antist(ius) Avitus

Pax Iulia (Beja).

IRCP 289 [HAE 2697; AE 1956, 255; RAP 457].

Vasconcelos 1935: 255 ss.; Lambrino 1953: 101 s.; García y Bellido 1967: 50 s. (n.º 7); Duthoy 1969: 37 (n.º 78) y 102; Schillinger 1970: 52 (n.º 13-16); Dias 1981: 33 y 35; Bendala Galán 1986: 391 (n.º 7); Vermaseren 1986: 68 (n.º 182); Alvar 1993: 795.

Origo: ¿*Pax Iulial*.

Título: *sacer(dos)* de Cibeles.

Contexto ritual: *criobolium* (junto con el n.º 6).

Fecha: mediados s. II, por criterios paleográficos (Lambrino, IRCP, RAP); mediados s. II o s. III, por criterios paleográficos (Dias; cf. Alvar); entre 319-390 (Duthoy, Schillinger); s. IV (Vermaseren).

6. G. Antist(ius) Felicissimus
Pax Iulia (Beja).
 IRCP 289 (ver n.º 5).
Origo: *¿Pax Iulial*.
 Título: *sacer(dos)* de Cibeles.
 Contexto ritual: *criobolium* (junto con el n.º 5).
 Fecha: ver n.º 5.

7. [—]Aponius⁵⁸[—]Cjapito
Scallabis (Santarém).
 RAP 546 (=HEp 4, 1994, 1084) [HAE 2640; AE 1966, 177; ILER 5540;
 Cruz 1986: 116-117; Trillmich 1993: 120, n. 18].
 Fishwick 1987: 157; Curchin 1990: n.º 333; Castillo 1991: 247; De-
 mougín 1992: n.º 463; Delgado Delgado 1999: 446 s., n.º 2.
Origo: probablemente *Scallabis*, pues se trata de una dedicación oficial
 ordenada por el senado local.
Cursus: *Ilvir col(oniae) Aug(ustae) [—], praef(ectus) fabrum, flamen*
col(oniae) Aug(ustae) I(uliae) [S(callabis)?], flamen provinc(iae) Lusitaniae
Divi Aug(usti) Divae Aug(ustae).
 Fecha: año 48 (datación consular⁵⁹).

8. M. Aurelius C. f. Gal.
Pax Iulia (Beja).
 IRCP 236 [CIL II, 49; ILER 1557; RAP 529].
 Herbst 1883: 6; Ciccotti 1891: 4; Fiske 1900: 106; Geiger 1913: 8;
 Etienne 1958: 199; Curchin 1990: n.º 379; Demougín 1992: n.º 288; Francisco
 Martín 1996: 124.
Origo: probablemente *Pax Iulia*, por la tribu (Wiegels 1985: 116).
Cursus: *Ilvir, flamen Ti(berii) Caesaris Aug(usti), praefec(tus) fabr(um)*.
 Fecha: época de Tiberio (14-37), por el título flaminial.

9. L. Cl[—]us M. f. Gal. Salvianus
Pax Iulia (Beja).

 IRCP 238 [CIL II, 51; ILER 1583; RAP 530].
 Ciccotti 1891: 4; Geiger 1913: 25; Etienne 1958: 200; Francisco Martín
 1996: 125.

⁵⁸ El *nomen* podría ser también *[Po]mponius*, como lee Cruz.

⁵⁹ Castillo 1991: 247 indica correctamente (ver Degrassi 1952: 14) que el *praeno-*
men del segundo cónsul no era *G(aius)*, como aparece en el epígrafe, sino *L(ucius)* la
 mejor solución para este problema, explica, sería pensar en un error del lapicida.

Origo: probablemente *Pax Iulia*, por la tribu (ver n.º 8).

Cursus: *[flam(en) Divorujm Aug(ustorum) [—]]* (cf n.º 19).

Fecha: desconocida; el título flaminial es necesariamente posterior a Claudio.

10. [C]n. Cornelius Cn.f. Pap. Severus

Augusta Emérita (Mérida, Badajoz).

Trillmich 1993: 120, n.º 22 [AE 1915, 95; ILER 1558; ERAE 95].

Etienne 1958: 199; Wiegels 1985: 78 s.; Curchin 1990: n.º 332; Francisco Martín 1996: 133; Delgado Delgado 1999: 442.

Origo: probablemente *Emérita*, cuya tribu es la *Papiria* (Wiegels).

Cursus: *aed(ilis), Ilvir, [fljamen Iuliae Augustae, praefectus fabr(um)]*.

Fecha: entre el año 14 y el 29, por el título flaminial.

11. L. Co[rmelius —]⁶⁰

Salada (Alcácer do Sal, Setúbal).

IRCP 188 [Faria 1984: n.º 40; AE 1985, 499; RAP 527].

Curchin 1990: n.º 390; Delgado Delgado 1999: 448, n. 25.

Origo: quizás *Salada*, de donde procede la inscripción.

Cursus: *Ilvir [—], flam[en —]*.

Fecha: desconocida.

12. Doccyricus⁶¹ Valerianus

Augusta Emérita (Mérida, Badajoz).

ERAE 16 [CIL II, 5260; ILS 4156; ILER 291].

Vasconcelos 1913: 331 s.; Lambrino 1954: 9 s.; García y Bellido 1967: 48 s., n.º 4; Duthoy 1969: 37, n.º 79; Schillinger 1979: 50 s., n.º 5; Vermaseren 1986: 69, n.º 186; Bendala Galán 1986: 391, n.º 4; Alvar 1993: 799 y 808 s.

Origo: desconocida.

Título: *sacerdos* de Cibeles.

Contexto ritual: *tauribolium*, junto con el *arcigallus Publicius Mysticus* (n.º 27).

Fecha: finales del s. II, por criterios paleográficos (CIL).

13. Domitia L. f. Proculina

Caesarobriga (Talavera de la Reina, Toledo).

⁶⁰ La identificación que se ha sugerido (IRCP, RAP) entre este personaje, el flamen local [*— Boc]chus* (n.º 32) y el flamen provincial [*—*] *Cornelius C.f. Bocchus* no tiene ninguna justificación documental a tenor del estado actual del epígrafe, muy mutilado. Ver comentario en n.º 32.

⁶¹ Antropónimo de origen indígena (Abascal 1994: 345, s.v.).

CIL II, 895 y p. 828 [Fita 1882: 258, n.º 4; ILS 6895; ILER 1661].

Ciccotti 1891: 11 y 54; Kornemann 1901: 122; Toutain 1907: 142, n. 2; Etienne 1958: 166 s.; Deininger 1965: 131, n. 5; Wiegels 1985: 74; Alföldy 1987: 59; Hoyo Calleja 1987: 115 s.; Mirón Pérez 1996: 329, n.º 2; Francisco Martín 1996: 136; Delgado Delgado 1999: 453 s., n.º 13.

Origo: probablemente de *Caesarobriga*, por el título flaminial de rango local.

Títulos: *[ff]laminica provin[c(iae)] Lusitan(iae) et flamin(ica) [m]unicipi sui prim[a] et perpetua*.

Fecha: dado que se desconoce la fecha en que *Caesarobriga* obtuvo el estatuto municipal, no se puede ofrecer una datación precisa. Por criterios prosopográficos y paleográficos, así como por la fecha de introducción del flaminado provincial femenino, el texto no puede ser anterior a Vespasiano⁶².

14. Flavia L. f. Rufina

Salada (Alcácer do Sal, Setúbal).

IRCP 183 [CIL II, 32; ILS 6893; ILER 49; RAP 267],

Ciccotti 1891: 11 y 54; Kornemann 1901: 122; Toutain 1907: 142, n. 2; Etienne 1958: 166 s., 238; Deininger 1965: 131, n. 5; Hoyo Calleja 1987: 116 ss., 188; Ramírez Sádaba 1993: 393; Francisco Martín 1996: 125; Mirón Pérez 1996: 329, n.º 3; Delgado Delgado 1999: 454 s., n.º 14.

Origo: *Emeritensis*.

Títulos: *flaminica provinc(iae) Lusitaniae, item col(oniae) Emeritensis perpet(ua) et municipi(i) Salacien(sis)*.

Fecha: no anterior a Vespasiano, por la presencia del flaminado provincial (ver n.º 13).

15. Fl(avia) Tyche

Olisipo (Lisboa).

CIL II, 179 [ILS 4099; Viera 1944: n.º 25; ILER 376; RAP 460].

Ciccotti 1891: 22; Vasconcelos 1913: 328 ss.; García y Bellido 1967: 49 s., n.º 5; Schilling 1979: 50, n.º 1; Vermaseren 1986: 68, n.º 184; Bendala Galán 1986: 391, n.º 5; Alvar 1993: 799 y 809.

Origo: desconocida (porta *cognomen* de origen griego u oriental:

Abascal 1994: 536, s.v.).

Título: *cernophor(a)* del culto de Cibeles⁶³.

Fecha: año 108 (datación consular).

⁶² Delgado Delgado 1999: 442 s.

⁶³ En el epígrafe aparecen dos personajes más, *M. Iul(ius) Cass(ianus)* y *Cass(ia) Sev(era)*, a los que Vasconcelos (también Vieira y Schillinger 1979: 50, n.º 2 y 3) considera posibles *sacerdotes*. A falta de confirmación epigráfica de los títulos la propuesta ha de considerarse hipotética.

16. [Gel]lia ⁶⁴ Vegeta*Olisipo* (Lisboa).

Lambrino 1951: 39 ss., n.º 2 [CIL II, 5218/197; Vasconcelos 1927-29: 223 s., n.º 26; Vieira 1944: 194 s., n.º 83; AE 1953, 255; ILER 4453].

Ciccotti 1891: 10; Etienne 1958: 239; Hoyo Calleja 1987: 188 s.; Curchin 1990: n.º 369; Mirón Pérez 1996: 333, n.º 52; Francisco Martín 1996: 129.

Origo: posiblemente de *Olisipo*, donde tanto ella como su marido, magistrado, ejercieron sus cargos.

Título: *flaminic[a]*.

Fecha: época de Adriano, por criterios prosopográficos. Su marido, *M. Gellius Rutilianus*, fue *Ilvir* del municipio en los años 121-122 (CIL II, 186 y 4992)⁶⁵.

17. Iulia Modesta

Bobadela (Oliveira do Hospital, Coimbra).

Amaral 1982, n.º 2 [CIL II, 397; Vasconcelos 1913: 299; ILER 6080; Anacleto 1981: n.º 1; RAP 548].

Ciccotti 1891: 10; Etienne 1958: 239; Hoyo Calleja 1987: 189 ss.; Francisco Martín 1996: 132; Mirón Pérez 1996: 333, n.º 53; Delgado Delgado 1999: 436 s. y 447.

Origo: probablemente de la ciudad (de nombre desconocido) donde se asienta la moderna Bobadela, lugar de donde procede la inscripción y donde se documenta otro epígrafe de su marido, el flamen provincial *Sex. Aponius Scaevus Flaccus* (Delgado Delgado 1999: 447, n.º 3).

Título: *flaminica*.

Fecha: desconocida. La inscripción en la que aparece con su marido no debe ser anterior a la época de Vespasiano.

⁶⁴ La lectura del *nomen* presenta problemas. Frente a la restitución de Lambrino (*/Gel]liae*), que aquí se acepta, están las de Hübner (*Caeliae*) o Vasconcelos (*Caeliae* o *Aeliae*).

⁶⁵ La afirmación de Curchin de que posiblemente fue también él flamen porque lo era su mujer, carece de fundamento. Ya se ha probado más allá de toda duda la independencia del flaminado municipal femenino respecto al masculino: Delgado Delgado 1998: 143 s. Francisco Martín sugiere un posible parentesco entre la flaminica y el flamen provincial *C. Iul(ius) Vegetus*, atestiguado en un epígrafe de S. Salvador de Aramenha (IRCP 617=CIL II, 160 y p. 809); no hay base documental para sustentar su hipótesis (sobre el flamen provincial: Delgado Delgado 1999: 450, n.º 6).

18. L. Iuliiis Maelo Caudicus

Armés (Terrugem, Sintra, Lisboa).

I^a. Ribeiro 1982/83: 173 [CILII, 260; ILER 1584; AE 1987, 478a; RAP 540]; 2^a. Ribeiro 1982/83: 180, n.º 2 [HAE 2136; ILER 127; AE 1987, 478b].

Ciccotti 1891: 3; Geiger 1913: 24; Etienne 1958: 199 s.; Mantas 1976: 157 ss.; Melchor Gil 1993/94: 338; Francisco Martín 1996: 129.

Origo: quizás de *Olisipo*, pues las inscripciones proceden del territorio del antiguo *ager Olisiponensis*. Los *cognomina* son antropónimos de origen indígena (Abascal 1994: 321 y 408, s.v.).

Título: *flam(en) Divi Aug(usti)*.

Fecha: época de Tiberio o Claudio, por el título flaminial.

19. [¿C. Iul?]*ius* C. f. [G]al. Pedo

Fax lulia (Beja).

IRCP 239 [CIL II, 53; ILS 6897; ILER 1559; RAP 531].

Herbst 1883: 7, n. 7; Ciccotti 1891: 4; Geiger 1913: 21 y 25; Etienne 1958: 200; Dardaine-Pavis d'Escurac 1986: 299 (n.º 5) y *passim*; Curchin 1990: n.º 381; Francisco Martín 1996: 125.

Origo: *Pax lulia*, por la tribu y el carácter oficial de la dedicación.

Cursus: [Ilv]ir, *flamen* [DJivorum].

Fecha: época de los julio-claudios, por criterios paleográficos (IRCP); mediados s. II, sin especificar criterios (Francisco Martín). El título *flamen Divorum* implica una fecha necesariamente posterior a Claudio.

20. Q. Iulius Q. f. Gal. Plotus ⁶⁶

Olisipo (Lisboa).

CIL II, 194 [ILS 6896; Vieira 1944: 142 s., n.º 41; ILER 5534].

Herbst 1883: 6 s.; Ciccotti 1891: 4; Fiske 1900: 106; Geiger 1913: 35; Etienne 1958: 199; Curchin 1990: n.º 366; Francisco Martín 1996: 128.

Origo: posiblemente *Olisipo*, cuya tribu es la *Galería* (Wiegels 1985: 82 ss.), donde debió desarrollar su carrera.

Cursus: *aed(ilis)*, *Ilvir*, *flamen Germ(anici) Caesaris*, *flamen Iuliae Aug(ustae) in perpetu(u)m*.

Fecha: entre el año 14 y el 19, por los títulos flaminiales⁶⁷.

21. [¿L.?] Iunius L. f. Gal. [P]hilo

Salada (Alcácer do Sal, Setúbal).

⁶⁶ Único testimonio conocido de este *cognomen* en Hispania (Abascal 1994: 461, s.v.).

⁶⁷ Julia recibió el título de *Augusta* tras la muerte de Augusto, en el año 14; Germánico murió en el año 19 (Cagnat 1914: 180 y 184).

IRCP 186 [AE 1982, 461; RAP 523].

Curchin 392.

Origo: probablemente *Salada*, cuya tribu es la *Galeria* (Wiegels 1985: 85).

Cursus: *Ilvir, ex d(ecreto) d(ecurionum) [fl]amen Divi August[i] [p]erpet[uus]*.

Fecha: época de Tiberio o Claudio, por el título flaminial.

22. Laberia L. f. Galla

Iª. *Collippo* (São Sebastião do Freixo, Leiria).

Brandão 1972: 61-66, n.º 4 [CILII, 339; ILER 1774 y p. 834; RAP 547; Wesch-Klein 1993: 175-176].

Ciccotti 1891: 10 y 54; Kornemann 1901: 122; Toutain 1907: 148; Etienne 1958: 167, 239; Deininger 1965: 131, n. 5; Hoyo Calleja 1987: 118 s., 194; Francisco Martín 1996: 131; Mirón Pérez 1996: 329, n.º 5; Delgado Delgado 1999: 455 s., n.º 16.

2ª. *Ebora* (Évora).

CIL II, 114 y p. 805 [ILER 5525; Brandão 1972: 61-66, n.º 4; IRCP, p. 442; RAP, p. 567]⁶⁸.

Origo: *Ebora*, donde ejerció el flaminado local, o quizás *Collippo*, cuyos decuriones le concedieron un homenaje postumo oficial.

Títulos: *flaminica Ebore(n)si, flaminica prov(inciae) Lusitaniae* (1); *flaminica munic(ipii) Eborensis, flaminica provinciae Lusitaniae* (2).

Fecha: desconocida (no anterior a Vespasiano, por el título provincial - ver n.º 13).

23. C. Pompeius L. f. Pap. Priscus

Augusta Emérta (Mérida, Badajoz).

ERAE 112 [García y Bellido 1966: 131-132; HAE 2358; AE 1967, 187; ILER 6404; Wesch-Klein 1993: 176; Trillmich 1993: 117-119, n. 11].

Curchin 1990: n.º 335; Ramírez Sádaba 1993: 393; Francisco Martín 1996: 133; Delgado Delgado 1999: 451 s., n.º 9.

Origo: probablemente de *Augusta Emérta*, por la tribu (que coincide con la de la colonia: Wiegels 1985: 110) y por ser esta la ciudad donde ejerció

⁶⁸ Hübner (CIL II) tenía dudas sobre la autenticidad del epígrafe, quizás recreado a partir de la inscripción de *Collippo*. Encarnação (IRCP) considera que ciertamente se trata de una creación del humanista A. Resende forjada sobre el epígrafe de *Collippo*, opinión que acepta García (RAP). Por su parte, autores como Kornemann, Etienne, Deininger, Brandão, Hoyo Calleja, Wesch-Klein, Francisco Martín y Mirón Pérez no ponen en duda su autenticidad.

sus cargos municipales; además el senado local le decretó un homenaje postumo oficial.

Cursus: flam(en) col(oniae), Ilvir, flam(en) pro(vinciae) Lusit(anie).

Fecha: no anterior a Vespasiano, por el título provincial⁶⁹.

24. ¿L. [—] Pompe<i>us [—]nus?

Augusta Emérita (Mérida, Badajoz).

Mérida 1925: n.º 907 [ERAE 600]⁷⁰.

Curchin 1990: n.º 336.

Origo: desconocida.

Cursus: [—]Ilvir [—]pontifex? —].

Fecha: desconocida.

25. L. Porcius L. f. Gal. Himerus

Salada (Alcácer do Sal, Setúbal).

IRCP 187 [CIL II, 34; ILS 6894; ILER 1585; RAP 524].

Ciccotti 1891: 4; Geiger 1913: 25; Etienne 1958: 200; Curchin 1990: n.º 391; Francisco Martín 1996: 125.

Origo: probablemente *Salada*, cuya tribu es la *Galería* (Wiegels 1985: 85) y cuya *plebs* lo homenajea *ob merita*.

Cursus: Ilvir, praef(ectus) pro Ilvir (o), flamen Divorum bis.

Fecha: s. I, por criterios prosopográficos, onomásticos y por tipología del monumento (IRCP). El título flaminial implica una fecha necesariamente posterior a Claudio.

26. ¿Prota, Tancini f.?

Cabeço dos Tiros (Penha Garcia, Idanha-a-Nova, Castelo Branco).

Ribeiro 1976: 136-138, n.º 2 (=AE 1977, 381) (a); Garcia 1984: 71-72, n.º 14 (=RAP 195) (b).

Prósper 1994: 187; Crespo Ortiz de Zárate 1997: 36.

Comentario: texto de difícil lectura e interpretación (se trata de una ara de granito muy erosionada y partida por la mitad), en el que lo más claro y seguro parece la lectura del nombre de la divinidad que encabeza el epígrafe, *Trebaronna*, y el título [s]acer[dos].

⁶⁹ Delgado Delgado 1999: 440 s.

⁷⁰ La lectura de Mérida, de quien depende ERAE, es imposible de verificar porque se desconoce el paradero del epígrafe. García Iglesias (ERA) la considera insegura, sobre todo en lo que se refiere a la onomástica del personaje y al título que sigue al de *Ilvir* (a pesar de ello Curchin da el título de *pontifex* como lectura segura).

Fecha: s. II (Ribeiro, en función de la fecha de otros testimonios del culto a *Trebaronna*); la misma datación ofrece García, aunque sin especificar criterios.

27. Publicius Mysticus

Augusta Emérita (Mérida, Badajoz).

ERAe 16 [CIL II, 5260; ILS 4156; ILER 291].

Vasconcelos 1913: 331 s.; Lambrino 1954: 9 s.; García y Bellido 1967: 48 s., n.º 4; Duthoy 1969: 37, n.º 79; Schillinger 1979: 50 s., n.º 6; Vermaseren 1986: 69, n.º 186; Bendala Galán 1986: 391, n.º 4; Alvar 1993: 799 y 808 s.

Origo: desconocida; el *cognomen* (ejemplo único en la epigrafía de Hispania) es de origen griego u oriental (Abascal 1994: 435, s.v.)

Título: *arcigallus* (sic), de Cibeles.

Contexto ritual: *tauribolium*, junto con el *sacerdos Doccyricus Valerianus* (n.º 12).

Fecha: finales del s. II, por criterios paleográficos (CIL).

28. P. Stai(us) G. f. Cal. Exoratus

Lourel (Sintra, Lisboa).

Ribeiro 1982/83: 227 ss. [HAE 1620; AE 1987,478d; HEp 2, 1990, 816; RAP 542].

Origo: desconocida.

Título: *fla(men) Divi Vesp(asiani)*.

Fecha: probablemente época de Tito o Domiciano, por el título flaminial⁷¹.

29. Ummidius

Augusta Emérita (Mérida, Badajoz).

Curchin 1990: n.º 338 da la noticia de esta inscripción inédita del anfiteatro, consignando sólo los datos referidos a su gentilicio y *cursus* (cf HEp 4, 1994, 160).

Cursus: *Ilvir, flamen*.

30. Val(eria) Vini[c]iana⁷²

Augusta Emérita (Mérida, Badajoz).

CIL II, 494 y p. 696 [ERAe 113; ILER 5312].

Ciccotti 1891: 11; Etienne 1958: 239; Hoyo Calleja 1987: 195 ss.; Francisco Martín 1996: 135; Mirón Pérez 1996: 333, n.º 55.

⁷¹ Vespasiano fue divinizado en el año mismo de su muerte, el 79 (Desjardins 1879: 43).

⁷² Único ejemplo conocido de este *cognomen* en Hispania (Abascal 1994: 546, s.v.).

Origo: probablemente *Augusta Emérita*, su liberto era *emeritensis*.
 Título: *flam(inica) perp(etua)*.
 Fecha: desconocida.

31. [—] Acil[ia]nus
Pax Iulia (Beja).
 IRCP 343 (cf. RAP, p. 563, ni Ib) + Viana 1952: 6 [=HAE 174=AE 1952, 242=ILER 5520].
 Etienne 1958: 200; Wesch-Klein 1993: 175; Francisco Martín 1996: 125.
Origo: quizás *Pax Iulia*, por ser el lugar de procedencia del epígrafe y por el título flaminial (si estuviera bien leído).
Cursus: ¿*pont(ifex), fla[m(en)] r(ei publicae) Pac(ensis) Iuli(ae)*?⁷³.
 Fecha: desconocida.
32. [—Boc]chus ⁷⁴
Salada (Alcácer do Sal, Setúbal).
 Vasconcelos 1895: *passim* [CIL II, 2479=5617 y p. 902; EE VIII, 4; ILER 1546; IRCP 189; RAP 526].
 PIR5 C 1333; Etienne 1958: 122 ss., 199 s.; Devijver 1976: 292, n.º 228; Devijver 1987: 1525; Menella 1989: 379 y 384; Curchin 1990: n.º 389; Demougin 1992: 423 ss., n.º 512; Francisco Martín 1996: 127; Delgado Delgado 1999: 448, n. 25.
Origo: quizás *Salada*, de donde procede la inscripción.

⁷³ El estado actual de la piedra impide cualquier restitución segura, pero en IRCP se acepta como posible la lectura de Viana (basada en un manuscrito de Caetano da Silva). Aunque obviamente esa lectura es imposible de confirmar, los elementos iconográficos grabados en el ara (“do lado direito, a meio, um prato (?) em relevo: apenas o bordo em círculo e a saliência central: do lado esquerdo, a pedra foi estragada (teria o jarro?)”, según IRCP) podrían ser instrumentos sacerdotales (¿pátera y jarra de libaciones?); si ello fuera así la restitución de los títulos sacerdotales encontraría cierto apoyo.

⁷⁴ La identificación de este personaje con el flamen provincial [—] *Cornelius C.f Bocchus*, como se ha pretendido (EE, IRCP, RAP, PIR, Etienne, Menella, Curchin, Demougin, Francisco Martín), es, en el estado actual de la documentación, muy discutible. En realidad, si se tiene en cuenta lo que realmente se puede leer con seguridad de las inscripciones (sobre todo en lo que respecta al *c ursus*), en mi opinión parece más probable que se trate de dos personajes distintos. Sobre la posible relación entre este personaje y el *Cornelius Bocchus* citado por Plinio como fuente para asuntos de Hispania (HN XXXVII, 127) y Lusitania (HN XXXVII, 24, 97), así como con el *Bocchus auctor* citado por Solino (1, 97; 2, 11; 2, 18), nada se puede decir con seguridad (sobre estos problemas ver Delgado Delgado 1999: 447s s., n.º 4).

Cursus: pr(aefectus) Caesarum bis, [—] ¿pon]t(ifex)? perp(etuus), flamen perp(etuus), [—] pr(aefectus) fabr(um) V?, tr(ibunus) mil(itum).

Fecha: por la presencia del título *pr(aefectus) Caesarum bis* se han propuestos las siguientes dataciones: Augusto o Tiberio (CIL II); Augusto-Tiberio o Vespasiano-Tito (Etienne); primera parte s. I (Devijver 1976, Menella); época julio-claudia (Demougin).

33. [—]nius C. [f.?] Galba

Augusta Emérta (Mérida, Badajoz).

ERAe 103 + Trillmich 1993: 122, n. 23 y fig. 5.

Curchin 1990: n.º 345.

Origo: desconocida.

Cursus: [—] Ilvir, [—] flamen D]ivi Augusti.

Título: época de Tiberio o Claudio, si el título flaminial estuviese bien leído.

34. [—] M. f. Ser. Modestus

Augusta Emérta (Mérida, Badajoz).

Trillmich 1993: 119, n. 13 [ERAe 108].

Curchin 1990: n.º 348; Francisco Martín 1996: 133; Delgado Delgado 1999: 452, n.º 10.

Origo: desconocida (no debió ser de *Augusta Emérta*, pues la tribu de la colonia era la *Papiria*).

Cursus: [f]lamen Divi Aug(usti), [l]Ivir, praef(ectus) fabr(um), [flamen p]rovinc(iae) Lusitan(iae).

Fecha: el flaminado local se ejerció en época de Tiberio o Claudio, a juzgar por el título.

35. I—]

Pax Iulia (Beja).

IRCP 242 [CIL II, 55; Curchin 1982: 106 s., n.º 4; RAP 532].

Ciccotti 1891: 3 y 12; Etienne 1958: 200; Francisco Martín 1996: 125.

Origo: quizás *Pax Iulia*, por el título flaminial.

Cursus: pont[if ex], flam(en) Pacis Iuliae [—], flamen [¿ perpetuus ? —] 75.

Fecha: desconocida.

⁷⁵ A pesar de que la deficiente transmisión del texto impide precisar su sentido correcto, parece que se trata de un homenaje hecho a un notable local, como se apunta en IRCP. Sorprende, sin embargo, la presencia de tres sacerdocios de rango local en su carrera, pues tal acumulación de funciones sacras no tiene paralelos en la provincia. La restitución que propone Curchin (*fiam. Pacis Iuliae, [pont. (vel sac.) si [ve flami]ni oppidi incertiy*), sacerdocios en más de una ciudad, no se atestigua entre los sacerdocios

36. [—]
 Sobreiral (Ninho de Açor, Castelo Branco).
 Encarnação 1989=HEp 3, 1993, 468.1 [AE 1990, 492; Dias 1992: 467, n.º 157].
Origo: desconocida.
 Título: *[sa]cerdo(s)*.
 Contexto ritual: *h[os]tiam ded[ic]avit*.
 Fecha: desconocida.
37. [—]
 Bobadela (Oliveira do Hospital, Coimbra).
 Rodrigues 1959-60: 127, n.º 24.
Origo: desconocida.
 Título: *flamen* [— *¿Div?*- / *¿August?*-*Jorum* [—]]⁷⁶.
 Fecha: desconocida.
38. [—]
Ossonoba (Faro).
 CIL II, 5141 ⁷⁷ [ILER 1514; IRCP 8; RAP 521].
 Ciccotti 1891: 3; Etienne 1958: 200; Curchin 1990: n.º 378; Francisco Martin 1996: 124.
Origo: quizás de *Ossonoba*, por el título duumviral. Curchin sugiere su condición de nativo de *Vipasca*, porque tras el *cognomen* aparece la expresión *Vi[—e] nsi*.
Cursus: *[fl]am[en et] Ilvir [O]ssonob(ensi)*.
 Fecha: la presencia de superlativos sugiere una fecha posterior al s. II (IRCP).

masculinos, y me parece poco probable. Si la lectura de los títulos que se sigue en IRCP fuera correcta, sería preferible restituir como sigue: *pont[ifici] / flam(ini) Pacis Iuliae* [—] / *flami[ni] perpetuo* —7; la sucesión de sacerdocios culminaría, en esta interpretación, con el otorgamiento del título honorífico de la perpetuidad (*cf* Delgado Delgado 1998: 148 ss.).

⁷⁶ El estado extremadamente fragmentario de la inscripción impide un desarrollo seguro del título. Los títulos *flamen Divorum*, *flamen Divorum Augustorum* y *flamen Augustorum* tienen paralelos en la provincia (n.º 9, 19, 25, 39).

⁷⁷ La restitución propuesta por Hübner es muy hipotética, como él mismo reconoce, ya que la realizó “*ex imagine delineata accurate quidem, sed non perite, quam misit Soromenho*”. De ella lo que más seguro parece es la lectura del *cursus* del personaje que encabeza el epígrafe y que sigo aquí. En la actualidad se desconoce el paradero del epígrafe.

39. [—]

Faião (Terrugem, Sintra, Lisboa).

Ribeiro 1974/77: 288 ss. [AE 1979, 336; RAP 541].

Delgado Delgado 2000: apdo. 2.2.

Origo: desconocida.

Cursus: ¿[—II]v(ir)?, *fla(men) Aug.* [—y⁷⁸.

Fecha: “primeira metade do terceiro quartel do séc. I d. C.”, según Ribeiro (por formulario - restos -, tipología del monumento y comparación con fechas de flámenes de *Olisipo*).

Inscripciones de autenticidad dudosa:

a) **Iun(ia) Verecunda**

Monsaraz (Reguengos de Monsaraz, Évora).

CIL II, 115 y p. 805 [ILER 5673, p. 845; IRCP, p.443 B; RAP, p. 658 d].

Ciccotti 1891: 11; Etienne 1958: 239; Maxfield 1981: 248; Hoyo Calleja 1987: 193 s.; Stanley 1994; Mirón Pérez 1996: 333, n.º 54; Francisco Martín 1996: 126.

Comentario: Th. Mommsen y E. Hübner (*ad* CIL II; con ellos IRCP y RAP) tenían serias dudas sobre la autenticidad del epígrafe, sobre todo por el supuestamente singular *cursus* e insignias militares del hijo de la flaminica (*Viviro iun. hast. leg. II Aug., torq. aur. et an. dupl. ob virt. donato*). Stanley (tomando como base el trabajo de Maxfield) ha demostrado que las objeciones de estos autores y sus argumentos no son en absoluto concluyentes sobre su falsedad, ya que el *cursus* e insignias encajan bien en el contexto del siglo III. Igualmente duda de la capacidad de A. Resende para recrear un texto como este (como quería Hübner), especialmente por el nivel de conocimiento requerido sobre las insignias militares romanas. Téngase además en cuenta el comentario final de IRCP al epígrafe: “Note-se que, do ponto de vista paleográfico, está tudo praticamente impecável”. Ciccotti, Etienne, Mirón Pérez o Francisco Martín, sin ningún comentario sobre su condición, incluyen la inscripción entre las auténticas; Hoyo Calleja, tras sintetizar las posiciones de Mommsen y Hübner, la considera auténtica.

Origo: posiblemente *Ebora*, por el título flaminial.

Título: *flam(inica) perp(etua) mun(icipii) Ebor(ensis)*.

Fecha: siglo III, por criterios prosopográficos (insignias militares del hijo de la flaminica, Maxfield).

b) **[L.] Voconius L. f. Quir. Paullus**

Ebora (Évora).

⁷⁸ La inscripción está muy mutilada y lo único que se lee con cierta seguridad es el título flaminial.

CIL II, 18*.

Birley 1953: 152, n. 34; Galsterer 1971: 56, n. 58; Devijver 1977: 880; Wiegels 1985: 77; Devijver 1987: 1779; Curchin 1990: 238, n.º 20*; HEp 4, 1994, 1057.

Comentario: Para Hübner (*ad* CIL II) el texto es una falsificación probablemente del humanista A. de Resende, de quien sospecha que pudo construir el formulario a través de CIL II, 4192 y 4201 (*Tarraco*); Curchin es de la misma opinión. Por contra, Birley, Galsterer, Alföldy (*apud* Devijver), Devijver y Wiegels reivindican la autenticidad de la inscripción tomando como base principal la carrera del personaje, a la que consideran perfectamente aceptable. En mi opinión, los aspectos internos de la inscripción son lo suficientemente sospechosos como para plantear una duda razonable sobre su autenticidad. Aparte del paralelismo formular con los textos de *Tarraco*, Hübner también apuntó lo excepcional que resultaba la mención de la obtención del duovirado por sexta vez en el *cursus* del personaje. A todo ello debo añadir que el título flaminial resulta muy difícil de explicar en el contexto cultural de Lusitania, pues no existe ningún testimonio del culto de Roma (el título no tiene paralelos en la provincia); tal culto, por otra parte, está bien atestiguado en la Tarraconense (Alföldy 1973: 46 ss.).

Origo: ¿Eboral.

Cursus: aed(ilis), q(uaestor), Ilvir VI, flam(en) Rom(ae) Divorum et Augg(ustorum), praef(ectus) coh(ortis) I Lusit(anorum) et coh(ortis) I Vettonum, (centurio) leg(ionis) III Ital(ica).

Fecha: no anterior a mediados del s. II, por el título flaminial (Galsterer).

c) [—]

Vila Nova da Baronia (Alvito, Beja).

IRCP, p. 300 [Almeida 1970; Encarnação 1971/75: *passim*\ RAP, p. 568].

Hollo Calleja 1987: 197 ss.; Mirón Pérez 1996: 333.

Comentario: En IRCP (seguido por RAP) se considera este texto una falsificación renacentista, tanto por criterios externos (estado fragmentario y abundancia de nexos) como internos (“Visando localizar uma desconhecida *civitas Mirietanorum*, de importância bastante para ter flaminia, a epígrafe tem um sabor literário claramente renascentista: veja-se a frase *pudicissima ac religiosissima temporis sui femina*”). Almeida, sin embargo, aunque destaca que no es habitual el exceso de superlativos y de nexos, y se extraña de la presencia de una flaminica en un área donde han aparecido otras, cree en su autenticidad, pareciéndole que el tipo de letra es correcto. También Hoyo Calleja piensa que el texto es auténtico, e indica, acertadamente, que la presencia de más de una flaminica en una misma zona no debe ser motivo de extrañeza. Mirón Pérez, por su parte, la considera dudosa. En mi opinión, los

argumentos planteados en IRCP siembran efectivamente dudas razonables sobre la autenticidad del texto. Sin embargo son infundadas las sospechas de IRPC y Almeida en lo referente al título flaminial, tanto porque el flaminado era un cargo anual y por tanto es normal que aparezcan varios testimonios en una misma ciudad, como porque este sacerdocio no fue exclusivo de colonias y municipios, pues se constata en ciudades no privilegiadas (ver Delgado Delgado 1998: esp. 85 ss. y 148s s.; *id.* 2001: *passim*). Por otra parte, el hecho de que la *civitas Mirietanorum* no sea mencionado por ninguna otra fuente, no es indicio necesariamente de falsedad.

Origo: desconocida (*¿civitas Mirietanoruml*).

Título: *flam[ínica] perpetua civitatis Mirietanorum*.

Fecha: “final do império”, por criterios paleográficos (Almeida).

VIII. Bibliografía y abreviaturas epigráficas

Las abreviaturas de las revistas se citan según *L'Année Philologique*.

ABASCAL (J.M.) 1994. *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Murcia.

ABASCAL (J.M.) y Espinosa (U.) 1989. *La ciudad hispanorromana, privilegio y poder*, Logroño.

AE = *L'Année Epigraphique*.

ALFÖLDY (G.) 1973. *Flamines provinciae Hispaniae Citerioris*, Madrid.

ALFÖLDY (G.) 1987. *Römisches Stadtwesen auf der neukastilischen Hochebene*, Heidelberg.

ALMEIDA (F. de) 1970. “Mais uma flaminica na Bacia do Sado”, *Revista de Guimarães* 80, 377-380.

ALVAR (J.) 1981. “El culto de Mitra en Hispania”, *MHA* 5, 51-72.

ALVAR (J.) 1993. “Los cultos místéricos en Lusitania”, en *Actas del II Congreso Peninsular de Historia Antigua*, Coimbra, 789-814.

AMARAL (A. E. Maia do) 1982. “Sobre três inscrições perdidas de Bobadela (Oliveira do Hospital)”, *Conimbriga* 21, 106-126.

ANACLETO (R.) 1981. *Bobadela Epigráfica*, Coimbra.

BEND ALA Galán (M.) 1986. “Die orientalischen Religionen Hispaniens in vorrömischer und römischer Zeit”, *A/V/?WII* 18.1, 345-408.

BENVENISTE (E.) 1983 (ed. or. 1969). *Vocabulario de las instituciones indoeuropeas*, Madrid.

BEURLIER (E.) 1891. *Le culte impérial, son histoire et son organisation depuis Auguste jusqu'à Justinien*, Paris.

BIRLEY (E.) 1953 (reimp. 1961). *Roman Britain and the Roman Army*, Kendal.

BRANDÃO (D. de Pinho) 1972. “Epigrafia romana coliponense”, *Conimbriga* 11, 41-192.

CAGNAT (R.) 1914 (reimpr. 1976). *Cours d'épigraphie latine*, Paris.

CAMPBELL (L.A.) 1968. *Mithraic Iconography and Ideology*, Leiden.

- CASTILLO (C.) 1991. "El progreso de la epigrafía romana en Hispania (1983-1987)", *Emerita* 59(2), 225-273.
- CiccoTTi (E.) 1891. "I sacerdoti municipali e provinciali della Spagna e gli Augustali neirépoca imperiale romana", *RFIC* 19, 1-84.
- CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*.
- CLAUSS (M.) 1992. *Cultores Mithrae. Die Anhängerschaft des Mithras-Kultes*, Stuttgart.
- CRESPO ORTÍZ DE ZÁRATE (S.) 1997. "Sacerdotes y sacerdocio en las religiones indoeuropeas de Hispania prerromana y romana", *7lu* 2, 17-37.
- CRUZ (M. D. Gimo da) 1986. "A propósito de uma inscrição honorífica do Museu de Santarém", *Arqueología* 14, 115-121.
- CURCHIN (L.A.) 1982. "Notes and Corrections to the Latin Epigraphy of Spain", *ZPE* 47, 105-111.
- CURCHIN (L.A.) 1990. *The Local Magistrates of the Roman Spain*, Toronto.
- DARDAINE (S.) - Pavis d'Escurac (H.) 1986. "Ravitaillement des cités et évergétisme annonaire dans les provinces occidentales sous le Haut-Empire", *Ktema* 11, 291-302.
- DEGRASSI (A.) 1952. *I fasti consolari dell'impero romano dal 30 avanti Cristo al 613 dopo Cristo*, Roma.
- DEININGER (J.) 1965. *Die Provinziallandtage der Römischen Kaiserzeit von Augustus bis zum Ende des dritten Jahrhunderts n. Chr.*, Munich-Berlin.
- DELGADO DELGADO (J.A.) 1998. *Elites y organización de la religión en las provincias romanas de la Bética y las Mauritánias: sacerdotes y sacerdocios*, Oxford (*BAR* 5724).
- DELGADO DELGADO (J.A.) 1999. "Flamines provinciae Lusitaniae", *Gerión* 17, 433-461.
- DELGADO DELGADO (J.A.) 2000. "Los augures y el augurado en la Hispania romana: estudio sobre un sacerdocio de tradición romana en un ámbito provincial", *Hispania Antiqua* 24, en prensa.
- DELGADO DELGADO (J.A.) 2000b. *Sacerdocios y sacerdotes de la Antigüedad Clásica*, Madrid, en prensa.
- DELGADO DELGADO (J.A.) 2001. "Los fasti sacerdotum de las ciudades de la Bética", *Habis* 32, en prensa.
- DEMOUGIN (S.) 1992. *Prosopographie des chevaliers romains julio-claudiens*, Roma.
- DIAS (M. M. Alves) 1981. "Os cultos orientais em Pax Mia, Lusitânia", *MHA* 5, 33-39.
- DIAS (M. M. Alves) 1992. "Para um repertório das inscrições romanas do território português (1989)", *Euphrosyne* 20, 467-472.
- DESJARDINS (E.) 1879. "Le culte des divi et le culte de Rome et d'Auguste", *RPh* 3, 33-63.
- DESSAU (H.) 1892-1916. *Inscriptiones Latinae Selectae*, Berlín.
- DEVIJVER (H.) 1976. *Pro sopo graphia militiarum equestrium quae fuerunt ab Augusto ad Gallienum. I*, Lovaina.
- DEVIJVER (H.) 1977. *Prosopographia militiarum equestrium quae fuerunt ab Augusto ad Gallienum. II*, Lovaina.
- DEVIJVER (H.) 1987. *Prosopographia militiarum equestrium quae fuerunt ab Augusto ad Gallienum. Supplementum I*, Lovaina.

- DUTHOY (R.) 1969. *The Taurobolium. IPs Evolution and Terminology*, Leiden.
- EDMONDSON (J. C.) 1984. "Mithras at Pax Iulia - a reexamination", *Conimbriga* 23, 72-86.
- EDMONDSON (J. C.) 1997. "Two Dedications to *Divus Augustus* and *Diva Augusta* from Augusta Emerita and the Early Development of the Imperial Cult in Lusitania Re-Examined", *MM* 38, 89-105.
- EE = *Ephemeris Epigraphica*.
- ENCARNAÇÃO (J. d') 1971/75. "Autenticidade em Epigrafia - as inscrições de Cuba e de Vila Nova da Baronia", *AB* 28/32, 57-62.
- ENCARNAÇÃO (J. d') 1981. "A religião romana não-oficial nas colónias e municípios da Lusitânia durante o Alto Império", *MHA* 5, 19-31.
- ENCARNAÇÃO (J. d') 1984. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra.
- ENCARNAÇÃO (J. d') 1989. "Inscrição votiva de Ninho de Açor", *Ficheiro Epigráfico* 33, n.º 150.
- ERAÉ = (ver García Iglesias, L).
- ETIENNE (R.) 1958. *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris.
- FARIA (J. C. Lázaro) 1984. "Dois fragmentos de placas de Alcácer do Sal (*Conventus Pacensis*)", *Ficheiro Epigráfico* 9, 14-16.
- FISHWICK (D.) 1970. "On CIL 2, 473", *AJPh* 91, 79-82.
- FISHWICK (D.) 1987. *The Imperial Cult in the Latin West. Studies in the Ruler Cult of the Western Provinces of the Roman Empire. Vol. 1, 1-1,2*, Leiden.
- FISKE (G. C.) 1900. "Notes on the Worship of the Roman Emperors in Spain", *HSPH* 11, 101-139.
- FITA (F.) 1882. "Inscripciones romanas de la ciudad y partido de Talavera (provincia de Toledo)", *BRAH* 2, 248-302.
- FRANCISCO CASADO (M.A. de) 1989. *El culto de Mithra en Hispania*, Granada.
- FRANCISCO MARTÍN (J. de) 19962. *Conquista y romanización de Lusitania*, Salamanca.
- GALSTERER (H.) 1971. *Untersuchungen zum römischen Stadtewesen auf der Iberischen Halbinsel*, Berlín.
- GARCIA (J. M.) 1984. *Epigrafia lusitano-romana do Museu Tavares Proença Júnior*, Castelo Branco.
- GARCIA (J. M.) 1991. *Religiões antigas de Portugal. Fontes epigráficas*, Lisboa.
- GARCÍA Y BELLIDO (A.) 1949. *Esculturas romanas de España y Portugal*, Madrid.
- GARCÍA Y BELLIDO (A.) 1967. *Les religions orientales dans la Péninsule Ibérique*, Leiden.
- GARCÍA IGLESIAS (L.) 1972. *Epigrafia romana de Augusta Emérta*, Madrid (tesis doctoral inédita).
- GARCÍA QUÍNTELA (M.V.) 1999. *Mitología y mitos de la Hispania Prerromana, III*, Madrid.
- GEIGER (F.) 1913. *De sacerdotibus Augustorum municipalibus*, Halle.
- HAE = *Hispania Antiqua Epigraphica*.
- HEp = *Hispania Epigraphica*.
- HIRSCHFELD (O.) 1866. "I sacerdoti dei municipi romani nell' Africa", *Annali dell'Istituto di Corrispondeza Archeologica* 38, 28-77.

- HERBST (H.) 1883. *De sacerdotiis Romanorum municipalibus. Quaestio epigraphica*, Halle.
- HOYO CALLEJA (J. del) 1987. *La importancia de la mujer hispanorromana en la Tarraconense y Lusitania a la luz de los documentos epigráficos. Aspectos religiosos y socioeconómicos*, Madrid.
- ILER = (ver Vives, J.).
- ILS = (ver Dessau, H.).
- IRCP = (ver Encarnação, J. d' 1984).
- JULLIAN (C.) 1896. "Flamen, Flaminica, Flamonium", *DS* 11,2, 1156-1188.
- KLEMENTA (S.) 1993. *Gelagerte Flufigötter des Spathellenismus und der römischen Kaiserzeit*, Colonia.
- KORNEMANN (E.) 1901. "Zur Geschichte der antiken Herrscherkulte", *Klio* 1, 51-146.
- KRASCHENINNIKOFF (M.) 1894. "Über die Einführung des provinzialen Kaisercultus im römischen Westen", *Philologus* 53, 147-189.
- LAD AGE (D.) 1971. *Stadtische Priester- und Kultämter im Lateinischen Westen des Imperium Romanum zur Kaiserzeit*, Colonia.
- LAMBRINO (S.) 1951. "Inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos", *O Archeologo Português* (n.s.) 1, 37-61.
- LAMBRINO (S.) 1953. "Les divinités orientales en Lusitanie et le sanctuaire de Panóias", *Bulletin des études portugaises* 17, 93-129.
- LAMBRINO (S.) 1954. *Les divinités orientales en Lusitanie et le sanctuaire de Panóias*, Coimbra.
- LATTE (K.) 1960. *Römische Religions geschichte*, Munich.
- LE ROUX (P.) 1972. "Recherches sur les centurions de la *Legio VII Gemina*", *MCV* 8, 89-147.
- MANTAS (V. Gil da Cruz Soares) 1976. "Notas acerca de três inscrições de Olisipo", *Conimbriga* 15, 151-169.
- MARCO SIMÓN (F.) 1994. "La religión indígena en la Hispania indoeuropea", en *Historia de las religiones de la Europa antigua*, Madrid, 313-400.
- MARQUARDT (J.) 18852 (reimp. 1975). *Römische Staatsverwaltung III. Das Sacralwesen*, Leipzig.
- MAXFIELD (V. A.) 1981. *The Military Decorations of the Roman Army*, Berkeley.
- MELCHOR GIL (E.) 1993/94. "Las élites municipales de Hispania en el alto imperio: un intento de aproximación a sus fuentes de riqueza", *Florentia Iliberritana* 4-5, 335-348.
- MÉLIDA (J. R.) 1925. *Catálogo monumental de España. Badajoz*, Madrid.
- MENELLA (G.) 1989. "I prefetti municipali degli imperatori e del Cesar nella Spagna romana", en *Actas del Congreso Internacional de Epigrafía Jurídica*, Pamplona, 377-389.
- MERKELBACH (R.) 1984. *Mithras*, Meisenheim - Königstein.
- MIRÓN PÉREZ (M. D.) 1996. *Mujeres, religión y poder: el culto imperial en el occidente mediterráneo*, Granada.
- PROSPER (B.) 1994. "El teónimo paleohispano Trebarune", *Veleia* 11, 187-195.

- RAMÍREZ SÁDABA (J.L.) 1993. "Panorámica religiosa de *Augusta Emerita*", en *Religio Deorum. Actas del coloquio internacional de epigrafía Culto y Sociedad en Occidente*, Sabadell, 389-398.
- RAP = (ver García, J. M. 1991).
- RIBEIRO (J.) 1976. "Duas inscrições inéditas do Museu de Castelo Branco", *Conimbriga* 15, 135-138.
- RIBEIRO (J. Cardim) 1974/77. "Três novos monumentos epigráficos da época romana pertencentes à zona oeste do município olisiponense", *AP* 7-9, 288-302.
- RIBEIRO (J. Cardim) 1982/83. "Estudos históricos-epigráficos em tomo da figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*", *Sintria* 1-2, 151-476.
- RODRIGUES (M. L.) 1959-60. "Inscrições romanas do Museu Machado de Castro", *Humanitas* 11-12 (=n.s. 8-9), 112-132.
- RODRIGUEZ NEILA (J. F.) 1981. "Magistraturas municipales y funciones religiosas en la Hispania romana", *Revista de estudios de la vida local* 209, 91-118.
- SCHILLINGER (K.) 1979. *Untersuchungen zur Entwicklung des Magna Mater-Kultes im Westen des Kaiserreiches*, diss. Konstanz.
- STANLEY (F. H.) 1994. "CIF II 115: Observations on the only Sevir Iunior in Roman Spain", *ZPE* 102, 226-236.
- THOMAS (G.) 1982. "Magna Mater and Attis", *ANRWII*, 17.3, 1500-1535.
- TOUT AIN (J.) 1907. *Les cuites pai'ens dans V Empire Romain. Les provinces latines. I. Les cuites officiels; les cuites romains et gréco-romains*, Paris.
- TRILLMICH (W.) 1993. "<Foro provincial und <Foro municipal in den Hauptstädten der drei hispanischen Provinzen: eine Fiktion", en *Ciudad y comunidad cívica en Hispania. Siglos II y III d.C.*, Madrid, 115-124.
- TURCAN (R.) 1992. *Les cuites orientaux dans le monde romain*, Paris.
- VASCONCELOS (J. Feite de) 1895. "Excursão archeologica a Alcácer do Sal", *O Archeologo Português* 1, 65-92.
- VASCONCELOS (J. Leite de) 1913. *Religiões da Lusitânia. Vol. III*, Lisboa.
- VASCONCELOS (J. Leite de) 1927-29. "Epigrafia do Museu Etnológico (Belem). Inscrições romanas", *O Archeologo Português* 28, 209-227.
- VASCONCELOS (J. Leite de) 1935. "A mãe dos deuses", *Brotéria* 20, 255-257.
- VERMASEREN (M. J.) 1956. *Corpus inscriptionum et monumentorum religionis Mithriacae*. /., La Haya.
- VERMASEREN (M. J.) 1986. *Corpus Cultus Cybelae Attidisque. V. Aegyptus, Africa, Hispania, Gallia et Britannia*, Leiden.
- VIANA (A.) 1952. "Epigrafia Pacense: As pedras de Cenáculo", *AB* 9, 3-17.
- VIEIRA (A.) 1944. *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa.
- VIVES (J.) 1971-72. *Inscriptiones latinas de la España Romana*, Barcelona.
- WESCH-KLEIN (G.) 1993. *Fusus Publicum*, Stuttgart.
- WIEGELS (R.) 1985. *Die Tribusinschriften des römischen Hispanien: ein Katalog*, Berlin.
- WISSOWA (G.) 19122 (reimp. 1971). *Religion und Kultus der Römer*, Munich.

ANA PAULA FERREIRA
Licenciada em Arqueologia

SOBRE A DISPERSÃO DOS *TAPORI*: ALGUMAS NOTAS DE REFLEXÃO
“Conimbriga” XXXIX (2000) p. 153-189

RESUMO: A autora, restringindo-se geograficamente à Península Ibérica, procurou abordar a problemática dos limites geográficos da *civitas* dos *Tapori*, recorrendo para tal à análise da dispersão de monumentos epigráficos alusivos a essa etnia através da presença de um etnónimo ou de um antropónimo de origem étnica.

RÉSUMÉ: L’auteur, en se limitant à la Péninsule Ibérique, a étudié la problématique des limites géographiques de la *civitas* des *Tapori*, en utilisant pour cela l’analyse de la dispersion de monuments épigraphiques concernant cette ethnie par la présence d’un ethnonyme ou d’un anthroponyme d’origine ethnique.

(Página deixada propositadamente em branco)

SOBRE A DISPERSÃO DOS *TAPORI* ALGUMAS NOTAS DE REFLEXÃO

Introdução

O tema da geografia política constitui um dos assuntos que mais tem apaixonado os historiadores e arqueólogos contemporâneos. E é esse também o foco da nossa atenção neste trabalho.

Não existia, à chegada dos Romanos ao nosso território, uma unidade étnica, linguística ou cultural. Por exemplo, entre o Douro e o Tejo estavam instalados diversos povos. Nomeadamente, um conjunto de *populi* da Beira Interior a quem foi aplicado o colectivo *Lusitani* (ALARCÃO 1988' pp. 15-16), entre os quais se encontra aquele que ora nos ocupa.

O reordenamento territorial efectuado pelos Romanos passou pela definição de *civitates* (vasto território que abarcava uma capital, outros aglomerados urbanos secundários e ainda o povoamento rural) e de uma rede viária que facilitava as comunicações, contribuindo assim para a integração das populações na respectiva *civitas* (ALARCÃO 1988' p. 10). Na definição territorial destas *civitates*, os Romanos atenderam não apenas aos limites geográficos naturais, mas também às divisões etnicoculturais pré-existentes e, muitas vezes, fizeram coincidir os limites de uma *civitas* com os de uma anterior unidade étnica ou política (ALARCÃO 1990 p. 360).

É precisamente o tema desta abordagem o problema da *civitas* dos *Tapori*, que Plínio (*NHIV* 118) cita ao enumerar as *civitates stipendiariae* da Península. *Tapori* que correspondem, muito provavelmente, aos *Talori* citados na conhecida inscrição da ponte de Alcântara (CILII760).

A origem deste *populus* é desconhecida e a sua localização permanece envolta em dúvidas. Na verdade, os limites geográficos deste *populus* foram traçados, pela primeira vez, por Russell Cortez (1952);

Jorge Alarcão e Flávio Imperial (1996) voltaram recentemente a discutir-los. Tal discussão pode assentar, por exemplo, na análise da dispersão geográfica de elementos pertencentes a essa etnia, tendo por base os monumentos epigráficos.

Na realidade, não é frequente a menção da *origo* nas inscrições, nomeadamente nas funerárias, pois o defunto era habitualmente natural do local onde era enterrado e, neste caso, a naturalidade não seria elemento identificador. Desta sorte, a menção da *origo* numa epígrafe indica a procedência do indivíduo que é alheio à população local (ENCARNAÇÃO 1994 p. 650).

Muitas vezes, porém, a origem dos indivíduos surge na identificação onomástica, isto é, o *cognomen* e o nome único adquirem particular interesse quando eles próprios correspondem à adopção de um etnónimo, como lembrou Jürgen Untermann (1965 p. 99) em relação a *Celtiber*, que falta na própria Celtibéria, ocorrendo somente em zonas marginais a esta região e em outras partes da Península: o antropónimo é o étnico que podia atribuir-se a celtiberos imigrantes em países não celtiberos. Situação semelhante à que ainda hoje acontece quando nós, na região centro, e porque não estamos no Alentejo, identificamos alguém como o “João Alentejano”.

Foi esta pista que procurámos seguir em relação aos *Taponi*: detectar nas inscrições indivíduos que, porque tiveram necessidade de emigrar, acabam por referir a sua procedência, quer através de um etnónimo quer de um antropónimo de origem étnica.

Restringindo-nos geograficamente à Península Ibérica, fizemos a pesquisa e recolha de todas as epígrafes alusivas a *Taponi*. Acontece, porém, que até a obra recente de Abascal Palazón, *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania* (1994), regista apenas oito referências a *Taponi*. Desta resultou a elaboração de um catálogo, organizado de Oeste para Este (colocando em último lugar uma inscrição de origem incerta). O reportório que este catálogo contém abrange informações diversificadas de cerca de 62 indivíduos, que figuram em 24 inscrições.

Surgiram, entretanto, alguns problemas metodológicos, nomeadamente pelo facto de muitas das inscrições carecerem de rectificações de leitura. No entanto, não foi nossa preocupação nem objectivo deste trabalho fazer a inspecção directa dos monumentos a fim de corrigir possíveis erros de leitura, pelo que a investigação se fez recorrendo apenas às publicações. São portanto essas publicações que se seguem,

até inclusivamente a nível dos *puncti distinguentes*, que não nos foi possível verificar se o eram realmente ou se se tratava de meros sinais gráficos usados pelos diferentes autores.

Pretendemos, tão somente, escarpelizar as epígrafes, fazendo delas uma análise minuciosa, prudente e não conclusiva das informações aí inseridas.

Muito haverá ainda a caminhar para se chegar a um consenso. No entanto, esperamos de alguma forma ter contribuído para aclarar esta página da nossa História.

I. Dispersão geográfica dos *Taporí*

1. A localização dos *Taporí*

A conquista romana da Península Ibérica iniciou-se em 218 a. C., com o desembarque das tropas de Cneu Cipião em Ampúrias (ALARCÃO 1988¹ p. 13), tendo sido concluída por Augusto (ALARCÃO 1988¹ p. 28).

Nos primeiros tempos do principado de Augusto, a parte montanhosa da Lusitânia, ao norte do Tejo, havia pouco que tinha acabado de ser pacificada. E a pacificação definitiva do território entre Tejo e Douro não teve lugar antes de 44 a.C. Neste território, desde 194 ou 193 a.C. que os Romanos defrontavam os Lusitanos (ALARCÃO 1990 pp. 347-349). Estes corresponderiam não a um *populus*, mas a um conjunto de *populi* da Beira Interior¹.¹

¹ Provavelmente, segundo Jorge de Alarcão (1988¹ pp. 15-16; 1990 p. 354; 1992 p. 345), os Lusitanos não eram um *populus*, mas o nome terá sido aplicado pelos Romanos a um conjunto de *populi* da Beira Interior, posteriormente convertidos em *civitates* pelos Romanos. Se também estes fossem um *populus* teriam sido convertidos em *civitas*, como os restantes. O conjunto de *populi* que formavam os Lusitanos seriam os que estão mencionados na inscrição da ponte de Alcântara (CIL II 760) ou, se não todos, pelo menos alguns deles. Ptolomeu regista os *Lancienses Oppidani* entre os *Vettones* e os *Transcudani* pertenciam também possivelmente ao mesmo grupo étnico, por isso devem ser excluídos do grupo dos Lusitanos, assim como também talvez se devam excluir os que ficavam a ocidente da Serra da Estrela, isto é, os *Interannienses*, os *Coilarni* e os *Paesures*.

Assim, quando os Lusitanos chegaram às Beiras, seriam já um grupo de *populi* agregados por esse etnónimo comum. Ou, em alternativa, podemos considerar um povo

Concluídas as operações militares do NO, era necessário operar-le o enquadramento da população civil na ética romana, subordinando-a a novas formas jurídico-administrativas. Iniciou-se assim, com Augusto, uma reforma político-administrativa da região mais ocidental da Península, nomeadamente da parte portuguesa da Hispânia romana, de forma a fixar ao solo entre o Tejo e o Douro os povos que desde há muito praticavam a transumância. Esta reforma incluiu a criação da província da Lusitânia, a institucionalização e delimitação de *civitates* * 2 e a urbanização das cidades capitais. Simultaneamente foi traçado um programa de rede viária e promovido o fomento da agricultura e da mineração, ou seja, da economia das terras da Lusitânia (ALARCÃO 1988¹ p. 28; MANTAS 1988 p. 417). Neste contexto verificou-se o desenvolvimento de centros urbanos como uma necessidade decorrente da organização geral do território, quer se trate de cidades novas, como Idanha-a-Velha, quer se trate da promoção, através de trabalhos urbanísticos, de núcleos populacionais indígenas, como aconteceu em *Conimbriga* (MANTAS 1988 p. 417).

Este programa de reordenamento territorial iniciado por Augusto adoptou ideias de Júlio César e a sua aplicação ter-se-á prolongado até à época de Nerva (ALARCÃO 1990 p. 352). Um dos parâmetros desta política de ordenamento territorial foi a definição de *civitates*: unidade político-administrativa que ocupava um vasto território, onde se incluía uma cidade capital, aglomerados urbanos secundários e ainda o povoamento rural. Na definição destas *civitates*, os Romanos tiveram muitas vezes em conta as unidades étnico-culturais pré-existentes (ALARCÃO 1990 p. 360).

Não existem provas de que todas estas *civitates* tenham sido constituídas e demarcadas por Augusto; algumas delas podem ter sido definidas por outros imperadores ao longo do séc. I d. C. (ALARCÃO 1988¹ p. 35). E se é possível determinar a situação aproximada de

que estabelecido na Beira, em diferentes territórios, se teria dividido em diferentes *populi* que acabariam por adquirir designação própria (ALARCÃO 1988² p. 47).

Recentemente Jorge Alarcão e Flávio Imperial (p. 43), tendo em conta um passo de Valério Máximo que se pode traduzir por “das três cidades da Lusitânia”, concluíram que os Lusitanos se limitavam a três *civitates*, isto é, a três *populi*. Colocam ainda a hipótese de serem estes os *Igaeditani*, os *Tapori* e os *Lancienses Ocelenses*.

² Esta fez-se através dos *termini Augustales*, que nos permitem conhecer os povos visados por esta operação (ALARCÃO e ETIENNE 1976 p. 175).

algumas delas, como a dos *Igaeditani*, a de outras é ainda problemática, como é o caso da dos *Taponi*.

Esta unidade administrativa era dotada de um governo próprio que tinha, relativamente ao governador da província e aos seus agentes, uma autonomia que variava de acordo com o estatuto que pela administração romana lhe havia sido atribuído. Uma dessas categorias é a de *oppidum stipendiarium*: estes não tinham *ius Latii* e estavam sujeitos a uma tributação, na maior parte dos casos sob a forma de *tributum* ou *stipendium* (ALARCÃO 1990 p. 389). Foi esta categoria que foi atribuída à capital dos *Taponi*, de acordo com a informação de Plínio ³ (*Naturalis Historia* IV 118).

A inscrição da ponte de Alcântara (CIL II 760) menciona 11 dessas *civitates*. São elas: a dos *Igaeditani*, *Lancienses Oppidani*, *Talori*, *Interannienses*, *Colarni*, *Lancienses Transcudani*, *Aravi*, *Meidubrigenses*, *Arabrigenses*, *Banienses* e *Paesures*. Corresponde esta vasta lista, certamente, às comunidades que participaram na construção da ponte porque lhes interessava aquela via de comunicação (BLANCO FREJEIRO 1977 p. 27) que atravessava o Tejo naquele local e entrava em território actualmente português por Segura, passando depois a via pelo território destes povos (ALARCÃO 1988² p. 45).

A seguir aos *Lancienses Oppidani*, a inscrição da ponte de Alcântara cita os *Talori*, nome que possivelmente se deve corrigir para *Taponi*^{3 3 4}, pois é sob esta forma que Plínio os menciona e é esta forma que é confirmada por numerosas inscrições (ALARCÃO 1988¹ p. 37).

F. Russell Cortez (1952 p. 178) situa os *Taponi* na vertente leste da serra da Gardunha, como populações vizinhas dos *Igaeditani* e dos *Lancienses Oppidani*. Localização corroborada por D. Antonio Blanco Freijeiro (1977 p. 35 e fig. 7) que afirma que o território dos *Taponi* se estendia a oeste dos *Igaeditani*, pela zona da serra da Gardunha.

³ De entre os ópidos estipendiários, com facilidade se podem citar, para além dos que já referimos quando tratámos dos cognomes das cidades da Bética, os seguintes: *Augustobrigenses*, *Aeminienses*, *Aranditani*, *Arabrigenses*, *Balsenses*, *Caesarobrigenses*, *Caperenses*, *Caurienses*, *Colarni*, *Cibilitani*, *Concordienses*, *Elborcori*, *Interamnienses*, *Lancienses*, *Mirobricenses* cognominados *celtici*, *Medubrigenses* que são chamados *Plumbari*, *Ocelenses*, *Turduli* chamados *Bardili* e *Taponi* (*Naturalis Historia* IV 118).

⁴ Significa isto que houve, muito provavelmente, um erro na transcrição do texto da inscrição, aquando da feitura da cópia.

Em 1988¹, Jorge Alarcão (pp. 37-38) revê esta localização e considera que os *Taponi* se situariam na vertente oriental da Serra da Estrela, onde os vestígios de povoamento são densos, sobretudo entre os paralelos de Valhelhas e Fundão. Desta sorte, coloca a hipótese de se atribuírem aos *Taponi* estas estações romanas, não excluindo a integração no mesmo território das poucas localidades romanas da Gardunha. Partindo desta hipótese, aponta como localização da capital dos *Taponi* o Teixoso, onde se encontrou uma inscrição que menciona um *duumvir primus*, provando a existência de um município na região. Já Armín U. Stylow (1986 p. 244) considera que o centro da tribo dos *Taponi* estaria localizado perto da Capinha. As inscrições n.ºs 3 e 4, provenientes da região do Fundão, põem em causa estas considerações. Tendo sempre presente que a indicação da *origo* indica afastamento desse local, a existência de dois epitáfios, de dois indivíduos que, tendo morrido na região do Fundão, referem a sua origem étnica dos *Taponi*, significa que esta área não pertencia ao *territorium* deste *populus*. A inscrição n.º 4, proveniente da Capinha, afasta a hipótese de Armín U. Stylow. E se esta epígrafe nos permite inferir que o *vicus Talabara* pertencia aos *Taponi*, significa também que este *vicus* não se situaria, como refere F. Russell Cortez (1952 p. 178), nas imediações da Capinha, mas pelo contrário em local afastado.

Daí que a proposta apresentada, mais recentemente, por Jorge de Alarcão e Flávio Imperial (1996) pareça estar mais próxima da realidade. As alterações em relação aos limites propostos em 1988, passam essencialmente pela revisão da localização dos *Lancienses Oppidani*. Partindo da conjugação do marco do Salvador (CIF II 460), do *terminus* de Peroviseu⁵, do texto pliniano e da inscrição da ponte de Alcântara, os autores propõem a existência de três *Lancienses* à época de Augusto, o que exige a redefinição dos territórios destes *populi* (p. 39). Assim, acabam por propor a existência nesta região da Beira de cinco *civitates*: *Igaeditani*, *Taponi*, *Lancienses Oppidani*, *Lancienses Transcudani* e *Lancienses Ocelenses*. Tendo os *Igaeditani* (cujos limites orientais ultrapassavam, talvez, a fronteira luso-espanhola) como referência, situam os *Lancienses Oppidani* a norte destes, separados pela serra de Penha Garcia e por uma linha artificial que iria do Salvador a Torre dos Namorados e a Capinha, colocando ainda a hipótese

⁵ Este *terminus* encontra-se na estrutura de uma das fachadas do presbitério de pertença do Prior de Peroviseu (cf. Monteiro 1974).

de Penamacor ser a sua capital; a ocidente destes e ainda a norte dos *Igaeditani*, ficariam os *Lancienses* sem outro apelido, citados no marco de Peroviseu, sendo este o limite entre *Igaeditani* e *Lancienses*. E sendo assim, o Teixoso, antes apontado para capital dos *Taponi*, parece corresponder à capital dos *Lancienses*. Os *Lancienses Transcudani* ficariam situados no planalto da Guarda/Sabugal. Desta forma, os _____ teriam como limites, a ocidente, a serra do Muradal, a ribeira do Alvito e o rio Ocreza (ou aquela linha montanhosa onde se situam os marcos geodésicos de Almeirão e Pinheiro Gordo); a norte, a serra da Gardunha; a oriente, a ribeira de Alpreade e o rio Pônsul (ou uma linha artificial que desceria, desde a confluência da ribeira de Alpreade com o Ponsul, sobre Malpica do Tejo) e, a sul, o Tejo (pp. 40-42).

De qualquer forma, os limites do *territorium* dos *Taponi* parece coincidir, pelo menos em parte, com a herdade da Cardosa que D. Afonso II doou, em 1214, aos Templários (CARDOSO 1944 pp. 16-18). Apenas a ocidente os limites parecem divergir, abrangendo a herdade menos território. Nesta vasta herdade, J. Ribeiro Cardoso (1944 p. 18) dá a notícia da existência de sinais evidentes da presença romana, que se iam conhecendo através dos trabalhos agrícolas.

Quanto à capital dos *Taponi*, cujo nome permanece uma incógnita, poderia ter sido Castelo Branco ou algum povoado entre as ermidas da Senhora de Mércules, Santa Ana e São Martinho.

José Manuel Garcia (1979 p. 153; 1984 p. 95) sugeriu, embora com reservas, que na região de Castelo Branco se poderia situar a cidade de *Concordia*, referenciada por Ptolomeu (_____ V 6) na região a norte do Tejo, sendo o étnico dela derivado também mencionado por Plínio entre os *oppida* estipendiários. Esta hipótese teve origem na lápide funerária de um indivíduo que parece identificar-se como concordiense, que apareceu na Cadaveira, local próximo de Vila Velha de Ródão, região que, segundo este autor, poderia ser habitada pela população com aquele nome. Já Vasco Gil Mantas (1985 p. 228) considera que não há, na argumentação apresentada, nada que autorize tal localização, tendo sempre presente que a referência à origem normalmente indica afastamento do local do achado.

Afastada, portanto, a hipótese de Castelo Branco corresponder a esta cidade, nada impede, no entanto, que aqui exista um *vicus* ou até mesmo a capital dos *Taponi*. Se não no perímetro da actual cidade, algures nos seus arredores. A cerca de 3 Km a sueste de Castelo Branco, no triângulo formado pelas ermidas da Senhora de Mércules,

Santa Ana e São Martinho, existe uma baixa onde são conhecidos vestígios romanos abundantes e dispersos (ALARCÃO 1988³p. 76; ALARCÃO 1990 p. 371; ALARCÃO e IMPERIAL 1996 p. 42). Partindo desta notícia, realizámos uma pesquisa no terreno, na tentativa de esclarecer a questão, delimitando esses mesmos vestígios.

Percorrendo toda essa superfície, pudemos verificar que, na realidade, os vestígios existem, concentrando-se na baixa entre a Senhora de Mercóles e Santa Ana, em três núcleos, ocupando uma extensão bastante vasta. Porém, é preciso ter em atenção que esta é uma região bastante agricultada, por um lado, e já sujeita a construções, por outro, e portanto é natural que os vestígios se tenham dispersado por uma área maior.

O primeiro núcleo de vestígios encontra-se em redor da capela de Santa Ana, nomeadamente nos terrenos que pertencem actualmente à Escola Superior Agrária de Castelo Branco. Aqui encontrámos quase continuamente cerâmica de construção, inclusivamente na própria estrada de acesso, nos canteiros que rodeiam a referida capela.

Alguns metros adiante, junto da capela da Senhora de Mércóles, nos terrenos que a circundam, é grande a densidade de vestígios, mas infelizmente de uma forma muitíssimo fragmentada, dadas as diversas construções no local. Além da cerâmica de construção, aqui se encontraram vários fragmentos de cerâmica comum e, inclusivamente, *terra sigillata*. Ainda nesta área, nos muros que circundam os terrenos se encontram quer fragmentos de cerâmica de construção, quer pedras aparelhadas, que poderão ascender ao período romano.

Outro núcleo com grande densidade de vestígios situa-se numa propriedade agrícola, com cerca de 7850 m², que fica sensivelmente a meio das duas ermidas referidas. Esta propriedade, actualmente um olival, foi dividida ao meio pelo caminho de acesso que, por ser em terra batida, ainda conserva, embora de forma muito fragmentada, vestígios da presença romana. O olival apresenta um número verdadeiramente surpreendente de vestígios, abarcando desde *tegulae* e *imbrices*, tijolos de coluna, até fragmentos de *dolia*.

Estes três núcleos, dada a sua proximidade e o facto de entre eles existirem vestígios pontuais de cerâmica de construção, devem fazer parte de um mesmo aglomerado populacional, cujos vestígios se dispersaram por uma área que ultrapassa os 650 000 m². Actualmente, provavelmente, formaram-se diferentes núcleos devido à abertura da estrada municipal que liga Castelo Branco à Senhora de Mércóles, bem como pela construção de habitações.

Depois, temos um outro núcleo de vestígios, afastado dos anteriores, no Monte de São. Aqui, além da notícia da existência de fragmentos de cerâmica de construção, há ainda a notícia do achado de três fragmentos de aras e quatro inscrições (GARCIA 1979 p. 151 nota 3). No local, verificámos apenas a existência, muito escassa, de fragmentos de construção, mesmo em redor da ermida, que se situa em cota elevada junto a um marco geodésico. Dada a escassez de vestígios e as características topográficas do local, é nossa opinião que este seria, de longe, mais propício a um santuário que a qualquer outro tipo de ocupação: o isolamento e a altitude do local, dominando visualmente uma vasta área, convida à meditação. Neste sentido está a existência actual de uma ermida no local, cuja presença pode indiciar a continuação de um culto que vem de longe.

Devemos admitir, tendo em conta a acumulação de vestígios e o achado das inscrições em São Martinho, a hipótese de se situar na superfície compreendida entre a Senhora de Mércules e a capela de Santa Ana, se não a capital dos *Taponi*, pelo menos um centro urbano secundário, enquanto em São Martinho poderia existir um santuário de alguma forma relacionado com a cidade, que se situaria mais abaixo.

É indubitável, porém, que a resolução deste problema passa pelo incremento de prospecções sistemáticas e escavações científicas nestes e noutros sítios já identificados e que, por isso, exigem uma intervenção.²

2. *Formas de identificação e destinos da emigração*

Como já referimos na Introdução, procurámos detectar elementos dos *Taponi* fora do seu território de origem, partindo sempre do princípio de que a indicação da *origo* significa que o indivíduo é alheio ao local.

O primeiro aspecto a realçar é a forma como essa origem surge na epígrafe. Ela pode surgir de uma forma directa, através da indicação expressa da *origo*, ou de uma forma indirecta quando na identificação onomástica um antropónimo corresponde a um étnico.

Desta forma, não temos dúvidas quanto à origem dos indivíduos representados pelas inscrições números 16 e 17. Estes indicam, de uma forma indubitável, a *origo* através do étnico *Taporus*. Trata-se, provavelmente, de dois cidadãos romanos (o primeiro é-o com certeza) que, morrendo na capital da província da Lusitânia, referem expressamente

a sua origem indígena. Também na inscrição n.º 23, um indígena perfeitamente romanizado indica expressamente a sua *origo*, não deixando dúvidas quanto ao seu território natal. Nas inscrições n.ºs 2, 4, 5, 6, 7, 18, 19, 21, 22 e 24, temos uma série de indivíduos que se identificam com um nome único a que associam o étnico *Taporus*. Também na epígrafe n.º 15, um indivíduo denuncia a sua origem indígena através do étnico *Taporus*, embora grafado de forma diferente da habitual.

A designação de *Taporus* pode surgir ainda através do patronímico. Detectámos, assim, cinco indivíduos (inscrições n.ºs 1, 9, 10, 12 e 20) que denunciam a sua origem indígena, através do patronímico *Taporus*. Significa isto que quem emigrou foi o pai. A hipótese de se tratar da mesma pessoa coloca-se, em relação às inscrições n.ºs 9 e 10, uma vez que são provenientes do mesmo local, que à época não seria muito extenso.

Como *cognomen*, *Taporus*, surge nas inscrições n.ºs 11, 13 e 14, revelando uma série de indivíduos provenientes desse *populus*.

Nas epígrafes 3 e 8, *Taporus* aparece como nome único. Curiosamente, os dois casos correspondem a mulheres que referem apenas este nome e o patronímico.

Devemos ainda prestar atenção ao facto de a designação *Taporus* aparecer por vezes abreviada, significando isto que seria uma designação por demais conhecida na região. Surge assim, de uma forma abreviada, nas inscrições n.º 2, de Viseu, e n.º 4, da Capinha; nestes sítios não seria de estranhar o conhecimento do significado da mesma, dada a proximidade do território dos *Taponi* dos locais de proveniência destas epígrafes. Mais estranha é a utilização de abreviaturas nas epígrafes n.º 12, de Tharsis, e n.º 22, de Santa Eufemia - Córdova. Poderá isto significar a existência de uma grande comunidade de elementos deste *populus* nestas regiões? Mas, se assim fosse, seria lógico essa origem fazer parte do nome como forma distintiva?

Do conjunto das 24 inscrições, temos 23 epitáfios, apenas uma é votiva, a inscrição n.º 19, consagrada à deusa *Nabia*⁶: trata-se de um indivíduo que prestou culto a esta divindade numa terra que lhe era alheia.

⁶ Um dos deuses de origem pré-romana venerados ao tempo dos Romanos. Considera José d'Encarnação (1990 pp. 447-448) que, sem pormos de parte a hipótese de se tratar de uma divindade particularmente ligada aos benefícios que a água traz à agricultura, lhe devemos também atribuir uma função tutelar.

Quanto à origem dos *Taponi*, esta não foi ainda devidamente esclarecida: poderia ser céltica, ibérica ou autóctone. Scarlat Lambrino (1956 p. 65), tendo em conta que os nomes que acompanham *Taporus* são maioritariamente célticos, como *Reburus*, *Maelo*, *Boutius*, *Celtius*, *Camalus*, e admitindo que os *Taponi* são iberos - um povo autóctone, anterior aos Celtas - admite que grupos célticos vieram formar o grosso da população desta tribo ou que os *Taponi* se celtizaram em contacto com invasores vindos da Gália.

Os *Taponi* encontrar-se-ão, com certeza, entre os povos de origem indoeuropeia, mas pré-céltica (ALARCÃO 1992 p. 344; 1996 p. 26), que se estabeleceram na região da agreste Beira Interior, no Bronze Final. Será, no entanto, precipitado avançar com hipóteses sobre a constituição da população deste *populus*. No catálogo apresentado, a onomástica indígena predomina, sem dúvida, sobre a latina. Os nomes citados por Scarlat Lambrino estão bem representados. Pensamos, no entanto, que a amostra que constitui este catálogo é reduzida; para tirar conclusões a esse nível seria necessário um estudo mais exaustivo da onomástica da região delimitada como pertencente aos *Taponi*.

A realização do catálogo epigráfico permitiu trazer alguma luz quanto à dispersão geográfica deste *populus*. Os destinos da emigração foram variados, desde os territórios vizinhos até paragens fora da própria Lusitânia. E se para alguns destes destinos é possível determinar as motivações para a emigração, para outras é hoje difícil, se não impossível, descobrir as causas que levaram ao abandono da terra natal.

Assim, por exemplo, a emigração para Mérida seria fácil de explicar. Sendo Mérida⁷ capital da Lusitânia, devia reunir uma série de condições como urbanismo e desenvolvimento económico, que funcionariam como atractivos para populações cansadas da rudeza do Interior, à semelhança do que ainda hoje acontece com a saída constante de gente das aldeias para as cidades, onde as oportunidades são maiores.

Em Idanha-a-Velha⁸, cidade capital dos vizinhos *Igaeditani*, a atracção fundamental seria, para além das suas riquezas agrícolas, os

⁷ Fundada em 25 a. C., aquando do final das guerras de Augusto no Noroeste (ALARCÃO 1990 p. 350).

⁸ A fundação desta cidade deve ser considerada na sequência do estabelecimento da *colonia Norba Caesarina*, deduzida em 35 d. C. (MANTAS 1988 p. 419), sendo certamente uma fundação de Augusto. Existia já em 16 a. C., porque nesta data um cidadão de *Emérita Augusta* doou à cidade um relógio (ALARCÃO 1988' p. 35). Esta

consideráveis recursos mineiros, que também existiam em Tharsis⁹, no Sul de Espanha, e na região de Santa Eufémia, na provincia de Cordova. E sabido que os Romanos foram grandes mineiros na Antiguidade, explorando diversos metais. No actual distrito de Castelo Branco parece ser certa a mineração romana no rio Erges e no Rosmaninhal (junto a Idanha-a-Nova) (BLANCO FREJEIRO 1977 p. 24; MANTAS 1988 p. 434), sendo também natural que os vestígios de trabalhos antigos encontrados nos concelhos de Penamacor e Idanha-a-Nova tenham também essa proveniência, principalmente as aluviões dos rios Baságueda, Aravil e Pônsul (ALARCÃO 1988¹ p. 129; CARVALHO e FERREIRA 1954 pp. 28-29). E natural que a actividade mineira, nomeadamente a fama do *aurifer Tagus* e de alguns dos seus afluentes da margem direita, tenha atraído ao território dos *Igaeditani* e à região de Tharsis populações que, uma vez emigradas, acabaram por se fixar nessas regiões.

Por outro lado, a Beira Baixa e toda a zona nascente das serras da Estrela e da Lapa, terão integrado uma área económica dependente da capital da Lusitânia, servida pela estrada de Mérida à *Egitania*, bem como pela famosa via da prata que ligava Mérida a Salamanca (ALARCÃO 1990 p. 434). Assim, estas correntes migratórias, como já escreveu Vasco Gil Mantas (1988 p. 436 nota 103), estarão muito relacionadas com os grandes eixos viários regionais e condicionadas por razões económicas e administrativas. Foi a construção de uma rede viária que quebrou o isolamento desta região, facilitando os contactos dos *populi* que a habitavam com outras áreas da Hispânia.

cidade terá sido promovida ao estatuto municipal sob os Flávios (MANTAS 1988 p. 425), tal como, provavelmente, os *Tapori* que também tinham os seus cidadãos inscritos na tribo *Quirina* (situação que a inscrição n.º 16 comprova).

⁹ As minas de Tharsis foram das mais importantes numa extensa faixa piritosa que, de NO para SE, decorre desde Grândola até Asnalcollar (perto de Sevilha). Nesta faixa situam-se também as por demais conhecidas minas de Aljustrel (ALARCÃO 1988¹ p. 130).

II. Catálogo

Inscrição n.º 1

Ach: Conimbriga, Condeixa-a-Nova, Coimbra.

Par: Museu Monográfico de Conimbriga (Inv. n.º A - 188).

Parte direita de urna placa de calcário, reempregue na época visigótica, como o prova o motivo decorativo sobre a parte esquerda actual.

Dimensões: 13,9 x 38,8 (?) x 7,1 cm.

[D(̂LV)]. M{*anibus*} / [SVLPICIAE A]MOE/[NAE TAP]ORI (*hedera*)
F (*iliae*) / [*AHinorum*] SVJLPICIVS / 5 [RVFVS (?) CONI]VX /
[F(*aciendum*)\C(*uravit*)

Aos deuses Manes. A Sulpicia Amena, filha de Taporos, de ... anos.
Sulpicio Rufo (?), o marido, mandou fazer.

ALARCÃO e ÉTIENNE 1976, 37.

A defunta identifica-se, como é regra entre as mulheres romanas, com o gentilício e o *cognomen*. O *cognomen* latino *Amoena*, a de belo parecer, é um dos que cedo ganha adeptos entre a população indígena (ENCARNAÇÃO 1990 p. 397), sendo característico dos limites da Lusitânia (UNTERMANN 1965 mapa 8 p. 56). O gentilício parece ser o do marido como sugerem os editores.

Esta inscrição, a estar correcta a reconstituição, denota perfeitamente a aculturação onomástica. A defunta é identificada à maneira romana, não sendo, no entanto, repudiada a sua origem indígena ao indicar-se o patronímico *Taporos*. Este teria, provavelmente, imigrado para esta região, onde acabou por ficar conhecido por este antropónimo indicativo da origem.

O dedicante apresenta como *cognomen* um antropónimo latino bastante comum na Península, identificando-se, aparentemente, apenas com este e o gentilício, não apresentando *praenomen* (que se começa a suprimir a partir de finais do séc. II a. C.).

A escrita e o formulário apontam, segundo os editores, para uma datação do séc. II (ALARCÃO e ÉTIENNE 1976 p. 68).

Inscrição n.º 2

Ach: Quinta do Serrado (junto à igreja do Carmo), Santa Maria, Viseu.

Par: Permanece no local do achado.

Placa funerária que se encontrava completa quando do seu aparecimento e hoje apresenta apenas três linhas. De granito, detém uma moldura com sulco e gola reversa, de que resulta um campo epigráfico rebaixado.

MAELO BO/VTI F (*ilius*) TAP^{rws} / ANNO (*rum*) . LX (*sexaginta*) . H(c) / S(*itus*) . EOO - S(i'0 . T(*ibi*) . T{*erra*) . LEVIS / 5 FILIO) F(*aciendum*) . C(*uraverunt*).

Aqui jaz Melão, filho de Búcio, taporo, de 60 anos. Que a terra te seja leve. Os filhos mandaram fazer.

CIL II, 408; CORTEZ p. 178; ILER 3905; VAZ 1997 pp. 251-252.

A identificação do defunto é feita de acordo com a primeira fase da aculturação onomástica latina: um nome seguido do patronímico, ambos de raiz pré-romana (IRCP p. 776). A própria idade é apresentada arredondada por lustros, como era comum nos epitáfios romanos.

Maelo é um nome lusitano, embora coincidindo com o gentílico romano *Maelius* (PALOMAR LAPESA 1957 p. 81, ALBERTOS 1965 p. 110, UNTERMANN 1965 mapa 52 p. 130).

Quanto ao patronímico *Boutius*, é um antropónimo tipicamente hispânico, sendo mesmo um dos nomes indígenas mais bem representados, sobretudo na Lusitânia (PALOMAR LAPESA 1957 p. 51, ALBERTOS 1964 p. 231, ABASCAL PALAZÓN 1994 p. 33), como se pode verificar no mapa de distribuição deste antropónimo (UNTERMANN 1965 mapa 18).

Neste epitáfio *Taporus* está como étnico. Melão, porque morreu fora da sua terra natal, identifica-se também com mais esse elemento acerca da sua origem.

A ausência da consagração aos deuses Manes, o formulário final e o modo da identificação apontam para uma datação de meados do séc. I.

Inscrição n.º 3

Ach: Mata da Rainha, Fundão, Castelo Branco.
 Par: Museu do Fundão. Bloco de pedra mal aparelhado.
 Dimensões: 25 x 58 x 18,2 cm.

TAPORA / TANGINI / F (*ilia*)H(ic) S E .

Aqui jaz Tapora, filha de Tangino.

VAZ 1977 pp. 20-21; AE 1977, 366.

A defunta é uma indígena: identifica-se com um antropónimo indígena seguido do patronímico também de origem pré-romana. Poder-se-á tratar de alguém com ascendência dos *Tapori* que, porque nascida fora do território desse *populus*, recebeu esse nome como forma de distinção.

Tanginus é um nome hispânico, representante típico da área lusitana, pois os que se encontram fora dessa região são muito poucos: cf. ALBERTOS 1965 p. 126, 1972 pp. 313-314; UNTERMANN 1965 mapa 74 pp. 170-171.

João Luís Vaz (1977 p. 25) data a inscrição do séc. I, certamente baseando-se na ausência da invocação aos deuses Manes, na ausência de dedicante, na identificação onomástica e, provavelmente, na paleografia.

Inscrição n.º 4 (foto)

Ach: Capinha, Fundão, Castelo Branco.
 Par: Depositada no jardim do Governo Civil de Castelo Branco.

Trata-se do fragmento irregular de um penedo granítico.
 Dimensões: 170 x 118 x 70 cm.

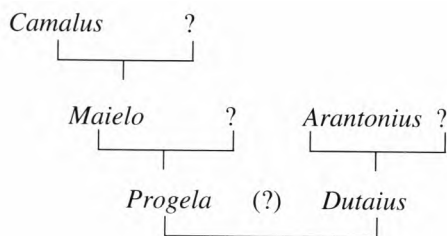
[...] H(ic) . S (*itus*). E (*st*). S(*í t*). T(*ibi*) . Tierra) . L . / MAIELO
 CAMALI ¥(*ilius*) T (*aporus*?) D(e) V(ico) TALABARA FACTVM
 CVRAVIT PROGELA MAIELONI F(;7 / ET DVTAIVS ARANTONI
 F (*ilius*)

Aqui jaz Maielão, filho de Câmalo, Taporo (?) da aldeia de Talabara. Que a terra te seja leve. Tratou de fazer Progela, filha de Maielão, e Dutaio, filho de Arantónio.

CIL II 453; CORTEZ 1952 p. 178; CARVALHO e ENCARNACAO 1994.

Mais uma inscrição da região do Fundão e mais um indivíduo dos *Taporí*.

Os dados que dela constam permitem-nos fazer o seguinte *stemma*:



Este epitáfio denota perfeitamente tratar-se de uma família indígena. Tal como nas duas inscrições anteriores, os indivíduos identificam-se de acordo com a primeira fase da aculturação onomástica latina: um nome seguido do patronímico, ambos de origem pré-romana.

Maielo é uma variante do antropónimo *Mailo*. A raiz deste nome corresponde à de *Maelo* (cf. inscr. n.º 2), sendo, sem dúvida, a do termo irlandês *mael* (PALOMAR LAPESA 1957 p. 81, ALBERTOS 1972 p. 298).

O pai do defunto, *Camalus*, tem um nome hispânico representante típico do repertório luso-galaico (ALBERTOS 1964 p. 235, UNTERMANN 1965 mapa 26 pp. 85-86).

Também neste epitáfio *Taporus* terá um significado étnico. Será mais um indivíduo pertencente a esse *populus* que, tendo morrido fora do seu território de origem, é identificado referindo a sua naturalidade étnica. De realçar a referência específica ao *vicus Talabara*. Este seria um sítio já citado por Ptolomeu e desse topónimo antigo teriam derivado as diversas Talaveras hoje existentes em território espanhol (CARVALHO e ENCARNÇÃO 1994 p. 49). O cuidado em identificar a naturalidade do defunto faz-nos deduzir que o referido *vicus* não pode identificar-se com a Capinha. Por outro lado, poderemos concluir que *Talabara* se situaria no território dos *Taporí*.

Os dedicantes são a filha e, muito provavelmente, o marido desta. Este identifica-se com um antropónimo hispânico característico da área lusitano-galega (UNTERMANN 1965 mapa 39 p. 108), *Dutaius*. Já o nome *Progela* parece ser até ao momento o único testemunho conhecido: será, decerto, corruptela local do nome latino *Procella*, esse sim documentado (CARVALHO e ENCARNÇÃO 1994 p. 48).

O pai de *Dutaius* apresenta um nome, *Arantoni*, característico da região da Beira Interior, nomeadamente de Idanha (*Egitânia* 1, 52, 53, 65; ALBERTOS 1976 p. 74).

Sobre esta inscrição recaem ainda dúvidas se o texto, tanto na primeira como na última linha, está ou não incompleto. Na realidade, o texto inicia-se por fórmulas funerárias que, de ordinário, não encabeçam os epitáfios. No entanto, como referem Rogério Carvalho e José d'Encarnação (1994 p. 48), começar a inscrição pela fórmula que é hábito vir no fim não é de estranhar-mos se a considerarmos dos primórdios do Império, quiçá mesmo da primeira metade do séc. I da nossa era. Esta hipótese é corroborada pela paleografia, pelo modo de identificação das personagens, bem como pela sua onomástica tipicamente de origem pré-romana. Por outro lado, estranhar-se-á o abuso dos nexos numa inscrição do séc. I; contudo, há que ter em conta que o suporte epigráfico é uma rocha, onde são maiores as dificuldades de gravação e a paginação obedece somente à superfície lisa disponível.

Inscrição n.º 5

Ach: Mós do Douro, Vila Nova de Foz Coa, Guarda.

Par: Numa horta de Amílcar Moutinho, no sítio da Cruzinha, servindo de esteio numa latada.

Bloco de lousa característica de um local distanciado poucos quilómetros a sudeste. Originariamente, terá sido uma esteira funerária, encontrando-se fracturada do lado esquerdo, no sentido da vertical.

Dimensões: 165 (?) x 28 (?) x 8,5 cm (encontra-se parcialmente enterada, daí a dificuldade em determinar a altura exacta).

[AL]BINVS / [A]PILI . F(*ilius*) / [TA]PORVS / [A]N(*orum*) XL
(*<quadráginta*) / ⁵ [H(/c)] S (*itus*) E (*st*) / [T]VREA / [A]LBONI . F (*ilia*) /
[V]XOR . B(*ene*)M(*erenti*) / [F(*aciendum*) .] C(*uravit*) . S(*it*) . T(*ibi*) . T(*erra*)
. L(*evis*) .

Aqui jaz Albino, filho de Apilo, Taporo, de 40 anos. A mulher, Túrea, filha de Albónio, merecidamente, mandou fazer. Que a terra te seja leve.

CURADO 1985.

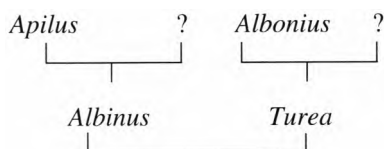
Fernando Patrício Curado coloca também a hipótese de se reconstituir *Coporus* em vez de *Taporus*, por existirem dois indivíduos em Lamego com esta denominação. A dúvida mantém-se, apesar de nos parecer mais provável *Taporus*, uma vez que são mais numerosos os exemplos deste.

O defunto identifica-se já com um antropónimo latino -*Albinus* - muito frequente na Hispânia (ALBERTOS 1964 p. 217; UNTERMANN 1965 mapa 4 pp. 47-48). A este nome acrescenta, na identificação, a sua origem étnica dos

Tapori, que Fernando Patricio Curado considerou, erradamente, pois *Albinus* não é gentílico, ser *cognomen*. O pai, *Apilus*, tem um nome indígena que se localiza essencialmente a norte do Douro (ALBERTOS 1976 p. 74).

A esposa que, saudosamente, lhe dedica o monumento, identifica-se com o antropónimo indígena *Turea* (UNTERMANN 1965 mapa 78 pp. 177-178) e com o patronímico *Albonius*, antropónimo também hispânico que cobre essencialmente a área da Lusitânia romana (ALBERTOS 1976 p. 71; UNTERMANN 1965 mapa 5 pp. 49-50).

Este epitáfio permite determinar os seguintes laços familiares:



Na inscrição está presente um elogio - *ao marido merecedor* - que era comum nos epitáfios romanos. Elogio que se faz, muitas vezes, não por sinceridade, mas por medo e respeito pelo morto (cf. IRCP pp. 818-820), sentimento em que também se enquadra o desejo de que “a terra te seja leve”.

Pela paleografia, Fernando Patricio Curado data o monumento de finais do séc. I.

Inscrição n.º 6

Ach: Póvoa do Mileu, Guarda.

Par: Museu da Guarda (n.º 687).

Lápide funerária, da qual não se dispõe de qualquer descrição, além das dimensões.

Dimensões: 80 x 44 x (?) cm

D(iis) M(anibus) S(aerum) / FRONTONI LA/VRI F(ilio) . TAPORO A/NNORVM LXV (sexaginta quinque) QVIN/5TA TELCI LI[BE]RTA MARI/TO PIENTIS(simo) F(aciendum) . C(uravit) .

Consagrado aos deuses Manes. A Frontão, filho de Lauro, Taporo, de 65 anos. Quinta, liberta de Telco, mandou fazer ao marido, modelo de piedade.

HAep. 1950-1952 412; CORTEZ 1952 p. 177; RODRIGUES 1957-1958; RODRIGUES 1962; HAep. 1961-1965 2025; ILER 4577.

Variantes: 1. 4, 5 e 6: NNORVM LXV OVIN/TA TEISI LI[BER]TA NOVALA) / ORIENTIS I(*ussit*) F(*aciendum*) C(*uravit*) (CORTEZ e HAEp. 1950-1952)
 1. 6: TO PIENTIS[SIMO] P(*onendum*) C(*uravit*) (HAEp. 1961-1965)

Esta inscrição apresenta algumas dúvidas de leitura. Resolvemos optar pela de Adriano Vasco Rodrigues e do ILER, por nos parecer a mais correcta. Optámos ainda pelos antropónimos *Quinta* e *Telcus* em vez de *Ovinta* e *Teisus*, uma vez que estes nomes não se encontram registados (ALBERTOS 1965 pp. 116 e 127).

O defunto identifica-se, pois, com o nome latino *Fronto* (KAJANTO 1982 pp. 17, 26, 118 e 236) a que se juntou o etnónimo *Taporo*.

A esposa, que apresenta nome latino que habitualmente é *praenomen*, identifica-se como liberta, demonstrando assim orgulho pelo seu patrono *Telcus*, com certeza alguém importante na região.

A invocação aos deuses Manes, que se faz utilizando apenas as siglas *DMS*, e o uso do adjectivo sugerem os finais do séc. II.

Inscrição n.º 7 (foto)

Ach: Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova, Castelo Branco.
 Par: Idanha-a-Velha.

Estela de topo arredondado, de granito.
 Dimensões: 55 x 41 x 16 cm

[APO ?]NIVS / [CjELTI. F(*ilius*) / [TJAPORVS / [...JAREO (?) / [...]

Apónio (?), filho de Céltio, Taporo ...

Egitânia 59; HAEp. 1955-1956 1109; LAMBRINO 1956 20.

O defunto identifica-se com um nome único e o étnico *Taporus*. O nome foi reconstruído como sendo *Aponius*, mas, de facto, também pode ser *Anius*, o que até parece mais correcto tendo em conta o espaço, onde deverá caber apenas uma letra como nas linhas posteriores.

O pai tem um nome, *Celtius*, que se encontra com frequência na região lusitana (ALBERTOS 1976 p. 78; UNTERMANN 1965 mapa 34 pp. 98-99).

Provavelmente, nas linhas em que a leitura é impossível, devido à fra-

gmentação do monumento na sua parte inferior, estaña a identificação do dedicante e a fórmula final *HSESTTL*.

Pese embora as limitações provocadas pelo facto de o texto estar incompleto e não ser possível uma análise paleográfica, ousáramos, dada a ausência da invocação aos deuses Manes e a própria simplicidade textual, datar o epitáfio do séc. I.

Inscrição n.º 8 (foto)

Ach: Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova, Castelo Branco.

Par: Idanha-a-Velha.

Esteia de granito, moldurada.

Dimensões: 100 x 37 x 32 cm

[*D(iis) M(anibus)*] *S(aerum)* / TAPOR/A . LEVRI (*filia*) / LANTV/^sTRA CAT/VRONIS (*filia*)

Consagrado aos deuses Manes. Tapora, filha de Leuro. Lantutra, filha de Caturo.

Egitânia 131; HAEp. 1955-1956 1170; LAMBRINO 1956 43; AE 1967 180; ILER 6091.

Variantes: 1. 4-5: IANTV/TRA (LAMBRINO)
LANTVRA (AE, ILER)

Mais duas indígenas que se identificam apenas com um nome e o patronímico.

Tapora apresenta o patronímico *Leurus*, que é nome latino (ALBERTOS 1972 p. 295).

Lantutra é um antropónimo do qual se conhece, até ao momento, apenas este exemplo. O pai, *Caturo*, tem um nome bem atestado em várias regiões da Hispânia, sendo um representante típico da área luso-galaica (ALBERTOS 1964 p. 238; UNTERMANN 1965 mapa 33 pp. 96-97).

Entre as defuntas, e porque têm um epitáfio em comum, existiria uma relação, provavelmente de parentesco, mas difícil de determinar uma vez que o pai não é o mesmo. Não obstante, podemos também colocar a hipótese de a segunda personagem ser a dedicante.

A invocação aos deuses Manes aliada à simplicidade textual induz-nos a datar o epitáfio de finais do séc. I.

Inscrição n.º 9 (foto)

Ach: S. Pedro do Corval, Reguengos de Monsaraz, Évora.
 Par: Museu de Évora. N.º 1890.

Estela funerária de ardósia, que se encontra partida do lado esquerdo, e com frontão marcado em altura através de sulcos na superfície frontal, onde se notam as linhas auxiliares.

Dimensões: 89 x 66 x 5 cm

[*praenomen*] [C]ASSIVS . RVFV[S] / [TAP]ORI (?) . F(*Mus*) .
 AN (*riorum*) . XXXV (*triginta quinque*) / []CI FC . X CE .) ? / [. . .] H(/c)
 S (*itus*) [E(si)] / ⁵ [...?]

Aqui jaz ... Cássio Rufo, filho de Taporó, de 35 anos ...

ENCARNAÇÃO 1982; AE 1982 462; IRCP 417.

Esta epígrafe faz referência a um indivíduo que se identifica com os *tria nomina*, seguidos do patronímico *Taporus*. O defunto é membro da *gens Cassia*, de que existem outros exemplos na Península, nomeadamente no *conventus Pacensis* (IRCP p. 496). O cognome latino *Rufus* é comum, sendo mesmo um dos mais frequentes na Península (ABASCAL PALAZÓN 1994 p. 31).

A identificação através dos *tria nomina* denuncia a perfeita aculturação onomástica deste indivíduo. Apesar disso, ao ser feito o epitáfio, não foi repudiada a sua origem indígena ao ser indicada a filiação.

A ausência da invocação aos deuses Manes e a paleografia (caracteres actuários) levam-nos a datar a inscrição do séc. I.

Inscrição n.º 10 (foto)

Ach: Numa necrópole junto de S. Pedro do Corval, Reguengos de Monsaraz, Évora.

Par: Museu de Évora. N.º 1724.

Esteia funerária de ardósia da região, em forma de tampa de sepultura.

Dimensões: 17,6 x 58,5 x 4 cm

C(*aius*) IVLIVS . PRO/CVLVS . TAPO/RI . F (*ilius*) AN (*norum*) . XX
 (*viginti*) / H(/c) . S(*itus*) . E(*st*) . CVR(*avit*) / PATER

Aqui jaz Gaio Júlio Próculo, filho de Taporó, de 20 anos. O pai mandou fazer.

CIL II 6263; ILER 4156; IRCP 424.

Variantes: 1. 2: AÑ~ (CIL)

Tal como na inscrição anterior, o defunto identifica-se com os *tria nomina*, seguidos do patronímico indígena *Taporus*, o que denota urna romanização de fresca data. A adopção dos nomes *Caius lulius* indiciam uma influência do reinado dos primeiros imperadores (IRCP p. 502). Aliás, o *nomen lulius* tem uma posição privilegiada na frequência dos *nomina* na Hispânia. Como gentílico imperial, a sua difusão foi extraordinária nas regiões que se incorporaram na latinidade entre César e os Flávios, alcançando um número que nenhum outro conseguiria (ABASCAL PALAZÓN 1994 p. 29). Esta repetição explica-se pela enorme popularidade de que gozaram alguns gentílicos e nomes próprios: na ausência de um referente familiar ou de patrono, serviam para acompanhar as mudanças da situação jurídica pessoal (ABASCAL PALAZÓN 1994 p. 30).

Quanto ao *cognomen Proculus* é tipicamente latino.

José d'Encarnação (IRCP p. 502) coloca a hipótese de o defunto desta inscrição e da anterior serem irmãos que assumiram *tria nomina* diferentes.

A referência da idade, arredondada por lustros, como era comum, terá aqui, com certeza, um valor sentimental: a morte precoce deste jovem terá acrescido a dor provocada aos seus entes queridos.

Tendo em conta a descrição paleográfica (capitais actuárias) e a própria identificação onomástica, consideramos a inscrição da segunda metade do séc. I.

Inscrição n.º 11

Ach: Termo de Marvão, Marvão, Portalegre.

Par: Museu de Marvão.

Fragmento de uma epígrafe de tipologia indefinida, de granito.

Dimensões: 29 x 110 x 10,5 cm

[...]/[...]NIO. TAPORO

HAEp. 1961-1965 2139; PAÇO e ALMEIDA 1962 pp. 149-150; AE 1963 147; ILER 932; IRCP 636.

Variantes: 1. 2: [...]ANO (PAÇO e ALMEIDA; ILER)

O texto está muito mal conservado, pelo que se toma bastante difícil a sua interpretação.

Nesta inscrição apenas podemos considerar a terminação de um nome e, provavelmente, o *cognomen Taporus*.

Os caracteres são do séc. I (PAÇO e ALMEIDA 1962 p. 149).

Inscrição n.º 12

Ach: Tharsis, Huelva.

Par: (?)

Não se dispõe de qualquer descrição do monumento.

CAMA[L]VS TA[P(ori)] F(*ilius*) [...?]

Câmalo, filho de Taporó, ...

HAEp. 2355.

Este indígena identifica-se de acordo com a primeira fase da aculturação onomástica latina.

Camalus é um nome hispânico, representante típico do reportório luso-galaico (ALBERTOS 1964 p. 235; UNTERMANN 1965 mapa 26 pp. 85-86).

A simplicidade na forma de identificação, acrescida da ausência de invocação aos deuses Manes, induz-nos a datar a inscrição da primeira metade do séc. I.

Inscrição n.º 13

Ach: No Mosteiro de San Augustin, Badajoz.

Par: Permanece no local do achado.

Tábua de mármore.

[CORN]ELIAE . HY[G]IAE / [IVLI?]VS . TAPORVS / [MAT]RI .
OPTIMAE / [DVL]CISSIMAE / 5 [AM] ANTIS SIMAE

A Cornélia Hígia. Julio Taporó à mãe ótima, querida e muito amada.

CIL II 1018; ILER 4041.

A defunta identifica-se como pertencente à *gens Cornelia* e com o *cognomen Hygia*. O facto de apresentar um *cognomen* de origem grega e omitir a filiação indicia o seu antigo estatuto de escrava.

O gentilício, adquirido com a liberdade, está muito bem representado na Península (ABASCAL PALAZÓN 1994 p. 30).

O dedicante identifica-se, provavelmente, com o gentilício *Iulius* (cf. insc. n.º 10) e o *cognomen* indígena *Taporus*. Parece verificar-se a ausência do *praenomen*.

A dor deste filho pela morte da mãe está bem patente na utilização de superlativos para enaltecer as qualidades da defunta.

A ausência de *praenomen* e a utilização de superlativos como qualificativos da defunta sugerem-nos, como cronologia, os finais do séc. II.

Inscrição n.º 14

Ach: Mérida, Badajoz.

Par: (?)

Não se dispõe de qualquer descrição do monumento.

PAPIRIA M{arei}. L(iberta) . TAPORA

Papiria Tapora, liberta de Marco.

AE 1971 145.

Tapora, nesta inscrição, surge como *cognomen* da defunta. O seu gentilício, *Papiria*, adquiriu-o, provavelmente, do seu patrono. Esta situação deve-se ao facto de ser uma antiga escrava que alcançou a liberdade.

A simplicidade textual aponta para o séc. I.

Inscrição n.º 15

Ach: Mérida, Badajoz.

Par: (?)

Ara de mármore branco.

Dimensões: 20 x 8 cm

[...] [P]ATRICIA / [...] H(/c) . S (ita) . E (st) . S (it) . T(ibi) . T (erra) .
L(evis) / [AJNNIA PRISCA / [MAT]RI ET TVTILIV/S TAPORIO . VXORI
/ INCOMPARABILI F(aciendum) . C(uraverunt) .

Aquí jaz Patricia Que a terra te seja leve. Ânia Prisca, à mãe, e Tutílio, Taporião, à esposa incomparável, mandaram fazer.

HAEp. 1953-1954 692; ILER 3667.

A defunta identifica-se com o *nomen Patricia* e um *cognomen* que, com certeza, estaria no início da segunda linha. Tem como dedicantes do seu epítáfio a filha e o marido. A filha pertence à *gens Annia*, de que há vários exemplos na Península (cf. IRCP), e tem o *cognomen* latino *Prisca*.

A onomástica patente na epígrafe é latina, denunciando já um elevado grau de romanização.

Interessante é verificar a presença do étnico *Taporio* em ablativo, como é normal tratando-se da *origo*. Se surgisse como *cognomen*, estaria em nominativo de forma a concordar com *Tutilius*. Porém, pode estar grafado *Taporio* no nominativo e não *Taporas*, como é habitual. Desta sorte, estamos em presença de mais um elemento deste *populus* que acabou por constituir família longe da sua terra natal.

O facto de a defunta e o marido omitirem a filiação leva-nos a colocar a hipótese de estarmos em presença de um casal de libertos não pertencentes à mesma *gens*.

A onomástica latina e o uso do adjectivo sugerem uma datação de finais do séc. II para este epítáfio.

Inscrição n.º 16

Ach: Mérida, Badajoz.

Par: Em casa do Conde de la Roca Moreno (segundo Hlibner).

Não se dispõe de qualquer descrição do monumento.

D(iis). M(anibus). S(acrum). / L(ucio). IVLIO LONGINO / QWIR(ina tribu). TAPORO / ANN(<9rum) XXXV (triginta quinque) / ⁵L(ucius) IVLIVS AVITVS / FILIO PISSIMO

Consagrado aos deuses Manes. A Lúcio Júlio Longino, da tribo Quirina, taporo, de 35 anos. Lúcio Júlio Avito ao filho, modelo de piedade.

CIL II 519; CORTEZ 1952 p. 178; ILER 4176.

Variantes: 1. 4: ANN XXV (CORTEZ)

O homenageado identifica-se como cidadão romano inscrito na tribo Quirina, cuja atribuição R. Étienne e G. Fabre (1972 pp. 200-203) consideram ser apanágio dos Flávios. Esta referência explícita à tribo denuncia um cidadão de fresca data, até pelo facto de a tribo vir mencionada após o *cognomen*.

Este orgulhoso cidadão romano apresenta os *tria nomina*, pertencendo à numerosa *gens Iulia* (cf. insc. n.^{os} 10 e 13). O *cognomen Longinus* é latino.

O seu pai, que se identifica também com os *tria nomina*, denota igualmente a perfeita aculturação onomástica romana. O *cognomen Avitus* é um nome latino que cedo ganhou as boas graças da população (ENCARNAÇÃO 1990 p. 397), sendo por isso muito frequente nas inscrições hispânicas (ALBERTOS 1964 p. 227).

Nesta epígrafe, *Taporo* tem um valor étnico indubitável: representa a *origo*.

Mais um epitáfio onde o defunto é elogiado, e, neste caso, dado o grau de parentesco e a idade da morte, denuncia um sentimento de saudade e pesar sincero, mais que um simples elogio por superstição.

A consagração aos deuses Manes e o uso do superlativo indiciam uma datação do séc. II.

Inscrição n.º 17

Ach: Mérida, Badajoz.

Par: (?)

Cipo, encontrado em 1608.

D (*iis*) M(*anibus*) S (*acrum*) / MARCO RVFINO ALBINO / TAPORO ANN(*orum*) XXV (*viginti quinque*) / FLAVIA FLAVINA / ⁵ MATER ET FLORIA SEVERA / VXOR / F(*aciendum*) C(*uraverunt*)

Consagrado aos deuses Manes. A Marco Rufino Albino, taporo, de 25 anos. A mãe, Flávia Flavina, e a esposa, Flória Severa, mandaram fazer.

CIL II 521; ILER 3670.

Variantes: 1. 4: FLAVIA FLA VINCA (ILER)

O defunto identifica-se com o *praenomen* e dois *cognomina*, a não ser que haja uma leitura incorrecta de *Rufino*, podendo tratar-se do *nomen Rufinio*. Contudo, são admissíveis os dois *cognomina* para quem entrou recentemente no esquema identificativo romano, e por isso é referido o *praenomen* por extenso e não apenas a sigla como é usual.

Também aqui temos a presença indubitável do étnico *Taporo*.

As dedicantes, a mãe e a esposa, identificam-se da forma normal entre as mulheres romanas: com o gentílico e o *cognomen*.

Toda a onomástica patente no epitáfio é latina, indiciando um elevado grau de romanização.

Tendo em conta a invocação aos deuses Manes e o esquema identificativo, apontamos para uma datação da segunda metade do séc. I.

Inscrição n.º 18

Ach: Mérida, Badajoz.

Par: (?)

Não se dispõe de qualquer descrição do monumento, apenas se sabe que foi encontrado em 1607.

LVPVS / ALBIN(Í) . F (*ilius*) . / TAPOR/VS . AN (*norum*) . L (*quin-
quaginta*) /⁵ H (*ic*) . S (*itus*) . E (*st*) . S (*it*) . T (*ibi*) . T (*erra*) . L (*evís*)

Aqui jaz Lupo, filho de Albino, taporo, de 50 anos. Que a terra te seja leve.

CIL II 520; CORTEZ 1952 p. 178; ILER 2744.

Variantes: 1. 4: IS . AN. L (CIL II)

Este indivíduo de nome *Lupus* denuncia a sua origem indígena, associando ao seu nome, provavelmente latino (ALBERTOS 1972 p. 298; KAJANTO 1982 p. 85), o etnónimo *Taporus*. Na Lusitânia, é em Mérida que o cognome *Lupus* aparece com mais frequência nos textos epigráficos onde se associa a gentílicos romanos e a nomes indígenas (DIAS 1979 p. 212).

Neste epitáfio, *Taporus* sugere mais um elemento deste *populus*. Ou estando correcta a leitura do CIL - *Taporis* “dos Taporos” - teríamos mais um ablativo no plural, esse sim indicativo étnico indubitável.

A ausência da invocação aos deuses Manes e a simplicidade textual induzem a uma datação do séc. I.

Inscrição n.º 19

Ach: San Juan, Villa del Rey (Brozas), Cáceres. Mas, como sofreu deslocções desde o seu emprego original à sua utilização como silhar, a ara pode vir de Villa Vieja de Alcántara, situada entre o Tejo e o Jartín, como outras (MELENA 1984 p. 260).

Par: (?)

Ara que foi trabalhada e convertida em silhar.

[...] MAXVM/[V]S . VLAT/[I]CI . F{*ilius*) . TA/[P]ORVS . / 5 [N]A-BIAE / [S]ACRVM

(...) Máximo, filho de Ulático, taporo. Consagrado a Nábia.

MELENA 1984 pp. 259-260; AE 1984 496.

Ara dedicada a Nábia, sem dúvida a divindade feminina indígena mais importante do NO hispánico.

Tal como na inscrição anterior, temos um individuo que denuncia a sua origem indígena associando ao *cognomen* latino *Maximus* o etnónimo *Tap o rus*.

Inscrição n.º 20

Ach: San Martin de Castañar (na estrada de Ciudad Rodrigo a Bejar), Salamanca.

Par: (?)

Não se dispõe de qualquer descrição do monumento.

BOLOSEA / BREVI(/) . F{*ilia*) . VIX(íi) / AN(nis) . LXX (*septuaginta*) . H(ic) . S(ita) . E(st) / S(it) . T(ibi) . T(erra) . L(evis) . / ^sREBVRVS / TAPORI. F{*ilius*) . CE/NTVRIO / MATRI

Aqui jaz Bolosea, filha de Brévio. Viveu 70 anos. Que a terra te seja leve. O centurião Reburro, filho de Taporo, à mãe.

CIL II 881; HAEp. 413; CORTEZ 1952 pp. 177-178; ILER 3977.

Considerando os parentescos indicados, podemos estabelecer o seguinte *stemma*:

*Brevius**Bolosea Taporus**Reburus*

A defunta tem um nome pouco frequente, *Bolosea*, atestado apenas mais duas vezes em Idanha e outra em Caparra (PALOMAR LAPESA 1957 p. 49; ALBERTOS 1964 p. 230).

O pai da defunta apresenta também um antropónimo, *Brevius*, atestado somente em Idanha (ALBERTOS 1964 p. 231).

Reburus, ao invés, é antropónimo indígena que domina essencialmente na área lusitano-galega (UNTERMANN 1965 mapa 66 pp. 155-156).

Neste epitáfio temos mais um exemplo em que o antropónimo indígena *Taporus* surge como patronímico (cf. insc. n.ºs 1, 2, 9, 10 e 12).

Ma de Lourdes Albertos (1965 p. 126) coloca a hipótese de este *Taporus* ser lusitano, quiçá de Idanha, porque é o pai de um centurião romano, *Reburus*, cuja mãe e avô materno, *Bolosea* e *Brevius*, têm nomes atestados também em Idanha e são completamente estranhos ao conjunto da antroponímia da província de Salamanca. Na nossa opinião, esta hipótese não nos parece muito viável, pois se ela se poderia colocar em relação a *Bolosea*, *Brevius* e *Reburus*, parece ser pouco provável em relação a *Taporus*. Ele, na realidade, deveria ser da Lusitânia, e até poderemos supor que terá vivido em Idanha, onde constituiu família; no entanto, a designação de *Taporus* leva-nos a remetê-lo para o território do povo com o mesmo nome, sendo ponto assente que a Idanha corresponde o povo dos *Igaeditani*.

A ausência de invocação aos deuses Manes e a própria simplicidade na identificação onomástica sugerem o séc. I.

Inscrição n.º 21

Ach: Numa necrópole do lugar de “Minas Viejas”, Santa Eufemia, Almadén, Córdoba.

Par: Encontra-se junto de uma figueira, num poço aproximadamente a 100 m da estrada 411, entre Santa Eufemia e Almadén.

Estela de arenito local com remate semicircular, fragmentada na parte inferior. Na parte superior apresenta um crescente lunar.

Dimensões: 73 x 50 x 25 cm

ARANTONI/VS CILI F(*ilius*) / [T]APORV[S] / [...]

Arantônio, filho de Cílio, taporo, ...

STYLOW 1986 1; HEp. 1989 296.

O defunto identifica-se com o antropónimo *Arantionius*, característico da região de Idanha (cf. insc. n.º 4). *Taporus* é aqui empregue inequivocamente como *origo*.

Este *Arantionius* estava, decerto, entre os muitos homens que trabalhavam como mineiros na Betúria túrdula, rica em minas de chumbo. A necrópole, onde este epitáfio foi encontrado, seria da colónia mineira (HEp.).

O patronímico *Cilius* é um nome hispânico bem conhecido, nomeadamente na área lusitano-galega (PALOMAR LAPESA 1957 p. 64; ALBERTOS 1964 p. 240; UNTERMANN 1965 mapa 35 pp. 20, 100-101; ALBERTOS 1972 p. 27; ALBERTOS 1976 p. 79).

A inscrição pode datar-se de fins do séc. I (HEp.).

Inscrição n.º 22

Ach: Numa necrópole do lugar de “Minas Viejas”, Santa Eufemia, Almadén, Córdoba.

Par: Encontra-se no sítio do achado, num campo a 150 m a sudoeste da estrada 411, entre Santa Eufemia e Almadén (informação em HEp.).

Estela de arenito local, de remate triangular com um motivo semiesférico no centro.

Dimensões: 120 x 47 x 27 cm

LVPVS CA/MALI (*filius*) TAP (*orus*) / ANN (*orum*) XX/XV (*triginta quinque*) H(c) S (*itus*) E (*st*) / ⁵T(e) R(ogo) P (*raeteriens*) D (*icas*) S (*it*) / T (*ibi*) T(*erra*) L(*egis*)

Aqui jaz Lupo, filho de Câmalo, taporo, de 35 anos. Rogo-te, ó passante, que digas: “A terra te seja leve”.

STYLOW 1986 2; HEp. 1989 297.

Este epitáfio provém do mesmo local do anterior, denunciando, portanto, mais um indivíduo que teria emigrado para a região, a fim de trabalhar nas minas. Trata-se de mais um *Lupus*, que denuncia a sua origem indígena associando a este nome latino o indígena *Taporus* (cf. insc. n.º 18). Também aqui *Taporus* terá um valor étnico e o facto de estar abreviado pode indiciar a existência de outros elementos deste *populus* no local.

O pai apresenta o nome hispânico *Camalus*, que já nos surgiu nas inscrições 4 e 12. Destaca-se, no entanto, a n.º 4: epitáfio de “Melão, filho de Câmalo, taporo”. Apesar da fragilidade da hipótese, pensamos não ser de todo inadvertido questionar da possibilidade de *Maielo* e *Lupus* serem irmãos.

A fórmula final denota um conhecimento dos modelos romanos. Este formulário enquadra-se no diálogo dos mortos com os vivos, na necessidade de o morto continuar a partilhar o mundo dos vivos (cf. FERREIRA 1996).

Pela filiação subentendida, o formulário final e a forma das letras, data-se da primeira metade do séc. I (HEp.; STYLOW 1986 p. 245).

Inscrição n.º 23

Ach: Córdoba.

Par: Museu Nacional de Arqueologia de Espanha. N.º 16834.

Placa de mármore fragmentada na parte superior, inferior e do lado direito. O campo epigráfico foi moldurado com decoração vegetal.

Dimensões: 20,5 (?) x 27 (?) x 6 cm

D(iis) [M(anibus) S(acrum)] / C(aius) VAL(erius) AVITVS [...] /
NATIONE TA[PORVS ?] / GEMMA QVOD EST A[...] / 5 QVOD
TE[N]EBR[...] / SIC INTER [...] / [...]

Consagrado aos deuses Manes. Caio Valério Avito, da nação dos *Tapori* (?)...

CILII 2253; HEp. 1993 163.

Variantes: 1. 4, 5, 6: GEMNA QVOD EST M[...] / QVODIE
FEBRV[ARII] [MEN]/SIS INTER K[ALARI] [...] (CIL II)

O defunto é um indivíduo perfeitamente romanizado que se identifica com os *tria nomina*. O *cognomen* é latino (cf. insc. n.º 16) e o gentilício, um dos mais comuns na Península (ABASCAL PALAZÓN 1994 p. 30).

Já se chamou a atenção para o conceito de *natio*, que parece mais amplo que o de um *populus* lusitano como os *Tapori* (HEp.). Não nos parece, no entanto, um argumento válido, pois na base do conceito de nação está essencialmente uma comunhão de cultura e tradições que faz com que um conjunto de indivíduos se sintam unidos por uma mesma identidade.

A inscrição poder-se-á datar de fins do séc. II ou princípios do III (HEp.).

Inscrição n.º 24

Ach: Inscrição lusitana de origem incerta.

Par: (?)

Não se dispõe de qualquer descrição do monumento.

MARCIA S M / RIC . EF . AN (*riorum*) LX (*sexaginta*) / H (*ic*) . S (*itá*) .
E(*st*). S(*it*). T(*ibi*). T(*erra*). L(*evís*) / ALBINVS /⁵ ET [...]S FLAVS . FL/A
. CO FILI / MATRI . F(*aciendum*) . C(*uraveruni*) / ALBINVS / TAPORVS
[...] L/ANCIEN/¹⁰SIS . P(*atri*). M(*atri*). F(*aciendum*) . C(*uravit*)

Aqui jaz Márcia, ..., de 60 anos. Que a terra te seja leve. Albino e ... ,
Flau, Flaco, os filhos, mandaram fazer à mãe. Albino, taporo, ..., dos Lan-
cienses, mandou fazer ao pai e à mãe.

CIL II 950; CORTEZ 1952 p. 178; ILER 5361; CPIL 131.

Variantes: 1. 1: MRCIA (CORTEZ)

1. 9: ISANGLIN (CORTEZ)

O texto apresenta-se assaz confuso, pelo que a interpretação que dele se
faz mantém fortes reservas.

A defunta seria um elemento da *gens Mareia*, *gens* numerosa na Penín-
sula. No final da primeira linha e início da segunda poderá estar o *cognomen*.

Os dedicantes seriam os filhos, que apresentam onomástica latina: *Albi-
nus*, nome muito frequente na Hispânia (ALBERTOS 1964 p. 217), *Flaus*, nome
também latino de boa adaptação entre os indígenas (ABASCAL PALAZÓN 1994
p. 31) e ainda *Flacco* (que deveria estar grafado *Flaccus*). Temos ainda um
outro personagem que se identifica como “Albino Taporo” e que não sabemos
se será o mesmo citado na quarta linha da inscrição.

Bibliografia*

- ABASCAL PALAZÓN (Juan Manuel), *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*, Murcia, 1994.
- ALARCÃO (Jorge), *O Dominio Romano em Portugal*, Lisboa, 1988 (= ALARCÃO 1988¹)-
- “Os Montes Herminios e os Lusitanos”, *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, Lisboa, 1988, vol. 2, pp. 41-48 (= ALARCÃO 1988²).
 - *Roman Portugal*, vol II, Fase. 1, 1988 (=ALARCÃO 1988³). (coord.), *Nova História de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1990, pp. 352-441.
 - “Etnografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica”, in ALMAGRO - GORBEA e Ruiz ZAPATERO (eds.), *Paleoetnologia de la Peninsula - Complutum*, 2-3, 1992, pp. 339-345.
 - “O primeiro milénio a. C.”, *De Ulisses a Viriato, o primeiro milénio a. C.*, 1996, pp. 15-30.
- ALARCÃO (Jorge) e ÉTIENNE (Robert) (dir.), *Fouilles de Conimbriga*, II, Paris, 1976.
- “Le Portugal à l’époque augustéene”, *Symposium de Ciudades Augusteas*, Saragoça, 1976, pp. 171-187.
- ALARCÃO (Jorge) e IMPERIAL (Flávio), “Sobre a localização dos Lancienses e Taporí”, *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Lisboa, 1996, pp. 39-44.
- ALBERTOS (Maria de Lourdes), “Nuevos antropónimos hispánicos”, *Emerita*, tomo XXXII, fase. 2.º, Madrid, 1964, pp. 209-252; tomo XXXIII, fase. 1.º, 1965, pp. 109-143; tomo XL, fase. 1.º, 1972, pp. 1-29; tomo XL, fase. 2.º, 1972, pp. 287-318.
- “La antroponimia prerromana de la Peninsula Ibérica”, *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Peninsula Ibérica* (Salamanca, 27-31 Mayo 1974), Salamanca, 1976, pp. 57-86.
- AE = *L’Année Épigraphique*, Paris, 1963, 1967, 1977, 1982 e 1984.
- BLANCO FREIJEIRO (Antonio), *El puente de Alcantara en su contexto historico*, Madrid, 1977.
- CARDOSO (J. Ribeiro) *Subsidios para a Historia Regional da Beira Baixa*, vol. I, Castelo Branco, 1944.
- CARVALHO (J. Silva) e FERREIRA (O. da Veiga), “Algumas lavras auríferas romanas”, *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*, vol. IX, fase. 1-4 1954, pp. 20-46.
- CARVALHO (Rogério) e ENCARNÇÃO (José d’), “Inscrição rupestre romana procedente de Capinha”, *Trebaruna*, vol. III, Castelo Branco, 1994, pp. 43-53.
- CIL II = HÜBNER (E.), *Corpus Inscriptionum Latinarum - II*, Berlin, 1869.
- CORTEZ (F. Russell), “Os Taporí de Plínio. Subsídios para a sua localização”, *Zephyrus*, III, 2, 1952, pp. 175-178.

* Quando às obras bibliográficas citadas ao longo deste trabalho se segue um número sem a sigla p, indicativa de página, significa que se está a fazer referência ao número da inscrição na referida obra.

- CPII = HURTADO DE SAN ANTONIO (Ricardo), *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas (Cáceres)*, Cáceres, 1977.
- CURADO (Fernando Patrício), “Inscrição funerária de Mó do Douro (Vila Nova de Foz Coa) (*Conventus Scallabitanus*)”, *Ficheiro Epigráfico*, 14, 1985, pp. 11-13.
- DIAS (M. Manuela A.), “A propósito da inscrição B-143 do Museu Regional de Beja”, *Conimbriga*, XVIII, 1979, pp. 203-226.
- Egitânia* = ALMEIDA (D. Fernando de), *Egitânia. Historia e Arqueologia*, Lisboa, 1956.
- ENCARNAÇÃO (José d’), *Sociedade e Epigrafia*, Setúbal, 1979.
- “Uma estela do Museu de Évora (*Conventus Pacensis*)”, *Ficheiro Epigráfico*, 4, 1982, pp. 11-12.
- “A Demografia” e “A Religião”, in ALARCÃO (Jorge) (Coord.) *Nova História de Portugal*, 1990, pp. 395-408 e 442-461.
- “O monumento epigráfico romano, fonte para o estudo das migrações na Península Ibérica”, *III Congreso Peninsular de Historia Antigua, Preactas*, vol. II, Vitoria, 1994, pp. 649-653.
- *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina*, Coimbra,³1997.
- ÉTIENNE (Robert) e FABRE (G.), “C. Turranius Rufus de Conimbriga”, *Conimbriga*, vol. XI, 1972, pp. 193-203.
- FERREIRA (Ana Paula), “As saudações do Além entre os Romanos”, *Conimbriga*, vol. XXXV, 1996, pp. 107-127.
- GARCIA (José Manuel), “Epigrafia e romanização de Castelo Branco”, *Conimbriga*, vol. XVIII, 1979, pp. 149-167.
- *Epigrafia Lusitano-Romana do Museu Tavares Proença Júnior*, Castelo Branco, 1984.
- HAep = *Hispania Antiqua Epigraphica*, Madrid, 1-3, 1950-1952; 4-5, 1953-1954; 6-7, 1955-1956; 12-16, 1961-1965.
- HEp = *Hispania Epigraphica*, Madrid, n.º 1, 1989; n.º 3, 1993.
- ILER = VIVES (J.), *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971 e 1972 (índices).
- IRCP = ENCARNAÇÃO (José d’), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984.
- KAJANTO (Iiro), *The Latin Cognomina*, Roma, ²1982.
- LAMBRINO (Scarlat), “Les inscriptions latines inédites du Musée Leite de Vasconcelos”, *O Arqueólogo Português*, n. s., III, Lisboa, 1956, pp. 5-76.
- MELENA (José L.), “Un ara votiva romana en el Gaitán. Cáceres”, *Veleia*, 1, 1984, pp. 233-260.
- MANTAS (Vasco Gil), Recensão a José Manuel Garcia, *Epigrafia Lusitano-Romana do Museu Tavares Proença Júnior*, in *Conimbriga*, vol. XXIV, 1985, pp. 224-229.
- “*Orarium donavit Igaiditanis*: Epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana”, *1º Congreso Peninsular de Historia Antigua - Actas*, vol. II, Santiago de Compostela, 1988, pp. 415-439.
- MONTEIRO (José Alves), “Término de Peroviseu na Lusitânia Romana”, *Conimbriga*, vol. XIII, 1974, pp. 57-62.

- PAÇO (Afonso do) e ALMEIDA (D. Fernando de), “Duas inscrições inéditas do Museu de Marvão”, *Revista de Guimarães*, vol. LXXII, n.^{os} 1 e 2, 1962, pp. 145-151.
- PALOMAR LAPES A (Manuel), *La Onomástica Personal Pre-Latina de la Antigua Lusitania. Estudio Lingüístico*, Salamanca, 1957.
- RODRIGUES (Adriano Vasco), “A propósito de uma lápide do Mileu (Guarda)”, *Humanitas*, vols. VI e VII, n. s., 1957-1958, pp. 96-99.
- “Elementos para o estudo da romanização nos Montes Herminios. I - Escavações da Póvoa de Mileu”, *Lucerna*, vol. II, Porto, 1962, pp. 58-69.
- STYLOW (Armín U.), “Beiträge zur lateinischen epigraphik im Norden der Provinz Córdoba”, *Madriider Mitteilungen*, 27, 1986, pp. 243-245.
- UNTERMANN (Jürgen), *Elementos de un Atlas Antroponimico de la Hispania Antigua*, Madrid, 1965.
- VAZ (João Luís), “Inscrições romanas do Museu do Fundão”, *Conimbriga*, XVI, 1977, pp. 1-32.
- *A Civitas de Viseu. Espaço e Sociedade*, CCRC, Coimbra, 1997.



ROGÉRIO CARVALHO

FOTO 1 - *Inscrição n.º 4*



DELFIN FERREIRA

FOTO 2 - *Inscrição n.º 7*



DELFIN FERREIRA

FOTO 3 - *Inscrição n.º 8*



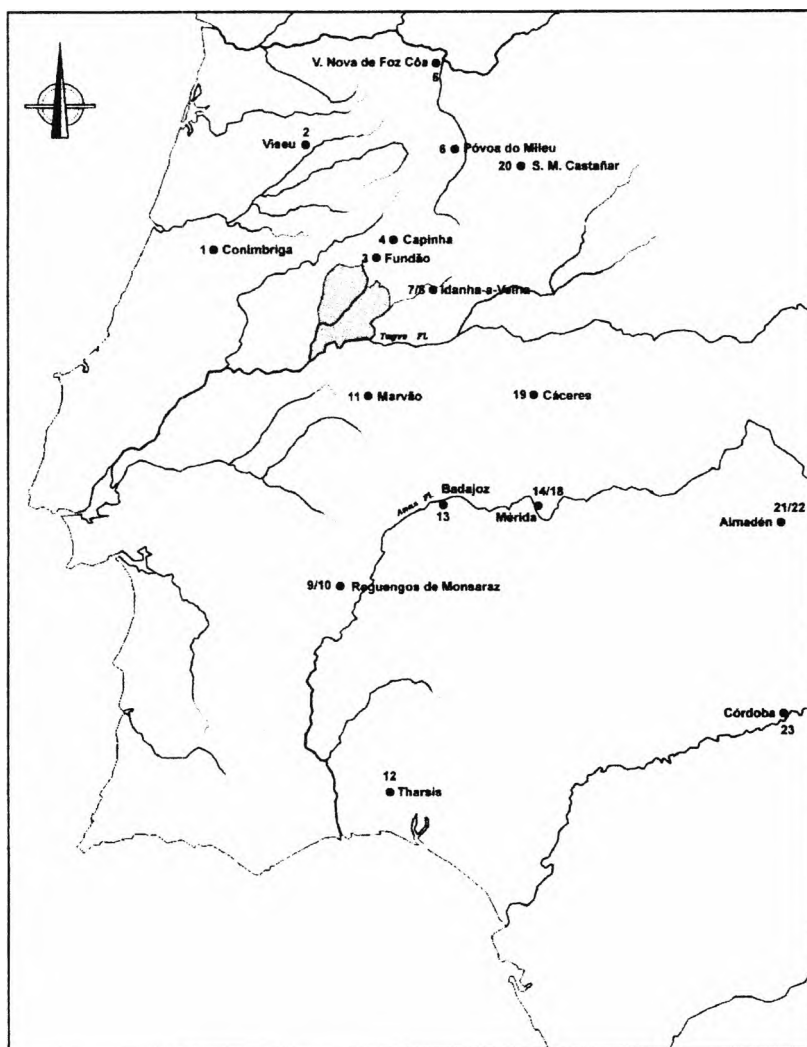
GUILHERME CARDOSO

FOTO 4 - *Inscrição n.º 9*



GUILHERME CARDOSO

FOTO 5 - *Inscrição n.º 10*



Proveniência das epígrafes referentes a Tapori.

(Página deixada propositadamente em branco)

Luís SEABRA LOPES

Doutorado em Engenharia Electrotécnica pela Universidade Nova de Lisboa.

Professor na Universidade de Aveiro, Departamento de Electrónica e Telecomunicações

A ESTRADA EMÍNIO-TALÁBRIGA-CALE

Relações com a Geografia e o Povoamento de Entre Douro e Mondego

“Conimbriga” XXXIX (2000) p. 191-258

RESUMO: Neste artigo estuda-se o traçado da estrada que ligava, na época romana, as cidades de Eminio (Coimbra) e Cale (Porto/Gaia). O traçado que se propõe, bem diferente do traçado da estrada coimbrã ou da moderna estrada nacional, baseia-se na interpretação da evolução do povoamento e das condições geomorfológicas da região de entre Douro e Mondego desde a época romana. Naturalmente, são também tidas em conta as referências a estradas contidas na documentação medieval. A falta de uma solução consensual para o problema da localização de Talábriga tem sido o principal factor de incerteza quanto ao traçado da estrada romana. A contagem das 40 milhas de distância de Eminio a Talábriga ao longo do itinerário proposto leva a situar Talábriga no Marnel, sendo esta precisamente a hipótese para que apontam todos os outros elementos conhecidos.

ABSTRACT: In this paper, the course of the road linking the Roman cities Aeminium (Coimbra) and Cale (Porto/Gaia) is investigated. The proposed road course, quite different from the course of the so-called *estrada coimbrã* or of the modern national road, is reconstructed based on an interpretation of the evolution of population settlements and geomorphologic conditions. References to roads contained in medieval documents are also taken into account. The difficulty in locating the Talabriga city has been the main uncertainty factor about the course of the roman road. Counting the 40 miles distance between Aeminium and Talabriga along the proposed road course leads to locating Talabriga in modern Marnel. This hypothesis is also supported by all other evidences gathered until now.

(Página deixada propositadamente em branco)

A ESTRADA EMÍNIO-TALÁBRIGA-CALE

Relações com a Geografia e o Povoamento de Entre Douro e Mondego

1. Introdução

A rede viária foi uma das marcas mais significativas deixadas pelo poder de Roma nos territórios que dominou. Através da rede viária, Roma fazia chegar mais rapidamente, a qualquer ponto do seu vastíssimo império, os exércitos que o mantinham coeso. A rede viária era também a infraestrutura essencial para que o Império pudesse ser eficazmente administrado e explorado. O objectivo era, evidentemente, o enriquecimento dos conquistadores através do comércio e transformação das riquezas dos territórios conquistados. Com o tempo, as grandes vias que suportavam esse comércio levaram, por sua vez, a uma maior abertura das economias dos povos indígenas, ao desenvolvimento de novos centros urbanos e a uma exploração agrícola mais organizada, por forma a fornecer a esses centros urbanos os géneros necessários.

Naturalmente, grande parte da rede viária deixada pelos Romanos já existia, numa forma primitiva, desde tempos ancestrais. Os caminhos principais são caminhos naturais, sugeridos pelas condições do terreno e calcorreados desde sempre pelo homem. O que os Romanos fizeram foi melhorar as condições de circulação através do alargamento e nivelção das vias, da melhoria do pavimento, por vezes empedrando-o, da construção de pontes, da colocação de miliários, etc. Onde havia veredas desconfortáveis e sinuosas, construíram estradas. Posições fortificadas situadas ao longo das vias principais zelavam pela segurança da circulação e defendiam o território de possíveis invasões que por essas mesmas vias se aproximassem. A construção de uma grande via era considerada um feito tão notável como uma vitória militar ou um

acto político relevante e era, por vezes, assinalada através de monumentos comemorativos.

Em Portugal, uma das principais vias romanas era a que ligava *Olisipo*, município de cidadãos romanos, a Bracara Augusta, sede de um dos conventos da Tarraconense e, a partir de finais do século III d. C, capital da nova província da Calécia. A estrada passava ainda pela colónia de Escálabis, sede de um dos conventos da Lusitânia e importante centro vial, e por Conímbriga, outro centro vial importante onde aliás se documenta o culto aos *Lares Viales*.

A reconstrução do traçado da estrada Bracara tem colocado diversos problemas difíceis de resolver. Os mais difíceis são, aliás, os que dependem da localização das cidades tocadas pela estrada. Se a localização de Conímbriga foi determinada em finais do século XIX, já as localizações de Escálabis e de Talábriga têm continuado a suscitar teorias divergentes até ao presente.

Uma das primeiras contribuições para o esclarecimento dos traçados das principais estradas romanas em território português ficou a dever-se a COSTA VEIGA (1943). Trata-se de um pequeno mas bem informado trabalho com propostas ou sugestões ainda hoje dignas de consideração. Com o rigor que é seu timbre, ALARCÃO (1967; 1970; 1988a, I, p. 49-61; 1988b) tem também delineado as directrizes seguidas pelas principais estradas romanas.

Mário Saa publicou uma obra em seis volumes em que examina exaustivamente os traçados das vias da Lusitânia. Foi este o primeiro estudo de fôlego sobre a rede viária e o *Itinerário de Antonino* no actual território português. Ainda hoje é útil, embora mais pela abundância de informação, muita da qual directamente pesquisada pelo autor no terreno, do que pelas interpretações e propostas de solução, que são frequentemente inaceitáveis. O traçado da estrada entre *Olisipo* e Bracara Augusta é tratado nos volumes II e III (SAA, 1959; 1960).

Na sua tese de doutoramento, Vasco Mantas estudou as ligações viárias entre *Olisipo* e Bracara (MANTAS, 1996). Embora não possa concordar com algumas das soluções apresentadas, não deixa esta tese de ser extremamente útil, por constituir uma síntese actualizada de informação relativa à rede viária romana na faixa atlântica do território português a norte do Tejo.

O presente artigo centra-se nos três segmentos da estrada compreendidos entre Eminio (Coimbra) e Cale (Porto/Gaia). O primeiro estudo de fundo sobre esta parte da estrada ficou a dever-se a ALVES

PEREIRA (1907). Este autor demonstrou pela primeira vez que a estrada não passava em Aveiro, mas sim mais pelo interior. COSTA VEIGA (1943) acrescentou diversas observações pertinentes quanto a este problema.

Diversos estudiosos da arqueologia e história regionais têm dado contribuições para o estudo da rede viária romana e medieval desta região, nomeadamente ROCHA MADAHIL (1941), J. SOUSA BAPTISTA (1942), OLIVEIRA (1943), A. SOUSA BAPTISTA (1947; 1948; 1958; 1959), NOGUEIRA GONÇALVES (1959; 1967; 1981), LADEIRA (1982), CASTRO (1987), MATTOSO, KRUS & ANDRADE (1993).

O meu interesse por este problema surgiu em 1992. Andava eu nessa altura a preparar uma monografia sobre São João da Azenha, localidade situada na margem direita do rio Cértima, entre Avelãs do Caminho e Aguada de Baixo. Sabia-se que a estrada coimbrã, mais tarde chamada estrada real, havia passado em São João da Azenha até meados do século XIX. Em face de diversos vestígios de uma estrada antiga, larga e de boa construção, dizia-se que ali teria passado também a estrada romana. Tratei de verificar os fundamentos de tal suposição e rapidamente me apercebi de que tudo estava em aberto, por não estar ainda resolvido o problema da localização de Talábriga.

Achei este último problema tão interessante e importante para a história do Baixo Vouga que não resisti a procurar a sua solução. A investigação do traçado da estrada começou pela inventariação das referências medievais a estradas e, em especial, pela reconstituição do traçado da estrada mourisca, que, até ao século XII, ligou Portucale e Colimbria (SEABRA LOPES, 1994ab). Quanto a Talábriga, recolhi uma série de elementos que apoiam, se é que não demonstram, a sua localização no Marnel, concelho de Águeda (SEABRA LOPES, 1995; 1996ab; 1997a).

Neste artigo, apresento a minha solução para o problema do traçado da estrada romana, bem diferente do traçado tradicionalmente considerado o mais provável. Esta solução já foi apresentada abreviadamente numa pequena publicação autónoma (SEABRA LOPES, 1997b).

Começarei por apresentar algumas considerações sobre as relações entre a geografia, o povoamento e a rede viária, bem como os elementos que pude recolher sobre a evolução geomorfológica da região estudada. Quatro itinerários alternativos serão inicialmente considerados para a ligação de Eminio a Talábriga, que é a que suscita maiores dúvidas. A cronologia da utilização desses itinerários é estudada, tendo

em conta as referências medievais a estradas e a evolução geomorfológica e da estrutura do povoamento da região do Vouga. Finalmente, descreve-se em pormenor o traçado considerado mais provável para toda a estrada entre Eminio e Cale.

2. Relações gerais entre a geografia, a rede viária e o povoamento

São extremamente interessantes de analisar as relações entre a geografia, o povoamento e a rede viária numa certa região. Os grandes itinerários foram certamente desbravados pelo homem nómada, nas suas deambulações, por espaços relativamente vastos, em busca de alimento. A emergência da agricultura como principal suporte da subsistência humana levou à sedentarização dos povos primitivos e, conseqüentemente, à formação de povoados.

O aumento da população e a rivalidade entre povos vizinhos levou a uma delimitação territorial progressivamente mais nítida. A necessidade de defender os territórios levou ao surgimento de povoações fortificadas. A necessidade de coordenar esforços de vária índole levou à criação de hierarquias territoriais, atribuindo-se a cada unidade territorial uma capital.

Nas cidades capitais de territórios se acumulavam políticos, burocratas e militares. O número destes indivíduos era tanto maior quanto maior fosse a importância de uma cidade e, como não produziam os bens necessários à sua subsistência, adquiriam-nos na periferia rural da cidade. Assim se estabelecia um fluxo comercial das pequenas povoações para os grandes centros. Obviamente, os grandes centros urbanos, e mesmo as pequenas povoações rurais, consumiam outro género de produtos, fossem eles armas, utensílios vários, objectos de adorno ou matérias-primas. As necessidades de administração territorial e as trocas comerciais desenhavam uma rede de caminhos que mantinha em contacto as cidades, as comunidades agrárias, os locais de extracção de matérias-primas, etc. A rede viária de uma região é, pois, uma das mais interessantes manifestações do seu tecido económico.

Normalmente, os grandes centros surgiam em locais estratégicos, isto é, locais com boas condições defensivas, normalmente em pontos altos, centrais em relação aos territórios a que presidiam e, frequentemente, no cruzamento de vias importantes. Uma vez que os rios também eram utilizados como vias de comunicação, os grandes centros

surgiam, por vezes, no cruzamento de grandes vias com rios. Naturalmente, o caminho de ligação entre dois aglomerados populacionais seria tanto mais curto quanto menos obstáculos (ríos, montes, etc.) o terreno oferecesse.

São, pois, muito estreitas as relações entre a geografia, a rede viária e o povoamento. Aspectos geográficos, como sejam o relevo, a rede hidrográfica, a fertilidade dos solos e a existência de matérias-primas, determinam a localização das comunidades agrárias, das indústrias de extracção de matérias-primas e das cidades bem como a configuração dos caminhos. Os aspectos políticos e económicos do povoamento ajudam também a configurar a rede viária. A rede viária, por sua vez, acaba por promover a fixação de populações em regiões que, inicialmente, seriam apenas regiões de passagem.

Dentro deste quadro de correlações entre geografia, povoamento e rede viária interessa, para o assunto deste artigo, focar o papel da rede viária como pólo de atracção para a fixação de novas populações. Na verdade, os viajantes sempre precisaram de estruturas de apoio, que lhes pudessem dar comida, dormida, muda de cavalo, etc. Portanto, a necessidade de apoiar os viajantes leva à fixação de populações ao longo das estradas. Por outro lado, a pressão populacional leva à disseminação do povoamento por áreas anteriormente desabitadas. RIBEIRO (1971) chamava a este fenómeno *dispersão intercalar*. Naturalmente, essa disseminação das populações pelos espaços vazios processa-se primordialmente através da rede viária existente. Como também é através dessa rede viária que se escoam os bens excedentários, é junto a ela que as novas populações acabam por se fixar, desde que haja espaço e terrenos férteis para cultivar.

Muitos exemplos haverá do que acabo de dizer. Um deles veio de Freixo de Numão. Durante a elaboração da carta arqueológica desta freguesia, a reconstituição da rede viária romana deu pistas para a posterior descoberta de vilas e casais, por vezes em zonas de mata fechada, onde os achados ocasionais são mais difíceis (COIXÃO, 1997, p. 81).

É com este tipo de enquadramento que se irá abordar o problema de reconstituir o traçado dos segmentos da estrada romana compreendidos entre Emínio e Cale. Por um lado, raciocinando de causas para efeitos, conjectura-se qual seria o melhor traçado, dadas as condições geomorfológicas da região na época romana. Por outro lado, raciocinando de efeitos para causas, analisa-se a distribuição geográfica dos

centros de povoamento intercalar mais antigos e, com base nessa distribuição, conjectura-se o traçado da estrada que melhor teria contribuído para a génese desses centros de povoamento antigo. Como se verá, a solução para o problema emerge naturalmente destes raciocínios.

3. A evolução geomorfológica do Baixo Vouga

A ria de Aveiro, uma laguna que se prolonga de Ovar até Mira, é um dos principais factores aglutinadores do distrito de Aveiro. No entanto, a ria é um acidente geográfico surpreendentemente recente. Inicialmente, quando o oceano Atlântico estabilizou em níveis próximos dos actuais (cerca do ano 1000 a. c., segundo ALVEIRINHO DIAS *et* 1997), a configuração do litoral entre Espinho e o Cabo Mondego apresentava uma pronunciada reentrância. Avançando de norte para sul, um cordão de areias viria a rectificar a linha do litoral, ao mesmo tempo que, no interior, se formava a laguna. Este processo ficou concluído em meados do século XVIII. A generalidade dos autores concorda actualmente que a formação do cordão litoral se terá iniciado por volta do século X (CASTELO BRANCO, 1971; MENDES, 1974; FERREIRA, 1993, p. 39-42; BRÁS TEIXEIRA, 1994).

A configuração original do litoral aveirense apresentava, para além da concavidade referida, uma outra particularidade: entre Cacia e Angeja irrompia um braço de mar, que se prolongava até próximo de Fermêtelos. Aí confluíam o rio Vouga, bem conhecido dos escritores clássicos, e, ainda, os rios Águeda e Cértima. O progressivo assoreamento do braço marítimo levaria ao recuo da foz do Vouga.

O principal problema que se coloca é o de saber até que ponto o referido braço marinho penetraria no interior durante a dominação romana. Para solucionar este problema há que estudar uma série de fenómenos geomorfológicos, que vão desde o assoreamento provocado pelos rios da região até à própria tectónica.

Em rios com o caudal do Vouga, do Águeda ou do vizinho Mondego, a acumulação sedimentar pode fazer subir as cotas das margens vários metros em escassas centenas de anos. O ritmo de assoreamento do Mondego entre os séculos XIV e XIX já foi estimado em 1 m/século (SEABRA LOPES, 1995, p. 336, n. 30) ou 0,8 m / século (LOUREIRO, 1874, p. 90-94).

Na região do Vouga, algo de similar ocorreu. A própria delimitação da ria de Aveiro se fez, em boa parte, à custa dos sedimentos trazidos pelo rio. Na zona da ponte medieval do Vouga, o assoreamento pode ser medido com algum rigor. A primeira ponte sobre o Vouga de que há memória foi construída ao longo da segunda metade do século XIII (SOUSA BAPTISTA, 1947; 1958).

No vizinho rio Marnel existiu também uma ponte desde a Idade Média. Encontrei recentemente a confirmação desse facto num documento de 1327: «*monte maninho que eu ei en Riba de Vouga ... o qual monte parte polia carreira que uai da Mourisca pera a ponte noua de Marnel*» (*Chancelaria 1325-1336*, doc. 131). Resta saber se lhe chamavam *ponte noua* por ter havido outra antes no mesmo local, ou apenas por ter sido construída depois da do Vouga.

O antigo selo da Terra de Vouga, cujo único exemplar conhecido pendente de um documento de 1310, tinha como figura central uma ponte (Figura 1). Este exemplar, que encontrei graças a uma sugestão de José Mattoso, está descrito por LANCASTRE E TÁVORA (1983, n.º 333). Trata-se de uma ponte de cinco arcos com pilares altos no centro. A ponte velha do Mamei tem precisamente cinco arcos (Figura 6). No entanto, dada a importância da travessia do Vouga, parece-me mais provável que a ponte representada no selo seja a do Vouga. Se a imagem do selo teve alguma relação com a realidade, então o leito do rio seria estreito e fundo.

Entretanto, sabe-se, por um documento de 1552, que no reinado de Dom João III se realizaram obras importantes nesta ponte. Na realidade, deve ter sido construída uma nova ponte nessa altura, pois, segundo NOGUEIRA GONÇALVES (1959, p. 24-25), as numerosas siglas de canteiros que se podem observar na parte norte da ponte pertencem ao alfabeto gótico final. Passado século e meio, a ponte quinhentista já não cumpria o seu papel. Com efeito, segundo CARVALHO DA COSTA, no início do século XVIII, a ponte do Vouga estava «*tam areada, que em tempo de cheas se passa em barcos*». Por essa época, Dom João V construiu uma nova ponte, de doze arcos, que ficou concluída em 1713. Aparentemente, da ponte quinhentista foram aproveitados apenas os arcos pequenos da parte norte. Em finais do século XVIII, provavelmente no Verão de 1776, foram acrescentados mais três arcos no extremo sul da ponte. De então para cá, não sofreu mais alterações de vulto (Figura 5).

As fotografias de NOGUEIRA GONÇALVES (1959, estampa 49) mostram-nos o grau de assoreamento do rio na década de 1950 (reproduz-

-se uma delas na Figura 2). Não admira, pois, que tanto NOGUEIRA GONÇALVES como SOUSA BAPTISTA não tenham notado vestígios da ponte medieval. Porém, de 1959 para cá o leito do rio desceu cerca de 3,5 m. Suponho que tal só poderá explicar-se pela extracção de areias para a construção civil e/ou pela realização de trabalhos de dragagem e regularização do leito. O certo é que, graças a esse afundamento do leito do rio, estão hoje bem visíveis em seis pilares os arranques dos arcos da ponte medieval (Figura 6). MANTAS (1996, p. 816-817), se notou este facto, não o referiu explicitamente.

Assumindo que a altura dos pilares da ponte medieval, desde a base até ao arranque dos arcos, era o normal, uns 2,5 m, então as bases dos pilares da ponte medieval estarão pelo menos uns 6 m abaixo do nível atingido pelo leito do rio em 1960. Daqui resulta que o assoreamento do Vouga desde o século XIII andou próximo de 0,9 m / século, valor equivalente ao calculado para o Mondego.

Este ritmo de assoreamento torna verosímil a hipótese de o mar chegar até à ponte do Vouga na época romana, pois as cotas da várzea não excedem os 12 m.

Sobre o assoreamento ocorrido no curso terminal do Vouga, a jusante da foz do Águeda, dispomos de dois importantes testemunhos. Por um lado, dois documentos relativos a REXICO (Fermelã), um de 1182 e outro do ano seguinte, situam inequivocamente nessa zona a entrada do Vouga no mar: «*secus litus maris in oceani et ostium quo Vauga flumen intrat in mare*» (OLIVEIRA, 1967, p. 60). Este testemunho está em perfeito acordo com o facto de não existir ainda nesta época a ria de Aveiro. Por outro lado, Edrizi, também no século XII, afirmou que a maré subia muitas milhas pelo Vouga acima: «*o Vouga é um rio grande, no qual entram embarcações de comércio e galés, porque a maré sobe muitas milhas por ele acima*» (tradução de D. LOPES, 1911, p. 81-87). Portanto, facilmente se imagina que o curso terminal do Vouga estaria ao nível do mar no século XII. Actualmente, as cotas das margens do Vouga nessa zona andam numa média de 3,5 m. Portanto, o assoreamento médio desde o século XII terá sido pelo menos 0,4 m / século. É compreensível que o assoreamento na zona da ponte do Vouga tenha sido maior porque a várzea é aí muito mais estreita.

O rio Águeda é também muito caudaloso. A primeira ponte sobre este rio, que deu lugar à formação do burgo ou aldeia de Águeda, foi construída no século XIII, como a do Vouga. No entanto, em 1614 foi construída uma nova ponte (Figura 5). Passados apenas dois séculos,

em 1835, a ponte já não satisfazia as necessidades do trânsito, em especial no tempo das cheias, e colocava-se a hipótese da construção de uma ponte alternativa em Assequins (TEODORO DE MATOS, 1980, p. 537). Finalmente, em 1873, a ponte filipina estava «*meio soterrada*» (RAMOS, 1988, p. 67) e foi considerada invadiável, pelo que se construiu uma ponte provisória em madeira e se iniciaram diligências com vista à construção de uma nova ponte. O tabuleiro da nova ponte, construída alguns anos depois, ficou cerca de 3,5 m acima do tabuleiro da ponte filipina.

A Figura 5 mostra o rio com caudal normal. Vêm-se as areias da margem e nelas roupa a secar ou corar, ao fundo de uma escadinha. Assim, de acordo com a figura, na segunda metade do século XIX as águas corriam normalmente ao nível dos arranques dos arcos. Um limite mínimo credível para o assoreamento registado desde 1614 será de 1,5 m, ou seja, cerca de 0,6 m / século.

Outro tradicional ponto de passagem do rio Agueda situa-se entre Almeir e Eirol. Em 1377, já ali existia uma ponte (SOUSA BAPTISTA, 1959). Em 1616, foi, ao que parece, construída uma nova. Um estudo setecentista sobre a barra de Aveiro e a navegação do rio Vouga dá informações importantes sobre o estado da ponte de Almeir e sobre o assoreamento do rio Águeda nesta zona (PEREIRA & RAMOS, 1778ab). Esta ponte não era toda de arcos, mas nem por isso deixava de ser monumental, pois o seu comprimento total era de 3000 palmos ou 660 m (este comprimento corresponde à largura da várzea). Em 1778, tinha quatro arcos caídos e a travessia fazia-se de barco. Segundo os autores do estudo, o assoreamento na zona terminal do Vouga era tal que, no tempo das cheias, as águas subiam pelo Águeda acima, assoreando este rio «*de sorte que a ponte está muito baixa e as xêas lhe quebram as cortinas, e lhe tem feito muitos rombos, depois de lhe ter deitado os arcos abaixo*». Em 1865-66, foi demolido o que restava da ponte de Almeir e construída uma nova.

As padeiras do Marnel e de Ferméntelos ambas se explicam pelo mesmo princípio: o assoreamento provocado por um rio caudaloso faz subir as cotas do seu leito e das suas margens e acaba por barrar a passagem a um afluente, cujo ritmo de assoreamento é menor. A padeira do Marnel (Figura 6) foi drenada, mas as cotas do terreno, na confluência deste pequeno rio com o grande Vouga, ilustram bem o que acabei de dizer: a jusante da confluência, as cotas das margens do Vouga andam em torno dos 12 m; no entanto, nas margens do rio Mar-

nel, a montante da ponte sobre este rio, as cotas chegam a ser apenas de 7 m (portanto, 5 m abaixo)¹.

A formação da pateira de Ferméntelos tem origem similar. Neste caso, o rio Águeda, quase tão caudaloso quanto o Vouga, foi subindo o nível das suas margens a um ritmo superior ao do seu afluente Cértima, acabando por lhe barrar a passagem. A formação da pateira de Ferméntelos é muito recente. Na Idade Média, grande parte do espaço em volta do rio Cértima e compreendido entre Óis da Ribeira, Perrães e Paradela era terreno seco, coberto de mata e coutado para caça.

Em finais do século XV, já ali existia um paul. Note-se, porém, que *paul* significa principalmente brejo, terra encharcada ou alagadiça. Em 1672, estando a mata «apaulada», certas medições tiveram que ser feitas de barco (MORAIS, 1922). Poucos anos depois, o *Santuário Mariano* volta a referir a existência do paul (SANTA MARIA, 1721, p. 453-457). A presença de grandes quantidades de água era ainda um fenómeno temporário, pois, segundo o *Santuário Mariano*, o paul permitia a passagem, excepto quando estava cheio: «quando o paul está cheio e se não pode passar...». Significativamente, as numerosas corografias e respostas a inquéritos escritas no século XVIII não aludem a nenhum lago ou pateira nesta zona (SILVEIRA, 1914). No já citado estudo sobre a barra e navegação do Vouga também não se encontra qualquer referência a um lago ou pateira no curso final do Cértima (PEREIRA & RAMOS, 1778ab). Uma memória sobre o mesmo assunto apresentada à Academia das Ciências em 1820 refere que «no Inverno se forma um grande lago» junto ao lugar de Requeixo (BAPTISTA, 1829), sinal de que não existia ou era de formação recente o grande lago permanente que hoje conhecemos.

Finalmente, passadas mais duas décadas, surge a primeira referência à pateira, sendo as dimensões indicadas próximas das actuais (UM FLAVIENSE, 1839). Os terrenos cobertos pelas águas em épocas relativamente recentes mantiveram-se na posse de particulares. No princípio do século XX, 1/3 de toda a pateira era propriedade particular (PATO, 1919, p. 12).

A profundidade máxima da pateira de Ferméntelos era em 1919 (mês de Março) de 2,6 m (PATO, 1919, p. lie 27), embora a maior parte do relevo se encontrasse a profundidades compreendidas entre 1 e 1,6 m

¹ Ver a carta de 1:10000 desta zona, fornecida pela Câmara Municipal de Águeda. Alternativamente, ver o mapa publicado em SEABRA LOPES, 1995, figura 1.

idem, mapa anexo). Como, ao que tudo indica, o processo de formação da pateira se desenrolou essencialmente a partir do século XVI, podemos supor que a várzea do rio Águeda se elevou a um ritmo próximo de 0,4 m / século, pouco menos de metade do que se registou no Mondego e na ponte do Vouga. Esse ritmo poderá mesmo ter sido superior, pois o próprio fundo da pateira se foi elevando (*idem*, p. 22, n. 1).

TABELA I - Ritmos de assoreamento no rios Mondego, Vouga e Agueda

Rio elocal	Ritmo de assoreamento (metros / século)
Mondego - de Coimbra até à foz	0,8 a 1,0
Vouga - zona da ponte medieval	0,9
Vouga - a jusante da foz do Agueda	>0,4
Águeda - zona da ponte da cidade de Águeda	>0,6
Águeda - zona da foz do Cértima	0,4

As cotas da várzea do Águeda variam entre os 5 m junto a Óis da Ribeira, povoação sobranceira ao antigo braço marinho, e os 11 m junto a Assequins, dando uma média de 8 m. Admitindo que o ritmo de assoreamento também aqui se aproximou de 0,4 a 0,6 m / século, então facilmente se aceitará que, na época romana, parte da várzea do Águeda possa ter estado ao nível do mar ou, pelo menos, sujeita à acção das marés.

A Tabela I apresenta um sumário dos ritmos de assoreamento acima calculados. Que eu saiba, esta é a primeira tentativa de medir o assoreamento nos principais rios da região nos últimos 1000 anos.

A hipótese da presença do mar nas proximidades do Marnel e de Ferméntelos na época romana já foi admitida ou mesmo defendida por outros autores, entre os quais AMORIM GIRÃO. Este autor refere, por exemplo, que sondagens realizadas por R Choffat nos aluviões de Macinhata, já a montante do Marnel, permitiram encontrar restos de peixes e moluscos marinhos do Quaternário tardio (AMORIM GIRÃO, 1922, p. 55). Parece também que, muitas vezes, quando se arranca moliço na pateira de Ferméntelos, surgem conchas marinhas e areia lavada (MOTA, 1991, p. 137). Conchas marinhas e búzios têm ainda aparecido em zonas próximas da pateira. É claro que parte disto poderá explicar-se pela presença do mar numa época interglaciar em que

o nível do mar tenha sido superior ao actual. Nesse caso, nenhuma conclusão pode tirar-se quanto à posição relativa do mar na época romana, que é o que mais importa para este artigo.

Depois de subir cerca de 120 m desde a última glaciação, o mar na costa portuguesa estabilizou em níveis próximos dos actuais por volta de 1000 a. C. (ALVEIRINHO DIAS, 1987). Nada nos garante, porém, que a crosta terrestre tenha estado imóvel. O geólogo alemão Lautensach colocou, em tempos, a hipótese de que o chamado Eixo de Culmiação Ibérica Principal teria vindo a empolar-se ao longo do Quaternário, arrastando consigo o noroeste de Portugal (RIBEIRO, LAUTENSACH & DAVEAU, 1987, p. 144-145, 161, 207-208). Tal hipótese, que ainda não foi abandonada, é especialmente sugerida por uma anormal inclinação dos terraços dos vales do Minho, Lima e Vouga.

O estudo recente de uma arriba em Cortegaça, no extremo norte do distrito de Aveiro, revelou que nessa zona se registou uma elevação tectónica média de 0,25 m/século ao longo dos últimos 6000 anos (GRANJA & DE GROOT, 1996). Obviamente, isto não é generalizável ao Marnel, à várzea do Águeda ou à pateira de Ferméntelos. No entanto, este facto mostra que fenómenos de elevação tectónica têm-se prolongado até ao presente. Se, por hipótese, o ritmo de elevação tectónica no Baixo Vouga foi similar ao de Cortegaça, então, na época romana, esta região estaria 5 m mais abaixo.

O que foi apresentado são apenas alguns elementos para uma discussão que carece ainda de muita investigação no domínio das Ciências da Terra. No entanto, do que fica dito resulta no mínimo verosímil que, na época romana, a várzea do Águeda e as zonas de Ferméntelos e do Mamei estivessem sob influência marinha. Os elementos recolhidos dão também particular consistência à afirmação categórica de Edrizi (séc. XII), já citada, segundo a qual o mar subia muitas milhas pelo Vouga acima. No resto do artigo ver-se-á que a evolução da rede viária e do povoamento do Baixo Vouga reflecte também a evolução geomorfológica que acabei de reconstituir. Caso tenha sido outra a evolução geomorfológica da região, muitos factos históricos deixam de fazer sentido.

4. A estrada romana e alguns itinerários alternativos

O segmento mais controverso da estrada romana Emínio-Cale é, sem dúvida, o que ficava compreendido entre Emínio e Talábriga. Tal

facto fica a dever-se à complexidade da rede hidrográfica da região. Começarei por investigar os itinerários sugeridos pelas condições geográficas, a que poderemos chamar itinerários naturais ou itinerários ancestrais. Depois apresentarei sucintamente os itinerários medievais de ligação de Coimbra ao Marnel. Finalmente, darei uma breve descrição do traçado da estrada Emínio-Cale que considero mais provável. Esse traçado será pormenorizadamente apresentado na secção 9.

Os velhos Lusitanos, quando viajavam em direcção ao Noroeste peninsular, pela faixa litoral, tinham nos rios o principal obstáculo a vencer. Encontravam primeiro o Mondego que só poderiam passar facilmente no local onde se desenvolveu a cidade de Emínio, ou a montante desse ponto. Encontravam depois o rio Cértima que não lhes oferecia grande obstáculo. O Vouga cruzava-se com máxima vantagem nas imediações do Marnel.

E a várzea do Águeda seria fácil de passar? Como referi, por razões ligadas à tectónica, é possível que toda esta região estivesse bastante mais baixa na época romana. Esse facto, a confirmar-se, só por si justificaria a presença do mar em grande parte da várzea do Águeda. Mas mesmo se considerarmos que a crosta esteve estável, temos ainda a favor dessa hipótese o elevado ritmo de assoreamento do rio (pelo menos 0,4 m / século, segundo os cálculos que apresentei). A travessia do Águeda foi um problema difícil de resolver até épocas bem recentes. Em 1835, estudava-se a possibilidade de construir uma nova ponte, não entre o Sardão e a vila de Águeda, mas sim entre a Borralha e Assequins (TEODORO DE MATOS, 1980, p. 537). O objectivo era evitar as cheias que invadiam a várzea, as quais, por vezes, demoravam uma semana a desaparecer, deixando os viajantes bloqueados ou obrigando-os a passar em barcos.

Assim, sem entrar em mais conjecturas, por agora difíceis de confirmar, parece-me verosímil supor que a travessia do Águeda, onde hoje passa a estrada nacional, terá sido difícil, na época romana. Daqui resulta que os viajantes se afastavam do centro da várzea e faziam a travessia em Óis ou em Assequins, que são os pontos mais favoráveis.

Esta ideia é, aliás, apoiada pela seguinte observação de AMORIM GIRÃO (1922, p. 130): «É tão sensível a acção das influências geográficas que duas leis gerais se podem estabelecer sobre a distribuição e o estado de conservação das estradas: as do interior seguem de preferência os vales enquanto as do litoral os evitam quanto possível».

O vale do Cértima não constitui um grande obstáculo ao trânsito, mas, ainda assim, apresenta um série de pequenos obstáculos (SILVEIRA, 1914). Se o viajante, indo de sul para norte, preferisse seguir pela margem direita, teria que cruzar o próprio Cértima na zona de Viadores e, depois, uma série de afluentes: o ribeiro da Vacariça, o ribeiro do Peneireiro, o rio de Arcos, o rio de Avelãs, o ribeiro de Aguadela e o rio de Aguada. Se o viajante optasse por seguir pela margem esquerda do Cértima, teria que cruzar apenas três pequenos afluentes (os ribeiros de Ventosa, de Horta e de São Lourenço) e depois cruzaria o próprio Cértima entre Sangalhos e Barro. Em qualquer dos casos, quanto mais o viajante se afastasse do curso do Cértima, mais facilmente cruzaria os afluentes.

Assim, a rede hidrográfica do Baixo Vouga define essencialmente dois tipos de itinerários de ligação entre a passagem do Mondego, junto a Coimbra, e a passagem do Vouga, junto ao Marnel:

- *Itinerário ocidental* — o viajante seguia pela margem esquerda do Cértima, por Vimieira, Ventosa, Horta, Mogofores e Sangalhos, cruzava o rio Cértima na direcção de Barro, continuava por Paradela, Espinhei e Ois da Ribeira, onde cruzava o Águeda no extremo ocidental da sua várzea, e finalmente seguia por Travassô e Segadães até ao Marnel.
- *Itinerário interior* — neste caso, o viajante seguia pela margem direita do Cértima, passando sucessivamente pela Mealhada, Aguium, Anadia, Aguada de Cima e Borralha, cruzava o rio Águeda em direcção a Assequis, e depois continuava por Agueira, Valongo e Fundo da Rua até alcançar o Marnel.

Quando mais se recua no tempo, maior é a probabilidade de serem estes os itinerários de facto utilizados. Por isso também lhes chamo os *itinerários ancestrais* da região. A antiguidade destes itinerários é confirmada pela grande concentração de povoamento antigo ao longo do seu traçado, em contraste flagrante com a quase total ausência de povoamento antigo ao longo da actual estrada nacional (ver secções 5-7).

O progressivo assoreamento da várzea do Águeda viria a proporcionar o surgimento de dois novos itinerários, que seguiam uma directriz mais rectilínea e se documentam a partir do período da Reconquista Cristã:

- *estrada mourisca* — decalcava o acima referido itinerário ocidental até Barró e, a partir deste ponto, seguia directamente para Recardães e cruzava o rio Águeda no centro da sua várzea, em frente a Paredes.
- *estrada coimbrã* — quase coincidente com a moderna estrada nacional N1; passava por Carquejo, Mealhada, Avelãs do Caminho, Aguada de Baixo e Águeda.

Num dos meus primeiros trabalhos sobre estes assuntos (SEABRA LOPES, 1994b), fiz uma inventariação relativamente exaustiva das referências medievais a estradas entre Coimbra e Porto e, tendo em conta a toponímia e os vestígios materiais, procurei identificar o traçado da estrada mourisca bem como o traçado da mais recente estrada coimbrã.

A expressão *estrada mourisca*, que designava, no período da Reconquista Cristã, a estrada de ligação do Porto a Coimbra, tem intrigado bastante os investigadores, levando alguns a concluir que a referida estrada havia sido construída pelos Mouros. Penso que chamavam mourisca à estrada simplesmente porque levava à terra dos Mouros. Convém lembrar que a cidade de Coimbra só foi definitivamente integrada no domínio cristão em 1064. Portanto, a expressão *estrada mourisca* designava sempre uma estrada que se dirigia para sul. Estradas com orientação este-oeste não poderiam receber esta designação. Com o progresso da Reconquista e a elevação de Coimbra a capital do Reino, a estrada passou a chamar-se *estrada coimbrã*, porque levava a Coimbra. Esta designação parece que foi a mais comum entre os séculos XIII e XVII.

Curiosamente, em finais do século XII, quando o novo nome se preparava para entrar em cena, o próprio traçado da estrada, que passava na margem esquerda do Cértima, muda para a margem direita. Assim, nesta região as expressões *estrada mourisca* e *estrada coimbrã* acabam por designar traçados bastante diferentes. Este facto não tem sido notado pelos investigadores.

O investimento na rede viária durante a Idade Média foi bem maior do que por vezes se pensa. Sabemos que, em pleno período da Reconquista Cristã, no século X, o mosteiro de Lorvão confiou ao mestre Zacarias, oriundo de Córdova, a construção de várias pontes (NOGUEIRA GONÇALVES, 1967). Dom Afonso Henriques iniciou a construção da ponte de Coimbra em 1132, a qual só veio a concluir-se em finais do

século XIII. Pela mesma época estavam a ser concluídas as pontes do Vouga e do Águeda (SOUSA BAPTISTA, 1947; 1958).

A construção de novas estradas ou de traçados alternativos é, normalmente, mais difícil de documentar. Entre Coimbra e Porto há, todavia, um exemplo que não deve suscitar dúvidas (SEABRA LOPES, 1994b, p. 87). Em 1220, a estrada mourisca passava por Figueiredo, onde existia um paço de pernoita da família real. Neste segmento do seu traçado, a estrada mourisca devia decalcar a romana, pois, em UI, no mesmo alinhamento, apareceu um miliário. Em 1284, documenta-se o nascimento de uma nova povoação, a Bemposta, criada pouco tempo antes pelo almoxarife. É natural que a criação desta nova povoação se tenha ficado a dever à alteração do traçado da estrada, que, nesse caso, terá ocorrido por meados do século XIII. O próprio topónimo parece indicar que a nova povoação estava *bem posta* ou bem localizada, certamente em relação à estrada (outra Bemposta surgiu junto à estrada Coimbra-Aveiro). Esta alteração do traçado da estrada levou à transferência da sede do julgado de Figueiredo para a Bemposta bem como à transferência do paço real de Figueiredo para o lugar do Curvai.

Quanto à alteração do traçado da estrada mourisca entre o Marnel e Coimbra, vários são os documentos que a indicam claramente. Uma primeira indicação sobre a passagem da estrada mourisca na margem ocidental do Cértima é a designação que lhe era dada na zona de Coimbra até ao século XII: *strada de Viminaria* (DC 106; DC 741; LP 40; LP 174; SEABRA LOPES, 1994b, p. 102-103). De facto, a Vimieira é já uma povoação da margem ocidental do Cértima.

Dois documentos relativos à zona de Mogofores, que já miudamente analisei no artigo de 1994, são particularmente elucidativos. Um deles, de 1143, contém a demarcação de Ancas, vila situada a ocidente de Mogofores, que começa assim: «*In oriente, quomodo diuidit cum Mogofores et cum Saa, per unum fontem de Lodeiro, quomodo uertit aquam, per illud suber forcatum et inde per illam stratam mauriscam ...*» (DR 201). Significa este passo que, a oriente, Ancas confrontava com Mogofores e com Sá por uma linha que partia da fonte de Lanteiro {*fontem de Lodeiro*}, que ainda existe junto ao lugar de São Mateus, descia a ribeira de Valbom {*uertit aquam*}, passava perto de um sobreiro {*suberforcatum*²) e seguia pela estrada mourisca.

²No artigo de 1994, interpretei a expressão *forcatum* como significando ‘cruzamento’ ou ‘bifurcação’. *Suber forcatum* seria, pois, um cruzamento da estrada mourisca

O caminho que actualmente liga o Cabeço de Mogofores ao Paraimo e a Sá, passando pelo sítio da Fonte Podre, parece corresponder à estrada mourisca que o documento refere. Do que não pode haver dúvida é que, em pleno século XII, a estrada mourisca passava na margem esquerda do Cértima e servia de fronteira entre as vilas de Ancas, de um lado, e Mogofores e Sá, do outro.

SAA (1960, p. 174-191), embora localizando correctamente a estrada mourisca na zona de fronteira entre Ancas e Mogofores, encaminhou o seu traçado em direcção a São João de Loure, hipótese que contraria tudo o que se sabe sobre a directriz da estrada de ligação entre o Porto e Coimbra na Idade Média (SEABRA LOPES, 1994b, p. 97-100). De resto, no século XII, a travessia do Vouga em São João de Loure seria ainda muito difícil. SOUSA BAPTISTA (1948) referiu-se ao documento de Ancas sem, no entanto, dar qualquer interpretação para a passagem da estrada mourisca na margem esquerda do Cértima. MANTAS (1996, p. 811) utiliza o documento para apoiar a sua ideia de que a estrada passava entre Mogofores e Famalicão. Ora, do documento deduz-se precisamente o contrário: a estrada passava a ocidente de Mogofores, entre Mogofores e Ancas.

No outro documento, do ano de 1226, demarca-se a vila de Mogofores. Nele se localiza claramente a estrada coimbrã, na margem direita do Cértima e a servir de fronteira entre Mogofores e Arcos. O mesmo documento refere uma estrada velha algures na zona de confrontação de Mogofores com Ancas, Sá e Sangalhos e não longe da Fonte Podre*³. Sem dúvida, esta estrada velha só pode ser aquela a que o documento de 1143 chamava estrada mourisca, a qual também passava na Fonte Podre. Entre 1143 e 1226 teria, pois, sido realizada uma importante alteração do traçado da estrada.

Mais uma vez, MANTAS (1996, p. 811) faz passar esta estrada velha em Famalicão, que é coisa que de forma alguma se pode deduzir do documento de 1226. Num outro passo (p. 901), o autor baseia-se nos

com uma outra via, actualmente chamada *caminho da igreja*. Parece, todavia, que *suber forcatum* deve ser traduzido como 'sobreiro forçado', seja lá o que isso for.

³«*per medium de Barrio de Ahito sub portela de Eneas quomodo vadit per valem ad infestam ad estratam veteram sub mamoa de escusa ad sumitatem de Valonga quomodo dividit cum Sá et cum Sangalios, et deinde quomodo vadit ad mamoa de Valle de Estephano sub mamoa de Fonte Putre*» (RODRIGUES, 1959, p. 187). Continuando o circuito da demarcação, o documento refere sucessivamente a Cortiçada, Famalicão, Arcos, estrada coimbrã, Canavai e Outeiro.

mesmos documentos de Ancas e Mogofores para apoiar a hipótese da existência de uma via romana de ligação da zona de Mogofores a Cacia. A verdade é que a distribuição do povoamento antigo desta região não dá dessa hipotética via o mais leve indício.

Há ainda outra referência importante a uma estrada velha que se dirigia a Coimbra pela margem ocidental do Cértima. Trata-se da demarcação de umas propriedades em Ventosa do Bairro, realizada em 1288: «... *uns herdamentos que jazem como parte de huma parte pela Mealhada Má, e da outra parte como parte pela estrada velha coimbram, e da outra parte como parte pela agoa de Certoma, e vai athe hu se junta a agoa de Ventoza com na de Certoma ...*» (BRANQUINHO DE CARVALHO, 1950). Esta estrada velha coimbrã deve ser a mesma que passava em Mogofores e tinha sido conhecida como estrada mourisca e depois também como estrada velha. Como se verá na secção 7, o principal alinhamento de povoamento antigo desta região passa precisamente em Mogofores e em Ventosa.

O traçado da estrada coimbrã entre o Marnel e Coimbra pela margem direita do Cértima não foi, no entanto, criado de raiz. Documentos anteriores ao século XIII (só conheço três: DC 73; DP/III 17; DR 179) referem a existência de estradas cujo traçado coincide com o da estrada coimbrã. No entanto, seriam ainda estradas secundárias. A maior importância da estrada da margem esquerda no século XII evidencia-se pela adjectivação de *estrada velha* que lhe é dada no século XIII. O carácter secundário, até ao século XII, da estrada da margem direita evidencia-se pela quase total ausência de povoamento antigo ao longo do seu traçado.

Identificam-se, pois, quatro grandes itinerários entre Coimbra e o Marnel. Dois deles, que designei por *itinerário interior* e *itinerário ocidental*, são antiquíssimos. Ao longo do seu traçado se encontram as povoações mais antigas da região. No entanto, é, em especial, sobre o traçado do itinerário ocidental que se encontram as povoações com mais pergaminhos históricos bem como a maior densidade de vestígios da romanização (ver secções 5-7). Estou convencido de que o itinerário ocidental era o mais utilizado na época romana. A estrada mourisca é uma linearização do itinerário ocidental. A estrada coimbrã fez emergir uma série de povoações novas, muitas delas hoje dominantes, e remeteu para a obscuridade povoações com bem mais preclaras origens.

Na secção 9 apresentarei em mais pormenor o traçado da estrada romana que me parece mais provável. Por agora, apresento-o apenas nas

suas linhas gerais. O ponto de partida é a ponte de Coimbra, que tomo como referência de Eminio. Passando sucessivamente por Pedrulha, Adémia, Cioga, Treixomil, Sargento Mor e Carquejo, a estrada romana atingia a Vimieira, na margem ocidental do Cértima. Daqui até à ponte do Mamel, que é a minha referência de Talábriga, o itinerário seguido seria o itinerário ocidental acima descrito. Para norte, a estrada cruzaria o Vouga provavelmente no local da ponte medieval, continuaria depois por Assilhó, Figueiredo, Ul, Oliveira de Azeméis, Lações de Baixo, São João da Madeira, Arrifana, Fiães (= Lancóbriga), Serzedelo, Argoncilhe e Carvalhos, alcançando finalmente Vila Nova de Gaia. O local da travessia do Douro é a referência que adopto para Cale.

Até aqui, a maior parte dos autores tem considerado a estrada coimbrã como sendo a própria estrada romana, à parte pequenos desvios que pudessem ter ocorrido (OLIVEIRA, 1943; NOGUEIRA GONÇALVES, 1959; 1967; 1981; CASTRO, 1987; MANTAS, 1996).

A ideia de que a rede hidrográfica da região colocaria problemas à circulação e daria origem a dois itinerários alternativos, um que a contornava pelo interior e outro mais pelo litoral já foi apresentada por SAA (1960, p. 107-110). Aliás, o itinerário interior a que me referi acima coincide em grande parte com a chamada *estrada romana de leste* ou *estrada do cosmógrafo*, proposta por SAA (1960, p. 110-124). Como variante ocidental da estrada do cosmógrafo, o autor propôs uma outra estrada, denominada *estrada romana da Feira*, a qual seguia pela margem direita do Cértima e cruzava o Vouga em São João de Loure (SAA, 1960, p. 174-191). O meu itinerário ocidental é parecido com esta estrada da Feira na parte compreendida entre Coimbra e Mogofores. Dadas as condições geográficas da região até à Idade Média, o cruzamento de uma estrada com o Vouga na área de São João de Loure parece-me completamente inverosímil na época romana. De resto, a maior parte dos vestígios em que o autor se apoiou devem pertencer a uma outra estrada que ligava a Beira a Aveiro, passando por Avelãs do Caminho (SEABRA LOPES, 1994b, p. 97-100).

SOUSA BAPTISTA (1948) apresentou uma proposta de traçado para a parte da estrada romana compreendida nos limites do actual concelho de Águeda que também diverge do traçado da estrada coimbrã. O autor foi o primeiro a admitir a passagem da estrada em Mogofores. Daqui para norte a estrada seguiria por Avelãs do Caminho, Aguada de Baixo, Barró, Recardães, Paredes, Crastovães, Covelas e Lamas, cruzando o Vouga aproximadamente no local da ponte medieval. Num artigo

posterior, o autor chegou a admitir o desvio da estrada por Paradela, entre Barro e Recardães (SOUSA BAPTISTA, 1958). A base principal de Sousa Baptista é o levantamento que fez das referências medievais a estradas e, além disso, a toponímia. LADEIRA (1982, I, p. 153 e 258) reproduz as propostas de SOUSA BAPTISTA. Nenhum destes autores se deu ao trabalho de medir as distâncias, de estudar o povoamento ou de relacionar o traçado proposto com as condições geográficas. São, pois, propostas feitas um bocado no ar, pouco passando de sugestões.

Em todo o caso, o traçado proposto por SOUSA BAPTISTA e também defendido por LADEIRA tem algumas semelhanças com o traçado que proponho. As diferenças principais são duas: eu faço a estrada romana continuar de Mogofores até Sangalhos, só aí se fazendo a travessia do Cértima, enquanto Sousa Baptista sugere a travessia do Cértima entre Mogofores e Avelãs; além disso, eu defendo que a travessia do Águeda se faria normalmente em Óis da Ribeira e não em Recardães. De resto, passando a estrada em Barro, como sugeriu Sousa Baptista, pouco sentido faria o desvio para poente até Paradela, para depois voltar a desviá-la para nascente em direcção a Recardães. Na verdade, para quem está em Paradela, o ponto natural de travessia do Águeda é em Óis.

A tabela II apresenta as distâncias entre Emínio e Talábriga e entre Talábriga e Cale por vários itinerários. A distância entre Talábriga e Cale pelo traçado da estrada real foi obtido da *Carta Itinerária de Portugal*, edição de 1905 (SEABRA LOPES, 1995, p. 334, n. 17). As restantes distâncias itinerárias foram medidas sobre cartas militares da região à escala 1:25000. Excepção feita à estrada coimbrã e à estrada real de 1905, cujos traçados são bem conhecidos, os outros itinerários foram reconstituídos, sempre que possível, com base nos caminhos existentes. As distâncias foram medidas ao longo desses caminhos.

A tabela II apresenta ainda as taxas de encurvamento correspondentes a cada itinerário. A noção de encurvamento foi por mim introduzida em publicações anteriores (SEABRA LOPES, 1996c; 1997ab): a *taxa de encurvamento* relativa a um certo itinerário é a *diferença entre a distância itinerária e a distância em linha recta em proporção da distância em linha recta*. Assim, por exemplo, sendo de 78,3 milhas a distância Coimbra-Gaia pela antiga estrada real, e sendo de 70,5 milhas a distância em linha recta, a taxa de encurvamento vem a ser $(78,3 - 70,5)/70,5 = 11,1\%$.

Dos quatro itinerários alternativos que considerei para a ligação entre Emínio e Talábriga, aquele que julgo ter sido preferido pelos

Romanos, pelas razões já apontadas, é precisamente o mais longo e, portanto, o de maior encurvamento⁴. O itinerário interior terá sido sempre uma boa alternativa, pois também evitava o centro da várzea do Águeda e tinha já um encurvamento mais aceitável. Todavia, o itinerário ocidental tinha a importante vantagem de tocar a linha do antigo litoral. Mais precisamente, o itinerário ocidental tocava o braço marinho que, até época recente, atingia a zona de confluência dos rios Vouga, Águeda e Cértima. Portanto, o itinerário ocidental permitiria o contacto directo com as rotas marítimas. Esta zona de confluência dos três rios manteve-se como principal foco de povoamento da região até à Alta Idade Média. Certo é que a distância Eminio-Talábriga pelo itinerário ocidental se arredonda para as 40 milhas que o *Itinerário de Antonino* indica.

TABELA II - *Distâncias pelos itinerários considerados e encurvamentos correspondentes*

Estrada ou itinerário	Distância por estrada (em milhas)	Encurvamento (%)
Eminio-Talábriga (31,8 milhas em linha recta)		
Itinerário ocidental ou romano	39,6	24,5
Estrada mourisca	37,0	16,4
Itinerário interior	36,5	14,8
Estrada coimbrã	34,5	8,5
Talábriga-Cale (38,5 milhas em linha recta)		
Estrada romana	42,9	11,5
Estrada real em 1905	43,1	12,0

A preferência pelo litoral está bem patente no traçado da mais antiga estrada de ligação do Noroeste peninsular à foz do Tejo e, em especial, a *Olisipo*. Foi, aliás, seguindo este velho itinerário que Plínio descreveu o litoral da Lusitânia. A estrada cruzava o rio Douro quase na foz deste rio, junto a Cale. Em seguida, à medida que ia atravessando os territórios dos Túrdulos Velhos e dos Pesures, a estrada desviava-se

⁴ A grande taxa de encurvamento deste itinerário deve-se ao desvio imposto pela travessia do Águeda entre Óis da Ribeira e Travassô. A parte maior do trajecto, compreendida entre Coimbra e Travassô (34,5 milhas pelo itinerário e 29,5 milhas em linha recta), tem um encurvamento normal (16,9%).

para o interior por forma a atingir o Vouga no seu melhor ponto de passagem, na zona do Marnel. Aqui ficava Talábriga. Em seguida, dos dois melhores pontos de passagem do Águeda seria geralmente preferido o de Óis da Ribeira, que ficava junto ao braço marinho. Logo a sul, outro rio importante, o Mondego, impedia a aproximação ao oceano. A estrada continuava, pois, pelo interior até à moderna Coimbra, então chamada Emínio. Daqui para sul, a estrada voltava a aproximar-se do litoral, seguindo por Condeixa-a-Velha, São Sebastião do Freixo (Batalha), Óbidos e Torres Vedras até Lisboa (MANTAS, 1996, p. 691-721 e 853-875).

Nas três secções seguintes investigarei as relações entre as sucessivas alterações de traçado da estrada de ligação Emínio-Cale ou Coimbra-Porto e a evolução da estrutura do povoamento da região de entre Douro e Mondego.

5. Vestígios da rede viária na estrutura do povoamento antigo da região do Vouga

O estudo da distribuição do povoamento antigo dá também indicações claras sobre a rede viária. A inventariação de todas as povoações referenciadas na documentação mais antiga, por exemplo até ao século XII, certamente nos daria uma espécie de radiografia da rede viária que existia antes da criação da estrada mourisca. Essa inventariação permitiria, por exemplo, distinguir, através da concentração do povoamento, as vias principais das vias secundárias. No entanto, uma tal inventariação envolveria a consulta de uma enorme massa de documentação, parte significativa da qual ainda nem sequer está publicada. Na secção 6 farei a inventariação das povoações situadas ao longo de certos itinerários previamente seleccionados e referidas até ao século XII. No que se segue, basear-me-ei exclusivamente nas listas medievais das igrejas e das cavalarias da terra de Vouga para inferir os principais itinerários desta região. Na Figura 7, apresenta-se um esboço topográfico das cavalarias e das igrejas existentes nesta região por volta de 1300.

As cavalarias eram casais que conferiam aos seus possuidores a obrigação de participar nos saques que anualmente se empreendiam pelo território muçulmano. O cavaleiro levava à sua custa para estas expedições cavalo, escudo e lança. Os possuidores das cavalarias eram,

no mínimo, cavaleiros vilões, portanto membros da elite do mundo rural e, em particular, das famílias mais antigas de cada terra ou região. SOUSA BAPTISTA (1959) situa a origem destes casais de cavalaria no século XI. O estudo da distribuição geográfica das cavalarias dá-nos, pois, indicações importantes sobre o povoamento antigo. As povoações da terra de Vouga onde se localizavam cavalarias em finais do século XIII⁵ estão assinaladas no esboço topográfico da Figura 7 através de círculos. O diâmetro de cada círculo é proporcional ao número de cavalarias existentes.

A aristocracia da região estava particularmente concentrada na ribeira do Águeda, sobretudo na sua metade ocidental. É aqui que se regista o maior número de cavalarias numa mesma povoação: 7,5 cavalarias em Espinhei. Os três mais antigos pontos de travessia do Águeda estão claramente marcados: itinerário ocidental (11,5 cavalarias em Espinhei, Óis e Segadães), estrada mourisca (7 cavalarias em Recardães e Casainho) e itinerário interior (4 cavalarias em Borralha e Assequins). Pelo número de cavalarias existentes junto aos pontos de travessia já podemos suspeitar qual ou quais seriam os itinerários preferidos.

No esboço da Figura 7 estão também assinaladas as igrejas existentes na região do Vouga em 1320, segundo um catálogo dessa época publicado por FORTUNATO DE ALMEIDA (1971). Cada igreja é assinalada por um quadrado cujo tamanho é proporcional ao rendimento dessa igreja. O rendimento de uma igreja, como é sabido, era proporcional ao número de moradores da paróquia a que presidia. Assim, a distribuição

⁵ Uma inquirição sobre direitos régios realizada na terra de Vouga em 1282 menciona as cavalarias existentes (SILVEIRA, 1943). Dispomos ainda do chamado *rol das cavalarias do Vouga* (ROCHA MADAHIL, 1942), um documento originalmente não datado, mas em que alguém muito posteriormente anotou a data de 1328. Não é claro se esta data se deverá entender como era de César ou como ano de Cristo. SOUSA BAPTISTA (1950b) defende, embora com um argumento fraco, que se trataria da era de César e portanto do ano de 1290 (quem utilizar o trabalho deste autor deverá ter em conta a existência de algumas falhas na enumeração de cavalarias que nele se apresenta (p. 185)). A inquirição de 1282 e o rol são razoavelmente concordantes. No conjunto das duas inquirições, documenta-se a existência de cavalarias em 39 povoações. Destas, 25 são referidas em ambos os documentos, embora para 6 delas o número de cavalarias indicado seja diferente; para 5 povoações, apenas a inquirição de 1282 menciona as cavalarias; para 9 outras povoações, apenas o rol o faz. Na Figura 5 marquei todas as 39 povoações. O diâmetro do círculo que assinala cada uma é proporcional ao número de cavalarias indicado na inquirição de 1282 ou, sendo esta omissa, no rol.

geográfica das igrejas medievais e os seus rendimentos são indicadores importantíssimos sobre a estrutura do povoamento antigo.

É importante notar que, sendo a Igreja Católica uma instituição tradicionalmente conservadora, a rede de igrejas reflecte uma conjuntura, em termos geográficos e de vias de comunicação, muito anterior à fundação da nacionalidade. Até ao século XIX poucas foram as paróquias criadas em regiões de povoamento antigo. A maior parte das igrejas mencionadas no citado catálogo de 1320 já apareceram também num rol de igrejas datável de 1209-1229 ⁶ e nas inquirições de Dom Afonso II de 1220⁷. Outras, que aparecem no catálogo de 1320, mas não aparecem nem no rol nem nas inquirições de 1220, estão, ainda assim, referenciadas em documentos anteriores ao século XIII. Tal é o caso das igrejas de Santiago de Riba-Ul (DC 25), Antes (DC 444) e São João da Madeira (DC 704).

O esboço da Figura 7 é bastante elucidativo. Por ele se vê que a rede hidrográfica e a linha do litoral foram dois factores importantes na fixação do povoamento. O principal foco de povoamento situava-se precisamente na zona de confluência dos três maiores rios da região, o Vouga, o Águeda e o Cértima. Aqui encontramos a capital tradicional de toda esta região, a *civitas Marnel*, e, mesmo no centro, a vila de Ois da Ribeira, que em 1220 era sede de um grande julgado. O facto de Ois da Ribeira se encontrar no centro do principal foco de povoamento sugere, desde logo, que por ali passaria a estrada Coimbra-Porto, tanto mais que Óis, com os seus 28 casais, era o maior aglomerado populacional da região. O eixo Ouça-Aveiro-Cacia, que acompanha a linha do litoral antigo, também apresentava já um razoável grau de desenvolvimento, particularmente visível através dos elevados rendimentos das igrejas.

Entretanto, quem olhar mais atentamente para o esboço, logo verá que a rede hidrográfica não justifica totalmente a estrutura do povoamento. Veja-se o caso do vale do Cértima. Em princípio, se o critério fosse apenas a proximidade do rio, a densidade do povoamento seria

⁶ A região a sul do rio Antuã, pertencente ao Bispado de Coimbra, está publicada em *Milenário*, doc. 29, p. 44-50. A região a norte desse rio foi publicada por MATTOSO *et al.* 1993, doc. 9, p. 109-111).

⁷ A parte das inquirições de 1220 referente ao distrito de Aveiro está publicada em *Milenário*, doc. 33, p. 56-66. Estas inquirições não chegaram a abranger a Terra de Santa Maria. No entanto, do mesmo ano existem umas inquirições sobre bens religiosos nesse território (MATTOSO *et al.*, 1993, doc. 7, p. 105-107).

igual em ambas as margens. Na zona propriamente bairradina do vale do Cértima seria até de esperar uma maior densidade de povoamento na margem oriental, pois por ela correm três importantes afluentes, os rios de Arcos, Avelãs e Aguada. No entanto, é precisamente na outra margem que encontramos maior densidade de povoamento. Mais a norte, os férteis campos da ribeira do Cértima justificariam um povoamento denso, similar ao que se regista na ribeira do Aguada. No entanto, pelo esboço da Figura 7 se vê que, a norte de Sangalhos, o povoamento na margem esquerda do Cértima é quase nulo, enquanto o da margem direita passa a ser bastante denso. Isto é tanto mais para estranhar quanto é nesta zona e pela margem esquerda que o Cértima acolhe o seu principal afluente, o rio Levira. Aquilo que acabei de referir sugere que o itinerário mais antigo da região seguia inicialmente pela margem ocidental do Cértima, cruzando este rio entre Sangalhos e Barro e o Águeda em Óis da Ribeira. Este é precisamente o itinerário ocidental a que me referi acima.

Verdadeiramente sugestiva é a posição relativa dos pontos assinaladas no esboço. Na verdade, a distribuição geográfica das povoações apresenta certos alinhamentos que dificilmente se poderão explicar sem recurso à rede viária. Isto é particularmente evidente na margem ocidental do Cértima, onde se detectam dois alinhamentos muito nítidos.

Um desses alinhamentos compõe-se da seguinte sucessão de 4 povoações, cada uma delas com a sua igreja: Murtede, Sepins, Bolho e Vilarinho do Bairro. Este alinhamento corresponde ao antigo caminho de ligação do litoral aveirense a Coimbra. No século XVIII, a estrada Coimbra-Aveiro continuava a passar por Murtede, Samel e Mamarrosa (TEODORO DE MATOS, 1980). Portanto, atendendo ao encadeamento do povoamento antigo, a primitiva estrada do litoral deveria seguir de perto o contorno da bacia do rio Boco. Depois de Mamarrosa, a estrada passaria por Bustos, Ouca, Sôza, flhavo, Verdemilho e Aveiro. Este caminho aparece referido como *via coimbrã* («*viam colimbrianam*») em dois documentos medievais, um de Ilhavo de 1095 (LP 302) e outro de Murtede de 1119 (LP 100). A este antigo itinerário deveremos ainda associar a albergaria e hospital de Sôza, fundados por Dom Sancho I em 1192 e entregues à Ordem de Santa Maria de Rocamador, e um outro hospital fundado em Ouca em 1453 (CORREIA, 1944, p. 431 e 414). Sôza viria a ser a sede da Ordem de Rocamador em Portugal (*Idem*, p. 339-347). É natural que todo este itinerário tenha origem romana, sendo Cada o seu destino final.

Note-se que, nos primeiros tempos da monarquia, Aveiro não era ainda a vila importante que veio a ser a partir do século XV. No século XVIII a estrada, depois de Vilarinho, seguia directamente para Aveiro (TEODORO DE MATOS, 1980). Junto a esse novo traçado surgiram povoações hoje grandes e bem conhecidas, como é o caso da Palhaça (povoação só documentada a partir do século XVII) ou até da Quinta do Picado. A ligação de Aveiro à zona Mogofores-Sangalhos, hoje muito utilizada, também deve ser mais recente, pois a estrutura do povoamento antigo não dá dela qualquer testemunho.

Outro alinhamento de povoações na margem ocidental do Cértima, ainda mais nítido no esboço da Figura 7 do que o anteriormente referido, é composto por uma sucessão de 8 povoações: Casal Comba, Antes, Arinhos, Ventosa do Bairro, Horta, Óis do Bairro, Mogofores e Sangalhos. Este alinhamento de povoações corresponde seguramente ao traçado da estrada mourisca ou estrada coimbrã velha cuja passagem em Mogofores e em Ventosa do Bairro está atestada na documentação medieval, como já referi na secção anterior.

É nesta zona da margem ocidental do Cértima, atravessada pela estrada de Aveiro e pela estrada do Marnel, que encontramos também a maior densidade de achados arqueológicos da época romana.

Das 16 povoações da margem ocidental do Cértima assinaladas na Figura 7, apenas quatro (Oliveira do Bairro, São Lourenço do Bairro, Tamengos e Ourentã) não se encontram sobre o traçado de importantes itinerários antigos.

Na margem oriental do Cértima e a sul do rio de Aguada, o povoamento era bastante mais disperso, não se identificando com suficiente nitidez na Figura 7 alinhamentos de povoações que possam corresponder a itinerários de ligação do Marnel a Coimbra. Em todo o caso, Arcos, Alfêloas e Aguada de Cima situam-se sobre o traçado do itinerário interior que defini na secção precedente. Aguada de Baixo é a única povoação assinalada na Figura 7 que fica situada sobre o traçado da estrada coimbrã do século XIII (a actual cidade de Agueda desenvolveu-se em torno da igreja de Santa Eulália após a construção da ponte do Águeda, na segunda metade do século XIII). É flagrante o contraste com a estrada velha da margem ocidental, junto à qual se assinalam na Figura 7 nada menos do que oito povoações, como referi. O alinhamento formado por Avelãs de Cima, Moita, Vila Nova de Monzarros e Vacariça está já demasiado afastado da zona de circulação norte-sul para que possamos associá-lo a um itinerário importante.

Algumas destas povoações da margem direita devem, sim, ser associadas a itinerários de ligação à Beira Alta. Estão neste caso Vacariça, Arcos e Moita (SEABRA LOPES, 1994b).

Tal como sugere o alinhamento do povoamento antigo, a estrada velha devia cruzar o Cértima entre Sangalhos e Barro. A partir de Barro e, novamente, tendo em conta a estrutura do povoamento, identificam-se dois itinerários alternativos. Um deles seguia por Recardães, povoação sede de freguesia e onde se concentravam cinco casais de cavalaria. O outro seguia ao longo do Cértima por Paradela, Espinhei, Óis da Ribeira, cruzava aqui o rio Águeda, e continuava ao longo do Vouga por Travassô, Segadães e Covelas. Este segundo itinerário é o mais nítido na estrutura do povoamento. A passagem deste itinerário certamente contribuiu para a maior densidade de povoamento que se regista na margem esquerda do Vouga (3 igrejas em Travassô, Segadães e Covelas e 3 cavalaria em Segadães) em comparação com a margem direita (apenas 1 igreja em Alquerubim e 2 cavalaria em Fontes e Calvães).

Este último segmento da estrada, compreendido entre Travassô e Lamas, tocava um antigo itinerário de ligação da zona de Viseu ao litoral. Talvez a bem documentada estrada romana Viseu-Marnel tivesse continuação por Covelas, Segadães, Travassô (onde, segundo a tradição, se situou uma albergaria), Eirol, Horta e Eixo até ao povoado romano de Cacia. Um documento de 1481 refere-se a esta estrada como sendo «*huua grande estrada*» que ligava Aveiro a Viseu, Lamego, Covilhã e Guarda bem como ao reino de Castela (SOUSA BAPTISTA, 1959). A esta estrada deveremos associar o topónimo *Fundo da Rua*, que designa um lugar próximo de Valongo do Vouga.

Os principais pontos de travessia dos rios nesta zona de confluência eram já em 1481 os mesmos que hoje (SOUSA BAPTISTA, 1959, p. 49 e 52): o Águeda atravessava-se entre Almeira e Eirol (onde já em 1377 existia uma ponte), entre Travassô e Óis da Ribeira e, naturalmente, entre Águeda e o Sardão; o Cértima atravessava-se em Requeixo.

Em conclusão, a estrutura do povoamento antigo da região do Vouga reflecte não só a influência de factores geográficos, como sejam a proximidade do litoral ou das margens dos rios, como também o carácter estruturante da rede viária. Nesse sentido, pode dizer-se que o itinerário ocidental foi verdadeiramente a coluna vertebral do povoamento da região do Vouga até ao século XIII.

6. Densidade do povoamento antigo ao longo dos vários itinerários

Dos quatro itinerários entre Coimbra e o Marnel, apresentados em linhas gerais na secção 4, pareceu-me que o itinerário ocidental seria o mais utilizado na época romana. Apresentei bastantes evidências a favor de tal hipótese nas secções 4 e 5. Em seguida, tentarei complementar a argumentação com uma avaliação da densidade do povoamento antigo na vizinhança daqueles quatro itinerários e ainda na vizinhança do itinerário romano Marnel-Gaia.

Essa avaliação será feita em função dos seguintes indicadores:

1) Vestígios romanos; 2) Povoações referenciadas até ao século XII; 3) Casais em 1220; 4) Cavalarias em 1282-1328; 5) Igrejas em 1320 e respectivos rendimentos.

Só considerarei que um certo ponto de interesse (vestígio romano, povoação antiga, casal ou igreja) fica na vizinhança de um certo itinerário se ficar a menos de meia milha de distância desse itinerário ⁸ e não houver, entre o itinerário e o ponto de interesse, um obstáculo importante, como seja um rio. Por outro lado, não considerarei como pontos de interesse os extremos dos itinerários estudados, isto é, Coimbra, Marnel e Porto/Gaia.

A comparação entre os vários itinerários será feita em termos de indicadores denominados densidades. *Uma densidade será uma normalização, para um módulo viário de 100 milhas, do número de vestígios, povoações, casais ou igrejas na vizinhança de um itinerário.* Assim, por exemplo, o itinerário entre o Marnel e Vila Nova de Gaia tocava em 12 igrejas. Como, pelos meus cálculos, este itinerário mede de comprimento cerca de 42,9 milhas, a densidade de igrejas no seu traçado é de $12 \times 100/42,9 = 28$ igrejas por cada 100 milhas. As distâncias correspondentes aos vários itinerários foram já apresentadas na Tabela II.

A ausência de povoamento antigo e, nomeadamente, de vestígios romanos, ao longo do traçado da estrada coimbrã tem levado alguns autores a considerar bastante deserta toda esta região compreendida, grosso modo, entre a Mealhada e Albergaria-a-Velha. A realidade é inteiramente diversa. Por exemplo, Ruy de Azevedo preparou um esboço topográfico das vilas rústicas da região a sul do Vouga na posse

⁸ Dentro desta vizinhança ficaria a *pars urbana* da maior parte das *villae* que confrontassem com a estrada. A propósito das dimensões das *villae*, veja-se o artigo de Alareão (1998).

total ou parcial do mosteiro do Lorvão em finais do século X, época em que Almançor tomou para o domínio árabe todo o território até ao Douro. Baseado nesse esboço, o autor concluiu: «Descobre-se não só a expansão e riqueza do mosteiro, como o intenso povoamento que grande parte desta zona atingiu no decorrer do século X; este último ainda se torna mais evidente, através dos documentos, pela existência de inúmeras igrejas disseminadas por todo o território, e pelo parcelamento da propriedade em algumas regiões, como por exemplo em Vila Cova e Recardães» (AZEVEDO, 1933, p. 204).

Quanto aos vestígios romanos, José Rodrigues, na sua obra sobre o couto de Aguim, fez uma inventariação dos que conhecia na Bairrada que o levou a concluir: «O espólio arqueológico, etnográfico e toponímico da região revela este facto incontroverso: foi duradoura e profunda a romanização» (RODRIGUES, 1959, p. 10).

O mesmo autor verificou ainda que «tais vestígios são especialmente abundantes na vertente oeste do vale do Cértima, nas colinas de Casal Comba, Pedrulha, Murtede, Sepins, Arinhos e Horta [...]. Muitos outros vestígios têm aparecido nas encostas e planaltos que se sucedem até alturas de Mogofores, alguns deles de descoberta recente» (RODRIGUES, 1959, p. 10-11). Mário Saa, homem da investigação no terreno, escreveu também: «Os acidentes arqueológicos mais notáveis prolongam-se sobre a esquerda do Sértoma, nas encostas e ao longo do rio» (SAA, 1960, p. 116). E noutro ponto: «Bairrada, região de muita antiguidade romana, sobretudo na margem ocidental do Sértoma» (*idem*, p. 177). Pelos elementos que pude reunir, estas afirmações mantêm-se válidas e apoiam a passagem da estrada romana na margem ocidental do Cértima.

Na tabela III eunumeram-se os vestígios romanos até agora encontrados na vizinhança dos quatro itinerários Coimbra-Marnel e no itinerário romano Mamel-Gaia. As fontes desta enumeração são a obra *Roman Portugal* (ALARCÃO, 1988a = RP) e, ainda, diversas monografias mais localizadas. Não são incluídos nesta inventariação vestígios de estradas, pois a maior parte dos que se conhecem são medievais ou mesmo modernos, e, se alguns há que sejam romanos, ainda não foi possível comprová-lo inequivocamente. Pela tabela III se vê que, dos quatro itinerários de ligação entre Coimbra e Marnel, a estrada coimbrã é o que apresenta menor densidade de vestígios arqueológicos romanos ao longo do seu traçado. Se considerarmos apenas a parte destes itinerários a norte do Carquejo, local da bifurcação, o contraste entre os itinerários da margem ocidental e a estrada coimbrã é ainda mais nítido.

TABELA III — *Densidade de vestígios romanos*

Locais onde apareceram vestígios romanos	Total	Densidade
<i>Coimbra-Marnel (itinerário ocidental ou romano)</i>		
Ingote (RP 3/102); São Martinho do Pinheiro (RP 3/83); Trouxemil (RP 3/96); Vimieira (RP 3/81); Casal Comba (RP 3/80); Arinhos (RODRIGUES, 1959, p. 11); Horta (RODRIGUES, 1959, p. 15); Óis do Bairro (SAA, 1960, p. 177); Mogofores (RODRIGUES, 1959, p. 11; CRUZ, 1995, II, p. 372); Sangalhos (MALHEIRO, 1997); Piedade (RP 3/62);	11	28
<i>Coimbra-Marnel (estrada mourisca)</i>		
Igual ao anterior até Sangalhos;	10	27
<i>Coimbra-Marnel (itinerário interior)</i>		
Igual ao anterior até Trouxemil; Mealhada (RP 3/79); Aguim (RODRIGUES, 1959, p. 15); Monte Crasto (SILVEIRA, 1911; NOGUEIRA GONÇALVES, 1959); Aguada de Cima (RP 3/63);	7	19
<i>Coimbra-Marnel (estrada coimbrã)</i>		
Igual ao anterior até Mealhada; Aguada de Baixo (RP 3/64);	5	14
<i>Marnel-Gaia (estrada romana)</i>		
Gândara de Serém (SOUSA BAPTISTA, 1950, p. 101); Branca (SILVA, 1994, p. 46-47; RP 3/39); UI (RP 3/36; SILVA, 1994, p. 57); Mamoinha da Mourisca / Arrifana (LEITE DE VASCONCELOS, 1913, p. 507; FERNANDES, 1996, p. 59-61); Fiães (RP 3/29); Castro da Senhora da Saúde (RP 3/9); Mafamude (SILVA, 1994, p. 61);	7	16

Poderá parecer estranho que, no traçado da estrada romana entre o Mamei e Vila Nova de Gaia, se tenha encontrado também uma baixa densidade de vestígios. No entanto, é preciso não esquecer que a região entre Vouga e Mondego estava sob a influência directa de dois grandes centros romanos, Conímbriga e Emínio. Ao que parece, a mancha de maior densidade arqueológica prolonga-se de Coimbra (Emínio) por toda a margem norte do Mondego e mais para norte até à Bairrada, sobretudo a ocidente do Cértima. A partir daqui, apesar de nos estarmos a aproximar de Talábriga, diminuem gradualmente as notícias de achados. Talábriga é a última cidade da cadeia de cidades enumeradas por Plínio e atribuídas aos Túrdulos por Pomponio Mela. A norte do

Vouga, onde a cultura castreja era dominante, a romanização parece ter sido mais tardia e menos intensa.

TABELA IV — *Densidade de povoações referenciadas até ao século XII*

Povoações referenciadas, ano e documento	Total	Densidade
<i>Coimbra-Marnel (itinerário ocidental ou romano)</i>		
Coselhas, 967 (DC 94); Cioga do Monte, 968 (DC 95); Trouxemil, 883 (DC 11); São Martinho do Pinheiro, 973 (DC 196); Vimieira, 973 (DC 196); Casal Comba, 1094 (LP 175); Antes, 1064 (DC 444); Arinhos, 1064 (DC 444); Ventosa, 1064 (DC 444); Horta, 1064 (DC 444); Óis do Bairro, 1086 (LP 101) Mogofores, 1143 (DR 201); Sá, 1143 (DR 201); Sangalhos, 957 (DC 73); Barró, 957 (DC 73); Paradela, 982 (AZEVEDO, 1933, p. 221); Espinhei, 982 (AZEVEDO, 1933, p. 221); Óis da Ribeira, 1101 (LP 553); Travassô, 883 (DC 11); Segadães, 1050 (DC 378); Crastovães, 981 (DC 132); Covelas, 1050 (DC 378); Pedações, 981 (DC 132);	23	54
<i>Coimbra-Marnel (estrada mourisca)</i>		
Igual ao anterior até Barro; Recardães, 981 (DC 131); Castro, 982 (AZEVEDO, 1933, p. 221); Paredes, 1046 (DC 348);	18	49
<i>Coimbra-Marnel (itinerário interior)</i>		
Igual ao anterior até São Martinho do Pinheiro; Sernadelo, 1140 (DR 179); Aguium, 1101 (DP/III 17); Anadia, 1082 (LP 53); Arcos, 943 (DC 51); Santa Eulália de Aguada de Cima, 957 (DC 73) / 1132 (DR 123); Borralha, 1114 (DP/III 493); Assequins, 1050 (D 378); Valongo, 1050 (DC 378); Lanheses, 1101 (DP/III 42);	13	36
<i>Coimbra-Marnel (estrada coimbrã)</i>		
Igual ao anterior até Sernadelo; Avelãs de Baixo, 1132 (DR 123); Aguadela, 957 (DC 73); Aguada de Baixo, 957 (DC 73);	8	23
<i>Marnel-Gaia (estrada romana)</i>		
Serem, 1050 (DC 378); Assilhô, 1117 (DR 49); Branca, 1088 (DC 708); Curvai, 1109 (DP/III 318); Figueiredo, 1115 (DP/III 503); Oliveira de Azeméis, 922 (?) (DC 25); Santiago de Riba-Ul, 922 (?) (DC 25); Manhouce, 1053 (DC 385); São João da Madeira, 1088 (DC 703); Fiães, 1181 (ANTT, Suplemento da Colecção Especial - sala 16, mosteiro de Pedroso, m. 4, n.º 16), Gualtar, 1181 (); Aldriz, 897 (DC 12); Argoncilhe, 1091 (DC 756); Ramil, 1109 (DP/III 344); Seixezelo, 1091 (BF 196); Seada, 1119 (DP/IV 96); Pedroso, 1059 (DC 378); Mafamude, 922 (?) (DC 25);	18	42

Como tenho vindo a referir, desde finais do século XII ter-se-ão produzido diversas alterações ao traçado da estrada mourisca. O estudo da estrutura do povoamento anterior a essas alterações poder-nos-á dar indicações importantes para a reconstituição do traçado da estrada mourisca primitiva. Na tabela IV, enumeram-se as povoações ainda actualmente existentes e que aparecem referidas na documentação até ao século XII⁹. Não são incluídas nesta enumeração as povoações hoje desaparecidas, pois em muitos casos se desconhece qual terá sido a sua exacta localização.

Mais uma vez, o itinerário ocidental e a estrada mourisca entre Coimbra e Mamei são os que apresentam maior densidade de pontos de interesse. A densidade de pontos de interesse ao longo da estrada romana entre Mamei e Gaia já se aproxima da densidade dos valores da estrada mourisca e do itinerário ocidental a sul do Marnel. Novamente, a estrada coimbrã a sul do Mamei aparece em último lugar.

Uma fonte importante sobre o povoamento da região entre Vouga e Buçaco são as inquirições de 1220 (*Milenário*, doc. 33) que abrangem o espaço correspondente à terra de Vouga. Nela se referem não só as povoações existentes, como também, em muitos casos, o número de casais pertencentes a vários senhores. Para a zona bairradina, no entanto, quase não se mencionaram os casais. Na tabela V, apresentam-se os casais existentes ao longo dos itinerários considerados, segundo as inquirições de 1220, bem como as densidades de casais. Aqui, sobressaem claramente os dois itinerários que contornam a ribeira do Agueda, o itinerário ocidental (travessia em Óis) e o itinerário interior (travessia em Asseguins). No traçado da estrada coimbrã não foi referenciado um único casal.

TABELA V — *Densidade de casais em 1220*

Casais registados em cada povoação	Total	Densidade
<i>Coimbra-Marnel (itinerário ocidental ou romano)</i>		
Sá, 1; Paradela, 11; Espinhei, 12,5; Óis, 28; Crastovães, 7; Covelas, 4; Pedações, 3;	66,5	168

⁹ As fontes utilizadas são referenciadas na tabela por siglas (DC, DP/III, DP/IV, LP, BF, etc.) tal como indicado na bibliografia apresentada no fim do artigo.

<i>Coimbra-Marnel (estrada mourisca)</i>		
Sá, 1; Recardães, 27;	28	76
<i>Coimbra-Marnel (itinerário interior)</i>		
Alfeloas, 1; Pereiro, 9; Borralha, 5; Assequins, 18,5; Valongo, 18; Carvalhal, 2;	53,5	147
<i>Coimbra-Marnel (estrada coimbrã)</i>		
Não foram registados nenhuns casais	0	0
<i>Marnel-Gaia (estrada romana)</i>		
Não abrangido pelas inquirições de 1220	—	—

Outro indicador importante sobre o povoamento antigo, já posto em destaque na secção 5, é a existência de casais de cavalaria. A Tabela VI apresenta as cavalarias e densidades de cavalarias ao longo dos quatro itinerários entre Marnel e Coimbra. Mais uma vez o itinerário ocidental se destaca e, mais uma vez, é flagrante o contraste com a estrada coimbrã.

Ainda outro importante indicador do povoamento, também já realçado na secção 5, é a distribuição geográfica das igrejas. A Tabela VII apresenta os rendimentos das igrejas situadas na vizinhança dos itinerários considerados segundo o catálogo de 1320 (FORTUNATO DE ALMEIDA, 1971) bem como as densidades associadas. A tabela VIII apresenta o número e densidade de igrejas nos mesmos itinerários. Convém notar que a maior parte destas igrejas já aparecem nas listas do princípio do século XIII e muitas delas são referenciadas em documentação muito mais antiga ainda (as únicas igrejas que não encontrei referenciadas antes de 1320 são as de Trouxemil, UI e Seixezelo). Portanto, as tabelas VIII e IX reflectem uma conjuntura seguramente anterior à época em que se começaram a operar as rectificações ao traçado da estrada mourisca. Destas tabelas resulta que a densidade de igrejas e do respectivo rendimento no itinerário ocidental e na estrada mourisca estão na mesma ordem de grandeza da estrada romana Marnel-Gaia. A estrada coimbrã a sul do Marnel ficou novamente em último lugar.

TABELA VI — *Densidade de casais de cavalaria em 1282-1328*

Casais de cavalaria registados em cada povoação	Total	Densidade
<i>Coimbra-Marnel (itinerário ocidental)</i>		
Arinhos, 3; Horta, 1; Óis do Bairro, 2; Mogofores, 1; Paradela, 1; Espinhei, 7,5; Óis da Ribeira, 1; Segadães, 3;	19,5	49
<i>Coimbra-Marnel (estrada mourisca)</i>		
Igual ao anterior até Mogofores; Recardães, 5; Casainho, 2;	14	38
<i>Coimbra-Marnel (itinerário interior)</i>		
Arcos, 1; Alfeloas, 2; Borralha, 2; Assequins, 2; Arrancada, 1; Brunhido, 1; Lanheses, 2; Cristelo, 1;	12	33
<i>Coimbra-Marnel (estrada coimbrã)</i>		
Não foram registados casais de cavalaria junto a este itinerário	0	0
<i>Marnel-Gaia (estrada romana)</i>		
Não abrangido por estas inquirições	—	—

Tabela VII — Rendimentos das igrejas em 1320

Igrejas e respectivos rendimentos	Total	Densidade
<i>Coimbra-Marnel (itinerário ocidental ou romano)</i>		
Treixomil, 25; Antes, 20; Casal Comba, 110; Ventosa, 50; Óis do Bairro, 12; Sangalhos, 230; Barro, 60/2 (?); Espinhei, 200; Óis da Ribeira, 80; Travassô, 60; Segadães, 80; Covelas, 45;	942	2379
<i>Coimbra-Marnel (estrada mourisca)</i>		
Igual ao anterior até Barro, total 477; Recardães, 100;	577	1559
<i>Coimbra-Marnel (itinerário interior)</i>		
Treixomil, 25; Arcos, 90; Aguada de Cima, 80; Valongo, 190;	385	1055
<i>Coimbra-Marnel (estrada coimbrã)</i>		
Treixomil, 25; Aguada de Baixo, 60/2 (?); Águeda, 180;	235	681
<i>Marnel-Gaia (estrada romana)</i>		
Figueiredo, 140; ermitânia de Figueiredo, 25; Branca, não diz, adopta-se o valor médio 50; Ul, 40; igrejas de Oliveira de Azeméis e Lações, 45; <i>Vila Coua de Ul</i> (^Santiago de Riba-Ul, 50; São Joãoda Madeira, 80; <i>Manhuci</i> (=Arrifana), 60; Fiães, 60; Seixezelo, 25; Argoncilhe, não diz, adopta-se o valor médio 50;	625	1457

TABELA VIII — *Número e densidade de igrejas*

	Número de igrejas	Densidade
<i>Coimbra-Marnel (itinerário ocidental ou romano)</i>	12	30
<i>Coimbra-Marnel (estrada mourisca)</i>	8	22
<i>Coimbra-Marnel (itinerário interior)</i>	4	11
<i>Coimbra-Marnel (estrada coimbrã)</i>	3	9
<i>Marnel-Gaia (estrada romana)</i>	12	28

1. A deslocação do eixo do povoamento para a nova estrada coimbrã

Nos primeiros tempos da monarquia portuguesa, fizeram-se importantes rectificações do traçado da estrada mourisca. Esta, por sua vez, passou a chamar-se estrada coimbrã. O novo traçado imprimiu uma nova estrutura ao povoamento. Ao longo do novo traçado surgem novas povoações, que progressivamente se transformam em centros económicos e político-administrativos.

Miguel de Oliveira atribuía a estagnação da vila da Feira ao seu afastamento da estrada real: «Por lhe passar desviada a nascente a estrada principal é que tão pouco se tem desenvolvido a sede de tão importante concelho» (OLIVEIRA, 1943, p. 57).

O caso mais bem caracterizado parece ser o de Figueiredo. Em tomo desta povoação bipolar (Figueiredo de Baixo e Figueiredo de Cima) se organizou um julgado que já existia no século XIII. A estrada romana deve ter passado em Figueiredo, pois logo a norte, em Ul, apareceu um miliário. A estrada mourisca passava seguramente em Figueiredo, porque o rei tinha aí um paço de pernoita. Em Figueiredo, no ano de 1114, celebraram os bispos do Porto e de Coimbra uma importante convenção sobre a fronteira entre as respectivas dioceses (DP/III 526). Ao desvio do traçado mais para o interior, ocorrido talvez em meados do século XIII, se deve atribuir o nascimento de Pinheiro e Bemposta. Nenhuma destas povoações aparece mencionada nas inquirições de 1220. Uma inquirição de 1284 refere mesmo que a Bemposta tinha sido criada pouco tempo antes; finalmente, em 1290,

a sede do julgado era já na Bemposta^{10 11}. Por sua vez, o paço real passou a ser no Curvai. No século XVI, o concelho continuava a dizer-se *de Figueiredo* e a sede permanecia na Bemposta (BRAAMCAMP FREIRE, 1908, p. 277). No Pinheiro e na Bemposta se construíram nos séculos XVII e XVIII várias casas solarengas que dão a estas duas terras ar de certa antiguidade. Em Figueiredo, decadente após a alteração do traçado da estrada, já nada testemunha a sua antiga importância.

Entre Vouga e Mondego, foram verdadeiramente radicais as transformações geomorfológicas e da rede viária operadas desde o princípio da monarquia, transformações estas que alteraram completamente a estrutura do povoamento antigo, tal como ela nos apareceu no esboço da Figura 7. Para termo de comparação, apresenta-se na Figura 8 o esboço topográfico dos principais centros de povoamento na mesma região segundo o *Recenseamento Geral da População* de 1940ⁿ. Foram assinaladas apenas as povoações com mais de 200 fogos (círculos) e as sedes das freguesias com um total superior a 500 fogos (quadrados).

Da comparação entre os esboços topográficos das Figuras 5 e 6 resultam evidentes alguns factos. Em primeiro lugar, o centro de gravidade do povoamento da região deslocou-se da zona de confluência de Vouga, Agueda e Cértima para a ria de Aveiro, cujo processo de formação terminou em meados do século XVIII. Podemos dizer que o centro de gravidade da região acompanhou o deslocamento da foz do Vouga. A própria capitalidade administrativa da região, que desde a época romana se situava no Marnel, foi deslocada para Aveiro. Os limites da chamada comarca de Aveiro, criada no século XVI e sediada em Esgueira, pouco se afastavam dos limites do território medieval de Vouga e dos limites romanos de Talábriga (SEABRA LOPES, 1995; 1996a).

¹⁰ Em 1284: «A Benposta, que pobrou o almoxarife novamente,...» (MATTOSO *et al.*, 1993, doc. 70, p. 217); em 1290: «... dixerom a Paay Johannes, juiz de Figueiredo na Benposta, ...» (MATTOSO *et al.*, 1993, doc. 100, p. 269).

¹¹ Por incrível que pareça, em toda a história portuguesa, apenas cinco censos de população realizados a nível nacional mencionam a população existente em cada aglomerado populacional. São eles o cadastro de população de 1527 e os censos oficiais de 1911, 1940, 1960 e 1991. Todos os outros censos limitam-se a apresentar os totais por freguesias ou por concelhos. Não utilizei o cadastro de 1527 para comparação com o povoamento antigo porque este censo não apresenta a população de algumas localidades importantes da região em estudo como sejam Anadia, Mealhada, Vila Nova de Monsarros, Casal Comba e Aguada de Cima. Também não utilizei o censo oficial de 1911 porque o exemplar que tenho mais à mão está incompleto.

Quanto à rede viária, a comparação entre as Figuras 5 e 6 ilustra claramente as transformações ocorridas. O itinerário ocidental ou romano, tão nítido na Figura 7, já não se vislumbra na Figura 8. Em compensação surge, mais para o interior, um alinhamento de povoações muito nítido, o qual segue de perto a estrada coimbrã; Mourisca do Vouga, Águeda, Aguada de Baixo, Avelãs do Caminho e Mealhada. Na Figura 8, aparecem ainda Assequins, Borralha, Arcos, Anadia e Aguim, povoações que ficam razoavelmente próximas da estrada coimbrã e que prosperaram graças a essa proximidade. Finalmente, o alinhamento formado pelas povoações de Sangalhos, Oliveira do Bairro, Oiã, Póvoa do Valado, Oliveirinha e São Bernardo, todas assinaladas na Figura 8, corresponde à estrada Malaposta-Aveiro. Esta estrada, que já existia no século XVII, embora com um traçado algo diferente do actual (SEABRA LOPES, 1994b, p. 99-100), não deve ter grande antiguidade. Com efeito, não se vislumbra qualquer vestígio dela na estrutura do povoamento antigo (Figura 7).

Entre o Marnel e Coimbra, onde me parece que as alterações do traçado da estrada foram mais radicais, são numerosos os casos tipo Figueiredo/Bemposta. Enquanto junto aos itinerários ancestrais e, mesmo, junto à estrada mourisca, se localiza um grande número de povoações que aparecem referenciadas na mais antiga documentação portuguesa (algumas desde o século IX), as povoações da estrada coimbrã surgem ou desenvolvem-se a partir do século XIII.

Começo por Sangalhos, onde se deve ter situado uma *mansio* da estrada romana e um paço da estrada mourisca (ver secção 8). O topónimo *Paço*, também dito *Sangalhos do Paço*, parece ainda recordar o antigo paço real da estrada mourisca¹². No século XII, a passagem da estrada e a existência do paço real deviam dar alguma projecção regional a Sangalhos. Talvez o mais eloquente vestígio dessa antiga importância de Sangalhos seja a difusão que o alqueire de Sangalhos teve no tempo de Dom Afonso Henriques. De facto, vê-se pelos forais manuelinos que diversas terras importantes pagavam, pelo direito da jugada, uma certa quantidade de cereal medida pelo alqueire de Sanga-

12 De facto, o topónimo *paço* não é muito frequente nesta região, e, quando ocorre, normalmente tem origem num paço de pernoita do rei. Tal é o caso de Paço de Avelãs e Paço de Figueiredo, na estrada Porto-Coimbra, Paço de Vilarinho, na estrada Aveiro-Coimbra, Paço de Arrancada, na estrada Marnel-Viseu, e Paço de Botão (na estrada de Coimbra para a Beira Alta).

lhos. Em 1179, Coimbra, Santarém e Lisboa passaram a pagar pela jugada um moio de 56 alqueires da medida de Sangalhos. Também por essa medida se pagava a jugada em Leiria, Torres Vedras e Almada, entre outras. No bispado do Porto era quase geral, desde o século XII, medirem-se pelo alqueire de Sangalhos as censorias pagas ao bispo e cabido (*Censual*, p. 543-582). No princípio do século XVI, o alqueire de Sangalhos continuava em utilização corrente em toda a região compreendida entre o rio Antuã e a serra do Buçaco.

Em 1143, a estrada mourisca ainda passava entre Mogofores e Ancas, e, assim, também passaria em Sangalhos. Em 1179, Dom Afonso Henriques determinou que se pagassem as jugadas pelo alqueire de Sangalhos. O nosso primeiro rei terá escolhido o alqueire corrente de um dos seus paços para o pagamento das jugadas. É, pois, natural que em 1179 a estrada mourisca continuasse a passar em Sangalhos. No entanto, em 1220 o paço real já se situava em Avelãs. A estrada, que agora passava entre Mogofores e Arcos, era conhecida como estrada coimbrã. Portanto, a estrada passava agora na margem oriental do Cértima. Talvez seja de atribuir ao rei povoador, Dom Sancho I, que reinou entre 1185 e 1211, a iniciativa da alteração do traçado.

Com a mudança da estrada para a margem direita, Sangalhos passa para segundo plano. No entanto, mantém-se como sede de freguesia. No século XIII, a sede tinha 22,5 casais¹³, pouco menos do que Ois da Ribeira, que era a maior da região, com 28 casais. A igreja de São Vicente de Sangalhos era ainda em 1320 a mais rendosa de toda a Bairrada e uma das mais rendosas do Baixo Vouga¹⁴. Sangalhos foi também sede de concelho e de capitania-mor. Porém, verdadeiramente impressionante vai ser a evolução de Avelãs.

No século X, Avelãs do Caminho ainda não deveria existir. Depreende-se de um documento de 961 (DC 84) que o topónimo *Auleanas* era suficiente para identificar a vila rústica a que depois se chamou *Auelanas de Susanas* (Avelãs de Cima). No século XI, existia no limite de Sangalhos e junto à foz do rio Avelãs, uma vila que parece nem

¹³ São os chamados *casais antigos reguengos* que, segundo o foral manuelino deste concelho, existiam no conjunto de Sangalhos do Paço e Sangalhos da Igreja.

A igreja de São Vicente rendia 230 libras. Rendas maiores registam-se apenas em São Miguel de Aveiro (660 libras), São Miguel de Sôza (650 libras), Santo André de Esgueira (400 libras) e São Miguel de Fermelã (280 libras) (FORTUNATO DE ALMEIDA, 1971, p. 123-124).

nome tinha: «*in Sangalios, uilla quefuit de Elias Exalaba ubi se Auclanas infundit in Certoma* » (DC 444). Esta era a vila a que os documentos do século XII e XIII chamam *Auelanis de Jusanis* (Avelãs de Baixo). Com a mudança da estrada para a margem direita do Cértima, instala-se aí um paço de pernoita da família real, o qual aparece referido nas inquirições de 1220 (*Milenário*, p. 65). A existência do paço promove a povoação, que rapidamente se constitui em sede de concelho e ganha, a partir do século XIV, o definitivo *do Caminho*. No século XV, Avelãs do Caminho era já uma das poucas povoações da região com obrigação de ter besteiros do conto (*Milenário*, p. 160-162). Já na época moderna, esta tendência manifesta-se pela existência em Avelãs de um maior número de famílias nobres e burguesas do que em Sangalhos. No século XVI, Avelãs continuava a pertencer à freguesia de Sangalhos. Mas, como não havia na estrada de Coimbra até Aguada uma única igreja onde se rezasse missa, decidiu-se em 1587 que o coadjutor de Sangalhos passaria a rezar missa na igreja de Santo António de Avelãs todos os domingos e dias santos (ROCHA MADAHIL, 1944). Este foi o primeiro passo para a criação da freguesia de Avelãs do Caminho, ocorrida no século XIX.

Ainda na zona Sangalhos/Avelãs, se encontram mais alguns exemplos de alterações do povoamento relacionáveis com a alteração do traçado da estrada. Uma das mais antigas povoações da freguesia de Sangalhos era o Casal da Rua¹⁵, situado na margem ocidental do Cértima e referenciado pela primeira vez nas inquirições de 1220. Com o tempo, este lugar foi-se despovoando e acabou por ficar deserto no século XIX. A Póvoa da Cortiçada, que ficava próxima do Casal da Rua, talvez 1 Km para sul, também desapareceu. Em compensação, na margem oriental, deve ter-se formado nos séculos XIV ou XV a povoação de São João da Azenha. A primeira referência documental que se lhe conhece é do século XVI (SEABRA LOPES, 1994b). São João da Azenha é hoje uma das maiores povoações da freguesia de Sangalhos.

Nos antigos coutos de Barro e de Horta, ainda na Bairrada, encontramos mais dois exemplos da influência da rede viária na estrutura do povoamento. Foram estes coutos criados ambos por Dom

¹⁵ No século XVII, passava junto ao Casal da Rua uma estrada de ligação da Beira a Aveiro (SEABRA LOPES, 1994, p. 99). Portanto, só se se vier a provar que esta estrada não existia na Idade Média, se poderá relacionar o topónimo *Casal da Rua* com a velha estrada mourisca da margem ocidental do Cértima.

Afonso Henriques, respectivamente em 1132 e 1140 (DR 123; DR 179). O couto de Barró ficou a englobar as freguesias de Barró e de Aguada de Baixo. Esta última, que foi minuciosamente descrita num documento de 957 (DC 73), é a única povoação da estrada coimbrã a sul do Mamel anterior ao século XII. Porém, a sede do Couto ficou em Barró, onde julgo que passava a estrada mourisca.

O couto de Horta englobava apenas uma freguesia, cuja sede era Tamengos. Horta e Tamengos ficam na margem ocidental do Cértima, onde passava a estrada mourisca. A estrada romana deve ter passado em Horta. Pertenciam ainda ao couto os lugares de Aguim e Mata. Por volta de 1200, Horta tinha 24 casais, precisamente o dobro dos casais existentes em Aguim, que era a segunda maior povoação do couto¹⁶. Horta era maior que Sangalhos e pouco menor do que Ois da Ribeira. No entanto, com o desvio da estrada para a margem oriental, Horta perdeu importância e Aguim passou a ser a sede do couto, que ficou modernamente conhecido como *couto de Aguim*.

A ribeira do Águeda (*Riba d'Águeda*) fornece-nos também vários exemplos de como a alteração do traçado da estrada provocou uma alteração da relação de forças entre as povoações da região. Recardães, onde passava a estrada mourisca, é uma povoação extremamente bem documentada desde o século X. Nessa época, Recardães era mesmo uma das zonas de maior parcelamento da propriedade entre Vouga e Mondego (AZEVEDO, 1933, p. 204). A antiguidade do povoamento em Recardães é indicada ainda pela presença da palavra *crasto* em dois topónimos, estando um deles documentado desde o século X (AZEVEDO, 1933, p. 221). Sente-se que Recardães era uma das povoações dominantes da região. Travassô aparece em vários documentos do século IX, incluindo um dos mais antigos documentos portugueses, do ano de 883 (DC 11). Espinhei, que se documenta desde o século X, tinha em 1320 a igreja mais rendosa de Riba d'Águeda e uma das mais rendosas do Baixo Vouga¹⁷.

¹⁶ Na verdade, havia 12 casais em Aguim, 9 na Mata e 8 em Tamengos (RODRIGUES, 1959, p. 182-183). Há uma tradição segundo a qual Horta era a primitiva sede da freguesia (*Idem*, p. 14-15). No entanto, a igreja de Tamengos já existia em 1064, não havendo na documentação qualquer referência a uma igreja em Horta (veja-se, por exemplo, a relação de igrejas do bispado de Coimbra de 1209-1229 [*Milenário*, doc. 29], onde não se menciona a existência de uma igreja em Horta). A referida tradição certamente se baseia no facto de Horta ter sido a primeira sede do couto.

¹⁷ A igreja de Santa Maria de Espinhei rendia 200 libras. Ver acima a nota 13.

Em 1220, segundo as inquirições nesse ano realizadas, as maiores povoações de Riba d'Águeda eram Óis, com 28 casais, Recardães, com 27 casais, e Assequins, com 18,5 casais. É interessante notar que estas povoações correspondem precisamente aos pontos de travessia do Águeda pelo itinerário ocidental ou romano, pela estrada mourisca e pelo itinerário interior. A abertura da estrada coimbrã fez aparecer uma quarta povoação, Águeda, que acabou por presidir a toda a região. Em 1282, Espinhei era ainda a povoação em toda a terra de Vouga que tinha mais casais de cavalaria, ao todo 7,5; Recardães vinha em segundo lugar com 5 cavalaria (CMilenário, 1959, doc. 47). Convém lembrar que a terra de Vouga era um território enorme, que se estendia de Albergaria-a-Velha até à Mealhada e das abas serranas até Aveiro. Espinhei, Óis da Ribeira, Recardães, Casainho e Oronhe tinham em conjunto mais de uma quarta parte de todas as cavalaria existentes na terra de Vouga. Assim se vê que, ainda em finais do século XIII, a metade ocidental da ribeira do Águeda apresentava uma elevadíssima concentração dos chamados cavaleiros-vilões, a classe dominante no mundo rural. Em 1220, Óis da Ribeira era sede de um julgado que abrangia quase todos os lugares de Riba d'Águeda e ainda se prolongava até Oliveira do Bairro (CMilenário, 1939, doc. 33).

Com a construção da ponte sobre o rio Águeda, na segunda metade do século XIII, e o consequente florescimento do burgo de Águeda, estas antigas povoações perdem a importância que tinham. Do julgado de Óis não se volta a falar. Apesar de tudo, séculos mais tarde, Óis ainda veio a ser sede de capitania-mor. A *aldeia de Águeda*, embora florescente, só foi promovida a sede de concelho após a reforma liberal.

As origens da vila de Águeda têm permanecido numa certa obscuridade. Um documento de 1077 refere a existência de um *porto de Sancta Eolalia* que ficava situado entre um lugarejo denominado *Casal de Lausato*, a que a documentação não volta a fazer referência, e a vila rústica de *Abciquinis* (Assequins)¹⁸. A existência de uma igreja de

¹⁸ «*Casal de Lausato de ganantia quomodo diuide cum Ederoni et de alia parte cum Abciquinis, per illo fontano de discurri ad illo porto de Sancta Eolalia* » (DC 549). O Conde da Borralha (1932-39,1) situou a igreja de Santa Eulália no próprio Casal de Lausato e fez corresponder este casal ao futuro burgo de Águeda. O documento citado não permite tirar tal conclusão. Dele se deduz apenas que a igreja estava próxima da fronteira entre Assequins e o Casal de Lausato. O facto de, no antigo regime, a povoação de Águeda ter pertencido uma parte ao concelho de Aveiro e outra parte ao conce-

*Sancta Eolalia de Agada*¹⁹ documenta-se no rol de igrejas de 1209-1229 *CMilenário*, p. 46). Nas inquirições de 1220, que estão organizadas por freguesias, documenta-se a freguesia de *Agada*. Esta freguesia englobava, como ainda hoje, as povoações de Assequins, Bolfear, Borralha e Paredes, sendo os respectivos casais enumerados nas inquirições. Interessante é notar que, em 1220, *Agada* não era ainda nome de povoação, mas sim e apenas nome de uma freguesia que abarcava grosso modo a metade oriental da ribeira do Águeda²⁰. A povoação principal nesta freguesia, com 18,5 casais, era Assequins, futura sede de concelho e de capitania-mor. Em 1282, como se vê pela inquirição nesse ano realizada em toda a terra de Vouga, a situação continuava a ser a mesma: na freguesia de Águeda fala-se apenas nos lugares de Assequins e Borralha e as testemunhas são de Assequins.

Portanto, desde o século XI existia no local da actual cidade de Águeda uma igreja da invocação de Santa Eulália que, século e meio depois, nos aparece como sede de uma freguesia extensa. Essa freguesia, como a maior parte das freguesias da região deve ter remota origem. O local da igreja, no entanto, deve ter-se mantido sempre mais ou menos ermo²¹. Se alguns moradores ou casais aí existiam, seriam em

lho de Assequins também mostra que o seu foco inicial (a igreja) ficava na fronteira, ou muito próximo dela. O Casal de Lausato, a que apenas aludem o documento citado e outro ainda anterior (DC 378), não passou de uma propriedade rústica pouco habitada ou mesmo não habitada. Entre a última referência que se lhe conhece (1077) e o início da formação do burgo de Águeda passaram mais de dois séculos, intervalo demasiado longo para que se possa estabelecer um elo de ligação entre ambos. Por outro lado, ainda que tivesse havido continuidade entre o Casal de Lausato e o burgo de Águeda, nem por isso faria grande sentido a suposição do Conde da Borralha de que a igreja de Santa Eulália estaria erecta em cabeça do Casal de Lausato. Na verdade, este pequeno casal nunca poderá ter tido população suficiente para formar uma paróquia. De resto, normalmente as paróquias ou freguesias resultavam do agrupamento de várias vilas rústicas e pequenos casais.

¹⁹ Não se deve confundir Santa Eulália de Águeda com Santa Eulália de Aguada de Cima, que também está bem documentada (documentos de 957 (DC 73) e 1132 (DP 123)).

²⁰ Caso similar é o de *Vouga*, nome que em 1220 se dava à freguesia com sede na igreja de Santa Maria de Lamas, mas que não se aplicava a nenhuma povoação em particular. Só mais tarde o lugar designado nas inquirições de 1220 como *Rua de Vouga* passou a ser conhecido como *burgo de Vouga* e depois como vila de Vouga.

²¹ Não era invulgar situarem-se as igrejas em locais ermos. A igreja de São Vicente de Sangalhos ficava fora do corpo desta vila. A igreja de São Pedro de Avelãs de Cima ainda hoje está completamente separada da povoação de Avelãs de Cima.

número desprezável, já que a documentação até finais do século XIII não dá deles qualquer notícia.

Em finais do século XII ou princípios do seguinte, como referi, a estrada mourisca foi desviada para a margem direita do Cértima. Provavelmente, a ideia terá sido, desde logo, rectificar todo o traçado entre o Marnel e Coimbra e construir uma ponte sobre o rio Águeda. Sabe-se que essa ponte, tal como a do Vouga, andou em construção por toda a segunda metade do século XIII (SOUSA BAPTISTA, 1947; SEABRA LOPES, 1994b). Só com a conclusão da ponte se terá começado, finalmente, a formar um povoado de vulto junto à igreja de Santa Eulália. Isso terá acontecido por finais do século XIII ou inícios do seguinte. Porém, na documentação do século XIV não se encontrou, até ao momento, qualquer referência ao aglomerado populacional que foi conhecido por *Águeda* a partir do século XV.

Finalmente, *Águeda* aparece num documento de 1427 em que se enumeram as povoações que tinham obrigação de ter besteiros do conto (*Milenário*, doc. 85), sinal de considerável promoção. Nesta época a povoação de *Águeda* era frequentemente designada por *burgo de Águeda*. Assim aconteceu, por exemplo, num documento de 1432 sobre as azenhas da Borralha e numa carta de perdão passada por Dom Afonso V em 1440 (CONDE DA BORRALHA, 1932-39, III, p. 171; V, p. 231). Em 1449 já ali existia uma albergaria, a qual em 1481 era considerada antiga (*Idem*, VII, p. 120). É natural, pois, que a fundação da albergaria seja pouco posterior à construção da ponte.

Em 1527, como se vê pelo cadastro de população nesse ano realizado, a chamada *aldeia de Agueda* era já uma das maiores povoações do Baixo Vouga²². Na época moderna, o lugar de *Águeda* era suficientemente vistoso para que fosse verosímil, aos olhos de muitos dos nossos humanistas, ter sido ali a cidade romana de Eminio.

Do elenco de povoações da estrada coimbrã, três receberam nos séculos XIII a XV a designação de *burgo*: Vouga, *Águeda* e Avelãs do Caminho. Ora, segundo Viterbo, um *burgo* era normalmente um arra-

²² Tinha 80 vizinhos incluindo o lugar do Casainho (BRAAMCAMP FREIRE, 1908). Só Aveiro (894 vizinhos), Esgueira (175), Vagos (100) e Angeja (95) eram maiores. *Agueda* tinha, pois, ultrapassado todas as povoações que nos séculos XII e XIII eram dominantes na região. Ois da Ribeira, que tinha sido uma das maiores, estagnara, tendo em 1527 apenas 31 vizinhos. Recardães tinha 36 vizinhos, Assequins tinha 25 e Sanggalhos tinha 41 vizinhos.

balde ou lugar pequeno, de fundação recente, situado junto a uma cidade ou vila mais antiga ou junto a um mosteiro ou catedral 0 , s.v. ‘burgo’, II, p. 49). Aquelas três povoações enquadram-se perfeitamente neste perfil. O burgo de Vouga surgiu como arrabalde da *civitas Marnel* e aparece referenciado pela primeira vez num documento de 1258 (SEABRA LOPES, 1996a). Avelãs do Caminho, que aparece como burgo num documento de 1364 (BRANQUINHO DE CARVALHO, 1950, p. 16-17), era também uma terra nova, no limite de Sangalhos. A transferência do paço real de Sangalhos para Avelãs, se deve, segundo penso, o desenvolvimento desta última. Águeda é o exemplo acabado da povoação nova, subitamente importante. Foi também um burgo porque se desenvolveu em redor da velha igreja de Santa Eulália.

Outro exemplo da promoção de certas povoações, graças à passagem da estrada coimbrã, é a obrigação em que algumas estavam de ter besteiros. O besteiro era um soldado que usava como arma a besta. Como a conservação destas armas implicava despesas, os besteiros eram tirados dos indivíduos que tinham um certo rendimento. Em 1427 e na área do actual distrito de Aveiro, apenas cinco povoações tinham esta obrigação (*Milenário*, doc. 85). Uma delas era a vila de Aveiro. As outras quatro todas se situavam junto à estrada: Avelãs do Caminho, Águeda, Vouga e Arrifana.

No percurso da estrada coimbrã entre o Mamei e Coimbra, Aguada de Baixo é a única povoação cuja existência se regista antes da reconquista definitiva de Coimbra. De facto, esta vila, onde já existia a igreja de São Martinho, foi minuciosamente demarcada em 957 (DC 73). Avelãs de Baixo, mais tarde chamada Avelãs do Caminho, aparece referenciada pela primeira vez nas confrontações de Aguada de Baixo incluídas na carta de couto de Barró de 1132 (DR 123).

Todas as outras povoações da estrada coimbrã são já posteriores à construção da estrada coimbrã e conseqüente abandono da antiga estrada mourisca. A moderna cidade de Águeda começa a formar-se após a conclusão da ponte, em finais do século XIII ou princípios do seguinte. Na margem sul do rio Águeda forma-se a povoação de Sardão, onde os viajantes costumavam pernoitar, a qual viria a ser sede de um minúsculo concelho. A norte de Águeda, a actual vila de Mourisca do Vouga, como o topónimo indica, formou-se junto à estrada mourisca. No entanto, é tão recente a sua formação que nem o cadastro de população de 1527 a refere.

A Mealhada, hoje também sede de concelho, é outra povoação que surgiu e se desenvolveu no século XIII, certamente em consequência da mudança do traçado da estrada da margem esquerda para a margem direita do Cértima. A primeira referência que se conhece à Mealhada data de 1288 (BRANQUINHO DE CARVALHO, 1950). Tal como Agueda, também a Mealhada só foi elevada a sede de concelho após a reforma liberal. A freguesia da Mealhada só há poucos anos foi criada. A pouca antiguidade da Mealhada, terra da estrada coimbrã, contrasta com a origem romana das vizinhas povoações da outra margem do Cértima, incluindo Vimieira, Casal Comba, Antes, Sepins e Murtede.

A organização administrativa e paroquial característica do Antigo Regime estabilizou em época recuada, em plena Idade Média, e poucas alterações sofreu até ao Liberalismo. Localidades perfeitamente decadentes mantinham-se como sedes paroquiais, concelhias e militares. A histórica povoação de Espinhei, por exemplo, era, desde longa data, sede de uma das mais extensas paróquias da região, abrangendo terras desde Oronhe e Casal de Álvaro, na margem norte do Águeda, até Oiã, já na margem ocidental do Cértima. Com o afastamento da estrada coimbrã mais para o interior, Espinhei estagnou. Em contrapartida, a estrada Avelãs-Aveiro, aberta em data incerta, proporcionou grande desenvolvimento a Oiã, que tem hoje a categoria de vila. Em 1798, o contraste era já tão notório que o pároco de Espinhei, seduzido pelos rendimentos do curato de Oiã, decidiu mudar-se para ali de armas e bagagens, indo contra a vontade expressa do bispo (MOTA, 1991, p. 21-22).

A reforma administrativa desencadeada após a revolução liberal veio, finalmente, reorganizar o espaço em torno das povoações que apresentavam maior vitalidade. Na sua grande maioria, os antigos concelhos foram dissolvidos. O espaço cortado pelos vários itinerários Coimbra-Mamel a que me tenho referido está hoje organizado em três concelhos. As respectivas sedes (Águeda, Anadia e Mealhada) situam-se na vizinhança da estrada nacional, correspondente à antiga estrada coimbrã.

Na região mais a ocidente, atravessada pelo itinerário romano e pela estrada mourisca, foi mais difícil o estabelecimento de sedes concelhias após a reforma liberal. São Lourenço do Bairro chegou a ser sede de concelho entre 1836 e 1853 (RODRIGUES, 1959, p. 80). O concelho de Oliveira do Bairro foi também criado em 1836. No entanto, toda esta região da margem ocidental do Cértima estava algo deprimida, decadente mesmo. Em finais do século não havia, em todo

o concelho de Oliveira do Bairro, um único bacharel em leis (MOTA, 1997, p. 87), argumento que se utilizava em favor da sua extinção. Este concelho foi, com efeito, extinto uma primeira vez em 1867, sendo reconstituído passado um ano, e voltou a ser extinto em 1895 e novamente criado em 1898. A decadência das povoações da margem ocidental do Cértima foi atenuada pela passagem do caminho-de-ferro a partir de meados do século XIX. A metade ocidental da ribeira do Águeda, outrora a mais progressiva, é actualmente das mais atrasadas.

Em resumo, poderemos dizer que o itinerário ocidental e a sua variante, conhecida como estrada mourisca no século XII, estruturaram o povoamento mais antigo da região. No princípio da monarquia eram dominantes povoações como Óis da Ribeira, Espinhei, Recardães, Sangalhos e Horta. A abertura da estrada coimbrã e a construção da ponte do rio Águeda provocaram a deslocação do eixo do povoamento mais para o interior. Surgem então Águeda, Mealhada, Mourisca do Vouga, Avelãs do Caminho, Sardão, São João da Azenha e Malaposta. Outras, como Anadia, Aguiçes, Asseguins e Borralha ganharam um novo impulso. Se, no século XIII, os cavaleiros-vilões se concentravam especialmente a ocidente, no século XIX a elite regional habitava já na vizinhança da estrada coimbrã, agora conhecida como estrada real.

8. As *mansiones* entre Eminio e Cale

A caracterização de uma estrada inclui não só a identificação do seu traçado mas também a localização das estações viárias (CHEVALIER, 1972, p. 213-217), que podiam ser de três tipos: *stationes*, *mutationes* e *mansiones*. As *stationes* eram, tipicamente, postos policiais (com o objectivo de garantir a segurança dos viajantes) ou aduaneiros. As *mutationes* eram locais para descanso e alimentação dos viajantes bem como para descanso ou mesmo muda dos animais. Finalmente, as *mansiones* eram locais de pernoita, destinadas a apoiar as deslocações dos altos funcionários e do próprio imperador. As diversas *mansiones* de uma estrada ficavam espaçadas a distâncias que o viajante legionário percorreria num dia e que oscilavam entre 30 e 36 milhas. As *mutationes* eram em maior número, como é lógico. Em terreno plano haveria três *mutationes* por cada *mansio*, o que dá um intervalo de 10 a 12 milhas entre *mutationes* consecutivas. Em terreno montanhoso e/ou de altitude, esse intervalo podia reduzir-se até 7 milhas.

As *mansiones* e *mutationes* da estrada situadas entre Mondego e Douro certamente foram determinadas pela distância que separava os dois grandes centros viáveis mais próximos: Conímbriga e Brácara. Segundo o *Itinerário de Antonino*, a estrada entre Conímbriga e Brácara passava sucessivamente por Talábriga (Mamel), Lancóbriga (Fiães) e Cale (Porto/Gaia). A distância que o *Itinerário* indica para o segmento Talábriga-Lancóbriga não pode estar correcta (SEABRA LOPES, 1995, 1996a, 1997a). Felizmente, o confronto com a *Geografia* de Ptolomeu permite corrigi-la (SEABRA LOPES, 1996b, 1997bc). As distâncias correctas, em milhas²³, são apresentadas na Tabela IX.

TABELA IX — *Distâncias entre Conímbriga e Brácara (em milhas)*

Conímbriga	
Emínio	10
Talábriga	40
Lancóbriga	30
Cale	13
Brácara	35
Total	128

Nitidamente, as povoações situadas ao longo da estrada *Olisipo-Brácara* e mencionadas no *Itinerário de Antonino* quase só por coincidência são também estações viárias no sentido que acabei de descrever. Com efeito, as distâncias entre localidades vizinhas variavam, considerando já as correcções resultantes do confronto com a *Geografia* de Ptolomeu, entre as 10 milhas do segmento Conímbriga-Emínio e as 41 milhas do segmento Sélio-Conímbriga (SEABRA LOPES, 1996c; 1997b). O critério em que se baseou a selecção das localidades a figurar no itinerário parece ter sido o da importância dessas localidades, nomeadamente como sedes territoriais.

Sendo a distância total entre Conímbriga e Brácara de 128 milhas, o percurso divide-se, naturalmente, em quatro jornadas. Conímbriga e Brácara teriam com toda a certeza *mansiones*. Cale, a 35 milhas de Brácara, teria também uma *mansio*.

²³ A milha (de *milia passuum* ou mil passos) romana valia 1481,5 m (CHEVALIER, 1971, p. 36).

As restantes 93 milhas obrigam à existência de duas *mansiones* entre Conímbriga e Cale, ficando a jornada média em 31 milhas. A localização dos paços reais da estrada coimbrã na Idade Média dá pistas seguras sobre a localização das *mansiones* da estrada romana. Com efeito, no início do século XIII havia dois paços entre Porto e Coimbra, um em Figueiredo d'el Rei e o outro em Avelãs do Caminho (SEABRA LOPES, 1994b). Ficava o de Figueiredo a cerca de 28 milhas do Porto e a cerca de 27 milhas de Avelãs. No entanto, o paço de Avelãs ficava a apenas 21 milhas de Coimbra, distância claramente insuficiente para uma jornada. A localização destes dois paços é tanto mais estranha quanto se sabe que os viajantes costumavam passar a noite na zona da ribeira do Águeda e na zona de Oliveira de Azeméis. Assim era já no século XII, conforme testemunho de Edrizi (LOPES, 1911).

No entanto, se estes dois paços reais forem considerados como sobrevivências das *mansiones* romanas, tudo se torna mais claro: com efeito, Avelãs do Caminho fica a 31 milhas de Conímbriga. A primeira *mansio* a norte de Conímbriga ficaria, pois, próxima de Avelãs, muito provavelmente em Sangalhos, e a segunda ficaria próxima de Figueiredo, talvez em Ul.

9. O traçado da estrada Emínio-Talábriga-Cale

Em seguida, apresenta-se com mais pormenor a reconstituição do traçado da estrada romana entre Emínio e Cale. Entre Emínio e Talábriga a estrada romana seguiria o itinerário ocidental acima descrito. A norte do Vouga a estrada quase decalcava a estrada mourisca. Além das *mansiones*, sugiro também a localização das *mutationes* e de duas *stationes*. As distâncias apresentadas foram calculadas sobre as cartas militares da região à escala 1:25000 ²⁴.

Ponte de Coimbra —» Vimieira [12,4 mp]: Entre Coimbra e Vimieira, o viajante passaria sucessivamente pelos lugares de Pedru-lha, Adémia de Baixo, Fornos, Cioga, Treixomil, Adões, Sargento Mor,

²⁴ Sempre que existem caminhos ou estradas a ligar as povoações, medi as distâncias ao longo desses caminhos. Havendo vários caminhos alternativos, escolhi o mais direito e menos íngreme. Nos poucos casos em que não há caminhos visíveis no mapa, procurei caminhos sem continuação que estivessem em alinhamento e que pudessem ter formado, em outro tempo, um caminho de ligação.

Carquejo, Mala e Lendiosa. Até época recente, a estrada real seguiu de perto o traçado da estrada romana, dele divergindo apenas no pequeno lugar do Carquejo, onde tomava a direcção da Mealhada. Na Idade Média, a estrada que ligava Coimbra ao Norte do país era conhecida por *strada de Viminaria*. A maior parte das povoações referidas são anteriores à nacionalidade. A estação arqueológica romana da Vimieira é bem conhecida. Muito perto dali, embora na margem direita do Cértima, apareceu o marco da milha XII da estrada romana (ALMEIDA, 1956), o qual deveria marcar o fim do território de Emínio e a entrada no de Talábriga (SEABRA LOPES, 1995; 1996a). Tal como sugere MANTAS (1996, p. 809), deveria situar-se nas imediações da Vimeira uma *mutatio* da estrada romana. A este equipamento se juntaria uma *statio* para controlo da fronteira territorial.

Vimieira -> Sangalhos do Paço [11,6 mp]: A estrada continua agora pela margem esquerda do Cértima, onde os afluentes são mais pequenos e em menor número, tornando-se por isso mais fácil o trânsito. Logo a seguir à Vimieira, a estrada começa a afastar-se do curso do Cértima, procurando pontos de passagem mais favoráveis nos três principais afluentes desta zona, os ribeiros de Murtede, Ventosa e São Lourenço. Assim, a estrada romana seguiria da Vimeira para Casal Comba, Antes, Ventosa do Bairro (onde se documenta a *estrada velha coimbrã* em 1288, como referi), Arinhos, Horta (a primitiva sede do couto de Agum), Óis do Bairro, Lezírias, São Mateus e Cabeço de Mogofores (onde se documenta a passagem da estrada mourisca no século XII, também conhecida como estrada velha no início do século seguinte). Diversas destas povoações são, desde tempos remotos, sedes paroquiais e algumas foram sedes concelhias no Antigo Regime. A estrada continuaria depois por Sá, em direcção a Sangalhos. Aqui se localizaria, pelas razões já apontadas, a primeira *mansio* a norte de Conímbriga. A distância entre Conímbriga e Sangalhos do Paço pelo itinerário descrito é de cerca de 34 milhas.

A povoação de Sangalhos, situada numa alta colina da margem ocidental do Cértima e precisamente no limite da navegabilidade deste rio, foi sempre uma povoação bipolar. Já as inquirições de 1220 aludiam aos dois polos: «*villa de Sancto Galios et de alio Sancto Galios...*» (*Milenário*, doc. 33, p. 65). A vila de Sangalhos propriamente dita, tradicionalmente denominada Sangalhos do Paço, ficava sobranceira ao rio. O outro polo, mais pequeno, desenvolveu-se em torno da igreja de

São Vicente, situada mais longe do rio, no ponto mais alto da colina. Segundo o foral manuelino deste concelho, Sangalhos do Paço estava organizada desde o século XIII em 15,5 casais e Sangalhos da Igreja em 7 casais. O topónimo *Paço*, que continua em utilização corrente, é um indicio importante da passagem da estrada mourisca nesta zona. Como já foi referido, no século XII, Sangalhos deu o nome a um dos mais famosos alqueires portugueses. Para a divulgação do alqueire sangalhês muito deve ter contribuído a passagem da estrada mourisca.

Diversos autores têm notado a grande densidade de vestígios romanos na margem esquerda do Cértima (RODRIGUES, 1959, p. 9-16; Saa, 1960, p. 175-177). Perto de Vimieira, em Casal Comba, Sepins, Antes, Ventosa, Arinhos, Horta, Ois e Mogofores têm sido encontrados vestígios da romanização, alguns significativos. Todos estes vestígios se situam ao longo do itinerário descrito e explicam-se muito melhor se este itinerário corresponder, de facto, ao traçado da estrada romana. A ara votiva encontrada em Murtede em 1957 (Rodrigues, 1959), com uma forma essencialmente cilíndrica, a lembrar um miliário, e dedicada por *C. Fabius*, cujo *cognomen* era *Viator*, portanto alguém ligado às vias, poderá estar relacionada com a estrada, como sugeriu Encarnação (1996). Nesse caso, ela será também um documento da passagem da estrada pela margem esquerda do Cértima.

Em Sangalhos têm aparecido também bastantes vestígios da romanização, quer junto à igreja de São Vicente, quer no sítio das Sortes, situado ao fundo da colina de Sangalhos do Paço. O sítio das Sortes ainda não foi escavado sistematicamente. No entanto, há por ali *tegulce* em profusão. Uma pequena escavação, efectuada por um particular (MALHEIRO, 1997), fez aparecer tijolo de parede, um tijolo de coluna, cerâmica caseira, um peso de tear e uma pequena figura humana, em terracota, muito interessante mas incompleta (Figura 9). De períodos anteriores apareceram machados de pedra, artefactos em sílex e outro peso de tear, comprovando-se assim a remota ocupação do local. Na zona envolvente apareceram várias mós manuais. Particularmente interessante para o problema das estradas parece ser a abundância de escória de ferro e de bronze no mesmo local, o que leva a supor a existência de uma ferraria. A minha hipótese é que essa ferraria serviria para apoio do trânsito (troca de ferraduras, etc.). Nas Sortes se situaria provavelmente uma *mutatio*, em relação directa com a *mansio* situada no topo da colina²⁵. Seria a terceira a contar de Conímbriga.

²⁵ Este obliterado sítio das Sortes desempenharia, portanto, um papel seme-

Sangalhos do Paço -> Travassô [10,5 mp]: A estrada descia agora a colina, passando junto às Sortes, e continuava por Murta e Cereal. Neste ponto cruzava-se o Cértima para a margem direita e, subindo a encosta, logo se alcançava Barro, que foi sede de concelho, de couto (que englobava Aguada de Baixo, na estrada coimbrã) e de paróquia. O alinhamento dos caminhos ainda existentes no terreno, em ambas as margens do rio, documenta claramente este antigo ponto de passagem. A estrada desenhava agora uma pronunciada inflexão para ocidente, na direcção de Óis da Ribeira. Este é um dos melhores pontos para a travessia do Águeda, visto que a largura da várzea se reduz a cerca de 300 m. Aqui a estrada bordejava o antigo braço marinho, onde desaguavam os rios Vouga, Águeda e Cértima. O itinerário afastava-se assim da directriz da estrada mourisca que, na Idade Média, seguiria de Barro para Recardães e Paredes. A romana seguiria por Paradela, Piedade, Quinta do Morangal, Espinhei, Óis, Cabanões e Travassô. Paradela documenta-se logo no século X e parece ser um testemunho toponímico importante da passagem deste itinerário. Na Piedade apareceram diversos vestígios romanos, incluindo cerâmica de construção e doméstica e um forno (LADEIRA, 1982, p. 71 e 263; RP 3/62). Paradela, Espinhei, Óis e Travassô aparecem referidos na nossa documentação mais antiga. Espinhei é terra muito histórica, como já tive oportunidade de realçar. Uma das ruas, precisamente a que se dirige a Óis, é toda escavada na pedra.

Em 1220, Óis da Ribeira era sede de um julgado que abrangia quase todos os lugares da ribeira do Águeda e ainda Oliveira do Bairro. No local onde eu penso que o itinerário romano cruzaria o Águeda existe actualmente uma moderna ponte de betão (Figura 10). Antes da sua construção, a travessia fazia-se de barco e não há memória de ali alguma vez ter existido uma ponte de pedra. No entanto, uns 300 m para ocidente da ponte actual sobrevive o topónimo *Ponte Pedrinha* (de *ponte petrina*, i. e. ‘ponte de pedra’), que designa terrenos de cultivo. Este facto sugere que ali tenha existido, em época recuada, uma ponte de pedra para a travessia do Águeda. Certo é que este ponto de travessia se documenta desde a Idade Média (SOUSA BAPTISTA, 1959, p. 49 e 52).

lhante ao que desempenhou a povoação de A-dos-Ferreiros, na estrada que ligava o Marnel a Viseu. Também na zona de Freixo de Numão, junto a um excelente segmento de calçada romana, se encontraram, de um lado da estrada, os restos de umas instalações que foram identificadas com uma *mutatio* e, em frente, do outro lado da estrada, as ruínas de uma ferraria (COIXÃO, 1997, p. 81).

Travasso aparece em vários documentos do século IX, incluindo um dos documentos portugueses mais antigos, do ano de 883 (DC 11). Em Travasso, que é o centro de uma das mais características e concorridas romarias do Centro do país, regista-se a tradição da existência de uma antiga albergaria. Como Travasso fica a 10,5 milhas de Sangalhos do Paço, é natural que se tenha situado aqui uma *mutatio* da estrada romana.

Travasso —» Ponte do Marnel [5,1 mp]: A estrada toma agora a direcção do Marnel, onde se situava Talábriga (SEABRA LOPES, 1995; 1996ab; 1997a), passando por Fontinha, Segadães, Trofa, Crastovães, Covelas e Pedações. A bem documentada estrada romana Viseu-Marnel talvez continuasse até ao povoado romano de Cada, sobrepondo-se assim à estrada Emínio-Talábriga nesta parte do trajecto. Quase todos aqueles lugares aparecem na documentação mais antiga. Segadães foi sede concelhia e paroquial no Antigo Regime.

Na Trofa, junto ao sítio do Murtório e ao actual Instituto Duarte de Lemos, sobrevive o topónimo *Calçada*. Suponho que corresponde à *Lavoura da Calçada* a que se referiu SOUSA BAPTISTA (1958, p. 312). Talvez se deva relacionar este topónimo com a estrada mourisca. O itinerário romano passaria junto à igreja da Trofa. Numa das ruas de Pedações, existem ou existiram numerosas lajes de pedra que deverão ser restos de calçada (SOUSA BAPTISTA, 1942; RP 3/58). Estas pedras não podem ter pertencido à estrada mourisca porque, segundo vários documentos, esta estrada servia de limite a Pedações, não podendo por isso atravessar a povoação. Também interessante é o segmento de estrada escavada na rocha que ainda se pode observar na freguesia de Travassô, entre as Hortinhas e o Mato Crespo (Figura 11). O segmento escavado prolonga-se por 40 m, a largura é de 3 m, sem oscilações, e a profundidade da escavação atinge um máximo de 4m²⁶. A profundidade dos rodados ou trilhos dos carros, em passagem por ali ao longo séculos, atinge os 30 a 40 cm (isto observei eu em 1994; ultimamente foi coberto de terra, para melhorar as condições de circulação). A distância entre os bordos exteriores dos rodados é de 1,3 m, ou pouco mais. É, pois, igual ao trilho tipicamente desenhado pelos carros romanos (CHEVALIER, 1972, p. 97). Infelizmente, esta coincidência não constitui

²⁶ LADEIRA (1982, I, p. 32 e 131; II, p. 72) refere a existência desta calçada, que considera romana, mas atribui-lhe erradamente a largura de 5 m; por outro lado, situa-a na freguesia de Segadães, o que também não está correcto.

prova da origem romana deste troço de calçada porque os tradicionais carros de bois, ainda hoje utilizados por alguns camponeses, apresentam aproximadamente aquela mesma distância entre as rodas. De resto, por esta zona passava a muito antiga estrada de ligação da Beira a Aveiro (SOUSA BAPTISTA, 1959), facto que complica ainda mais a identificação da origem dos vestígios de estradas. Em todo o caso, esta calçada apresenta características similares às de uma outra existente na encosta de Serém (ver adiante).

A ponte do Marnel (Figura 6), que já existia em 1327 (*Chancelaria 1325-1336*, doc. 131), é o ponto de referência que adopto para marcar as distâncias de Talábriga a Emínio e a Lancóbriga. Na verdade, é de crer que Talábriga se estendesse a ambas as margens do pequeno rio e, nesse caso, a ponte é o melhor ponto de referência. A distância da ponte de Coimbra à ponte do Marnel, pela estrada que se descreveu, é de cerca de 39,6 milhas, confirmando-se, assim, a indicação de 40 milhas do *Itinerário de Antonino*. Do ponto de vista do trânsito na estrada *Olisipo*-Bracara, Talábriga não precisaria de ter *mansio* e nem sequer *mutatio*. No entanto, como aqui confluía a estrada romana vinda de Viseu, talvez existisse nas imediações, senão uma *mansio*, pelo menos uma *mutatio*.

Ponte do Marnel -> Albergaria-a-Velha [5,5 mp]: Depois de cruzar o Marnel, a estrada logo encontrava um obstáculo maior, o rio Vouga. Não se sabe ao certo onde a estrada mourisca atravessou o rio até ao século XII. Sabe-se apenas que passava a oriente do lugar de Pedações e que não passava longe de Albergaria-a-Velha. O mais provável, no entanto, é que a travessia, quer da estrada mourisca, quer da estrada romana, se fizesse no local da ponte medieval. Logo a norte, na Gándara de Serém, existem restos de cerâmica de construção que poderão ser romanos (SOUSA BAPTISTA, 1950, p. 101). Além disso, na encosta de Serém, há vestígios de uma antiga estrada, que ROCHA MADAHIL (1941, p. 229) descreveu assim: «*O indispensável cruzamento da estrada com o Vouga em nenhum outro ponto se poderia obter tão vantajosamente como no local onde presentemente se faz; e que esta passagem decalca a da antiga via militar Aeminium-Cale (...), demonstra-o à saciedade o extenso troço de estrada antiga, muito provavelmente romana, que ainda hoje se vê cortada na rocha viva e fundamente sulcada por milénário rodado de carros, trepando ao alto de Serém, perfeitamente ao lado da actual, partindo sensivelmente do*

mesmo ponto do rio». Rocha Madahil não deu as dimensões da via que observou. Nada do que descreveu está hoje visível, pois a via foi aterrada e alargada há poucos anos. No entanto, falei com pessoas que moram ali perto, as quais me disseram que ela era estreita e permitia a passagem de apenas um carro. Portanto, esta antiga calçada seria muito semelhante à que ainda hoje se observa em Travassô. A distância da ponte do Marnel a Albergaria-a-Velha, fazendo passar a estrada pelo local da ponte medieval do Vouga e por Assilhó, era de 5,5 milhas.

A actual vila de Albergaria-a-Velha formou-se em redor de uma albergaria fundada pela rainha D. Teresa, em 1117, dentro dos limites do couto de Assilhó (DR 49). Vê-se, por vários documentos, que esta região era conhecida como região de *Meison Frido*, *Meigon Frio*, *Mansio Frigida*, etc. (SEABRA LOPES, 1997a). Na Idade Média, a palavra *mansio* não tinha já o sentido que lhe davam os Romanos e designava uma simples albergaria. Estava *fria* porque tinha sido abandonada. Assim, talvez sem o saber, D. Teresa refundou a antiga albergaria. Albergaria-a-Velha fica a 10,6 milhas de Travassô, por isso a albergaria de D. Teresa e a tal *mansio frigida* devem estar na continuidade de uma *mutatio* da estrada romana.

Albergaria-a-Velha -> UI [10,0 mp]: A estrada seguiria agora a directriz da estrada mourisca do século XII (SEABRA LOPES, 1994b), passando sucessivamente por Albergaria-a-Nova, Laginhas, Curvai, Figueiredo de Baixo, Figueiredo de Cima, Relva, Damonde e UI. Na freguesia da Branca há diversos vestígios da época romana, nomeadamente no sítio de Cristelo (SOUTO, 1942; VAZ, 1982). Baseados num equívoco que passou despercebido até há pouco tempo, grande número de autores tem procurado Talábriga nesta zona.

Fr. Bernardo de Brito diz ter achado no monte de São Julião da Branca um miliário com indicação da milha XII. No entanto, a distância por estrada da Branca ao Mamei (Talábriga) é de cerca de 15 milhas e a distância a Fiães (Lancóbriga) é de cerca de 19,5 milhas. De resto, a existência deste miliário e de uma outra lápide que Brito diz ter encontrado em Ossela não deve passar de invenção deste suspeito autor (ALMEIDA, 1956; SEABRA LOPES, 1995).

Embutido numa parede da antiga igreja de UI apareceu, vai para dois séculos, um miliário com indicação da milha XII, certamente relativa a Lancóbriga (Fiães), bem como um *terminus augustalis* (ALMEIDA, 1956). Uma vez que a distância de UI a Fiães por estrada

(experimentei vários itinerários) não pode ser menos do que 13 milhas, o miliário de Ul foi deslocado de um ponto da estrada situado pelo menos 1 milha para norte de Ul. Em todo o caso, o rio Ul seria a fronteira entre Talábriga e Lancóbriga. Tendo em conta a distância de 10 milhas em relação a Albergaria-a-Velha e de 31,1 milhas em relação a Sangalhos, deveriam localizar-se em Ul a sexta *mutatio* e a segunda *mansio* a contar de Conímbriga, hipótese reforçada pela importância dos vestígios encontrados nesta zona. A estes dois equipamentos se juntaria ainda uma *statio*, para controlar a fronteira entre os dois territórios referidos. Próximo de Ul, em Figueiredo de Baixo, se situou, até ao século XIII, um paço de pernoita da família real, facto que também apoia a localização da segunda *mansio* nesta zona. O achado do miliário em Ul prova que a estrada mourisca seguia de perto a estrada romana. Por isso, é pouco provável que a estrada romana passasse na Bemposta, como sugere MANTAS (1996, p. 821). Aliás, como já referi acima, a Bemposta foi fundada em meados do século XIII, certamente na sequência da rectificação do traçado da estrada mourisca.

Ul —> Arrifana [9,0 mp]: O fragmento de miliário encontrado em Adães levou MANTAS (1996, p. 823-826) a propor um traçado para a estrada romana bastante diferente do da estrada mourisca. Ora, se o miliário da milha XII apareceu deslocado uma ou duas milhas da sua posição inicial, o mesmo poderá ter acontecido ao fragmento de miliário de Adães. O autor baseia-se também num documento de 1145 que situa a povoação de Azevedo em São Vicente de Pereira, «*subtus illam stratam mauriscam*», concluindo que a própria estrada mourisca passava bastante a ocidente de Oliveira de Azeméis. No entanto, a análise da documentação medieval mostra que a expressão *subtus* normalmente se aplicava a pontos de referência conhecidos em regiões mais ou menos vastas e não implicava proximidade nem, muito menos, contiguidade entre os sítios a localizar e os pontos de referência. Na verdade, a estrada mourisca passava mais a oriente. Passava em Oliveira de Azeméis, onde, segundo Edrizi (LOPES, 1911), se completava a segunda jornada depois de Coimbra, e também em São João da Madeira²⁷. Parece-

²⁷ O documento mais explícito é de 1142: «*uilla quos uocitant Sancti Iohannis de Madeira de illa strata mourisca ata illo ueneiro*» (FERNANDES, 1996, doc. XVIII, p. 248). Este documento foi citado anteriormente por Oliveira (1943, p. 56), entre outros autores. A estrada aparece referenciada em vários outros documentos, embora

-me mais prudente fazer seguir a estrada romana pela directriz da estrada mourisca. Assim, de Ul, a estrada seguia para Oliveira de Aze-
méis, tocava o extremo ocidental de Lações de Baixo, tocava em seguida
o extremo nordeste de Santiago de Riba-Ul, continuava por Carcavelos,
Pica, Faria de Baixo, Faria de Cima, São João da Madeira e Arrifana. O
topónimo Arrifana deve significar ponto de chegada ou de paragem
(SAA, 1960, p. 158, n. 1). Na Arrifana ou próximo, apareceu uma ara
(LEITE DE VASCONCELOS, 1913, p. 507). Tal como sugere MANTAS (1996,
p. 825), deveria situar-se aqui urna *mutatio* da estrada romana.

Arrifana —» Fiães [5,0 mp]: A estrada dirigia-se agora para
Fiães, onde se situou Lancóbriga (FERREIRA DE ALMEIDA & SANTOS,
1971; MANTAS, 1996). Por essa razão, a estrada romana afasta-se do
traçado tradicional da estrada mourisca, seguindo por Malaposta de São
Jorge, Airas, Soutelo e Fiães²⁸. Tal como Talábriga, também Lancó-
briga não teria *mutatio* nem *mansio*, a não ser por força de outra estrada,
vinda do interior, que ali confluisse. A soma das distâncias desde
a ponte do Marnel é de 29,5 milhas, valor que se arredonda para as 30
milhas indicadas, para o segmento Talábriga-Lancóbriga, por um dos
códices mais antigos do *Itinerário de Antonino* e pelo guia seguido por
Ptolomeu (SEABRA LOPES, 1996b; 1997bc).

Fiães —» Carvalhos [7,3 mp]: O traçado da estrada romana conti-
nuaria, talvez, por Aldriz, Serzedelo, deixando Crasto à sua direita,
depois a igreja de Argoncilhe, Camalhães, Ameal, Vendas Novas e,
finalmente, Carvalhos, onde se encontrava com o traçado da estrada
mourisca. A meia milha de distância dos Carvalhos fica o arqueológi-
camente importante castro de Nossa Senhora da Saúde ou Monte
Murado, talvez a primitiva capital dos Turdulos Velhos. Com efeito,
aqui apareceram duas *tesserae hospitales* aludindo a esse povo. A zona
dos Carvalhos fica a 12,3 milhas de Arrifana e poderá, como também
sugere Mantas, ter contido uma *mutatio*. Neste caso, no entanto, a
distância desta *mutatio* à *mansio* de Cale fica reduzida a 6,1 milhas, se

sem a qualificação de *mourisca*, desde 1088 (DC 704; FERNANDES, 1996, docs. I, II, X
e XV) (em alguns casos aparece *astar* em vez de *strata*).

²⁸ Para alcançar Lancóbriga, o traçado da estrada romana proposto por Mantas
desvia-se do da estrada mourisca de forma que parece pouco natural. A estrada romana
seguida a mourisca até à povoação de Ferrada, aí desviava-se quase abruptamente para
Fiães e depois voltava a encontrar a estrada mourisca em Vergada.

adoptamos como ponto de referência o local da travessia do Douro entre Vila Nova de Gaia e o Porto. Uma hipótese alternativa, porventura mais razoável, é procurar a *mutatio* na zona de Argoncilhe, talvez mesmo junto ao lugar de Camalhães, onde confluía a estrada romana vinda de Viseu. Ali próximo regista-se o topónimo *Casinhas*, que SOUSA (1942) considerou ter interesse arqueológico.

Carvalhos —» Travessia Gaia-Porto [6,1 mp]: A estrada dirige-se agora à passagem do Douro, junto à cidade de Cale, que ficava em Gaia ou, segundo as opiniões mais recentes, no Porto (COELHO DA SILVA, 1994; MANTAS, 1996). Seguiria o traçado tradicional da estrada mourisca. Cale, como já referi, devia ter a terceira *mansio* a contar de Conímbriga. Ficava a 27,3 milhas da anterior (Ul) e a 35 milhas de Bracara.

Na Tabela X, apresenta-se o sumário do traçado da estrada romana entre Emínio e Cale, com indicação das estações viárias e distâncias. A distância total (82,5 milhas) está de acordo com a distância total indicada pelo itinerário de Antonino corrigido.

TABELA X — *Sumário do traçado da estrada Emínio-Cale*

Ponte de Coimbra	<i>oppidum Aeminium</i>		
Vimieira	<i>mutatio, statio</i>	12,4	
Sangalhos	<i>mansio, mutatio</i>	11,6	
Travassô	<i>mutatio</i>	10,5	
Ponte do Marnel	<i>oppidum Talabriga</i>	5,1	39,6 40
Albergaria-a-Velha	<i>mutatio</i>	5,5	
Ul	<i>mansio, mutatio, statio</i>	10,0	
Arrifana	<i>mutatio</i>	9,0	
Fiães	<i>oppidum Lancobriga</i>	5,0	29,5 —> 30
Carvalhos	<i>mutatio (?)</i>	7,3	
Porto/Gaia	<i>oppidum Cale, mansio, mutatio</i>	6,1	13,4 —> 13
Total (mp)		82,5	83

10. Resumo histórico e conclusão

Talvez a melhor forma de concluir este trabalho seja apresentar um resumo da história da região estudada, focando especialmente as transformações operadas a nível geomorfológico, viário e do povoamento.

Quando o oceano estabilizou em níveis próximos dos actuais, por volta do ano 1000 a. C, a configuração do litoral aveirense apresentava uma pronunciada reentrância que se prolongava desde Espinho até ao Cabo Mondego. Dessa enorme baía partia um braço de mar que atingia a zona de Eirol ou mesmo Ferméntelos. Aí desaguvavam independentemente os rios Vouga, Águeda e Cértima. As cotas dos campos do Vouga, na zona do Marnel, e do Águeda seriam muito mais baixas. A zona da ribeira do Águeda estaria talvez sujeita a marés.

Do ponto de vista da ocupação humana, foram chegando em vagas sucessivas povos de raiz indoeuropeia e semita. A região do Vouga, rica em cobre, parece ter desempenhado um papel importante no fornecimento desse metal para as regiões mais setentrionais.

Do ponto de vista da circulação e, portanto, do traçado dos principais itinerários, três princípios gerais seriam observados: 1. Evitar as várzeas dos rios; 2. Seguir os vales; 3. Preferir o litoral. E assim que o velho itinerário de ligação do Noroeste peninsular à foz do Tejo seguia sempre o mais possível pelo litoral, apenas se afastando dele quando era necessário evitar os deltas dos rios, como é o caso do Vouga e do Mondego. Este velho caminho, que Plínio seguiu na sua descrição do litoral lusitano, passava sucessivamente pelo Porto, Marnel, Coimbra, São Sebastião do Freixo (Batalha), Abobriz (Óbidos) e Sintra.

Entre a travessia do Vouga, no Marnel, e a travessia do Mondego, em Coimbra, o trânsito tinha que enfrentar a várzea do Águeda que, em todos os tempos, constituiu um importante obstáculo à circulação. Dois itinerários alternativos saltam à vista: um seguia pelo interior, cruzando o Águeda em Assequins; o outro contornava a várzea a ocidente, cruzando o rio Águeda em Óis da Ribeira e tocando neste ponto o extremo do braço marítimo onde também confluíam o Vouga e o Cértima. Este ponto de confluência dos três rios deveria ser muito animado pelas rotas de comércio marítimo e seria, assim, muito habitado. A própria capital da região, Talábriga, ficava muito próxima desta zona de confluência. Pela mesma razão, o itinerário ocidental seria geralmente preferido ao itinerário interior. De resto, isto é mais um exemplo de como os itinerários que tocavam o litoral eram normalmente preferidos. Antes de chegar a Aguada, este itinerário atravessava o Cértima para a margem ocidental, por forma a evitar os rios de Aguada, Avelãs e Arcos e respectivas várzeas.

Os Romanos devem ter aproveitado este itinerário ocidental. Por um lado, a distância por estrada entre Talábriga (Marnel) e Eminio

(Coimbra) era, segundo o *Itinerário de Antonino*, de 40 milhas, distância esta que coincide com a distância medida ao longo do itinerário ocidental, sendo bastante diferente das distâncias medidas ao longo do itinerário interior e da estrada coimbrã. Por outro lado, é ao longo do itinerário ocidental que, de longe, encontramos a maior densidade de vestígios romanos. Trata-se de uma cadeia ininterrupta de vestígios que se prolonga de Coimbra até à Piedade (Espinhei).

Entre Conímbriga e Bracara existiriam três *mansiones*, situando-se uma em Sangalhos, outra em Ul e a terceira na zona do Porto. Do ponto de vista do trânsito nesta estrada, Eminio, Talábriga e Lancóbriga não serviriam como *mansiones*. Tal poderia acontecer, no entanto, devido a outras estradas que confluíssem nestas cidades. Outros itinerários romanos nesta região seriam os seguintes: um ligava Coimbra ao povoado romano de Cacia, estrategicamente situado à entrada do delta do Vouga, passando por Murtede, Ouca, ílhavo e Aveiro; o outro ligava Viseu ao Marnel (esta parte está confirmada por miliários) e do Marnel continuaria por Travassô, Eirol e Eixo até ao povoado romano de Cacia.

Uma excessiva fê no *Itinerário de Antonino* levou muitos autores a não porem em causa as distâncias indicadas por esta fonte para o percurso entre Eminio e Cale. A verdade é que o *Itinerário* indica uma distância total de 71 milhas para este percurso, ou seja, apenas 0,5 milhas mais do que a linha recta. Aceitando esta distância, haveria que considerar que a estrada era praticamente rectilínea e, portanto, de excepcional construção. Seria, pois, de esperar que muitos vestígios dela tivessem subsistido até ao presente. A verdade é que poucos vestígios inequívocos da estrada romana se conservam. A calçada de Serém, considerando a sua localização, poderá ter origem romana. No entanto, esta é uma calçada estreita, facto que contraria a imagem de uma grande e bem construída estrada. A correcção da distância Talábriga-Lancóbriga, feita por comparação com a *Geografia* de Ptolomeu, leva não só a localizar Talábriga no Marnel, mas também a aumentar o comprimento total da estrada em 12 milhas. Desta maneira, cai por terra a imagem da estrada quase rectilínea. Ao contrário, pelo menos no tempo em que as distâncias foram medidas (séculos I a. C. / I d. C.), a estrada romana seria sinuosa e estreita, pouco passando de uma adaptação de velhos caminhos.

Na Idade Média, a maior densidade do povoamento continuava a registar-se na zona de confluência dos três rios. Globalmente, o povoamento continuava a organizar-se em torno do itinerário ocidental. Isso ficou claramente demonstrado pelo esboço topográfico das igrejas

e das cavalarias da região do Vouga por volta de 1300. A passagem da estrada mourisca, depois chamada estrada velha, na margem ocidental do Cértima está atestada em três documentos. Quanto à travessia do Agueda, talvez ela se fizesse próximo de Recardães, atendendo à importância com que esta vila nos surge na documentação dos séculos X e XI. Certas referências a caminhos e estradas apontam para idêntica conclusão. No entanto, Óis da Ribeira, que se situava no centro do povoamento da região e que chegou a ser sede de um extenso julgado, deve ter continuado a ser um ponto de travessia bastante utilizado.

Fundada a monarquia portuguesa, os reis tratam de povoar e organizar o território. Dom Afonso Henriques manda construir a ponte de Coimbra em 1132, ponte esta que demorará mais de século e meio a concluir-se. Dom Sancho I, cognominado de «Rei Povoador», no trono entre 1185 e 1211, terá sido o responsável pela rectificação do traçado da estrada entre o Marnel e Coimbra. A nova estrada, conhecida como estrada coimbrã, passava agora nas proximidades do futuro burgo de Agueda e, mais a sul, seguia pela margem oriental do Cértima. Em 1220, as *mansiones* romanas eram representadas pelos paços reais de Avelãs do Caminho e de Figueiredo. Em meados do século XIII, fez-se outra rectificação na zona de Ul. A estrada deixou de passar em Figueiredo e Ul, sendo deslocada mais para o interior. É assim que surge a Bemposta, que rapidamente se transforma em sede do julgado de Figueiredo. O paço real de Figueiredo foi transferido para o Curvai. Por esta época estavam já em construção as pontes do Vouga, do Mamei e do Águeda, que terão sido concluídas em finais deste século ou princípios do século XIV. A ponte de Almeira, que fazia o cruzamento da estrada da Beira com o rio Águeda, também já existia em 1377.

A quase totalidade do povoamento actualmente situado ao longo da estrada coimbrã tem origens posteriores à sua construção. Aguada de Baixo é a grande excepção, estando documentada desde 957. Em 1132 surge-nos Avelãs de Baixo, povoação que viria a albergar o paço real. No século XIV, era já conhecida como *burgo de Avelãs de Caminho*. Em 1288, surge a primeira referência à Mealhada. Águeda, cuja formação deve ter-se iniciado após a conclusão da ponte, só se documenta a partir do século XV. Também se chamou *burgo de Águeda*. Mourisca do Vouga, Sardão, São João da Azenha, Malaposta, Vendas da Pedreira são povoações ainda mais recentes.

No século XVII, já se documenta uma outra importante ligação da Beira a Aveiro, a qual cruzava com a estrada coimbrã em Avelãs de

Caminho. Na sua versão actual, ela segue da Malaposta por Sangalhos, Oliveira do Bairro, Oia, Costa do Valado e São Bernardo. Este itinerário deve ser relativamente recente, uma vez que não é visível na estrutura do povoamento antigo. A passagem da Linha do Norte do caminho-de-ferro, a partir do século XIX, veio dar ainda mais vitalidade a este eixo.

Os grandes contrastes entre a estrutura do povoamento medieval e a estrutura do povoamento contemporânea reflectem precisamente as transformações da rede viária que descrevi e ainda as transformações geomorfológicas desta região. O assoreamento da rede hidrográfica, o recuo da foz do Vouga e a formação da ria de Aveiro transferiram para o litoral o centro do povoamento. E foi assim que, à *civitas Marnel* medieval, descendente directa da Talábriga romana e sobre ela construída, sucedeu a moderna Aveiro.

11. Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1967; 1970) «On the Westernmost Road of the Roman Empire», *Archaeology*, vol. 20 (3), p. 174-177; «On the Westernmost Road of the Roman Empire. Part II», *Archaeology*, vol. 23 (1), p. 44-48.
- ALARCÃO, J. (1988a) *Roman Portugal*, Aris & Philips Ltd, Warminster, England.
- ALARCÃO, J. (1988b) *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, J. (1998) «A Paisagem Romana e Alto-Medieval em Portugal», *Conimbriga*, 37, 89-119.
- ALMEIDA, F. (1956) «Marcos Miliários da Via Romana Aeminium-Cale», *O Arqueólogo Português*, vol. III (nova série), p. 111-116.
- ALVEIRINHO DIAS, J. M., A. RODRIGUES & F. MAGALHÃES (1987) «Evolução da Linha da Costa em Portugal desde o Último Máximo Glaciário até à Actualidade: Síntese dos Conhecimentos», *Estudos do Quaternário*, I, APEQ, p. 56-66.
- ALVES PEREIRA, F. (1907) «Geographia Proto-Histórica da Lusitânia. Situação Conjectural de Talábriga», *O Arqueólogo Português*, vol. 12, p. 129-158.
- AMORIM GIRÃO, A. (1922) *Bada do Vouga. Estudo Geográfico*, Imprensa da Universidade, Coimbra.
- AZEVEDO, R. (1933) «O Mosteiro de Lorvão e a Reconquista Cristã», *Arquivo Historico de Portugal*, vol. I, fase. 4, p. 183-239.
- BAPTISTA, J. (1829) *Reflexões sobre a Navegação do Rio Vouga*, manuscrito datado de 1829 mas que reproduz uma comunicação apresentada à Academia das Ciências em 1820. Transcrito em *Reflexões sobre a Navegação do Rio Vouga. 1829*, introdução e notas de A. Lúcio Vidal, Estante Editora, Aveiro, 1989, p. 51-65.

- BF = *Cartulaire de Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XIe-XIIIe Siècles)*, Robert Durand (ed.), Paris, 1977.
- BRAAMCAMP FREIRE, A. (1908) «Povoação da Estremadura no XVI século», *Arquivo Historico Portuguez*, vol. VI, p. 241-284.
- BRANQUINHO DE CARVALHO, J. (1950) «A Antiguidade da Mealhada nas Enciclopédias e nos Documentos», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, p. 213-226.
- BRÁS TEIXEIRA, S. L. R. (1994) *Dinâmica Morfossedimentar da Ria de Aveiro* (Tese de Doutoramento em Geologia, policopiada), Lisboa.
- CASTELO BRANCO, F. (1971) «Litoral Português, Evolução do» *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), Livraria Figueirinhas, Porto, vol. IV, p. 39-43.
- CASTRO, M. E. (1987) «Trajecto da Via Militar Romana desde a Branca a Fiães da Feira», *Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca*, Arouca, p. 47-52.
- Censual - Censual do Cabido da Sé do Porto*, Biblioteca Pública Municipal do Porto (ed.), Imprensa Portuguesa, Porto, 1924.
- Chancelaria 1325-1336 = Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV. Volume 1 (1325-1336)*, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.
- CHEVALIER, R. (1972) *Les Voies Romaines*, Lib. Armand Colin, Paris.
- COELHO DA SILVA, A. (1994) «As Origens do Porto», *Historia do Porto*, L.A. Oliveira Ramos (dir.), Porto, p. 45-116.
- COIXÃO, A. N. S. (1997) *Um Projecto, a Investigação, a Musealização e um Circuito. Freixo de Numão 1980-1996*, ACDR de Freixo de Numão.
- CONDE DA BORRALHA (1932-1939) I = «Águeda. Subsídios para a sua Historia», *Shell News*, Aveiro, 31 de Dezembro de 1932, reproduzido em «Águeda (Uma Transcrição Necessária)», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, 1938, p. 309-313; II = «Águeda: Subsídios para a sua História», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. I, 1935, p. 49-56; III = «Águeda ... III», *Idem*, p. 171-181; IV = «Águeda IV ...», *Idem*, vol. II, 1936, p. 29-33; V = «Águeda V ...», *Idem*, p. 29-33; VI = «Águeda VI ...», *Idem*, vol. III, 1937, p. 105-115 e 281 e segs.; VII = «Águeda VII ...», *Idem*, vol. V, 1939, p. 119-126.
- CORREIA, F. S. (1944) *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa.
- COSTA VEIGA, A. B. (1943) *Algumas Estradas Romanas e Medievais. Notas ao Atlas do Vol. I dos Estudos de Historia Militar Portuguesa*, Lisboa.
- CRUZ, L. M. M. (1995) *Subsídios para urna Carta Arqueológica da Região da Bairrada*, Levantamento arqueológico n.º 238, Instituto de Arqueologia, Coimbra.
- DC = *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*, vol. I, Lisboa, 1867-1873.
- DP/III = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares, vol. III. AD. 1101-1115*, Rui de Azevedo (ed.), Academia Portuguesa de História, 1940.
- DP/IV = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares, vol. IV*, Rui de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa (ed.), Lisboa, 1980.

- DR = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, Rui de Azevedo (ed.), Academia Portuguesa de História, vol. I, tomos I e II, 1958-1961.
- Elucidário* = Fr. J. de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, edição crítica de Mário Fiúza, 2 volumes, 1965-66.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1996), «Recensões bibliográficas», *Conimbriga*, 35, Coimbra, p. 224-225.
- FERNANDES, M. A. (1996) *S. João da Madeira: Cidade do Trabalho*, Câmara Municipal de S. João da Madeira.
- FERREIRA DE ALMEIDA, C. A. & E. SANTOS (1971) «O Castro de Fiães», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série de História*, vol. II, 1971, p. 147-168.
- FERREIRA, O. (1993) *Caracterização dos Principais Factores Condicionantes do Balanço Sedimentar e da Evolução da Linha da Costa entre Aveiro e o Cabo Mondego*, tese de mestrado, Universidade de Lisboa.
- FORTUNATO DE ALMEIDA (1971) «Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros que Havia nos Reinos de Portugal e Algarves pelos Anos de 1320 e 1321 com a Lotação de cada uma delas. Ano de 1746», *História da Igreja em Portugal*, nova edição, vol. 4, Livraria Civilização, Porto, p. 90 e segs.
- GRANJA, H. & T. A. M. DE GROOT (1996) «Sea-Level Rise and Neotectonism in a Holocene Coastal Environment at Cortegaça Beach (NW Portugal): A Case Study», *Journal of Coastal Research*, vol. 12, p. 160-170.
- LADEIRA, F. D. (1982) *Município de Águeda*, Ed. do Autor, 2 volumes. Nenhum dos volumes apresenta data de edição, mas o autor informa no volume II, p. 39 e 41, que ambos foram entregues na tipografia em 1982.
- LANCASTRE E TÁVORA, L. G. (1983) *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Ministério da Educação.
- LEITE DE VASCONCELOS, J. (1913) *Religiões da Lusitânia*, vol. III, Imprensa Nacional, Lisboa.
- LOPES, D. (1991) *Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano*, (separata do *Boletim da Segunda Classe*, Academia das Ciências de Lisboa, vol. 3-4).
- LOUREIRO, A. F. (1874) *O Mondego e a Barra da Figueira*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- LP = *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Leontina Ventura e Maria Teresa Veloso (ed.), Avelino de Jesus Costa (dir.), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1977-79.
- MALHEIRO, L. (1997) «Sangalhos: Povoação de Origem Romana», *Aqua Nativa*, Associação Cultural de Anadia, n.º 12, p. 44-49.
- MANTAS, V. (1996) *A Rede Viária Romana na Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra (Tese de Doutoramento, policopiada).
- MATTOSO, J., L. KRUS & A. ANDRADE (1993) *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos*, Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria.
- MENDES, H. G. (1974) «Cartografia e Engenharia da Ria e Barra de Aveiro no Último Quartel do Século XVIII», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XL, p. 184-220 e 241-270.

- Milenário* = *Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricos*, vol. I, Câmara Municipal de Aveiro.
- MORAIS, A. (1922) «A Mata de Perrães», memória apresentada ao Instituto Etnológico da Beira em 22 de Fevereiro de 1922. Transcrita por J. S. de Sousa Baptista em «A Pateira de Fermêtelos», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XI, 1945, p. 250-263.
- MOTA, A. P. (1991) *Oiã: Terras e Gentes*, Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada.
- MOTA, A. P. (1997) *Oliveira do Bairro: em Busca da Historia Perdida*, Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
- NOGUEIRA GONÇALVES, A. (1959) *Inventário Artístico de Portugal. VI. Distrito de Aveiro. Zona Sul*, Academia Nacional de Belas Artes (ed.), Lisboa.
- NOGUEIRA GONÇALVES, A. (1981) *Inventário Artístico de Portugal. X. Distrito de Aveiro. Zona Norte*, Academia Nacional de Belas Artes (ed.), Lisboa.
- NOGUEIRA GONÇALVES, A. (1967) «As Pontes de Mestre Zacarias de Córdova no Século Décimo», *Ocidente*, vol. LXXII, p. 3-17.
- OLIVEIRA, M. (1943) «De Talábriga a Lancóbriga pela Via Militar Romana», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, IX, p. 44-68.
- OLIVEIRA, M. (1967) *Ovar na Idade Média*, Ovar.
- PATO, M. S. (1919) *A Pateira de Fermêtelos: Ante-Projecto de Enxugo*, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- PEREIRA, I. P. & M. S. RAMOS (1778a) *Mappa Topográfico da Barra da Cidade de Aveiro*, Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral, mapa n.º 309. Mendes (1974, p. 200-204) reproduz o mapa e transcreve as legendas das várias carteias nele incluídas.
- PEREIRA, I. P. & M. S. RAMOS (1778b) *Suplemento do Mappa Topográfico da Barra e Rios da Cidade de Aveiro*, Arquivo Histórico Militar, caixa 16. Transcrito em Mendes, 1974, p. 205-215.
- RAMOS, D. (1988) *Serafim Soares da Graça: Agueda Antiga. Selecção, Introdução e Notas*, Águeda.
- RIBEIRO, O. (1971) «Povoamento», *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), vol. VI, 1971, p. 466-485.
- RIBEIRO, O., H. Lautensach & S. Daveau (1987) *Geografia de Portugal*, vol. I, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- ROCHA MADAHIL, A. G. (1941) «Estação Luso-Romana do Cabeço do Vouga», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VII, Aveiro, p. 227-258 e 313-369.
- ROCHA MADAHIL, A. G. (1942) «O Rol das Cavalarias do Vouga», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII, p. 153-159.
- ROCHA MADAHIL, A. G. (1944) «A Propósito da Visitação do Delegado Episcopal à Igreja de Sangalhos em 1587», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. X, p. 132-140.
- RODRIGUES, J. (1959) *O Couto de Aguium. Subsídios para a Sua História*, Cisial, Anadia.
- SAA, M. (1959; 1960) *As Grandes Vias da Lusitânia*, t. II e III.
- SANTA MARIA, Fr. A. (1721) *Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas*

- de Nossa Senhora*, Tomo VII, Oficina de Antonio Pedroso Galvão, Lisboa Ocidental.
- SEABRA LOPES, L. (1994a) «A Propósito da Ponte do Casal da Rúa. Contributo para o Estudos das Vias Antigas no Concelho de Anadia», *Aqua Nativa*, Associação Cultural de Anadia, n.º 7, p. 51-56.
- SEABRA LOPES, L. (1994b) «De Portugal a Coimbra pela Estrada Mourisca», *Estudos Aveirenses*, n.º 3, Aveiro, p. 97-100.
- SEABRA LOPES, L. (1995) «Talábriga: Situação e Limites Aproximados», *Portvgalia*, nova série, vol. XVI, Instituto de Arqueologia, Porto, p. 331-343.
- SEABRA LOPES, L. (1996a) «Talábriga e as Origens da Terra de Vouga», *Beira Alta*, vol. LV, 1-2, Assembleia Distrital de Viseu, p. 169-187.
- SEABRA LOPES, L. (1996b) «As Coordenadas de Talábriga», *Estudos Aveirenses*, n.º 6-7, Aveiro, p. 229-244 (ainda em publicação).
- SEABRA LOPES, L. (1997a) «O Problema da Localização de Talábriga», *Munda*, n.º 34, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Coimbra, p. 57-60.
- SEABRA LOPES, L. (1997b) *Correcções ao Itinerário de Antonino entre Olissipo e Bracara Augusta*, São João da Azenha.
- SEABRA LOPES, L. (1997c) «Itinerários da Estrada *Olisipo*-Bracara: Contributo para o Estudo da Hispânia de Ptolomeu», *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 13/15 (1995-1997) [volume comemorativo do centenário da revista], p. 313-346.
- SILVA, A. M. (1994) *Proto-Historia e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral: Elementos para uma avaliação crítica*, dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Porto.
- SILVEIRA, J. (1914) «O Cértima e a Pateira», *Jornal de Anadia*, 6 de Setembro de 1913/21 de Novembro de 1914. Reproduzido em *Estudos de Toponímia da Bairrada e Outras Notas*, A. Mota (ed.), Liv. Figueirinhas, Porto, 1993, p. 39-70.
- SILVEIRA, J. (1911) «O Crasto de Anadia (Estação Lusitânica)», *Jornal de Anadia*, 12-26 de Agosto. Reproduzido em *Estudos de Toponímia da Bairrada e Outras Notas*, Arsénio Mota (ed.), Livraria Figueirinhas, Porto, 1993, p. 71-77.
- SILVEIRA, J. (1943) «Inquirição na Terra de Vouga em 1282», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, p. 81-88.
- SOUSA BAPTISTA, A. S. (1947) «Pontes do Vouga e do Marnel», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIII, Aveiro, p. 81-85.
- SOUSA BAPTISTA, A. S. (1948) «Estradas Romanas no Concelho de Águeda», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV, p. 3-22.
- SOUSA BAPTISTA, A. S. (1950a) «Considerações sobre a Cidade Luso-Romana de Vacca, o Julgado e o Burgo de Vouga», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XVI, p. 81-117.
- SOUSA BAPTISTA, A. S. (1950b) «Cavalarías do Vouga», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XVI, Aveiro, p. 175-188.
- SOUSA BAPTISTA, A. S. (1958) «Ponte do Marnel», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXIV, Aveiro, p. 311-316.

- SOUSA BAPTISTA, A. S.** (1959) «Ponte de Almeira», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXV, Aveiro, p. 47-54.
- SOUSA BAPTISTA, J. S.** (1942) «Vestígios de Vias Romanas no Concelho de Águeda», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII, Aveiro, p. 93-98.
- SOUSA, A.** (1942) «Antiguidades do Concelho da Feira», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 8, p. 129-152 e 206-221.
- SOUTO, A.** (1942) «Romanização no Baixo Vouga», *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, IX, 4, p. 283-328.
- TEODORO DE MATOS, A.** (1980) *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada.
- UM FLAVIENSE** (1839) *Taboa Geografico-Estatística Luzitana*, Porto. TJm Flaviense' é pseudónimo de Francisco dos Prazeres Maranhão.
- VAZ, J. L. I.** (1982) «Primeira Campanha de Escavações em Cristelo da Branca», *Boletim ADERAVE*, 6, p. 26-30; 7, p. 2-14.



FIGURA 1 - Selo da terra de Vouga, pendente de um documento de 1310 e tendo por figura central urna ponte de cinco arcos (ANTT, Cabido da Sé de Coimbra, 2.^a incorporação, maço 9ID, n.º 4398).

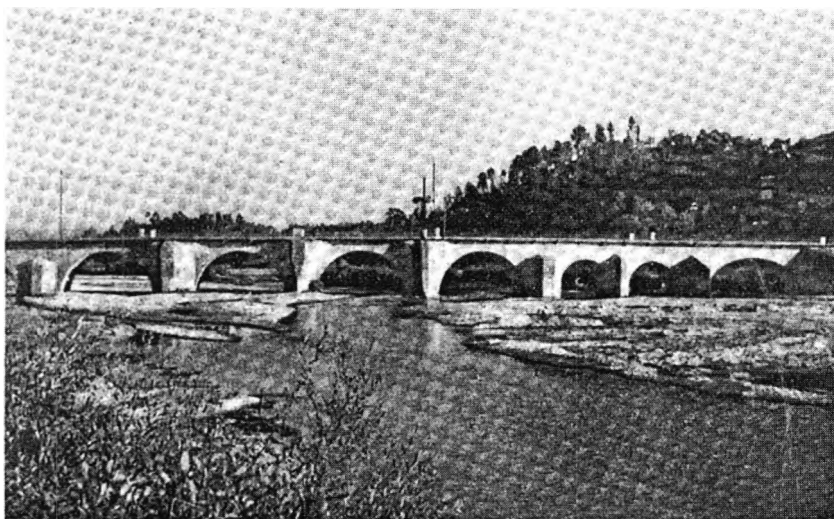


FIGURA 2 - O estado de assoreamento do rio Vouga na zona da ponte
na década de 1950. Reproduzido de
NOGUEIRA GONÇALVES, 1959, estampa 49



FIGURA 3 - Vista actual da ponte setecentista do Vouga
(ao fundo a ponte moderna e a encosta de Serém)

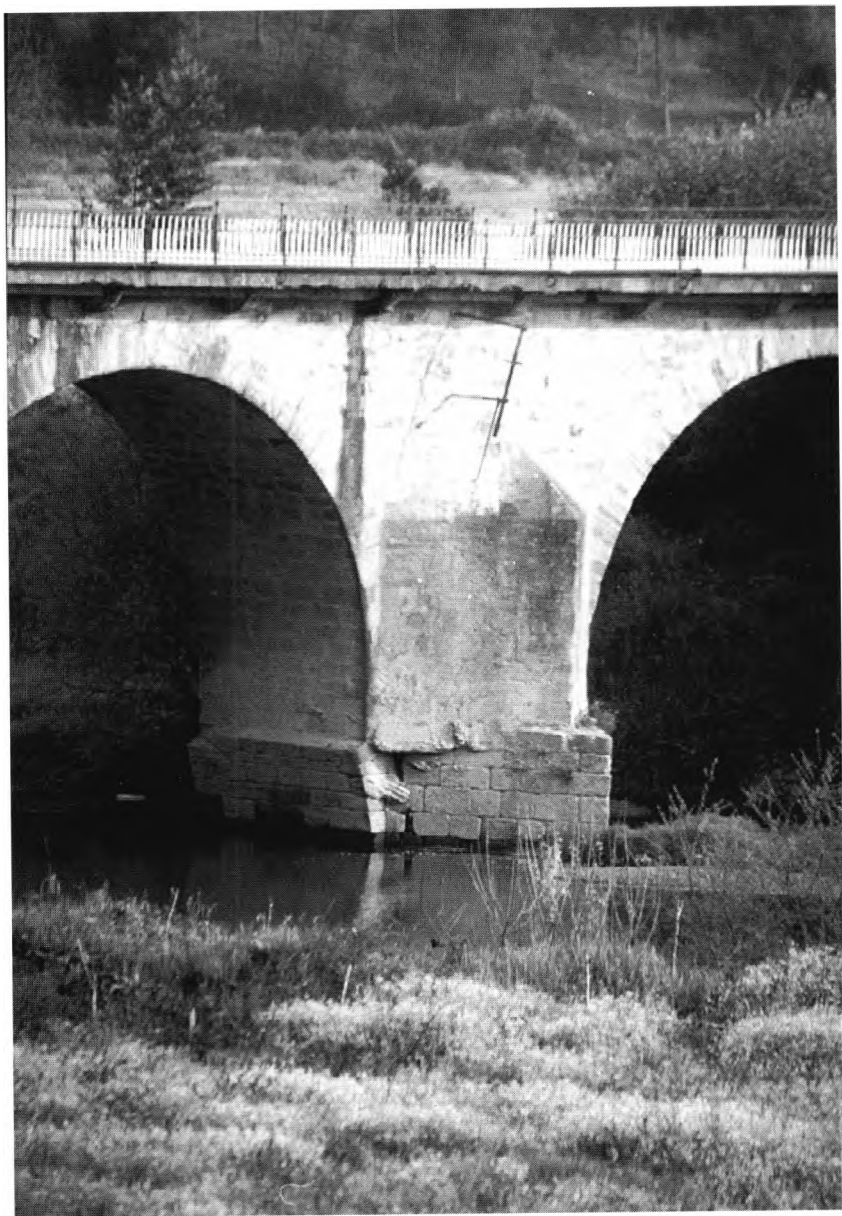


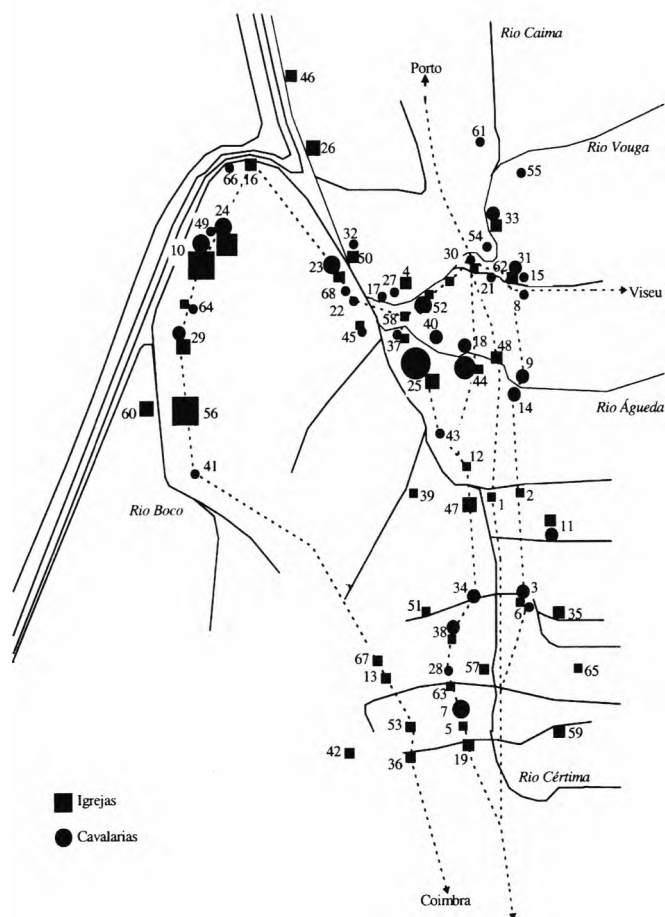
FIGURA 4 - Um dos pilares da ponte do Vouga, em que se vê o arranque dos arcos da ponte medieval



FIGURA 5 - A ponte filipina de Águeda em finais do século XIX
(postal editado pelos Serviços de Turismo
da Câmara Municipal de Águeda, 1990)

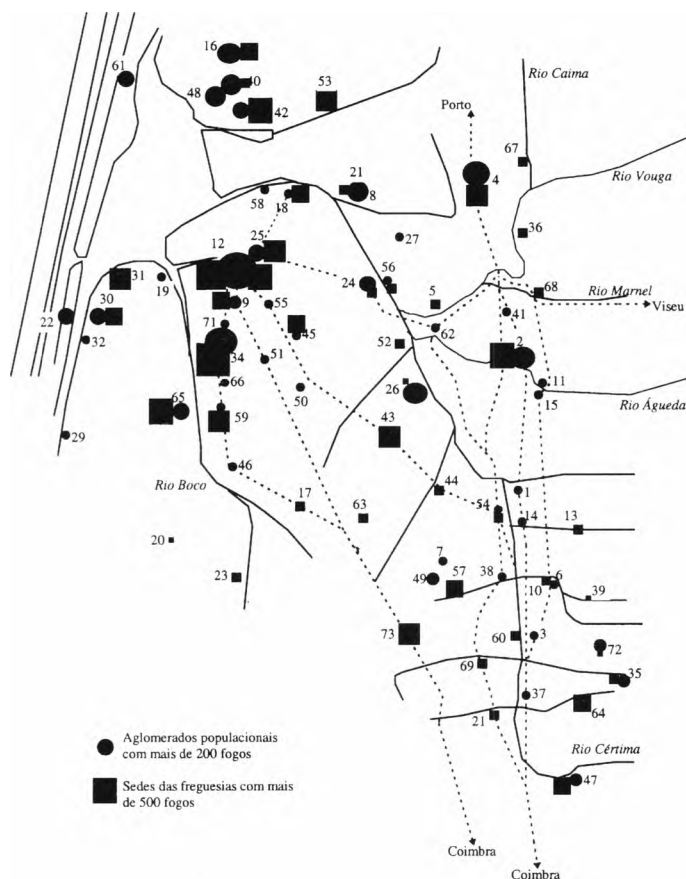


FIGURA 6 - A pateira do Marnel, rodeando a velha ponte (postal antigo)



Legenda: 1 - Aguada de Baixo; 2 - Aguada de Cima; 3 - Alfêloas; 4 - Alquerubim; 5 - Antes; 6 - Arcos; 7 - Arinhos; 8 - Arrancada; 9 - Assequins; 10 - Aveiro; 11 - Avelãs de Cima; 12 - Barró; 13 - Bolho; 14 - Borralha; 15 - Branhido; 16 - Cada; 17 - Calvães; 18 - Casainho; 19 - Casal Comba; 20 - Covelas; 21 - Cristelo; 22 - Eirol; 23 - Eixo; 24 - Esgueira; 25 - Espinhei; 26 - Fermelã; 27 - Fontes; 28 - Horta; 29 - Ilhavo; 30 - Lamas do Vouga; 31 - Lanheses; 32 - Loure; 33 - Macinhata; 34 - Mogofores; 35 - Moita; 36 - Murtede; 37 - Ois da Ribeira; 38 - Ois do Bairro; 39 - Oliveira do Bairro; 40 - Oronhe; 41 - Ouca; 42 - Ourentã; 43 - Paradela; 44 - Recardães; 45 - Requeixo; 46 - Salreu; 47 - Sangalhos; 48 - Santa Eulália; 49 - Sá; 50 - São João de Loure; 51 - São Lourenço do Bairro; 52 - Segadães; 53 - Sepins; 54 - Serém; 55 - Soutelo; 56 - Sôza; 57 - Tamçpgos; 58 - Travassô; 59 - Vacariça; 60 - Vagos; 61 - Valmaior; 62 - Valongo do Vouga; 63 - Ventosa do Bairro; 64 - Verdemilho; 65 - Vila Nova de Monsarros; 66 - Vilarinho de Cacia; 67 - Vilarinho do Bairro; 68 - Horta (de Eixo).

FIGURA 7 - Distribuição das cavalarias e igrejas na região do Vouga c. 1300



Legenda: 1 - Águeda de Baixo; 2 - Águeda; 3 - Aguiçim; 4 - Albergaria-a-Velha; 5 - Alquerubim; 6 - Anadia; 7 - Ancas; 8 - Angeja; 9 - Arada; 10 - Arcos; 11 - Assequeins; 12 - Aveiro; 13 - Avelãs de Cima; 14 - Avelãs do Caminho; 15 - Borralha; 16 - Bunheiro; 17 - Bustos; 18 - Cacia; 19 - Cale da Vila; 20 - Calvão; 21 - Casal Comba; 22 - Costa Nova; 23 - Covão do Lobo; 24 - Eixo; 25 - Esgueira; 26 - Fermêntelos; 27 - Frossos; 29 - Gafanha da Boa Hora; 30 - Gafanha da Encarnação; 31 - Gafanha da Nazaré; 32 - Gafanha do Carmo; 33 - Gloria (Aveiro); 34 - Ilhavo; 35 - Luso; 36 - Macinhata do Vouga; 37 - Mealhada; 38 - Mogofores; 39 - Moita; 40 - Monte; 41 - Mourisca; 42 - Murtosa; 43 - Oiã; 44 - Oliveira do Bairro; 45 - Oliveirinha; 46 - Ouça; 47 - Pampilhosa do Botão; 48 - Pardelhas; 49 - Paredes do Bairro; 50 - Póvoa do Valado; 51 - Quinta do Picado; 52 - Requeixo; 53 - Salreu; 54 - Sangalhos; 55 - São Bernardo; 56 - São João de Loure; 57 - São Lourenço do Bairro; 58 - Sarrazola; 59 - Soza; 60 - Tamengos; 61 - Torreira; 62 - Travassô; 63 - Troviscal; 64 - Vacariça; 65 - Vagos; 66 - Vale de Ilhavo; 67 - Vale Maior; 68 - Valongo do Vouga; 69 - Ventosa do Bairro; 70 - Vera Cruz (Aveiro); 71 - Verdelimilho; 72 - Vila Nova de Monsarros; 73 - Vilarinho do Bairro.

FIGURA 8 - Principais aglomerados populacionais e sedes das maiores freguesias na região do Vouga segundo o censo de 1940



FIGURA 9 - Objectos encontrados nas Sortes, próximo de Sangalhos do Paço:
(a) Cerâmica doméstica; (b) Figura humana em terracota; (c) Peso de tear;
(d) Tijolo de coluna. Colecção de L. Malheiro.



FIGURA 10 - Um antigo local de travessia do rio Águeda, junto a Óis da Ribeira



FIGURA 11 - Calçada escavada na rocha em Travassô (Hortinhas/Mato Crego)

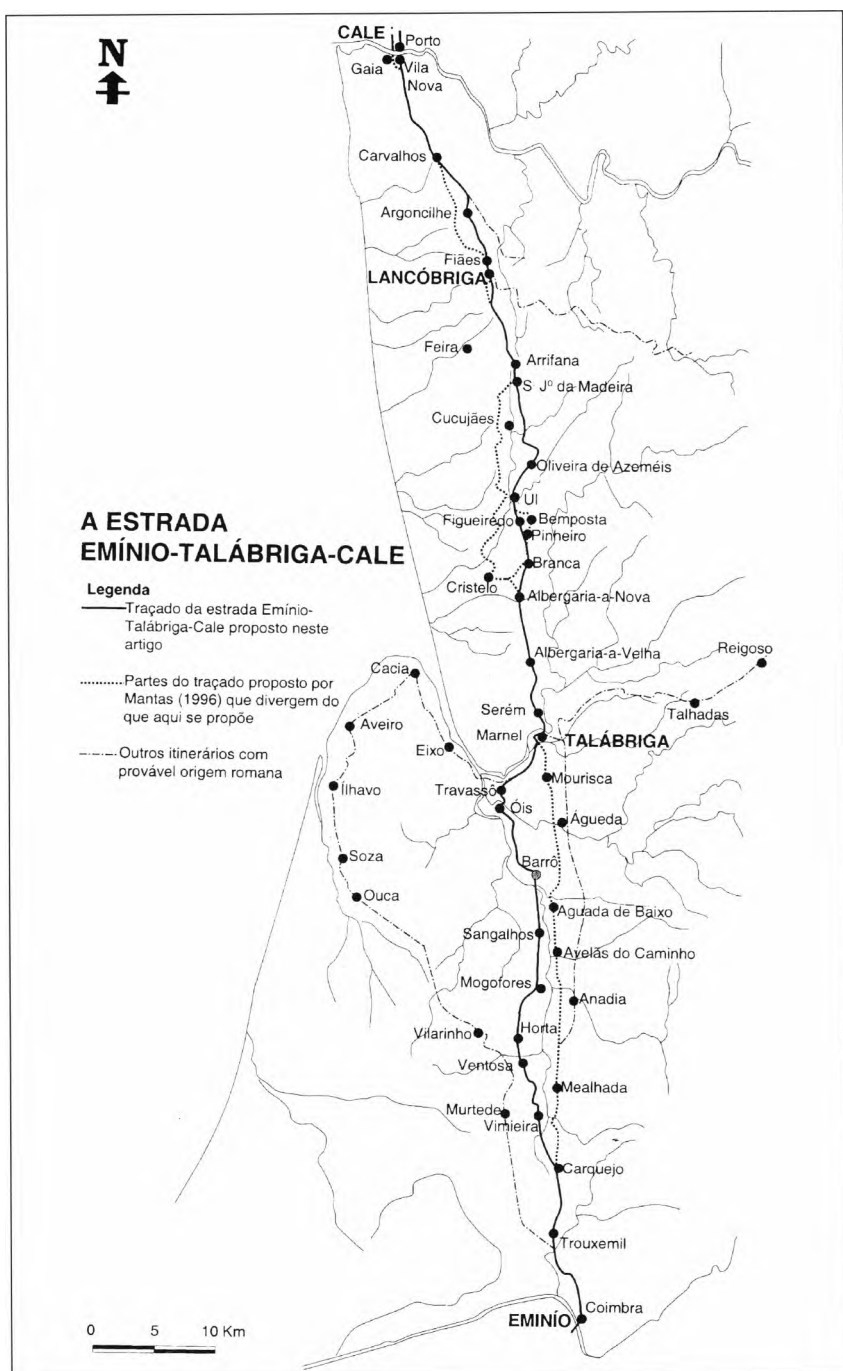


FIGURA 12

(Página deixada propositadamente em branco)

Rui VENÂNCIO

Licenciado em Arqueologia (Coimbra)

DE UMA INSCRIÇÃO ENCONTRADA EM PENICHE
À HISTÓRIA DE UMA IMPORTANTE FAMÍLIA OLISIPONENSE
“Conimbriga” XXXIX (2000) p. 259-273

RESUMO: Já conhecida desde o séc. XIX, a inscrição CIL II 5227 foi encontrada em Peniche, mas guarda-se no Museu do Louvre, em Paris. Narram-se, aqui, em síntese, as peripécias por que passou; dá-se a sua leitura correcta; e aponta-se a probabilidade de ser interessante testemunho da relação económica, familiar e social da população romana de Peniche com a de *Olisipo*, no momento em que escavações arqueológicas recentes proporcionaram a identificação de três fornos de cerâmica datáveis do Alto Império.

RÉSUMÉ: Connue depuis le XIX^{ème} siècle, l'inscription CIL II 5227 a été trouvée à Peniche, ville du littoral portugais au nord de Lisbonne, mais elle se conserve aux réserves du Musée du Louvre (MA 4105). On raconte ici l'histoire de son déplacement; est présentée sa lecture correcte; et on la considère un intéressant témoin des relations économiques, familiales et sociales de la population romaine de Peniche avec celle de *Olisipo*, au moment où des fouilles récentes ont mis au jour trois fours à céramique du Haut Empire.

(Página deixada propositadamente em branco)

DE UMA INSCRIÇÃO ENCONTRADA EM PENICHE À HISTÓRIA DE UMA IMPORTANTE FAMÍLIA OLISIPONENSE i

A estória de uma epígrafe

Numa altura em que se debate a regionalização e se atribui especial importância ao património local, decidimos estudar a única epígrafe romana descoberta até à data em Peniche e que se encontra actualmente em França, no Museu do Louvre (CIL II 5227).

Trata-se de um cipo funerário, de basalto negro, encontrado em Peniche, na freguesia da Ajuda, no ano de 1858, pelo Sr. Pedro Cervantes de Carvalho Figueira. Ao passar, certo dia, num dos jardins do Morraçal da Ajuda, deparou-se com o cipo embutido nos alicerces de um muro e do qual lia à flor da terra a palavra: “POMPEIA”.

Face a tal descoberta e, como refere numa carta enviada ao Duque de Bellune¹ ², espicaçado pela curiosidade, tentou a todo o custo retirar a pedra, o que só lhe foi possível um ano após o achamento.

Ao examinar a peça na sua totalidade, Pedro Cervantes lê a seguinte inscrição:

P O M P E I A C
E . P A C A T . H E . . .
L . T E R E N T I V S F V R
N V S . M . R . I . T . E T I . T E
R E N T I V S R V F V S .
E . C

¹ Trabalho elaborado no âmbito da cadeira de Epigrafia do curso de Arqueologia da FLUC, leccionada pelo Professor Doutor José d’Encarnação, a quem agradecemos todo o apoio prestado.

² Transcrita parcialmente na obra, de Mariano Calado, *Peniche na História e na Lenda*, Peniche, 1968, 2ª ed., pp. 63-64.

Desta leitura ressalta Pedro Cervantes dois aspectos: em primeiro lugar, a palavra “POMPEIAC” — que, apesar de transcrever deste modo, julga dever ler-se “POMPEIAM”, já que, segundo ele, Pompeia seria o nome dado pelos Romanos à então ilha de Peniche, por analogia com a conhecida cidade de Pompeia, na Campânia; por outro lado, sublinha a importância das últimas letras da inscrição, que julga significarem E(*ra*) C(*aesaris*), isto é, “era de César”.

Tendo isso em conta e recorrendo aos relatos de Díon Cássio ³, em que se alude ao facto de Júlio César, tendo vencido os Lusitanos, os haver obrigado a refugiar-se numa ilha junto à costa, Pedro Cervantes considerou a ilha de Peniche como sendo a ilha descrita e esta epígrafe a prova material da presença das tropas de César no território. E traduziu-a do seguinte modo:

Neste cabo de Pompeu, os Herminios foram vencidos pelas armas de L. Terêncio Rufo e J. Terêncio Rufo, militares romanos. Na era de César.

Esta seria, pois, a prova irrefutável de que a célebre campanha de Júlio César se teria desenrolado em Peniche, o que naturalmente conferia à localidade grande importância histórica. Tentou, por isso, que o cipo fosse solenemente implantado em lugar público. Contudo, tal não sucedeu, já que as autoridades locais pouca ou nenhuma importância deram à peça, tencionando até utilizá-la como laje em recinto que ia ser construído junto ao porto de desembarque. O facto terá deixado Pedro Cervantes bastante triste e irritado, a ponto de ter remetido a peça ao Duque de Bellune, seu conhecido, por intermédio da delegação francesa em Lisboa. Todavia, o destinatário último da peça não seria este aristocrata francês mas sim o imperador Napoleão III, a quem Pedro Cervantes terá oferecido a peça. Alguns anos depois, o monumento acabou por ser oferecido ao Museu do Louvre, em cuja colecção se encontra ainda actualmente⁴.

A inscrição voltará a ser publicada alguns anos mais tarde, em 1875, por Pinho Leal no seu *Portugal Antigo e Moderno* ⁵, e, em 1892, por Hübner no suplemento do vol. II do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (= CIL II), baseando-se para tal na publicação da peça feita,

³ Díon Cássio, 37, 52-55, citado por Schulten, A., *Fontes Hispaniae Antiquae* (= FHA), V, Barcelona, 1925, pp. 12-13.

⁴ Calado, Mariano, *Peniche na História e na Lenda*, Peniche, 1984, 3ª ed., p. 65.

⁵ Leal, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 6, p. 626.

em 1875, por C. Froehner, conservador do Museu do Louvre na sua obra *Mélanges d'Épigraphie et d'Archéologie*. Mais recentemente, é incluída em 1944, por Vieira da Silva na sua *Epigrafia de Olisipo* (= EO) e, em 1971, por J. Vives nas *Inscripciones Latinas de la Espana Romana* (= ILER)⁶.

O textos apresentados são, em tudo, semelhantes à reconstituição proposta por Hübner (CIL II 5227):

P O M P E I A E
E P A C A T H I
L . T E R E N T I V S . F V R
N V S . M A R I T V S . E T . L . T E
R E N T I V S . R V F V S
F . C

Tornaram-se, assim, claras as palavras presentes nas duas primeiras linhas da inscrição. Ao invés de “Pompeia, filha de Caio” e da enigmática E.PACAT seguida da suposta sigla funerária H.S.E, como defendia Pinho Leal, baseando-se na transcrição original de Pedro Cervantes, encontramos um nome claramente distinto: POMPEIA EPACATHI. Por outro lado, Hübner refere que o cipo foi encontrado “perto de Lisboa”, sem, no entanto, precisar o sítio de achamento, algo que só ocorrerá mais de um século depois, através do contributo indispensável de Mariano Calado, aquando da pesquisa que levou a efeito para elaborar a monografia, já citada, *Peniche na História e na Lenda*.

Mariano Calado teve acesso a uma cópia da carta enviada por Pedro Cervantes ao Duque de Bellune, com um relatório pormenorizado acerca da peça. O passo seguinte, dado quando preparava a terceira edição, terá sido o de procurar a inscrição no CIL II, o que lhe forneceu duas informações bastante importantes: por um lado, identificava-se Peniche como sendo o local de proveniência da epígrafe e, por outro, deu-lhe a conhecer o seu paradeiro, o que lhe permitiu contactar o Museu do Louvre pedindo a sua correcta transcrição, o que lhe foi proporcionado pela conservadora Dr.^a Catherine Metzger, que, posteriormente, lhe terá enviado o seguinte texto⁷:

⁶ EO n.º 131, p. 254; ILER 4457.

⁷ Confirmado pelo conhecido epigrafista Noël Duval, da Sorbonne.

P O M P E I A E
 E P A G A T H E
 L . T E R E N T I V S F V R
 N V S . M A R I T . E T . L . T E
 R E N T I V S . R V F V S
 F . C

Mariano Calado, segundo indicação de Pedro Cervantes, considerava-o um cipo funerário de basalto negro, acrescentando tratar-se de um tipo de rocha comum na brecha vulcânica da Papoa, situada não muito longe do local de achamento, o antigo Morraçal da Ajuda, em Peniche. Pesava cerca de 300 Kg, tinha 95 cm de altura, 45 de largura e 43 de espessura. Contudo, as dimensões apresentadas em 1984⁸ diferem bastante das que inicialmente se dá notícia: 45x42,5x8. Podemos, pois, concluir que a pedra foi desbastada, fundamentalmente na sua altura e espessura, provavelmente de modo a tornar-se mais facilmente arrumável, quase confundindo-se com uma placa epigráfica. Vale-nos, no entanto, a informação de Pedro Cervantes de que a inscrição se encontrava na parte superior da peça, que era um cipo.

Todavia, no que toca à análise externa da epígrafe, o comentário de Mariano Calado é lacónico, não referindo a profundidade e a dimensão das letras ou dos espaços interlineares.

Estas e outras informações foram, entretanto, conseguidas por Cardim Ribeiro que obteve do Museu do Louvre (MA 4105) a seguinte transcrição:

P O M P E I A E
 E P A G A T H E
 L . T E R E N T I V S F V R
 N V S . M A R I T . E T . L . T E
 R E N T I V S . R V F V S . F
 F . C

POMPEIAE / EPAGATHE / *Uncius*) . TERENTIVS . FVR/NVS .
 MARITVS ET . L (*ucius*)/TE/RENTIVS . RVFVS . F .
 / F (*aciendum*). C(*uraverunt*)

⁸ Data em que sai a 3ª edição de *Peniche na História e na* , sendo de considerar que estas informações tenham sido obtidas alguns anos antes.

A Pompeia Epagata, Lúcio Terendo Furno, marido, e Lúcio Terêncio Rufo, filho, mandaram fazer.

O seu estudo

Após esta breve dissertação sobre a estória da epígrafe, passemos ao seu estudo pormenorizado.

Trata-se, possivelmente, de um cipo funerário, de calcário (e não de basalto como anteriormente havia sido referenciado), encontrado no antigo Morraçal da Ajuda, em Peniche, segundo indicação de Pedro Cervantes. Originalmente, a inscrição teria 95 cm de altura, 45 de largura e 43 de espessura. Contudo, as dimensões actuais da inscrição diferem bastante das que inicialmente se dá notícia, coincidindo estas com as do campo epigráfico: 43x44x8.

No que toca à análise externa da epígrafe, são várias as informações obtidas por Cardim Ribeiro - a quem agradecemos a amabilidade e a prontidão com que no-las disponibilizou. As letras possuem 5 cm de altura, sendo que os seus traços têm 2 mm de profundidade, e os espaços interlineares medem 1,5 cm.

Por outro lado, em termos paleográficos, há a salientar a problemática inerente à nova leitura da palavra EPAGATHE (e não EPAGATHI, como até aqui). O E está por AE, o que se explica pela frequência com que AE se grafa E, por contaminação com a linguagem falada. Também a palavra MARITVS merece a nossa atenção: as letras M e A estão em nexos e o VS em letras mínimas e elevadas, o S quase em conexão com o E de ET.

No que toca à paginação, denota-se uma tendência para ordenar o texto logicamente segundo um eixo de simetria, o que não foi inteiramente conseguido, já que encontramos vocábulos cortados na translineação, embora em obediência às sílabas, letras em nexos e em tamanho mínimo e elevadas, aspectos resultantes da exiguidade do espaço.

O texto é inscrito em caracteres capitais quadrados monumentais, esguios, gravados de forma imperfeita, com os vértices inacabados.

Trata-se de uma inscrição de carácter funerário na qual, contudo, não é feita invocação aos deuses Manes, não por fractura da pedra (o que teria motivado o seu desaparecimento como, por vezes, acontece), mas sim porque, como iremos ver adiante, por motivos cronológicos essa invocação nunca existiu aqui.

O epitáfio perpetua a memória de uma liberta, Pompeia Epagata. Dedicam-lhe o texto o marido, Lúcio Terêncio Furno, e o filho, Lúcio Terêncio Rufo. Este seria, sem dúvida nenhuma, filho do casal, já que além do mesmo nome, ostenta o mesmo prenome de Lúcio Terêncio Furno e, como se sabe, era hábito entre os Romanos que o filho primogénito herdasse o prenome do pai.

Em relação a Lúcio Terêncio Furno, há a destacar o facto de possuir um cognome que Iiro Kajanto⁹ considera como sendo tipicamente lusitano, o que nos levaria a tomar Lúcio Terêncio Furno como sendo um indígena romanizado. No entanto, se tivermos em conta que, na Península Ibérica e, neste caso específico, na Lusitânia estamos perante a única ocorrência deste cognome, o que atesta a sua raridade; por outro lado, se atendermos à análise linguística da palavra, que parece confirmar *Furnus* como sendo uma palavra latina e não lusitana ou de origem indoeuropeia, torna-se premente reformular as conclusões de Kajanto.

Com efeito, Iiro Kajanto relaciona *Furnus* com mobiliário; e se se tratar, ao invés, da palavra latina que significa forno? Será curial, com um único testemunho, considerar o cognome lusitano? E assim, face ao carácter latino do *cognomen Furnus*, estaremos na presença de um liberto e não de um indígena romanizado. A especificidade do cognome poderá indicar-nos a sua actividade profissional, que provavelmente seria a de oleiro, já que recentemente foram descobertos fornos romanos nas proximidades do local de achamento da epígrafe.

Todavia, a grande importância da inscrição advém da identificação da mulher, Pompeia Epagata. Inclina-mo-nos a considerá-la uma liberta. O seu cognome, tipicamente grego, é extremamente raro na Península Ibérica: no CIL II encontramos apenas mais uma referência, em monumento de Mérida (CIL II 5273=ILER 6271):

*D(iis) M(anibus) / VAL(eriae). APHRODISIAE / VXORI / VAL(erius)
EPAGATHVS . B (ene) . / M(erenti) . F(aciendum) . C(uravit)*

*Aos deuses Manes. A Valéria Afrodísia, a esposa benemerente,
Valério Epagato mandou fazer.*

⁹ Kajanto, I, *The Latin Cognomina*, Roma, 1982, p. 348.

Dois libertos, Afrodísia e Epagato, duma família *Valeria* que, provavelmente, seria importante e conhecida em *Emerita Augusta*, já que se identifica em abreviatura.

Pompeia Epagata detinha, por conseguinte, o privilégio de ter um cognome extremamente raro e quase desconhecido na Península Ibérica. Qual seria, então, a sua origem? Com efeito, a importância destas duas famílias - a Pompeia e a Valéria - deverá ter radicado em intensa actividade económica assente no comércio, não apenas com a Península Ibérica ou com o Norte de África, mas também - e quiçá fundamentalmente - com a própria Península Itálica, centro redifusor de toda uma cultura helénica, com especial referência para a onomástica que rapidamente é adoptada pelas grandes famílias romanas e atribuída à criadagem servil.

A família Pompeia só poderá ter ganho esse elevado estatuto económico num grande centro urbano e comercial à época romana. Ora, as duas cidades romanas que mais próximo estão de Peniche são *Eburobritium* e *Olisipo*. Em relação a *Eburobritium*, pouco se sabe ainda desta cidade, já que a sua escavação sistemática apenas recentemente se efectuou, por intervenção de José Beleza Moreira. Por outro lado, também os testemunhos epigráficos, embora escassos, procedentes da zona, parecem não atestar a presença desta família no termo de *Eburobritium*.

A sul de Peniche, encontramos *Olisipo*, comprovado centro urbano, este sim, com condições económicas, sociais, políticas e logísticas capazes de alicerçar e apoiar um importante comércio com a Península Itálica. E, ao analisarmos a epigrafia olisiponense, deparamo-nos com um importante núcleo de inscrições encontradas, no século passado, nos alicerces da muralha da Porta do Ferro, também conhecida por Arco de Nossa Senhora da Consolação^{10 11}. Alguns desses monumentos seriam provenientes da necrópole romana situada na actual Praça da Figueira, cuja datação aponta para uma longa utilização deste cemitério de incineração, entre o séc. I e o séc. IV da nossa era ⁿ. Neste núcleo regista-se um pequeno conjunto, datável da 2ª metade do séc. I, em que são mencionados indivíduos pertencentes a uma *gens* Pompeia, CIL II 244 por exemplo:

¹⁰ Inscrições referenciadas na *Epigrafia de Olisipo* de Vieira da Silva, pp. 131-168.

¹¹ Heleno, M., “Estação lusitano-romana da Praça da Figueira”, *Ethnos*, IV, 1965, pp. 305-308.

SEX(to) POMPEIO / Uucii) . F(ilio) . GAL(eria tribu) / [SJCAPVLAE / LIBER[T]I

A Sexto Pompeio Escápula, filho de Lúcio, da tribo Galéria, os libertos.

Há a salientar o cognome presente na terceira linha, que Vieira da Silva¹² considera, e quanto a nós com razão, tratar-se de SCAPVLA, apesar de o S não ser visível. Um cognome tipicamente masculino, próprio de homens livres e de senadores¹³. Por outro lado, na última linha, Vieira da Silva preconiza a reconstituição de um T o que permite a leitura LIBERTE. Contudo, não concordamos com a sua interpretação, pois considera Sexto Pompeio Escápula liberto, não obstante este se identificar como membro da tribo Galéria, a tribo da cidade de *Olisipo*. Sexto Pompeio Escápula seria, sem dúvida, um indivíduo extremamente rico, já que possuía vários escravos, não um, dois ou três, mas um grupo considerável, a não permitir a sua discriminação na inscrição, provavelmente mandada lavrar como contrapartida testamentária à sua libertação.

O texto documenta o poder económico desta família, o que é inteiramente comprovado pela inscrição seguinte, também ela encontrada junto à Porta do Ferro (CIL II 243):

SEX(tas) POMPEI VS / FAVSTVS / H (7c) S (itus) E (st) / ET . F (ilia) . CAECILIA CALIMIS

Aquijaz Sexto Pompeio Fausto e filha, Cecília Cálimis.

Estamos na presença de mais um liberto, Sexto Pompeio Fausto, já que não só dele se omite a filiação como também porque possui uma filha cujo cognome, etimologicamente grego, é revelador do seu passado de escravidão. Se tivermos em conta o hábito, instituído entre os Romanos, de se dar ao escravo agora liberto o prenome do seu senhor, poderíamos pensar que o senhor de Sexto Pompeio Fausto seria, vero-

¹² Silva, Vieira da, *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa, 1944, p. 158.

¹³ Kajanto, Iiro, *The Latin Cognomina*, Roma, 1982, p. 225.

simelmente, o já referido Sexto Pompeio Escápula, sendo Fausto um dos libertos mencionados na dita inscrição, funcionando a cronologia e a localização das inscrições como elementos comprovativos desta ligação. Aliás, Cecília Cálimis para além de ostentar um cognome grego - que, tal como Epagata, é extremamente raro na Península Ibérica, existindo apenas mais um caso (CIL II 560) -, apresenta também como gentílico o nome de uma das mais importantes famílias de *Olisipo*, cuja preponderância económica e social se encontra amplamente comprovada: a família Cecília¹⁴. É, pois, de considerar que tenha herdado este nome de sua mãe (como era habitual), antiga escrava da família.

Tendo em conta a ligação estabelecida entre libertos destas duas famílias, deduzir-se-á que a família Pompeia, tal como a família Cecília, gozaria de um grande poder económico e prestígio social em *Olisipo*. Isso poderemos definitivamente atestar através de mais uma inscrição (CIL II 214=ILER 3527), encontrada perto da Porta do Ferro:

[F]ABIVS . IVSTI . F(*ilius*) . GAL(*eria tribu*) / RVFVS .
CLVNIENS(fs) (*hedera*) AN(*orum*) . XXXX (*quadraginta*) /
CAECILIA (*hedera*) SCAPVLAE . F (*ilia*) . GEMINA / AN (*orum*) .
XVIII (*duodeviginti*) . VXOR . OLISIPONE(n)S(^) / HOC .
MAESOLIVM . SEMPRONIA / RVFINA . MATER . D(e) . SVO .
FACIENDV(m) / CVRAVIT

Fábio Rufo, filho de Justo, da tribo Galéria, chuniense, de quarenta anos. Cecília Gémina, filha de Escápula, de dezoito anos, esposa, olisiponense. Semprónia Rufina, mãe, a expensas suas, mandou fazer este mausoléu.

Sem dúvida, uma inscrição bastante importante e curiosa, quer no que diz respeito à mensagem, quer no que diz respeito à paleografia.

Assim, uma provável fractura da pedra levou o *praenomen* e também a primeira letra de *Fabius*. Por outro lado, a filiação é indicada não pelo preñóme, como é normal, mas sim pelo cognome do pai,

¹⁴ Basta consultar os índices da obra *Epigrafia de Olisipo* (Lisboa, 1944, pp. 277-278): embora já desactualizada, porque outras inscrições se encontraram, o certo é que impressiona o número de membros desta família referidos em inscrições.

à maneira indígena, o que nos permite datar a inscrição da segunda metade do séc. I. Encontramos também certas palavras com erros de grafia: OLISIPONES por OLISIPONENS, MAESOLIVM por MAVSOLEVM, tendo-se escrito a palavra talvez como se dizia, e, por fim, FACIENDV a que falta o M final.

O pai de Cecília Gémina chama-se Escápula. Se tivermos em consideração o local de achamento da inscrição, a sua datação e o facto de encontrarmos, tal como na inscrição de Sexto Pompeio Fausto, a referência à família Cecília, é, pois, de pensar que este Escápula poderá não ser mais do que Sexto Pompeio Escápula, constituindo esta inscrição a prova da existência de uma união familiar e, porventura, económica entre estas duas grandes famílias, que abarcava não só o senhor mas também os libertos.

Além disso, esta inscrição traduz também a tentativa, por parte da *gens* Pompeia, de estabelecer laços com a família Fábia, uma família, porventura, importante em *Clunia Sulpicia* (Coruña del Conde) e que, na segunda metade do séc. I, se vem estabelecer em *Olisipo* para, provavelmente, se dedicar à exploração mineira. Com efeito, se tivermos em conta o estabelecimento de uma notável comunidade cluniense em Três Minas (Vila Pouca de Aguiar), importante centro mineiro¹⁵, e as referências de autores antigos que falavam na exploração das areias do *aurifer Tagus* (Tejo)¹⁶, poder-se-á supor que a actividade económica desta família terá sido a exploração mineira, neste caso, aurífera.

O estabelecimento de laços familiares e económicos com a família Fábia é feito através do casamento de Gémina com Rufo, tendo esta casado extremamente cedo, pois morre com apenas dezoito anos, o que traduz, precisamente, um casamento inserido numa política de alianças familiares enquanto modo de consolidar monopólios, riqueza e prestígio social.

A família Pompeia teria sido uma família bastante importante em *Olisipo*, pelo menos durante parte da segunda metade do séc. I d. C., o que é comprovável pelas ligações desta família com as *gentes* Cecília e Fábia e pelo facto de o “patriarca”, Sexto Pompeio Escápula, surgir como senhor de vários escravos, provavelmente tornados libertos após

¹⁵ Alarcão, Jorge de, *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, 1988, 3ª ed., p. 126.

¹⁶ Schulten, Adolf, *Geografía y Etnografía Antiguas de la Península Ibérica*, II, Madrid, 1963, pp. 245-246.

a sua morte. De entre estes libertos contar-se-iam, entre outros, Sexto Pompeio Fausto e, porventura, Pompeia Epagata, cuja inscrição, por não possuir referência aos deuses Manes, é datável da segunda metade do séc. I d. C. e, como tal, contemporânea das inscrições da *gens Pompeia* atrás mencionadas. Por outro lado, Pompeia Epagata possui - tal como Cecília Cálimis, liberta ligada à família Pompeia -, um cognome que é raro na Península Ibérica e que parece traduzir a apetência comercial desta família olisiponense.

Olisipo seria uma cidade marítima claramente virada para o comércio, como a Arqueologia tem demonstrado, albergando na sua elite social *gentes* como a Júlia, a Cássia e, claro está, a Cecília¹⁷. É esta actividade comercial que permite explicar a presença de vários libertos com cognomes gregos, alguns deles raros, como Cálimis ou Epagata, fruto de um intenso tráfico comercial, muito provavelmente com a Península Itálica, que terá feito circular não apenas produtos mas também ideias, ideias imbuídas de Helenismo e de que a adopção do onomástica grega é um bom exemplo.

Todavía uma questão se coloca: a que actividade comercial estaria ligada a família Pompeia? Para clarificar esta problemática teremos de, inevitavelmente, recorrer à Arqueologia.

Com efeito, recentemente, foi descoberto um forno romano situado não muito longe do local de achamento da inscrição. Estudos preliminares apontam para a sua laboração entre os séculos I e II d. C., levantando a hipótese de este forno ser contemporâneo da inscrição, possibilidade que assume especial importância se tivermos em conta a cognonímia mencionada, neste caso, o cognome *Furnus*.

Para além de cerâmica doméstica, esta olaria parece ter também produzido ânforas; ora, se tivermos em conta a vertente claramente marítima da região, em especial da então ilha de Peniche, e a informação transmitida por Hernâni de Barros Bernardo que evoca a existência de umas ruínas, hoje desaparecidas, identificando-as como “duas piscinas rectangulares” cada uma com “uns três metros de comprido por dois de largo” que lhe “faziam lembrar velhos pios de salga”¹⁸, poderemos preconizar a presença de um pequeno estabelecimento

¹⁷ José d'Encarnação in: Alarcão, Jorge de, *O Domínio Romano*, in *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1990, p. 405.

¹⁸ Hernâni de Barros Bernardo, *Marinhas ignoradas da Estremadura - as salinas de Peniche*, Lisboa, 1966, p. 8.

produtor de preparados piscícolas como o *garum* ou a *salsamenta*, condimentos que tanto deliciavam os Romanos justificando o estabelecimento na costa lusitana de importantes centros produtores, como na região de Tróia ou na costa algarvia, que alimentariam um rendível comércio com a Bética e com a própria Península Itálica.

Se a Arqueologia demonstrar que, na então ilha de Peniche, terá laborado um estabelecimento produtor de preparados piscícolas, que seria servido por uma olaria fornecedora de contentores anfóricos, poderemos aventar a hipótese bastante credível, tendo em conta as informações obtidas através da Epigrafia, de a família Pompeia se ter dedicado à produção e comercialização de preparados piscícolas, produção esta que seria envasada em ânforas produzidas por Lúcio Terêncio Furno e Lúcio Terêncio Rufo.

Face a esta apetência comercial da família Pompeia, assente neste possível comércio de preparados piscícolas, torna-se fácil explicar a existência de libertos desta família que ostentam cognomes gregos que na Península Ibérica assumem um carácter raro. Devemos preconizar a existência de um importante comércio de preparados piscícolas estabelecido entre a cidade de *Olisipo* e a Península Itálica que permitiu não apenas a divulgação dos preparados piscícolas lusitanos mas também, e no sentido inverso, a divulgação de ideias, usos e costumes, provenientes da metrópole, e de entre os quais se salienta a atribuição de cognonímia grega aos escravos, neste caso específico, de cognomes raros, pelo menos no contexto peninsular, o que parece demonstrar um contacto directo com *negotiatores* ou *navicularii* de proveniência itálica.

Com efeito, este tráfico comercial seria de tal modo rendível que justificaria a fixação em *Olisipo* de indivíduos provenientes da Península Itálica, como é, provavelmente, o caso de *Cinnamidis* (CIL II 216). *Cinnamidis* não é mais do que uma derivação rara do cognome *Cinna* (CIL II 3425 e 5525) que, por sua vez, era, originalmente, um prenome etrusco tal como *Blasio*, *Caepio*, *Cerco* e *Hispo* ¹⁹, prenomes que acabaram por, também eles, ser adoptados pela cognonímia latina.

O carácter raro e a proveniência geográfica deste cognome insinuam que *Cinnamidis* mais não seja do que um itálico, possivelmente proveniente da Etrúria, que a determinada altura se instalou em *Olisipo* para, porventura, se dedicar ao comércio.

¹⁹ Kajanto, Iiro, *The Latin Cognomina*, Roma, 1982, p. 42.

Esta inscrição permite igualmente apercebermo-nos de que a difusão da cognómia grega não se terá efectuado apenas através de uma intensa actividade comercial, mas também através de todo um processo de colonização assente na migração isolada e espontânea.

Em resumo, Pompeia Epagata seria uma liberta que teria alcançado este estatuto após a morte do seu senhor, Sexto Pompeio Escápula, tendo-se casado, posteriormente, com Lúcio Terêncio Furno, possivelmente também ele um liberto; dessa união nasceu Lúcio Terêncio Rufo. Pompeia Epagata terminou os seus dias em Peniche, velada pelo marido e pelo filho, longe de *Olisipo* e ainda mais longe da Grécia, terra que nunca conheceu mas que lhe legou a única coisa que era verdadeiramente sua - o cognome.

Partindo de uma simples inscrição encontrada em Peniche tornou-se possível levantar, um pouco, o véu que cobre a história da Lisboa romana, cujo conhecimento é relativamente diminuto face à sua abissal riqueza arqueológica que o progresso e a urbanização tendem, contudo, a ocultar e destruir. Perante esta realidade, a Epigrafia surge como importante auxiliar da Arqueologia, nomeadamente e neste caso específico para o conhecimento e compreensão da realidade social e económica da cidade.



FOTO 1 - Foto da inscrição de CIL II 5227, gentilmente disponibilizada pelo Dr. José Cardim Ribeiro, que a obteve junto dos Serviços do Museu do Louvre. Reproduzimo-la com a devida vénia: © Photo R.M.N., cliché MA 4105.

LEONARD A. CURCHIN
University of Waterloo (Canadá)

*AETATES MORTVORVM: ÉTUDES QUANTITATIVES SUR LES ÂGES
DES DÉFUNTS EN LUSITANIE*
“Conimbriga” XXXIX (2000) p. 275-284

RESUMO: Uma análise quantitativa das inscrições funerárias da Lusitânia romana permite levantar duas questões acerca do significado da menção da idade dos defuntos.

Em primeiro lugar, considera-se a hipótese de R. Sailer e B. Shaw, segundo a qual os epitáfios de menores de dez anos seriam mais numerosos nas regiões em que se registasse uma forte representação de memórias postas pelos pais aos filhos. O Autor mostra que, na Lusitânia, apesar de tais monumentos serem proporcionalmente mais abundantes que em Roma, a proporção de epitáfios a crianças é muito modesta. Os testemunhos lusitanos refutam, pois, essa hipótese.

Analisa-se, depois, a extensão do analfabetismo na Lusitânia, na medida em que, na opinião do Autor, o arredondamento da idade seria disso um sintoma evidente. Ressalta, assim, que a proporção de idades arredondadas - e, por consequência, a extensão do analfabetismo - é bem maior na Lusitânia oriental que nos dois *conventus* atlânticos. Evidencia-se, além disso, o equívoco de R. Duncan-Jones, que, ao estudar o analfabetismo provincial, se não apercebeu de que cada região da Península Ibérica apresenta diferentes índices de arredondamento das idades.

RÉSUMÉ: Des analyses quantitatives de l'épigraphie lusitanienne nous permettent d'aborder deux questions sur la signification des âges enregistrés sur les épitaphes romaines.

D'abord, on met à l'épreuve une hypothèse de R. Sailer et B. Shaw, que les épitaphes de personnes âgées de moins de dix ans seront plus nombreuses dans des régions avec une forte représentation de commémorations faites par des parents à ses enfants. L'auteur montre qu'en Lusi-

tanie, bien que la proportion de commémorations descendantes soit plus haute qu'à Rome, la proportion d'épithaphes infantiles est très modeste. Alors, l'évidence lusitanienne réfute cette hypothèse.

Ensuite, l'auteur examine l'étendue de l'analphabétisme en Lusitanie, dans la mesure où cela se révèle dans l'arrondissement des âges sur les épithaphes. Il ressort que la proportion d'âges arrondis, et d'ici l'étendue de l'analphabétisme, est bien plus forte dans la Lusitanie orientale que dans les deux *conventus* atlantiques. On met en évidence aussi la méprise de R. Duncan-Jones, qui en étudiant l'analphabétisme provinciale n'a pas aperçu que chaque région de la Péninsule Ibérique aurait un différent indice d'arrondissement des âges.

AETATES MORTVORVM: ÉTUDES QUANTITATIVES SUR LES ÂGES DES DÉFUNTS EN LUSITANIE

Dans son ouvrage *Péri makrobion* (“Sur ceux qui ont eu la vie longue”), écrit à l’époque d’Hadrien, Phlegon de Trallès enregistre sept personnes de la Lusitanie qui ont atteint l’âge de cent ans: trois d’*Interannia* deux de *Conimbriga*, un d’*“Apeilokarios”* (*Abelterium*) et un d’*“Aibourobisynesia”* (*IEburobrittium*)^{1 2}. Cet intérêt antique à la durée de la vie se reflète encore dans l’enregistrement de l’âge des défunts sur les épitaphes de la Lusitanie, qui nous apportent non seulement des exemples additionnels de centenaires (voir Table I), mais aussi des données utiles sur toute la série des âges. Bien que ce témoignage ne nous fournisse pas un vrai échantillon démographique - en raison de l’inégalité de la distribution géographique et chronologique des inscriptions, la pénurie d’épitaphes d’enfants, de pauvres et d’esclaves, et l’inexactitude des âges³ - il est néanmoins susceptible d’analyses qui peuvent éveiller l’intérêt des étudiants de l’histoire sociale. Dans cet article, en suivant les méthodes développées par d’autres savants, nous nous servirons des âges sur les inscriptions pour examiner deux aspects de la société lusitanienne: l’importance de la famille nucléaire, et la relation entre l’arrondissement des âges et l’analphabétisme.

¹ Hellénisée par Phlegon en *“Interamnesia”*, ceci doit être le chef-lieu des *Interannienses* (Pline, *Nat. hist.*, 4.118; *CIL*, II, 760 (attestation comme *municipiuni*)\ *HEp.*, 1, 210), dans la région de Viseu.

² F. JACOB Y, *Die Fragmente der griechischen Historiker*, tome II, Leyde, 1962, p. 1187.

³ Voir C. GARCIA MERINO, *Población y poblamiento en Hispania romana: El conventus cluniensis*, Valladolid, 1975, pp. 10-14.

1. Les âges et la famille nucléaire

Il y a quelques années, R. Saller et B. Shaw ont modifié d'une manière importante le modèle traditionnel de la famille étendue à Rome, en montrant à partir des inscriptions funéraires que la plupart des commémorations traitent de la famille nucléaire (un homme, sa femme et leurs enfants). Parmi la population civile de Rome et de l'Italie, par exemple, entre 72% et 79% des commémorations appartiennent à ce type. Dans les provinces hispaniques, le chiffre est même plus haut, 83%⁴. En dedans de la famille nucléaire, Saller et Shaw ont distingué des commémorations conjugales (entre des époux), descendantes (d'un parent ou des deux parents à son enfant), ascendantes (d'un enfant à son parent) et fraternelles (entre frères et sœurs). Encore selon les calculs de Saller et Shaw, les commémorations descendantes représentent 37% des commémorations nucléaires de sénateurs et de chevaliers, 33% parmi les ordres inférieurs à Rome, et entre 22% et 43% dans les provinces (36% en Hispanie). Des chiffres que nous avons computed pour la Lusitanie sont pratiquement les mêmes que Saller et Shaw ont constatés pour la Péninsule Ibérique dans son ensemble: 82% des commémorations funéraires sont de type nucléaire, et parmi ces inscriptions nucléaires, 37% sont des commémorations descendantes⁵.

Un autre indice de l'importance de la famille nucléaire est fourni, selon Saller et Shaw, par les âges des défunts. Ces auteurs ont remarqué que dans des échantillons où il y a une haute proportion de commémorations descendantes, il y a une plus grande tendance à commémorer les enfants de moins de dix ans. Par exemple, parmi les basses classes à Rome, où les commémorations descendantes représentent 33% des exemples de la famille nucléaire, 39% des personnes dont l'âge est connu sont des enfants de moins de dix ans. Par contre, en Narbonnaise, où seulement 24% des commémorations nucléaires sont du type descendant, seulement 23% des âges préservés représentent de tels enfants⁶.

⁴ R. SALLER et B. SHAW, Tombstones and Roman family relations in the Principate: Civilians, soldiers and slaves, *Journal of Roman Studies*, 74, 1984, pp. 147-148.

⁵ L. A. CURCHIN, La famille lusitano-romaine, *Actas de la IV Mesa Redonda de la Lusitania romana (Mérida, 2-4 de marzo de 2000)*, à paraître.

⁶ SALLER et SHAW, art. cit., pp. 137-138.

Alors, en Lusitanie, où les relations descendantes représentent 37% des commémorations nucléaires, on doit anticiper - si l'argument de Saller et Shaw est solide - que 40% ou plus des âges seront inférieurs à dix ans. Mais au contraire, de tels âges ne représentent que 9-10% de l'échantillon lusitanien, dans n'importe quel *conventus* (Table I)⁷. Ce résultat inattendu paraît réfuter la théorie de Saller et Shaw; la tendance prétendue qu'ils ont aperçue à Rome et en Gaule méridionale doit donc être un effet de coïncidence. La situation en Lusitanie pourrait se comparer avec ce que l'on a trouvé dans les cimitières pré-romaines dans la plupart du monde celtique, c'est-à-dire que les jeunes enfants sont peu représentés, ce qui pourrait suggérer que de tels enfants étaient vus en tant qu'une catégorie spéciale qui ne recevraient pas les mêmes rites funéraires que les adultes ⁸.

Bien sûr, la distribution des âges dans les inscriptions ne nous offre pas de profil de la durée de la vie. L'on a estimé raisonnablement que dans le monde romain, la moitié des enfants sont morts sans achever les dix ans; alors, les indications d'âge dans l'épigraphie funéraire ne représente pas l'état réel de la mortalité antique⁹. En Lusitanie, évidemment, une grande partie des morts infantiles ne sont pas enregistrées sur les inscriptions, soit à cause des frais d'une pierre tombale, soit à cause d'une croyance qu'une épitaphe n'est pas nécessaire pour ce qui n'est pas arrivé à l'état adulte. Exceptionnellement, certes, il y avait des monuments plus chers - par exemple, la grande *cupa* en mar-

⁷ Pour des raisons que l'on a discutées ailleurs (J. FRANCISCO MARTIN, Cuestiones en tomo al limite occidental de la Bética, *Actas del I congreso de historia de Andaluci'a: Fuentes y metodologi'a, Andaluci'a en la Antigüedad*, Cordoue, 1978, pp. 179-185; J. ALARCÃO et autres, Propositions pour un nouveau tracé des limites anciennes de la Lusitanie romaine, *Les villes de Lusitanie romaine: Hiérarchies et territoires*, Paris, 1990, pp. 325-327; J. D'ENCARNAÇÃO, Epigrafia romana de Moura, *Moura na época romana*, Moura, 1990, p. 41) j'ai inclus les *concelhos* de Serpa et Moura dans le *conventus* Pacensis, et les districts de Guarda et Castelo Branco dans le *conventus* Emeritensis. Toutefois il faut signaler que, faute de critères décisifs, les limites de *conventus* ne peuvent être qu'approximatifs.

⁸ T. CHAMPION, Power, politics and status, *The Celtic world*, éd. M. J. GREEN, Londres et New-York, 1995, p. 90.

⁹ S.M. TREGGIARI, *Roman marriage*, Oxford, 1991, p. 398; B. BOY AVAL, Épigraphie antique et démographie: Problèmes de méthode, *Revue du Nord*, 59, 1977, pp. 163-191.

ble de Cogitata, âgée de cinq ans, qui provient probablement des environs de *Myrtilis* - mais la plupart des enfants morts en manquaient¹⁰.

En regardant seulement les commémorations de parents à ses enfants (Table II), nous voyons qu'au *conventus* Emeritensis 52% des âges sont ceux d'enfants (19%) ou de jeune adultes inférieurs à vingt ans (33%). Par contre, 71% des défunts de Pacensis, et 63% de ceux de Scallabitanus, ont vingt ans ou plus. Ces résultats ne veulent pas dire que la durée de la vie était beaucoup plus courte au *conventus* de Mérida. Plutôt ils indiquent une plus forte tendance dans l'Emeritensis à commémorer des petits enfants et des adolescents. D'ailleurs, dans tous les *conventus* il y a un grand nombre de jeunes adultes de moins de trente ans. Des historiens de la famille ont déjà remarqué que, du point de vue des parents, la mort de ces jeunes gens était particulièrement triste, parce qu'en survivant l'enfance ils avaient donné aux parents un faux espoir qu'ils vivraient longtemps ⁿ. Alors il y avait une tendance prononcée à leur faire une commémoration.

2. Les âges et l'analphabétisme

Dans une étude célèbre, R.P Duncan-Jones a montré qu'il se passe souvent que des personnes analphabètes ignorent leur âge exact. L'analphabétisme se révèle donc quand un nombre disproportionné d'âges enregistrés sur des épitaphes sont divisibles par cinq, ce qui indique que de tels âges sont des approximations¹². D'ailleurs, Duncan-Jones a constaté que des âges arrondis se trouvent dans l'épigraphie romaine de la Péninsule Ibérique plus fréquemment qu'en Italie ou en Gaule, mais moins fréquemment que dans les provinces rhéniennes et danubiennes¹³.

¹⁰ J. D'ENCARNAÇÃO, *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, n.º 105.

¹¹ S. DIXON, *The Roman family*, Londres et Sydney, 1988, p. 100; S. L. DYSON, *Community and society in Roman Italy*, Baltimore et Londres, 1992, p. 182.

¹² L'approximation des âges peut se révéler aussi par la phrase *plus minus*, qui se trouve parfois en Lusitanie: ENCARNAÇÃO, *Inscrições*, n.º 23 et 134; ILLER, n.º 3678. Même quand une épitaphe, avec un âge divisible par cinq, mentionne le nombre de mois et de jours que le défunt a vécu, ceci ne prouve pas que le nombre d'ans est exact. On pourrait savoir la date de son anniversaire, sans savoir l'an de sa naissance.

¹³ R.P. DUNCAN-JONES, Age-rounding, illiteracy, and social differentiation in the Roman Empire, *Chiron*, 7, 1977, pp. 333-353.

L'étude de Duncan-Jones est très importante, mais ses résultats pour les provinces hispaniques sont quelque peu trompeurs, parce qu'il tient la Péninsule pour une région homogène. Au contraire, le taux d'analphabétisme doit être moins fort dans les zones bien romanisées, par exemple la Bétique et la Catalogne, et plus fort dans les zones écartées. Ainsi que nous avons indiqué dans un article précédent, la tendance à arrondir les âges est beaucoup moins marquée à *Tarraco*, et beaucoup plus marquée en Celtibérie, que dans la Péninsule en moyenne ¹⁴. Alors, on peut s'attendre qu'en Lusitanie aussi, l'étendue de l'arrondissement des âges, et par conséquent de l'analphabétisme, diffèrera de celle que Duncan-Jones a calculée pour l'Hispanie généralement. Mais est-ce que le degré d'arrondissement d'âges en Lusitanie sera plus grand ou plus petit que la moyenne péninsulaire?

Pour résoudre cette question, nous avons suivi la formule utilisée par Duncan-Jones, en excluant les âges d'enfants, d'adolescents et de personnes âgées. Pour chaque décade entre les âges 23-62 il faut calculer le pourcentage d'âges divisibles par cinq. Ensuite, on prend la moyenne de ces quatre pourcentages. Pour trouver la déviation d'une distribution normale (où 20% des âges seraient divisibles par cinq), il faut soustraire 20 de cette moyenne et multiplier par 1,25. Ces calculs nous donnent un indice d'arrondissement des âges, sur une échelle de 0-100.

Pour la Péninsule en totalité, Duncan-Jones a calculé un indice d'arrondissement de 56,6% pour les hommes et 58,4% pour les femmes. (L'indice féminin est normalement plus haut que le masculin, parce qu'en général les garçons recevaient une meilleure formation.) En Lusitanie, par contre, les indices sont sensiblement plus hauts: 64,3% pour hommes, 66,1% pour femmes (Table III). Ces chiffres suggèrent fortement un taux d'analphabétisme assez haut en Lusitanie (mais plus bas qu'en Celtibérie, où les indices correspondants sont de 73,5% et 74,6%). Même dedans la Lusitanie, on trouve entre les trois *conventus* des indices différents, qui nous apportent une surprise. On aurait s'attendre à un taux d'arrondissement plus bas dans le *conventus* Emeritensis, où se trouva la capitale provinciale. Au contraire, les indices pour Emeritensis sont de 69,4% et 71,4%, les plus hauts de la province, tandis que Pacensis et Scallabitanus ont des indices assez

¹⁴ L. A. CURCHIN, Literacy in the Roman provinces: Qualitative and quantitative data from central Spain, *American Journal of Philology*, 116, 1995, pp. 471-472.

proches des moyennes hispaniques calculées par Duncan-Jones. Ces chiffres suggèrent que l'analphabétisme était plus prononcé dans L arrière-pays de la province que dans les zones littorales.

En regardant les indices urbains et ruraux (Table III), on voit que l'arrondissement des âges était plus commun dans les campagnes que dans les villes, surtout pour les hommes (une différence de presque dix pour-cent entre hommes urbains et ruraux), ce qui s'expliquerait par un plus haut degré de romanisation et d'éducation dans le secteur urbain. Dans la campagne, par contraste, l'indice masculin est tellement haut, qu'il surpasse même l'indice féminin. On trouve aussi un indice féminin très bas dans Pacensis, qui pourrait cependant s'attribuer à la petitesse de l'échantillon.

3. Conclusions

Ces deux études quantitatives des âges en Lusitanie romaine ont eu des résultats significatifs. D'une part, les données pour la Lusitanie réfutent par exemple l'hypothèse de Saller et Shaw, que les épitaphes d'enfants de moins de dix ans sont plus fréquentes dans les régions avec une prépondérance de commémorations descendantes. Néanmoins, la forte proportion de telles commémorations confirme l'importance de la famille nucléaire en Lusitanie.

D'autre part, les indices d'arrondissement des âges, et par conséquent le taux d'analphabétisme, dans le *conventus* de Mérida sont beaucoup plus hauts que les indices pour l'Hispanie publiés par Duncan-Jones. Ces résultats paraissent refléter la romanisation incomplète des Vetton. Par contre, le taux d'arrondissement est assez modeste dans les deux *conventus* côtiers.

TABLE I - *Commémorations funéraires: âge du défunt*

	<i>Pacensis</i>		<i>Scallabitanus</i>		<i>Emeritensis</i>	
<i>ans</i>	N	%	N	%	N	%
0-9	26	9	22	9	98	10
10-19	36	13	46	19	117	12
20-29	55	20	66	27	179	19
30-39	56	20	42	17	128	13
40-49	24	9	23	9	86	9
50-59	31	11	16	6	136	14
60-69	22	8	19	8	103	11
70-79	12	4	10	4	63	7
80-89	12	4	2	1	36	4
90-99	2	1	0	0	5	1
100-109	0	0	2	1	6	1
	276	100	248	100	957	100

TABLE II - *Commémorations descendantes: âge du défunt*

	<i>Pacensis</i>		<i>Scallabitanus</i>		<i>Emeritensis</i>	
<i>ans</i>	N	%	N	%	N	%
0-9	4	11	12	13	24	19
10-19	7	19	22	24	41	33
20-29	18	49	35	38	39	31
30-39	8	22	18	19	17	14
40-49	0	0	5	5	3	2
50-59	0	0	1	1	1	1
	37	100	93	100	125	100
0-19 total	11	30	34	37	65	52
20-59 total	26	71	59	63	60	48

TABLE III - *Arrondissement des âges en Lusitanie**(Le nombre d'exemples dans V çchantillón s'indique entre parenthèses)*

	índice d'arrondissement: HOMMES	índice d'arrondissement: FEMMES
Pacensis	56,8 (75)	53,3 (69)
Scallabitanus	55,1 (73)	60,9 (60)
Emeritensis	69,4 (268)	71,4 (225)
domaine urbain	59,6 (214)	66,1 (182)
domaine rural	69,1 (202)	67,3 (172)
toute Lusitanie	64,3 (416)	66,1 (354)

MARIA PILAR DOS REIS

Mestranda de Arqueologia. Universidade de Coimbra.

O PREÇO DE ENTRADA NAS TERMAS DE VIPASCA:

UM ASSE AS MULHERES, MEIO ASSE OS HOMENS.

“Conimbriga” XXXIX (2000) p. 285-292

RESUMO: Questiona-se o facto de as mulheres pagarem mais que os homens para entrarem nas termas de *Vipasca*, consoante consta do respectivo regulamento mineiro, ao tempo dos Romanos. A Autora considera que isso nada tem a ver com uma eventual discriminação sexual, mas sim preferentemente com o horário estipulado e com a necessidade de compensar, dessa forma, o *conductor* das grandes despesas que a exploração das termas necessariamente acarretava. Chamando à colação exemplos doutras termas do Império romano, conclui-se que, apesar de tudo, se trata de um preço simbólico, pois as termas são um bem público; e frequentá-las, um símbolo de romanização.

RÉSUMÉ: On se demande pourquoi, selon le règlement qui nous est parvenu (CIL II5181 = IRCP 142), les femmes devaient payer de plus que les hommes pour fréquenter les *balnea* de *Vipasca*, un *vicus* minier au sud-ouest de la Lusitanie romaine (*conventus Pacensis*). L’auteur considère que cela n’a rien à voir avec une quelconque discrimination sexuelle mais tient en compte surtout l’horaire prévu et la nécessité de donner, en quelque sorte, une compensation financière au *conductor*, dont les dépenses pour maintenir les thermes en de bonnes conditions d’utilisation n’étaient pas négligeables. En donnant des exemples d’autres *balnea* de l’Empire, l’auteur met l’accent sur le fait qu’on a là, malgré tout, un prix symbolique, puisque les thermes étaient un bien public; et y aller souvent, un symbole de ‘romanisation’.

(Página deixada propositadamente em branco)

O PREÇO DE ENTRADA NAS TERMAS DE VIPASCA: UM ASSE AS MULHERES, MEIO ASSE OS HOMENS *

O terceiro capítulo da inscrição jurídica de urna das láminas de bronze de Vipasca, habitualmente designada por *Vipasca I* ou por primeira lei de Vipasca, é dedicado à exploração do balneário¹ - ver mapa de localização.

Vamos centrar a nossa atenção na terceira linha deste artigo (foto 1):

“O adjudicatário cobrará aos homens meio asse a cada um e um asse a cada mulher” *^{1 2}

Ou seja, para terem acesso ao interior das termas de Vipasca (ou Vipascum) e usufruir dos serviços mínimos, as mulheres deveriam pagar exactamente o dobro dos homens.

Certamente esta situação curiosa não existia por meras questões de machismo, mas encerra em si toda uma panóplia de situações que nos obrigará a fazer uma longa viagem. Poderemos, pois, começar por questionar-nos se a entrada de uma mulher nas termas de Vipasca seria cara ou barata.

Será Pompeia a dar-nos esta preciosa informação, se nos debruçarmos sobre a economia doméstica de um pompeiano do séc. I.

Através do estudo dos grafitos de Pompeia³ sabemos que uma lucema ou um prato custavam tanto como entrar nas termas de Vipasca, ou seja, 1 asse; mas, por exemplo, um copo vulgar já custava 2 asses. Ainda mais interessante é o custo da lavagem de uma túnica: 1 denário,

* Este texto corresponde a um trabalho realizado para a disciplina de Sociedade e Demografia na Hispânia Romana, no Mestrado em Arqueologia Romana da Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. Contou com a orientação do Prof. José d'Encarnação, ao qual agradeço a liberdade das palavras.

¹ Esta tábua de bronze foi encontrada em 1876 entre as escórias de minério de cobre proveniente da mina de Algares, Aljustrel.

² Encarnação, 84.

³ Étienne, 92 ; CIL, IV, 5380.

ou seja, 4 sestércios, isto é, 16 asses. E se esta informação não bastar podemos ainda recorrer a um outro valioso texto, também proveniente de Pompeia: trata-se de uma espécie de livro de contas, que descreve com certa minúcia as despesas feitas por um indivíduo durante nove dias consecutivos⁴ para atender às necessidades de uma família com um escravo.

O gasto de pão diário oscilava entre os 8 e os 2 asses, sendo este último valor a quantia que o patrão gastava em pão para o seu escravo. Este homem tinha uma despesa diária de 25 asses, na qual curiosamente não parecem estar incluídas despesas nos banhos da cidade. Sendo assim, e tendo presente que a entrada nas termas públicas de Roma custava quatro vezes menos que a de Vipasca, a entrada das mulheres nas termas desta povoação lusitana não representaria uma despesa muito significativa no gasto diário de uma família. De qualquer maneira, as mulheres talvez não visitassem as termas diariamente; no entanto, os homens, e tendo em atenção a profissão mais comum em Vipasca, seriam os mineiros frequentadores mais assíduos dos estabelecimentos termais. Para reforçar esta ideia, Domergue⁵ dá-nos o exemplo de um outro cuto mineiro, o de Alburnus Maior, na Ásia Menor, onde um mineiro ganhava entre 2 a 3 sestércios por dia, ou seja, 8 a 12 asses. Claro que o mineiro de Alburnus Maior não pode suportar os gastos da família de Pompeia, mas a ida às termas era encarada como um dever e uma necessidade.

Mas se o preço de acesso às termas aqui praticado se pode considerar elevado, em relação aos preços praticados em Roma, devemos também sublinhar que nem os libertos nem os escravos imperiais nem as crianças nem os soldados da guarnição sediada em Vipasca pagavam entrada (1. 4), o que reduz substancialmente o número de pagantes.

Podemos abordar o assunto de um outro ponto de vista: o do *conductor* do balneário, isto é, da pessoa que aluga o balneário para a sua exploração. Por outras palavras: quanto poderia ganhar ele com este negócio e quais os custos de manutenção e funcionamento das termas?

Começamos pelas matérias-primas.

Para o normal funcionamento das termas, são necessários dois bens essenciais: a água e a lenha. Da primeira, sabemos apenas que o arrendatário deverá manter um nível determinado de água e que esta

⁴ CIL, IV, 4227.

⁵ Domergue, 83.

deve ser abundante. Mas a lenha representa um problema mais bicudo. Num couto mineiro, a lenha é extremamente importante e indispensável; de tal forma ela era essencial que, se o *conductor* a vendesse “ilegalmente”, lhe seria aplicada uma multa (1. 10: de cem sestércios). A lenha é urna das despesas fixas que o *conductor* deve suportar e o seu preço não seria muito baixo, pois de facto o montante dessa é bastante elevado. Na verdade, a lenha constitui, nalguns casos, objecto de ofertas públicas, enquadráveis no pagamento da *summa honoraria*, tal como fez Plínio-o-Jovem, que ofereceu, para além dos 300 000 sestércios para a decoração das termas da sua cidade natal (Comum), um adicional de 200 000 sestércios para a sua manutenção e funcionamento - sem dúvida, um exemplo máximo de munificência privada.

Mas, se a lenha era cara, o abastecimento de água também não deixaria de ser relevante fonte de despesas. Há também que pensar no que significariam para o orçamento do *conductor* a manutenção das tubagens e do revestimento das piscinas, assim como os (certamente) inúmeros “desastres” provocados pelo uso diário do edifício. Ou seja, o dinheiro que os utilizadores das termas pagavam não seria suficiente para abarcar todas estas despesas, muito menos para conseguir tirar algum lucro.

Contudo, nas termas públicas - e essa é obviamente a tipologia das termas referidas na lâmina de bronze de Vipasca — existiam outros serviços que poderiam tornar, em linguagem actual, o negócio rendível: massagens, as depilações, unção e venda de óleos perfumados, aluguer de toalhas e túnicas - tudo, enfim, serviços não incluídos no preço de entrada.

Se considerarmos que as termas são complexos multifuncionais e que nelas se encerram quase todos os aspectos da vida social urbana, podemos recorrer a exemplos como os demonstrados pelas termas de Pompeia (concretamente as Termas Centrais) ou pelas Termas de Neptuno em Óstia. Estas últimas constituem um edifício canónico: a frente sul, virada para o *decumanus*, era ocupada por um alinhamento de *tabernae*, abertas para a rua e para a parte interna da palestra. Este é, certamente, mais um exemplo de termas cedidas mediante contrato, concessionadas tal como em Vipasca, e seria o arrendamento das *tabernae* a verdadeira fonte de receitas do concessionário, para fazer face ao “preço político” da entrada. E se tivermos em conta o horário tardio que os homens praticavam, não deveremos descurar também a possibilidade de venda de alimentos ou de vinho.

Podemos, pois, concluir que não terão sido razões estritamente económicas as que levaram à promulgação de um preço superior para as mulheres; talvez uma questão de equilíbrio.

Com efeito, a condição social da mulher na sociedade romana não justifica esta diferença. A mulher é, nalguns casos, uma *civis romana*; no entanto, devemos pensar que um coute mineiro romano teria, muito provavelmente, uma composição social algo diferente de uma cidade normal.

Uma outra justificação poderá ser encontrada no horário praticado: efectivamente, eram as mulheres que tinham direito a um tempo de permanência mais longo.

No caso das termas de Vipasca - e como era a prática mais comum no resto do Império - optou-se por horários diferentes para as mulheres e os homens: elas de manhã, eles à tarde. Ficava, assim, salvaguardada a separação entre ambos os sexos. De facto, as unidades separadas são casos excepcionais no Império, sendo um dos exemplos mais citados os das Termas Stabianas de Pompeia.

Esta preocupação em dividir os espaços prende-se sobretudo com factores de ordem moral e de tal forma assim foi que, no século II, é promulgada uma lei a determinar a separação por sexos. Da iniciativa de Adriano, foi mais tarde confirmada por Marco Aurélio ⁶. É que as mulheres que frequentavam os banhos públicos juntamente com os homens não gozavam de grande reputação. Isso passava-se, por exemplo, nas termas de Caracala, em Roma, onde uma parte do percurso termal era comum, mais concretamente, as piscinas do *frigidarium*. Sendo assim, a maior parte das mulheres preferia utilizar balneários privados ou termas em que a sua reputação não viesse a sofrer qualquer mácula.

Voltando a Vipasca, deparamos, portanto, com a estipulação explícita destes horários, de acordo com as determinações do procurador das minas. As mulheres (1. 1) poderiam aceder desde o raiar da manhã (6 ou 8 horas) até à sétima hora (cerca do meio-dia); os homens, desde a hora oitava (13 horas) até à segunda hora da noite (18 horas).

Das 6 às 7 e entre o meio-dia e a uma, o estabelecimento permanecia encerrado aos utentes, seguramente por razões de limpeza. Ou seja, as mulheres tinham acesso num intervalo de seis a oito horas, enquanto os homens tinham direito a umas cinco horas apenas. Curioso

⁶“Lavacra pro sexibus separavit” (SHA, *Adriano*, 18, 10 e SHA, *Marcus Aurelius*, 33, 8). Esta lei foi abolida por Heliogábalo (SHA, *Heliogábalo*, 31,7).

o facto de ser referido na inscrição o horário estival, pois geralmente a hora oitava corresponde a esse período do ano, enquanto que, tratando-se do Inverno, se tomava como indicativa a hora nona.

Mas essa diferença horária não justifica inteiramente a desigualdade de preço, pois - ainda supondo que é necessária mais lenha para aquecer os banhos no horário matinal, visto que devem funcionar por mais uma ou duas horas - o horário masculino teria que ser enriquecido com iluminação artificial, ao menos nas últimas horas, o que seria mais uma despesa para o *conductor*.

Em jeito de conclusão, podemos, pois, afirmar que nestas termas públicas de Vipasca se estabeleceu uma diferença de preço de entrada segundo os sexos por questões de equilíbrio nas receitas do *conductor*. Mas o preço não deixa de ser simbólico: afinal, é um bem público e um símbolo de romanização.

Não há uma intenção de “sobrecarregar” as despesas femininas. Aliás, as informações que temos da povoação de Vipasca - ou mais concretamente, destas termas - são-nos fundamentalmente fornecidas pelas inscrições, uma vez que não temos, por enquanto, provas arqueológicas da existência deste edifício e, muito menos, da sua planta ou dimensão.

Não devemos, contudo, desprezar uma outra questão: é que certamente existiriam outros estabelecimentos termais e talvez este fosse o único de carácter público. Não o sabemos, mas deveriam existir também termas privadas, os *balnea*, pertencentes às casas mais abastadas, onde uma percentagem de mulheres poderia deleitar-se com os prazeres do banho... sem pagar um asse!

Bibliografia

- ALARCÃO, A. M. (direcção de) (1997) - *Portugal Romano. A Exploração dos Recursos Naturais*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.
- DOMERGUE, C. (1983) - “La mine antique d’Aljustrel (Portugal) et les tables de Bronze de Vipasca”, *Conimbriga*, XXII, p. 1-205
- Dosi, A. e SCHELL, F. (1992) - *Spazio e Tempo*. Vita e Costumi dei Romani Antichi, n.º 14, Museo della Civiltà Romana, Ed. Quazar, Roma.
- DUBY, G. e PERROT, M. (1994) - *Storiadelle Donne. VAntichità*, Ed. Laterza, Bari.
- ENCARNAÇÃO, J. d’ (1984) - *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Coimbra.

- ÉTIENNE, R. (1992) - *La Vita Quotidiana a Pompei*, Mondadori Editore, Milano.
- NIELSEN, I. (1990) - *Thermae et Balneae*. The Architecture and Cultural History of Public Baths, Aarhus University Press.
- PAVOLINI, C. (1996) - *La Vita Quotidiana a Ostia*, Edizioni Laterza Económica, Bari.
- YEGUL, K. F. (1992) - *Baths and Bathing in Classical Antiquity*, The MIT Press, Cambridge.

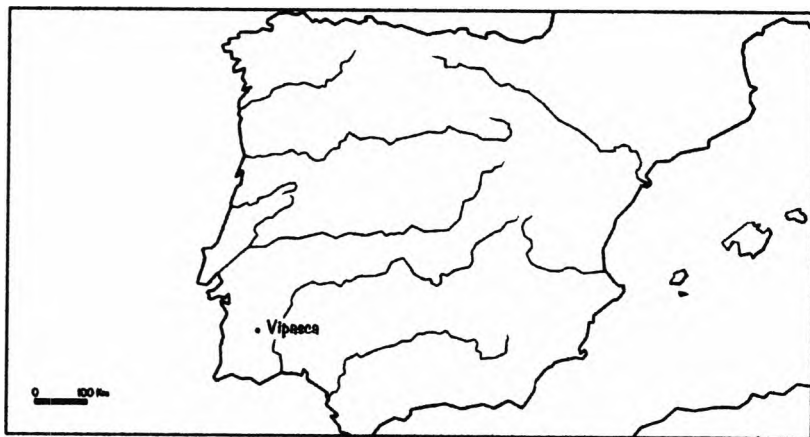


FIGURA 1 - Mapa de localização de *Vipasca*.



FOTO 1 - Pormenor da inscrição de *Vipasca I* (face não aproveitada) com a determinação aqui comentada.

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

MICHEL GRAS, *O Mediterrâneo Arcaico*, Lisboa, Teorema, 1998, 275 pp. ISBN: 972-695-342-1.

O Mediterrâneo Arcaico, de Michel Gras, publicado em Paris, na Armand Colin, em 1995, aparece agora, em tradução de Telma Costa, na Coleção Teorema - Série Especial. Procura fazer a história desse mar até ao século V a. C., em especial os séculos VIII, VII e VI. Depois de breve introdução em que refere as principais dificuldades derivadas da escassez das fontes e do seu afastamento temporal dos factos que relatam, aborda os aspectos mais significativos do mar Mediterrâneo em seis capítulos:

No capítulo primeiro, “Paisagens” (pp. 17-41) alude ao modo como os antigos, em especial os Gregos da época arcaica, representavam o mundo; chama a atenção para o contributo dos périplos no conhecimento das terras dos mares distantes e para o modo como eram medidas as distâncias; refere os principais cabos e promontórios, estreitos e istmos, ilhéus, faróis, navios, peixes, territórios e fronteiras marítimas, salinas e sal.

Em “Percursos” (pp. 43-87) fala das cidades fenícias e do Levante, das principais regiões gregas (Eubeia, Corinto, Atenas, Egina e Mégara, Mar Egeu, Íónia e Rodes, Mar Negro, delta do Nilo e Náucratis, Esparta, Creta, Cirene, Mar Adriático), de outras regiões do Mediterrâneo (Cartago, Itália do Sul e Sicília, Mar Tirreno, cidades etruscas e Roma, Marselha, Sardenha, Andaluzia).

O capítulo terceiro, a “Memória” (pp. 89-117), aponta como os factos e saber se conservaram na memória dos homens: os arquivos e sacerdotes, as genealogias e as histórias locais, os Poemas Homéricos, os relatos míticos (Melcarte, Hércules/Hércules, Jasão e os Argonautas, Eneias e a fundação de Roma), recordações individuais e memória colectiva, eclipses e calendários, arqueologia e cronologia.

No capítulo “Território” (pp. 119-155), analisa a insalubridade dos locais; alude à demografia, dando como exemplos as populações da colónia de Hímera na Sicília, de Atenas e da Ática, das cidades ideais segundo Hipodamo; fala de urba-

nismo, de fundações de cidades, da terra, dos santuários, da presença dos deuses e de Olímpia como espelho do mundo mediterrânico.

Em “Valores” (pp. 157-192), fala do aperfeiçoamento do alfabeto fenício e da sua transmissão e difusão; da prática da leitura e da dádiva, do casamento, da hospitalidade, dos banquetes, do luxo, da aristocracia, da aculturação; realça o valor dos metais, chamando a atenção para a sua hierarquia, uso nas armas e utensílios, para as grandes regiões mineiras, as oferendas de metal e o entesouramento, o aparecimento da moeda, o sistema de pesos e moedas.

Por fim, o capítulo “Circulação” (pp. 193-241) aborda as vias comerciais, os *emporía* ou entrepostos de transacções, os naufrágios, a construção naval, as ânforas e o comércio do vinho e do azeite, as expulsões, os exílios, as emigrações, os mercenários, as guerras constantes.

Fecha o livro uma breve conclusão e valorizam-no uma cronologia, uma bibliografia, um índice temático e vários mapas.

Pelo assunto e pela variedade de temas, é um belo instrumento de trabalho para os estudantes das Civilizações Clássicas e Pré-clássicas e para todos aqueles que têm de lidar com os povos e culturas que marginaram aquele mar que os Romanos transformaram em “mare nostrum”.

Infelizmente, uma tradução que não foi feita com o cuidado devido retira-lhe parte desse valor. Além de nenhum dos mapas ter sido traduzido (pp. 5, 56, 61, 65, 75, 211, 275), é extensíssima a lista de topónimos e etnónimos que aparecem deturpados ou mal acentuados. Dou apenas alguns exemplos: Ferécidas (p. 11), em vez de Ferecides; Ténare (p. 22) por Ténaro; Filocteto (p. 22) por Filoctetes; Cirena (pp. 29, 44, 67) por Cirene; Abila (p. 25) por Ábila; Mar da Marmara (pp. 26, 59) por Mar da Mármara; Mandrocles (p. 26) por Mândrocles; Cnida (p. 28) por Cnidos ou Cnido; Sostratos (p. 33, 53) por Sóstratos ou Sótrato; Halis (p. 38) por Hális; Atique (pp. 39, 41) por Útica; Veies (p. 39) por Veios; Macris e Caleis (p. 47) por Mácris e Cálcis; Toroné (pp. 47, 54) por Torone; Típselos, Epídame, Anactorion e Portideia (p. 48) por Cipselo, Epidamno (cf. tb. p. 71), Anactorio e Potideia; Demarate (p. 49) por Demarato; Miltiades (pp. 51, 55) por Milcíades; Naupacta (p. 51) por Naupacto; Fôcia (pp. 57, 58, 62) por Focéia; Lampsaca (pp. 59, 62, 63, 64) por Lâmpsaco; Hipponax (p. 95) por Hipónax; e muitos outros.

E tão fácil seria evitar essas deficiências e deformações. Bastaria uma consulta ao *Vocabulário da Língua Portuguesa*, de Rebelo Gonçalves. Mas não foi feita, e o resultado está à vista: nomes estropiados e mal acentuados.

JOSÉ RIBEIRO FERREIRA

PIERRE CARLIER, *Homère* (Paris, Fayard, 1999). 415 pp., ISBN 2-213-60381-2

O *Homère* de Pierre Carlier, com uma introdução, seis capítulos, seis anexos, bibliografia e índices, fornece-nos a análise dos Poemas Homéricos pela perspectiva de um historiador.

A “Introdução” (pp. 7-21) alude à tradição biográfica sobre Homero, aduzindo os testemunhos antigos, sem esquecer as críticas de Xenófanos, de Platão, entre outros; refere as principais interpretações dos Poemas; expõe brevemente a questão homérica, suscitada pelo livro de Friedrich August Wolf, *Prolegómenos a Homero* (1850), e sublinha a tese da improvisação oral de Milman Parry e A. B. Lord e a importância dos epítetos e das fórmulas.

Indica alguns dos objectivos do livro, explicitando que procura responder a perguntas como: «Quel est le sens de l'expression “la mer vineuse”? Pourquoi Achille a-t-il repoussé l'offre de réconciliation d'Agamemnon, au chant IX de *Ylliadel* La guerre de Troie a-t-elle eu lieu? Les usages matrimoniaux décrits par Homère sont-ils cohérents, sont-ils vraisemblables, correspondent-ils à une réalité historique?» (p. 16). Conclui a “introdução” com a afirmação de que o objectivo principal do livro é examinar em que medida os Poemas Homéricos podem ser utilizados como fontes históricas (p. 20).

De acordo com os objectivos propostos, o capítulo 1, intitulado “Do mundo micénico às cidades arcaicas” (pp. 23-80), vai abordar o cenário, as sociedades e as épocas que podem estar subjacentes à *Iliada* e à *Odisseia*: fala da Idade do Bronze no Egeu e da possível chegada dos “primeiros Gregos”, das escritas usadas nessa região, com saliência para o Linear B; da descoberta das civilizações minóica e micénica, das escavações de Schliemann; e faz uma breve análise das sociedades micénicas, da sua religião, da história política e do seu declínio. Por fim, alude, de forma sucinta, à Idade Obscura e aborda a “Chegada dos Dorios”, discutindo os dados da tradição sobre esses povos, o testemunho da Arqueologia, a tese de Chadwick de que os Dórios não vieram do exterior, mas se encontravam no mundo micénico.

O capítulo 2, “Génese e transmissão dos Poemas” (pp. 81-113), aborda a tradição oral que está na base da *Iliada* e da *Odisseia*, a composição desses dois poemas - que coloca nos fins do séc. IX ou inícios do séc. VIII -, a sua passagem a escrito e transmissão, para no fim focar a *vexata quaestio* da autoria dos poemas: um só aedo para a *Iliada* e para a *Odisseia* ou dupla autoria. É, no entanto, estranho que, a propósito da passagem a escrito dos Poemas, fale da existência do pergaminho na época arcaica (p. 96, nota 1).

Os capítulos 3 e 4 fazem a análise, respectivamente, da *Iliada* e da *Odisseia* (pp. 115-188 e 189-261), aludindo ao tempo narrado e tempo referido e dando-nos um resumo comentado de cada Canto, para o primeiro poema, e discutindo a estrutura do segundo, com saliência para os erros de Ulisses, a geografia implícita no poema, os conflitos em Ítaca e as ambições dos Pretendentes, os primeiros planos de Telémaco que denunciam já a sua emancipação, os enganos de Penélope

e o triunfo de Ulisses. Embora não deixe de abordar uma ou outra questão relacionada com a língua e estilo homéricos, estes dois capítulos tratam, acima de tudo, do resumo e exposição do conteúdo dos dois poemas.

Feita esta análise rápida da *Iliada* e da *Odisseia*, o cap. 5, intitulado “As sociedades homéricas” (pp. 263-320), vai abordar alguns dos aspectos mais significativos da sociedade homérica: o *oikos*, como célula social e económica; a hospitalidade, o casamento e outras ocasiões em que se procede à oferta ou troca de presentes; a vida política, em que alude às principais instituições, como o conselho e a assembleia, e faz a distinção entre *anax* e *basileus*; os privilégios reais - e do herói em geral —, como o *geras*, os banquetes, o *temenos* e outras dádivas; a religião, a guerra, o exercício da justiça (com realce para a cena do “Escudo de Aquiles”), as qualidades de um rei (coragem e inteligência). Trata-se de uma boa análise da sociedade e cultura dos palácios homéricos.

O capítulo 6, “Homero e a História” (pp. 321-355), é uma espécie de coroamento ou de conclusão dos anteriores, já que vai tentar responder às perguntas lançadas inicialmente. Após referir a consistência e coerência da sociedade homérica — «le tableau que dressent les poèmes homériques est d’une remarquable cohérence» (p. 323) —, sublinha que ela resulta, no entanto, de uma sobreposição e amálgama de épocas: «Les interprétations et réinterprétations de nombreuses générations d’aèdes sont parvenues à créer un amalgame presque parfait» (p. 323).

Analisa, em seguida, a historicidade da Guerra de Tróia, expondo sumariamente as escavações de Schliemann, as de Blegen e a cronologia proposta por este especialista; a oposição de Finley à identificação de Tróia com a cidadela descoberta na colina de Hissarlik; e o apoio que a tese da historicidade recebe dos dados das escavações de Manfred Korfmann. Apoio que também encontra nas informações dos documentos dos Arquivos Hititas sobre Tróia.

Faz alusão à cultura material dos Poemas que, em grande parte, coincide com a que nos foi revelada pela arqueologia micénica.

Por fim, conclui com o estudo de alguns aspectos das sociedades homéricas e sua comparação com as sociedades históricas: a utilização dos carros, a organização económica, os usos matrimoniais, a religião e a vida política que predominantemente situa no tempo do poeta (pp. 344-354).

Assim, das três tendências correntes sobre a historicidade da sociedade homérica - a que situa o essencial dela nos tempos micénicos, a que coloca essa sociedade na Idade Obscura (sécs X e IX a. C.) e a que a identifica sobretudo com a época do poeta -, o autor privilegia, portanto, a terceira.

Por conseguinte, toma-se explícita e lógica a conclusão deste estudo: apesar de não deixar de recordar que se devem ter em mente as características próprias da tradição épica, escreve que «l’historien peut utiliser les poèmes homériques comme sources historiques. *Oiliade* et l’*Odissée* sont des documents exceptionnels pour reconstruire l’histoire à court terme du haut archaïsme, pour retracer l’évolution à long terme qui conduit des royaumes mycéniens aux cités grecques classiques» (p. 355).

Trata-se de uma posição perigosa. E é-o tanto mais quanto as opiniões de historiadores e arqueólogos estão longe de serem concordantes, no que respeita à época em que se deve situar essa sociedade. Pessoalmente, estou mesmo convencido de que tem mais pontos de contacto com o mundo micénico do que com a Idade Obscura ou com a época de Homero - vide o meu estudo *Hélade e Helenos - Gênese e Evolução de um Conceito* (Coimbra, 2019), pp. 39-66.

Apesar disso, estamos perante uma obra que nos dá uma boa visão dos fundamentos e contextos históricos dos Poemas Homéricos e que aborda as questões com sensatez, cuidado e prudência.

Dentro da mesma sensibilidade do historiador que procura apoiar as afirmações e fornecer dados para reflexão se situam os seis anexos (pp. 357-382) sobre: documentos minóicos, as tabuinhas micénicas ou do Linear B e sua classificação, os escribas, os trabalhadores dos palácios, as funções e títulos dos governantes micénicos.

Completam o volume uma abundante bibliografia (pp. 383-400) e índices de pessoas (pp. 401-407), de topónimos e etnónimos (pp. 409-412), além do de matérias (pp. 413-415).

JOSÉ RIBEIRO FERREIRA

MARIA ANTONIETA BRANDÃO S. RIBEIRO, *Capitéis Romanos de Beja*. Câmara Municipal de Beja, 1999, 302 p., ilustrado. ISBN: 972-96795-8-4.

Não serei, provavelmente, a pessoa mais indicada para o comentário ao livro que, recentemente, saiu a público, intitulado *Capitéis Romanos de Beja*. Assim o é porque, mais uma vez, somente terei a aprender com ele perante um quadro tão pobre quanto o é o da bibliografia portuguesa disponível sobre este assunto. Com efeito, os investigadores tendem a menosprezar e, por vezes, intencionalmente a esquecer, um património tão rico quanto importante como o é o da análise de elementos arquitectónicos de época romana. Se exceptuamos alguns investigadores, dos quais teremos obrigatoriamente que destacar Jorge de Alarcão e Theodor Hauschild, o panorama de estudo sobre estes elementos é quase nulo, restringindo-se os investigadores, quando o fazem, a uma mera referência aos mesmos, sem que sejam elaborados estudos de pormenor ou tentativas de integração arquitectónica.

Apraz-nos sinceramente que, finalmente, este panorama se modifique, revelando-se esta publicação como um contributo de extrema importância, para alertar todos quantos se debruçam sobre os temas da época romana em geral e da arquitectura em particular, perante as potencialidades de estudo que estes materiais encerram.

Mas analisemos com algum pormenor o conteúdo deste livro. O carácter relativamente académico que encerram as duas primeiras partes do livro - quer a da contextualização histórica e geográfica da região de Beja, quer a da caracterização individual das ordens arquitectónicas - poderão parecer-nos algo lineares uma vez que correspondem, na sua globalidade, a uma sintetização de estudos antigos.

No que se refere à contextualização da região de Beja, haverá que completar a análise apresentada pelos recentes estudos que têm surgido, resultando, na sua maior parte, das intervenções arqueológicas levadas a cabo na área urbana de Beja. O recuo histórico até à Idade do Bronze, com a respectiva reprodução de mapas de implantação dos achados, parece-nos, arriscarmos a afirmar, algo de acessório para o essencial do livro. Tal facto é sublinhado pela inexistência de confrontações com os recentes achados arqueológicos, como já referimos, e com a bibliografia que deveria ter sido actualizada.

Académico, mas certamente oportuno, nos parece o capítulo sobre as ordens arquitectónicas. Algumas das ilustrações afiguram-se-nos desnecessárias, perante este carácter de simples caracterização e análise evolutiva das ordens apresentadas, tomando a leitura irregular pela mancha abrangida pelas referidas ilustrações, sendo talvez de reforçar o texto nas contidas informações que nos dá sobre a caracterização destes materiais e sua evolução técnica e estilística.

A terceira parte desta obra, a que se refere ao Catálogo, é, ‘tendenciosamente’ para nós, a que nos parece mais interessante. Cada “ficha” de peça apresenta-nos, para além dos dados habituais sobre cada um dos exemplares (localização, proveniência, bibliografia, dimensões, tipo de material), a descrição mais ou menos extensa de cada uma das peças onde se enumeram os vários elementos constantes aplicando-se, para o efeito, uma nomenclatura adequada. A análise comparativa é apresentada separadamente apresentando-se, então, os dados que permitem a aferição de cronologias.

Deste modo, de forma sucinta, clara e estruturada, pode ser observado, para cada um dos exemplares, o percurso analítico necessário para a obtenção de dados que permitam contextualizar e caracterizar o espécime em presença.

A finalizar o estudo dos vários capitéis, onde igualmente se incluem os fragmentos, analisados também individualmente, o penúltimo capítulo, dedicado às “Conclusões”, surge-nos surpreendentemente pobre. As conclusões, resumidas a duas páginas escritas parecem, com efeito, uma antítese do que enunciámos no início do presente comentário, isto é, que as ilações possíveis de obter do estudo destes materiais são imensas. O comentário técnico, estilístico, as influências exteriores e reelaboração de padrões, a inovação local e as oficinas de produção, a integração arquitectónica e as relações de Beja com o restante Império são temáticas que, ao longo do trabalho, são somente referenciadas e que mereceriam aqui, a nosso ver, com todo o cabimento e autoridade, um comentário mais extenso. Nada se refere, igualmente, à problemática da inexistência de outras ordens arquitectónicas, como seja o da ordem toscana e dórica.

Parece-nos sempre útil numa obra como esta, onde uma parte substancial da mesma é a apresentação de um catálogo, existirem fotografias dos vários

exemplares estudados. A autora, neste caso, preferiu a apresentação de desenhos. Cada “ficha” possui um desenho a lápis, naturalista, de sabor romântico, fazendo lembrar os desenhos de Frei Manuel do Cenáculo, dos quais, aliás, apresenta alguns. No final de cada uma das “fichas” incluem-se outros desenhos, desta vez mais estilizados e de traço linear, onde a autora apresenta a reconstituição do exemplar. Pensamos, não obstante a inclusão deste material gráfico, que será sempre útil a apresentação das fotografias, o que acontece somente em relação a quatro peças das vinte e duas que são analisadas (excluindo os quatro fragmentos).

Um último capítulo é dedicado à nomenclatura empregue, ou seja, o glossário. Este parece-nos extremamente explícito e bem elaborado, ainda que, em nossa opinião, pudesse ser mais extenso. Com efeito, apenas se apresentam quinze entradas, duas das quais referentes a petrografia. Termos como caulículo, trépano, denticulo, cálice, hélice não se encontram presentes e, sabendo nós da dificuldade em encontrar dicionários técnicos de Arquitectura, seria de apostar, na presente obra, na apresentação de um glossário mais extenso. Ainda quanto a este aspecto, a inclusão dos vários termos em outras línguas (latim, italiano, castelhano, francês, inglês e alemão) depara-se-nos como um auxiliar precioso para quem se debruça sobre a bibliografia deste tema.

Gostaríamos de felicitar a autora pelo presente estudo, o qual se nos depara como o único trabalho até ao momento que se debruça sobre o assunto. O nosso aplauso, de igual modo, para a Câmara Municipal de Beja que edita a presente obra, mostrando um caminho que deverá ser seguido por todas as câmaras, promovendo a valorização do seu próprio património.

LÍDIA FERNANDES

MERCEDES ORIA SEGURA, *Hércules en Hispania: Una Aproximación*. Cornvopia, 5 Repertoris i materials per a l'estudi del Món Clàssic, Universitat de Barcelona, (1996), 370 p. ISBN: 84-477-0600-1.

A obra de Mercedes Oria Segura é o resultado de uma investigação aturada para a tese de doutoramento apresentada, em 1992, à Universidade de Sevilha. O que ora se publica é uma versão corrigida.

Hércules en Hispania: Una Aproximación - o que é que o título nos sugere? Uma abordagem diacrónica sobre Hércules, utilizando as mais diversas fontes, ou seja, uma compilação de todos os dados disponíveis até ao momento e a consequente extracção de conclusões.

De realçar a diversidade das fontes utilizadas - literárias, numismáticas, arqueológicas e epigráficas, com destaque para estas últimas - com clareza e arguto poder de análise.

Conimbriga, 39 (2000), p. 301-304

Uma apresentação da obra pela orientadora, Francisca Chaves Tristán, e um prólogo de Manuel Bendala Galán são já como que uma recensão abreviada da obra, colocando a tónica no contributo de Mercedes Oria para o estudo do herói-deus Hércules, a aturada pesquisa bibliográfica, o estilo claro e sucinto. Em nossa opinião, porém, esse estilo “claro e sucinto” pecará, talvez, pelo excesso de notas de rodapé, que leva o leitor a, por vezes, se perder e ter de voltar atrás; por outro lado, algumas dessas notas poderiam com vantagem ter sido incluídas no próprio texto.

A obra está estruturada em dois capítulos fundamentais: *I - Hércules en Hispania* (pp. 15-144) e *II - Os Materiais* (pp. 145-268).

O primeiro capítulo aborda as seguintes temáticas:

- O Hércules Gaditano e a sua associação a Melqart, em Cádiz, e no resto da Península, com base nas fontes literárias apresentadas no seu original grego; a iconografia; as emissões monetárias (que, para a Autora, documentam uma relação duvidosa com o culto, embora seja de destacar o seu papel económico e a “oficialidade” de Hércules); a epigrafia. Melqart, conclui Mercedes Oria, pode considerar-se um reforço do culto a Hércules, mas não condição indispensável para esse culto.

- Os testemunhos do culto a Hércules na Península Ibérica. Uma nota positiva, em nossa opinião, é que a Autora não se alonga na enumeração ou na transcrição das fontes, apenas as cita. Através da epigrafia, analisa claramente as características do deus, o culto e os seus devotos. Refere-se às lendas e confirma não ser fácil vincular a antiga rota comercial da costa mediterrânica à lenda da vinda de Hércules à Península Ibérica.

- A distribuição dos materiais na Hispânia, por províncias: Bética, Lusitânia e Citerior. Um deficit nesta obra é, no caso vertente, a ausência de mapas. Sugerimos que, numa próxima edição, cada província tenha um mapa próprio de achados, para tomar a consulta mais expedita.

- Uma breve conclusão, muito bem conseguida, onde se sintetiza a informação sobre a ‘presença’ de Hércules na Hispânia em três campos - a lenda, a religião e a imagem - relacionando-os com três tradições: a fenícia, a grega e a romana. Destaca a Autora as áreas urbanas como fortes centros de implantação deste culto com carácter oficial.

Constitui o segundo capítulo o catálogo dos materiais:

- *Documentação epigráfica*: dá-se, de cada epígrafe, a procedência, descrição, texto, tradução, bibliografia, variantes, comentário paleográfico e breve comentário histórico.

- *Documentação arqueológica*, escultura, bronze, mosaico, pintura mural, cerâmica, glíptica. Com fichas individuais para cada objecto: procedência, localização actual, descrição material, descrição iconográfica, cronologia, bibliografia, comentário.

As fichas estão bem organizadas e coerentes, os comentários são incisivos e sucintos. Os objectos ilustrados estão assinalados. A consulta é rápida e fácil, o que torna este livro fundamental e prático em futuras investigações.

Apresentada como capítulo - em nosso entender, não deveria sê-lo - a bibliografia revela-se exaustiva e um bom indicador para quem quiser estudar o deus-herói em qualquer parte da Hispânia, apesar de os autores portugueses estarem pouco referidos.

Os índices constituem o capítulo IV: as abreviaturas utilizadas (o que nos parece que faria mais sentido logo no início da obra); nomes de personagens mitológicos e históricos e de lugares antigos; fontes clássicas citadas; índices epigráficos; proveniências; índice de figuras e lâminas. Contributo importante para uma consulta eficaz.

As ilustrações - capítulo V - contrastam um pouco com o resto da obra, em dois aspectos: primeiro, porque a sua disposição, por vezes, é caótica e as legendas bastante confusas; segundo, as fotos não são, amiúde, suficientemente nítidas.

As principais teses que Mercedes Oria Segura defende são, em síntese, as seguintes:

- A relação entre Melqart e Hércules é duvidosa: não existe uma assimilação mas uma sobreposição dos dois cultos. Melqart pode ser entendido como um reforço do culto a Hércules, em período romano, mas não como uma condição indispensável a esse culto. Os lugares de culto dos dois deuses quase nunca coincidem com exactidão.
- As fontes não mostram a influência de Hércules como figura mitológica e como objecto de culto na Península Ibérica, mas como a vontade de integrar na civilização (o Império Romano) os 'bárbaros' do Ocidente.
- As lendas fundacionais têm de ser entendidas como a vontade, por parte do poder central romano, de integrar a 'civilização' do Ocidente. Não têm, por isso, nenhuma relação com os testemunhos do culto na Península Ibérica, são apenas mais uma arma de propaganda imperial.
- O culto a Hércules, na maior parte das vezes, tem um carácter oficial e está relacionado com as classes sociais mais altas.
- Na Bética, este culto foi precedido, nas cidades, do processo de colonização/municipalização romano. Na Lusitânia, o deus não parece indígena mas os seus dedicantes são-no: o ambiente é, predominantemente, rural e modesto, fazendo crer que o deus romano se terá apoiado num substrato indígena. Na Citerior, por seu turno, parece que estamos perante um deus romano sobreposto a um outro, fenício púnico, venerado por cidadãos e por libertos, nos centros urbanos.
- O aspecto do herói apresentado pela epigrafia e pela iconografia é o clássico, sem qualquer influência indígena evidente.
- A expansão do culto na Hispânia - como, aliás, no resto do Império - acontece no séc. I d. C. e, sobretudo, no séc. II.
- Na Hispânia, o carácter funerário de Hércules está pouco atestado.

As teses da Autora assentam, como se disse, em cuidadosa pesquisa bibliográfica e na conjugação das diversas fontes. Parece-nos, contudo, que, por vezes, se podiam explorar mais algumas contradições existentes entre as três províncias. Outro ponto em que se poderia ter sido um pouco mais contundente: a relação entre Melqart e Hércules.

Na verdade, porém, este livro veio trazer um novo e aprofundado “olhar” sobre um herói-deus, intimamente relacionado com o processo de ‘romanização’ da Península Ibérica. Detém o raro mérito de não excluir nenhuma fonte para o estudo - daí que houvesse sido ainda mais enriquecedora uma maior interligação, nomeadamente em relação à Lusitânia - e de fazer uma boa síntese do que sobre o tema se conhece.

Enfim, uma obra aliciante. O resultado de excelente trabalho de investigação e de aturada conjugação das fontes, aliado a grande rigor conceptual e metodológico. Um livro de referência obrigatória nos próximos anos, sem dúvida.

DÁLIA PAULO

ÍNDICE GERAL

JOÃO MANUEL BAIRRÃO OLEIRO - <i>In Memoriam</i>	I
ARMANDO REDENTOR - <i>Povoados fortificados com pedras fincadas em Trás-os-Montes</i>	5
JUAN CARLOS OLIVARES PEDREÑO - <i>Los dioses indígenas en el Noroeste de Portugal</i>	53
MIGUEL DE LA VEGA JIMENO - <i>La religión romana en la Meseta Sur: El culto a Júpiter en la provincia de Toledo a través de la epigrafía...</i>	85
JOSÉ A. DELGADO DELGADO - <i>Los sacerdotes de rango local de la provincia romana de Lusitania</i>	107
ANA PAULA FERREIRA - <i>Sobre a dispersão dos Taporí: algumas notas de reflexão</i>	153
Luís SEABRA LOPES - <i>A estrada Eminio-Talábriga-Cale. Relações com a geografia e o povoamento de Entre Douro e Mondego</i>	191
Rui VENÂNCIO - <i>De uma inscrição encontrada em Peniche à história de uma importante família olisiponense</i>	259
LEONARD A. CURCHIN - <i>Aetates mortuorum: études quantitatives sur les âges des défunts en Lusitanie</i>	275
MARIA PILAR DOS REIS - <i>O preço de entrada nas termas de Vipasca: um asse as mulheres, meio asse os homens</i>	285
RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS.....	293

(Página deixada propositadamente em branco)

AINDA PODE ADQUIRIR

- A colecção completa das *Fouilles de Conimbriga*, 7 volumes: 40.000\$00
- *As Actas do II Congresso Peninsular de Historia Antiga*: 10.000\$00
- *Corpus Signorum Imperii Romani-Portugal*. A obra sobre escultura romana de Portugal, de VASCO DE SOUZA: 5.000\$00
- *Les villas romaines de S. Cucufate*, 2 volumes: 30.000\$00
- *A Mamoa I de Chã de Carvalhal*, de DOMINGOS CRUZ: 4.000\$00
- *A sigillata de Represas, Trat. Informático*, de CONCEIÇÃO LOPES: 4.000\$00

(Página deixada propositadamente em branco)

Execução Gráfica
G.C. - Gráfica de Coimbra
Depósito Legal n.º 93223/95

